

KAMILA CAETANO ALMEIDA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**SOBRE VOZES E TENSÕES: IMPLICAÇÕES DE *PRÁTICAS DE
LETRAMENTO* EM RELAÇÕES INTERSUBJETIVAS NA
*ESFERA JURÍDICA***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), área de concentração Linguística Aplicada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mary Elizabeth Cerutti-Rizzatti.

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Almeida, Kamila Caetano

Sobre vozes e tensões : implicações de práticas de
letramento em relações intersubjetivas na esfera jurídica /
Kamila Caetano Almeida ; orientadora, Mary Elizabeth
Cerutti-Rizzatti - Florianópolis, SC, 2014.
323 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-
Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Linguística. 2. Eventos de letramento. 3. Práticas de
letramento. 4. Gêneros do discurso. 5. Esfera jurídica. I.
Cerutti-Rizzatti, Mary Elizabeth. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Linguística.
III. Título.

Kamila Caetano Almeida

SOBRE VOZES E TENSÕES: IMPLICAÇÕES DE *PRÁTICAS DE LETRAMENTO* EM RELAÇÕES INTERSUBJETIVAS NA *ESFERA JURÍDICA*

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de “Mestre em Linguística”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística, área de concentração Linguística Aplicada, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 26 de novembro de 2014.

Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura
Coordenador do Programa – PPGLg – UFSC

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Mary Elizabeth Cerutti-Rizzatti
Orientadora – UFSC

Prof. Dr. Manoel Luiz Gonçalves Corrêa
USP

Prof.^a Dr.^a Adriana Kuerten Dellagnelo
UFSC

Prof.^a Dr.^a Simone Lesnhak
Univille

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

A Deus, a quem sou grata por toda vez que respiro.

Aos meus pais, José Paulo e Rosinéia, que, há 31 anos, têm doado suas vidas aos seus três filhos e que, independentemente das circunstâncias, permaneceram firmes e serenos, sustentando a minha caminhada e a de meus irmãos. Não há amor como este, não há palavras que o defina e não há formas possíveis de materializar a intensidade de minha gratidão.

Aos meus irmãos, Bruno e João Paulo, sempre tão amigos, sinceros e presentes.

Ao meu namorado, Caetano, por toda atenção, paciência e todo amor a mim oferecidos neste percurso.

Aos meus amigos, Alessandro, Ariane, Camila, Danielle, Rubens, Elisa, Filipe, Hellen, Mariana, Pedro e Suziane, que me apoiaram nesta trajetória.

Aos colegas do Colégio de Aplicação da UFSC, que se mostraram bastante solidários e companheiros nos meses de finalização deste trabalho, em especial às diretoras Josalba e Marina, cuja compreensão foi significativamente importante neste processo.

Aos profissionais atuantes no Núcleo de Prática Jurídica, que foram muito solícitos durante a minha vivência em campo.

Às participantes de pesquisa, sem as quais este estudo não se realizaria.

Aos membros das bancas de qualificação e defesa de Mestrado, Manoel Corrêa, Adriana Kuerten, Eduardo Lamy e Simone Lesnhak, com os quais aprendi muito nos encontros que tivemos.

À Mary, a melhor orientadora que eu poderia ter, que me inspira desde a graduação e que acreditou em mim, presenteando-me com a oportunidade de constituir-me nos diálogos em que sua genialidade e sensibilidade me comoviam.

Ora, em toda a terra havia apenas uma linguagem e uma só maneira de falar. Sucedeu que, partindo eles do Oriente, deram com uma planície na terra de Sinar; e habitaram ali. E disseram uns aos outros: "Vinde, façamos tijolos e queimemo-los bem". Os tijolos serviram-lhes de pedra, e o betume, de argamassa. Disseram: "Vinde, edifiquemos para nós uma cidade e uma torre cujo tope chegue até aos céus e tornemos célebre o nosso nome, para que não sejamos espalhados por toda a terra". Então, desceu o Senhor para ver a cidade e a torre, que os filhos dos homens edificavam; e o Senhor disse: "Eis que o povo é um, e todos têm a mesma linguagem. Isto é apenas o começo; agora não haverá restrição para tudo que intentam fazer. Vinde, desçamos e confundamos ali a sua linguagem, para que um não entenda a linguagem de outro". Destarte, o Senhor os dispersou dali pela superfície da terra; e cessaram de edificar a cidade. Chamou-se-lhe, por isso, o nome de Babel, porque ali confundiu o Senhor a linguagem de toda a terra e dali o Senhor os dispersou por toda a superfície dela. (Livro de Gênesis 11; 1-9).

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema o fenômeno do letramento na *esfera jurídica*, e como delimitação temática, a participação de demandantes da Justiça, na modalidade assistência judiciária gratuita, em um *evento de letramento* dessa *esfera*. A partir desse recorte, o estudo estrutura-se para responder à seguinte questão central de pesquisa: **No que respeita a relações entre letramentos dominantes e letramentos vernaculares, que implicações das práticas de letramento de sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade assistência judiciária gratuita, é possível depreender no seu encontro com operadores do Direito no evento de letramento audiência que tem lugar na esfera jurídica?** Em razão da complexidade que a questão comporta, ela foi desdobrada de modo a abarcar as seguintes questões-suporte: 1) Como se caracteriza o *evento de letramento* em estudo que tem lugar na *esfera jurídica*?; 2) Como se caracterizam as *práticas de letramento* dos sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade *assistência judiciária gratuita*, participantes deste estudo?; 3) Em havendo as implicações mencionadas na questão geral de pesquisa, como elas reverberam nos processos de construção de sentidos, para textos escritos, em *gêneros do discurso* que têm lugar no *evento audiência* e que norteiam as demandas jurisdicionais propriamente ditas? Já os objetivos delineados para este estudo relacionam-se com a questão central de pesquisa e com os seus desdobramentos, dividindo-se em objetivo geral e objetivos específicos. O objetivo geral a que se propõe este estudo é **depreender implicações – e interpretá-las analiticamente – das práticas de letramento de sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade assistência judiciária gratuita, no seu encontro com operadores do Direito no evento de letramento audiência que tem lugar na esfera jurídica e do qual participam esses sujeitos**. No tocante aos objetivos específicos, estes são oriundos dos desdobramentos das questões-suporte de pesquisa e constam nas seguintes alíneas: a) caracterizar o *evento de letramento* em estudo que tem lugar na *esfera jurídica*; b) caracterizar *práticas de letramento* dos sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade *assistência judiciária gratuita*, participantes deste estudo; c) em havendo as implicações tematizadas na questão central, identificar como elas reverberam nos processos de construção de sentidos, para textos escritos, em *gêneros do discurso* que têm lugar no *evento audiência* e que norteiam as demandas jurisdicionais propriamente ditas. Com a finalidade de alcançar tais propósitos, este estudo coloca em diálogo vertentes teóricas que se entende como epistemologicamente

convergentes entre si, possibilitando a discussão do fenômeno a partir das lentes dos estudos do letramento – com base em Brian Street, Angela Kleiman e teóricos afins –, do pensamento vigotskiano e do ideário bakhtiniano, a partir da proposta de um simpósio conceitual (CERUTTI-RIZZATTI; MOSSMANN; IRIGOITE, 2013). Em atenção a tais *objeto* e *base teórica*, esta dissertação constitui-se como um *estudo de caso* (YIN, 2001) do *tipo etnográfico* (ANDRÉ, 1995) com abordagem qualitativa de base interpretativista (MASON, 1996); realiza-se com seis participantes de pesquisa, demandantes da Justiça, na modalidade assistência judiciária gratuita, os quais ajuízam ações mediadas por um Núcleo de Prática Jurídica, vinculado a uma instituição de ensino superior, localizada em um município da região sul do estado de Santa Catarina. Os dados foram gerados a partir de *observação participante*, *notas em diário de campo*, *entrevistas* e *pesquisa documental*. A interpretação desses dados sinaliza para significativas implicações das *práticas de letramento* dos sujeitos participantes deste estudo nas interações que têm lugar na *esfera jurídica*, bem como na interação com textos escritos que dizem respeito às demandas processuais. Entende-se haver, no que tange às relações intersubjetivas mediadas pela escrita na *esfera* em questão, a existência de reverberações ideológicas decorrentes do horizonte axiológico e das vivências de cada sujeito. Em relação às configurações dos modos de dizer e fazer do ambiente jurídico em que as *audiências* ocorrem, compreende-se existir um efeito circular que caracteriza os *gêneros do discurso* dali emanados, na medida em que *forças centrípetas* atuam mais significativamente sobre os usos da escrita originados nessa *esfera*, fazendo-os retornarem ao mesmo lugar de origem, porquanto têm como *auditório mais imediato* de sua recepção os próprios operadores do Direito.

Palavras-chave: *Eventos de Letramento. Práticas de Letramento. Gêneros do Discurso. Esfera Jurídica.*

ABSTRACT

The present research aims the phenomenon of literacy in the legal sphere, and as thematic restraint, the participation of the plaintiff to Justice, on legal aid, in a literacy event in a legal environment. From such clipping, the study is structured to answer the following central research question: **As regards relations between dominant and vernacular literacy, what the implications of literacy practices the plaintiffs to justice, in free legal assistance, it is possible to apprehend in meeting jurists in audience as a literacy event that takes place in the legal sphere?** Considering the complexity on the matter, the latter was split entailing the following supporting questions: 1) How a *literacy event* is characterized at a study in the *legal sphere*?; 2) How *literacy practices* are characterized in the subjects, plaintiffs to justice, on legal aid, in the present study; 3) In case of confirmation of the implications mentioned in the general research question, how they reverberate in the processes of construction of senses, for written texts, in *discourse genres* taking place at the *audience event* and guide jurisdictional demands properly? As for the objectives outlined for this study relate to the central research question and its outcome, considering general and specific aims. The general aim proposed here is **to understand implications - and interpret them analytically – on literacy practices of subjects, claimants of Justice, on legal aid, in meeting jurists in audience as a literacy event that takes place in the legal sphere with the participation of the mentioned subjects.** As regards the specific objectives, they are from the unfolding of the issues-research and support on the following points: a) characterize the study literacy event in legal sphere; b) characterize literacy practices of subjects as plaintiffs on legal aid, in the present study; c) once confirmed the implications themed in the central issue, to identify how the implications reverberate in the processes of construction of senses, for texts written in discourse genres at the audience event and guiding the judicial demands themselves. In order to achieve such purposes, this study brings into dialogs the theoretical strands epistemically convergent among themselves, allowing the discussion of the phenomenon through the lenses of the literacy studies – based on Brian Street, Angela Kleiman and related scholars –, of vigotskian thought and the bakhtinian ideal, from a proposal of a conceptual symposium (CERUTTI-RIZZATTI; MOSSMANN; IRIGOITE, 2013). Concerning such *object and theoretical bases*, the present research is classified as a *case study* (YIN, 2001) from the *ethnographic type* (ANDRÉ, 1995)

within a qualitative approach of interpretative bases (MASON, 1996); it was carried out with six plaintiff subjects, on legal aid, who took counsel actions mediated by a Legal Practice Core, linked to a higher education institution, located in a town in southern state of Santa Catarina. The data was generated from *participative observation, field journal notes, interviews and documentary research*. The data interpretation signals for significant implications of *literacy practices* of subjects in this study in interactions in the legal sphere as well as in interaction with texts that relate to procedural demands. It is understood, regarding the intersubjective relationships mediated by writing in the mentioned *sphere*, the existence of ideological reverberations arising from the axiological horizon and experiences of each subject. Mode settings to say and do in legal environment in which the audiences occur, understand if there is a circular effect that characterizes the *discourse genres* originated there, to the extent that *centripetal forces* act more significantly on the uses of writing originated in such sphere, making them return to the same place of origin, since they have more immediate auditorium of its reception the jurists themselves.

Keywords: *Literacy Events. Literacy Practices. Discourse Genres. Legal Sphere.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Literacy as social practice.....	56
Figura 2 - Diagrama: Relações entre universos <i>global</i> e <i>local</i>	73
Figura 3 - Diagrama: Os <i>letramentos</i> dominantes constituindo-se na horizontalidade dos universos <i>locais</i>	82
Figura 4: <i>Diagrama integrado</i> : inter-relação entre eventos e <i>práticas de letramento</i> como modelo analítico	112
Figura 5 – Livros, revistas e apostilas presentes na casa de <i>SE</i>	159
Figura 6 - Atividades e cadernos escolares presentes na residência de <i>FJ</i>	167
Figura 7 - Revista de culinária, livros infantis e agenda – artefatos na residência de <i>AC</i>	173
Figura 8 - Bíblia, livros e folheto de temática religiosa presentes na residência de <i>MJ</i>	182
Figura 9 - <i>Termo de Audiência</i> referente à <i>audiência de conciliação</i> de <i>PF</i>	205
Figura 10 - Parte da <i>Petição Inicial</i> referente ao processo de <i>PF</i> . (fl. 03)	209
Figura 11- Parte da <i>Petição Inicial</i> referente ao processo de <i>PF</i> . (fl. 03)	210
Figura 12 - <i>Termo de Audiência</i> referente à <i>audiência de conciliação</i> de <i>FJ</i>	213
Figura 13 - Parte da <i>Petição Inicial</i> referente ao processo de <i>FJ</i> . (fl. 07)	214
Figura 14 - Parte da <i>Petição Inicial</i> referente ao processo de <i>FJ</i> . (fl. 08)	215
Figura 15 - Parte da <i>Petição Inicial</i> referente ao processo de <i>FJ</i> . (fl. 08)	217
Figura 16 - Parte da <i>Petição Inicial</i> referente ao processo de <i>FJ</i> . (fl. 03)	218
Figura 17 - Parte da <i>Petição Inicial</i> referente ao processo de <i>FJ</i> . (fl. 03)	218
Figura 18 - Parte da <i>Petição Inicial</i> referente ao processo de <i>FJ</i> . (fl. 08)	220
Figura 19 - Parte da <i>Petição Inicial</i> referente ao processo de <i>FJ</i> . (fl. 04)	223
Figura 20 - <i>Termo de Audiência</i> referente à <i>audiência de conciliação</i> de <i>RS</i>	226
Figura 21 - Parte da <i>Petição Inicial</i> referente ao processo de <i>RS</i> . (fl. 08)	229

Figura 22 - Parte da <i>Petição Inicial</i> referente ao processo de RS. (fl. 02)	231
Figura 23 - <i>Termo de Audiência</i> referente à <i>audiência de conciliação</i> de SE.	236
Figura 24 - Parte de <i>Petição Inicial</i> referente ao processo de SE. (fl. 03)	238
Figura 25 - Parte da <i>Petição Inicial</i> referente a um dos processos de SE. (fl. 05).	242
Figura 26 - <i>Termo de Audiência</i> referente à <i>audiência de conciliação</i> de AC.	246
Figura 27 - Parte da <i>Petição Inicial</i> referente ao processo de AC. (fl. 08)	248
Figura 28 - Parte da <i>Petição Inicial</i> referente ao processo de AC. (fl. 04)	256
Figura 29 - <i>Termo de Audiência</i> referente à <i>audiência de conciliação</i> de MJ.	260
Figura 30 - Parte da <i>Petição Inicial</i> referente ao processo de MJ. (fl. 08)	263
Figura 31 - Parte da <i>Petição Inicial</i> referente ao processo de MJ. (fl. 5)	264
Figura 32 - Parte da <i>Petição Inicial</i> referente ao processo de MJ. (fl. 8)	265

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Basic elements of literacy events and practices	57
Quadro 2 - Quadro sinóptico: Articulação questões de pesquisa/diretrizes analíticas/diagrama	116

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
2 A COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES INTERSUBJETIVAS MEDIADAS PELA MODALIDADE ESCRITA DA LÍNGUA SOB A ÓTICA DE UM SIMPÓSIO CONCEITUAL	35
2.1 LETRAMENTO: USOS SOCIAIS DA ESCRITA SITUADOS HISTÓRICO-CULTURALMENTE	36
2.2 (NÃO)APROPRIAÇÕES DA MODALIDADE ESCRITA – IMPLICAÇÕES SOB AS PERSPECTIVAS <i>AUTÔNOMA</i> E <i>IDEOLÓGICA</i>	46
2.3 ESCRITA E HISTORICIDADE DOS SUJEITOS: <i>PRÁTICAS E EVENTOS DE LETRAMENTO</i>	52
2.4 <i>LETRAMENTOS VERNACULARES E DOMINANTES:</i> APROPRIAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ACESSO DA/EM/A CULTURA ESCRITA EM UMA PERSPECTIVA ECOLÓGICA	61
2.4.1 Conceitos sob escrutínio: <i>global/local – dominante/vernacular</i>	67
2.4.2 Distinção dos conceitos <i>dominante</i> e <i>vernacular</i>: uma discussão inter-relacionada com o arcabouço teórico bakhtiniano	73
2.4.2.1 Uma reflexão mais pontual sobre <i>gêneros do discurso</i> e suas implicações no recorte temático deste estudo	75
2.4.2.2 Retomando o foco dos <i>letramentos vernaculares</i> e dos <i>letramentos dominantes</i>	80
2.4.3 Implicações da compreensão dos universos <i>global</i> e <i>local</i> e dos <i>letramentos dominantes</i> e <i>vernaculares</i> para o estudo das <i>práticas de letramento</i>	83
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O ESTUDO DA EVENTICIDADE POR MEIO DE UMA PERSPECTIVA INTERPRETATIVISTA	87
3.1 TIPIFICAÇÃO DA PESQUISA	90
3.2 CAMPO E PARTICIPANTES	93
3.3 ETAPAS DO PROCESSO DE GERAÇÃO DE DADOS	98
3.4 INSTRUMENTOS DE GERAÇÃO DE DADOS	101
3.4.1 Entrevista	102
3.4.2 Observação participante e notas de campo	105
3.4.3 Pesquisa documental	107
3.5 DIRETRIZES PARA ANÁLISE DOS DADOS: UM OLHAR, A PARTIR DO SIMPÓSIO CONCEITUAL, ENTRE A FILOSOFIA DA LINGUAGEM, A ANTROPOLOGIA DA LINGUAGEM E A	

PSICOLOGIA DA LINGUAGEM DE BASE HISTÓRICO-CULTURAL	109
3.5.1 Articulação entre questão de pesquisa e categorias do diagrama integrado	113
3.5.2 Quadro sinóptico de articulação teoria/procedimentos metodológicos/análise	115
4 USOS DA ESCRITA DA <i>ESFERA JURÍDICA</i>: O EVENTO DE LETRAMENTO AUDIÊNCIA	119
4.1 SINGULARIDADES DA <i>ESFERA JURÍDICA</i> EM PAUTA	120
4.2 AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: UM EVENTO DE LETRAMENTO LÓCUS DE DIVERSAS VOZES.....	122
4.3 SINGULARIDADES DA MATERIALIZAÇÃO DOS ENUNCIADOS NA MODALIDADE ESCRITA DA LÍNGUA NO EVENTO DE LETRAMENTO AUDIÊNCIA	135
5 USOS E SENTIDOS DA ESCRITA: CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE LETRAMENTO DOS SUJEITOS DEMANDANTES DA JUSTIÇA.....	149
5.1 APRESENTANDO <i>PF.</i> E O <i>ENCONTRO</i> COM OPERADORES DO DIREITO NA <i>ESFERA JURÍDICA</i> MEDIADO PELA ESCRITA	151
5.2 APRESENTANDO <i>SE.</i> E O <i>ENCONTRO</i> COM OPERADORES DO DIREITO NA <i>ESFERA JURÍDICA</i> MEDIADO PELA ESCRITA	157
5.3 APRESENTANDO <i>FJ.</i> E O <i>ENCONTRO</i> COM OPERADORES DO DIREITO NA <i>ESFERA JURÍDICA</i> MEDIADO PELA ESCRITA	166
5.4 APRESENTANDO <i>AC.</i> E O <i>ENCONTRO</i> COM OPERADORES DO DIREITO NA <i>ESFERA JURÍDICA</i> MEDIADO PELA ESCRITA	171
5.5 APRESENTANDO <i>MJ.</i> E O <i>ENCONTRO</i> COM OPERADORES DO DIREITO NA <i>ESFERA JURÍDICA</i> MEDIADO PELA ESCRITA	181
5.6 APRESENTANDO <i>RS.</i> E O <i>ENCONTRO</i> COM OPERADORES DO DIREITO NA <i>ESFERA JURÍDICA</i> MEDIADO PELA ESCRITA	188
6 ENCONTRO DE VOZES: IMPLICAÇÕES DAS PRÁTICAS DE LETRAMENTO NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS EM TEXTOS NOS GÊNEROS DO DISCURSO DA <i>ESFERA JURÍDICA</i>	197
6.1 TANGENCIAMENTO DA MATERIALIDADE TEXTUAL NA COMPREENSÃO DO CONTEÚDO DOS TEXTOS NOS GÊNEROS EM ESTUDO: OLHARES DE <i>PF.</i> , <i>FJ.</i> E <i>RS.</i>	202

6.1.1 Compreensões de <i>PF.</i> para o conteúdo materializado nos textos dos <i>gêneros</i> em questão	203
6.1.2 Compreensões de <i>FJ.</i> para o conteúdo materializado nos textos dos <i>gêneros</i> em questão	212
6.1.3 Compreensões de <i>RS.</i> para o conteúdo materializado nos textos dos <i>gêneros</i> em questão	225
6.2 CONCOMITÂNCIA ENTRE A MATERIALIDADE VERBAL E AS VIVÊNCIAS NOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS EMPREENHIDOS POR <i>SE.</i> , <i>AC.</i> E <i>MJ.</i>	233
6.2.1 Compreensões de <i>SE.</i> para o conteúdo materializado nos textos dos <i>gêneros</i> em questão	234
6.2.2 Compreensões de <i>AC.</i> para o conteúdo materializado nos textos dos <i>gêneros</i> em questão	245
6.2.3 Compreensões de <i>MJ.</i> para o conteúdo materializado nos textos dos <i>gêneros</i> em questão	259
CONSIDERAÇÕES FINAIS	269
REFERÊNCIAS	279
APÊNDICES	293
APÊNDICE A - Entrevistas Semiestruturadas	295
APÊNDICE B - Questionário: recurso complementar à entrevista	300
APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	303
APÊNDICE D - Modelo de autorização das partes	306
ANEXOS	307
ANEXO A - <i>Diagrama integrado (Reconfiguração a partir de CERUTTI-RIZZATTI; MOSSMANN; IRIGOITE, 2013)</i>	309
ANEXO B - Página, na íntegra, de <i>Petição Inicial</i> correspondente às Figuras 11 e 12 (Processo de <i>PF.</i> - fl. 03)	311
ANEXO C - Página, na íntegra, de <i>Petição Inicial</i> correspondente à Figura 14 (Processo de <i>FJ.</i> - fl. 07)	312
ANEXO D - Página, na íntegra, de <i>Petição Inicial</i> correspondente às Figuras 15 e 18 (Processo de <i>FJ.</i> - fl. 08)	313
ANEXO E - Página, na íntegra, de <i>Petição Inicial</i> correspondente às Figuras 16 e 17 (Processo de <i>FJ.</i> - fl. 03)	314
ANEXO F - Página, na íntegra, de <i>Petição Inicial</i> correspondente à Figura 19 (Processo de <i>FJ.</i> - fl. 04)	315
ANEXO G - Página, na íntegra, de <i>Petição Inicial</i> correspondente à Figura 21 (Processo de <i>RS.</i> - fl. 08)	316
ANEXO H - Página, na íntegra, de <i>Petição Inicial</i> correspondente à Figura 25 (Processo de <i>SE.</i> - fl. 05)	317

ANEXO I - Página, na íntegra, de <i>Petição Inicial</i> correspondente à Figura 27 (Processo de AC. - fl. 08)	318
ANEXO J - Página, na íntegra, de <i>Petição Inicial</i> correspondente à Figura 28 (Processo de AC. - fl. 04)	319
ANEXO K - Página, na íntegra, de <i>Petição Inicial</i> correspondente às Figuras 30 e 32 (Processo de MJ. - fl. 08)	320
ANEXO L - Página, na íntegra, de <i>Petição Inicial</i> correspondente à Figura 31 (Processo de MJ. - fl. 05)	321
ANEXO M - Parecer de Aprovação do Comitê de Ética	322

INTRODUÇÃO

O (re)conhecimento – por meio de pesquisas em Linguística Aplicada – do impacto social da escrita em uma sociedade cada vez mais grafocêntrica suscita uma escolha epistemológica pautada na concepção de *língua*¹ como objeto² social, materializada nos usos, de modo a instituir relações intersubjetivas³, e implica outro (re)conhecimento: o de que as interações humanas são, por natureza, dialógicas e se constituem nas relações de tensão, nas quais diferentes dizeres se encontram e, por consequência, historiam respostas em acordos, desacordos ou silêncios. Nessas tensões, constituem-se os *sujeitos*, na alteridade – consideração que nos impele a conceber *sujeito* na articulação com a mencionada concepção de *língua/linguagem*⁴.

Para as finalidades desta pesquisa, endereçamos um olhar atento à filiação ontogenética, sob o ponto de vista vigotskiano, dos seres humanos, os quais, dentre suas características, têm a interação com os seus como questão capital. Essa universalidade que fundamenta o existir humano traz consigo, como implicação, embates entre os dizeres originados das relações intersubjetivas, os quais têm lugar na sociedade,

¹ Considerando o comportamento que vimos mantendo em nosso grupo de pesquisa – Cultura escrita e escolarização –, no âmbito do Núcleo de Estudos em Linguística Aplicada (NELA/UFSC), lançaremos mão de itálico para marcar usos metalinguísticos em tomadas conceituais; aspas simples para pluralidade de sentidos; e aspas duplas para vozear autores. Vamos nos valer, ainda, por ocasião da análise dos dados, de marcações da Análise da Conversa, mas isso será especificado no capítulo destinado aos procedimentos metodológicos.

² *Objeto*, aqui, é tomado em sentido filosófico, como *objeto de conhecimento*.

³ Usamos no título desta dissertação e usaremos ao longo dela a expressão *relações intersubjetivas* ou *intersubjetividade* a partir do ideário vigotskiano, como explicitaremos à frente. Conhecemos, porém, desdobramentos implicados no conceito de *intersubjetividade*, a exemplo de discussões de Wertsch (1985), mas, para as finalidades deste estudo, tomaremos *intersubjetividade* como relações entre sujeitos, cultural e historicamente situados. O aprofundamento deste conceito será objeto de estudo no âmbito do doutorado. Optamos pela expressão porque entendemos que substituí-la por *interpessoais* comprometeria a concepção de *sujeito* que sustenta este estudo.

⁴ Compreendemos que nossa inscrição em vertente histórico-cultural nos permite tomar *linguagem* e *língua* fora da distinção que é objeto de zelo da Linguística Teórica. Entendemos que ambas – a faculdade humana e o sistema – existem em nome das relações intersubjetivas, e usaremos as expressões em alternância entre si, sem rigor distintivo.

em contextos específicos, por meio da ação de sujeitos corpóreos e, portanto, datados historicamente.

Neste estudo, selecionamos uma forma de interação social que está pautada, fundamentalmente, no papel conferido à escrita – como materialização dos dizeres – e no lugar a ela conferido nas instituições socialmente constituídas: elegemos a *esfera jurídica* como campo de estudo, e os sujeitos atendidos pela assistência judiciária gratuita⁵, como participantes desta pesquisa. Essa escolha emerge, primordialmente, de inquietações sustentadas a partir de inteligibilidades construídas pelos estudos do letramento, os quais examinam o desenvolvimento da escrita em sociedade, com olhares sensíveis aos usos que se faz dela em diversos contextos. Assim considerando e retomando o título atribuído a esta pesquisa, entendemos haver, no encontro de *práticas de letramento* distintas, *vozes* sociais em *tensão*: a modalidade escrita da língua, instrumento cultural para os *encontros* que têm lugar em uma instituição de prestígio social, é constituinte dos usos sociais da escrita, dos quais são exemplos os *letramentos dominantes*, não convergentes, muitas vezes, com a historicidade dos sujeitos que agenciam tal instituição, parte de uma *esfera* específica da atividade humana.

O objeto desta pesquisa se delinea a partir de teorias vinculadas à perspectiva dos estudos do letramento⁶ (STREET, 1984; 1988; 2003; BARTON; HAMILTON, 1998; 2000; BARTON; 2007 [1994]; BARTON; HAMILTON; IVANIC, 2000 – entre outros), da qual emerge uma visão plural que estende o olhar para diferentes usos da escrita, que não são os mesmos em todos os contextos, visto que se associam a diversos domínios da vida. Considerando tais especificidades dos usos da escrita, parece certo que as várias instituições, em que se

⁵ Por 'assistência judiciária gratuita', no âmbito desta pesquisa, compreendemos os serviços dos operadores de Direito prestados sem ônus direto para os demandantes da Justiça – neste caso específico, mediante atuação dos Núcleos de Práticas Jurídicas das universidades que mantêm cursos de Direito – assegurados pela Lei n. 1060, de 5 de fevereiro de 1950.

⁶ Ainda que esses estudos sejam nomeados como 'novos' em língua inglesa, considerando que, nesse idioma, *literacy* significa também *alfabetização* em sentido mais estrito, entendemo-nos liberados desse adjetivo porque, em português, *letramento* é distinto lexicalmente de *alfabetização*, o que, em nossa compreensão, destitui o fenômeno de implicações dessa ordem que requerem a distinção instituída pelo adjetivo 'novos' e que se justificam em língua inglesa. Essa posição, no entanto, não significa que entendamos como 'aquietados' os embates conceituais entre *letramento* e *alfabetização*, mas essa é uma discussão que foge ao escopo desta dissertação.

organiza a sociedade, estruturam suas atividades com a escrita em *eventos de letramento* (HEATH, 1982)⁷, que, por sua vez, ancoram-se em *práticas de letramento*⁸ (STREET, 1988) às quais subjazem relações de poder.

Poderosas instituições sociais, tais como o Poder Judiciário – *esfera da atividade humana* lócus desta pesquisa no que tange ao campo de estudo –, em virtude do papel hegemônico que assumem socialmente, organizam-se sobre *práticas de letramento* vinculadas aos *letramentos dominantes* (BARTON; HAMILTON; IVANIC, 2000)⁹. Por outro lado, boa parte dos sujeitos que demandam da *esfera jurídica* prestações jurisdicionais caracterizam-se por *práticas de letramento* outras, muitas das quais vinculadas a *letramentos vernaculares*, posicionando-se como *outsiders* (KRAMSCH, 1998) daquela *esfera*, na qual se movem circunstancialmente em razão dessas mesmas demandas.

Essas considerações iniciais sinalizam para um possível contraste entre *práticas de letramento dominantes* e *práticas de letramento vernaculares*, foco a partir do qual emerge esta pesquisa, com propósitos de interpretação dos *encontros*¹⁰ entre sujeitos *participantes*

⁷ Por *eventos de letramento*, para os objetivos deste estudo, entendemos os episódios social e historicamente situados em que a escrita esteja em uso e faça parte das interações sociais (HEATH, 1982; HAMILTON, 2000). Retomaremos este conceito à frente.

⁸ Para as finalidades deste estudo, compreendemos por *práticas de letramento* o conjunto de vivências, valores e experiências que constrói e possibilita as inserções sociais dos sujeitos em se tratando dos usos da escrita. (STREET, 1988; 2003; HAMILTON, 2000). Retornaremos a esse conceito à frente.

⁹ No aporte teórico precisaremos nossa compreensão acerca destes conceitos: *letramentos dominantes* e *letramentos vernaculares*.

¹⁰ Por *encontro*, para as finalidades deste estudo, entendemos, à luz de Ponzio (2010; 2008-09), as interações humanas em que a *outra palavra* e a *palavra outra* se envolvem; em última instância, a materialização da intersubjetividade. Estamos cientes de que o autor toma esse conceito no âmbito do que nomeia relações *infuncionais*; arriscamos, porém, estendê-lo para relações que, a exemplo das que ocorrem na *esfera jurídica*, caracterizam-se pela *funcionalidade*, já que se prestam a propósitos muito bem marcados. A proposta dessa extensão conceitual deve-se à compreensão de que o olhar que emprestamos às relações que tematizamos nesta dissertação, tal qual em Ponzio (2008-09), busca lidar com o que o autor chama de *diferenças não indiferentes*, aquelas nas quais importa a historicidade dos sujeitos envolvidos no encontro, os quais não se limitam a serem tomados meramente como parte de grandes categorias

de *eventos de letramento* que têm lugar no âmbito da assistência judiciária gratuita, neste caso a *audiência*, inserindo-nos no universo de atuação de um Núcleo de Prática Jurídica específico, vinculado ao curso de Direito de uma universidade localizada no estado de Santa Catarina.

Para tanto, alicerçamos a área temática desta dissertação nos fundamentos da perspectiva histórico-cultural dos estudos da linguagem, mais especificamente os estudos do letramento – no âmbito da antropologia da linguagem –, em interfaces que vimos propondo em nosso grupo de pesquisa com o dialogismo bakhtiniano – no âmbito da filosofia da linguagem – e com o ideário vigotskiano – no âmbito da psicologia da linguagem. A partir dessa ancoragem teórica, tematizamos o *encontro* entre demandantes da Justiça, na modalidade *assistência judiciária gratuita*, e operadores do Direito, no *evento de letramento audiência*, com enfoque nas *práticas de letramento* desses mesmos demandantes, o que nos remete a uma discussão sobre *universos global e locais* e sua relação com *letramentos dominantes e vernaculares* (CERUTTI-RIZZATTI; ALMEIDA, 2013).

Para esse recorte temático, consideramos como observável o *evento audiência* da *esfera jurídica*, acontecimento em que a escrita cumpre um papel nas relações intersubjetivas que ali são instituídas, e consideramos como passíveis de apreensão e interpretação as *práticas de letramento* subjacentes a esse *evento*, as quais remetem às vivências com a escrita dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Nesse sentido, delimitamos o tema desta dissertação de modo a ocuparmo-nos mais especificamente das implicações das *práticas de letramento* de sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade *assistência judiciária gratuita*, nas relações intersubjetivas que têm lugar na *esfera jurídica*, mormente no tocante ao processo de construção de sentidos em textos escritos que se materializam em *gêneros do discurso* nas *audiências*, as quais se configuram como *eventos de letramento* dessa *esfera*¹¹.

macrossociológicas – neste caso, tão somente 'demandantes da assistência judiciária gratuita'.

¹¹ Como já anunciamos anteriormente, esta dissertação se organiza a partir da proposta de um simpósio conceitual entre os estudos do letramento, o dialogismo bakhtiniano e o ideário vigotskiano (CERUTTI-RIZZATTI; MOSSMANN; IRIGOITE, 2013), olhar com que vimos trabalhando em nosso grupo de pesquisa; daí por que a posposição de conceitos como *gêneros do discurso* e *eventos de letramento*. Vale esclarecer, desde já, que não pretendemos estabelecer correspondências de biunivocidade entre esses conceitos, já que os tomamos como derivados de bases teóricas distintas; nossa proposta é colocá-los em dialogia em razão das convergências que

Vários estudos de cunho etnográfico têm examinado as *práticas de letramento* de indivíduos e de grupos, o que implica atenção aos significados atribuídos à escrita em diferentes contextos socioculturais. Essas pesquisas consistem em um exame detalhado e interpretativo de situações reais, historicamente situadas, as quais estão imbricadas nas relações de poder que, em uma sociedade grafocêntrica, privilegiam certos usos da escrita em detrimento de outros e, por isso, demandam dos sujeitos mobilidade em *eventos de letramento* nos quais podem ser apreendidas tensões culturais e políticas relacionadas à (não) apropriação de determinados usos sociais da escrita requeridos em tais *eventos*.

Esta pesquisa move-se para discussão de uma realidade, a qual, neste caso, caracteriza-se por perpetuar historicamente interações caracterizadas por desequilíbrio de poder. Nos termos de Lahire (2002), compreendemos o âmbito de atuação foco deste estudo, a *esfera jurídica*, como perpassada por um sentimento corporativo, universo em que um grupo que se identifica por *práticas* e objetivos comuns pauta seus *eventos de letramento* em dados usos da escrita socialmente legitimados, como recursos visíveis de reconhecimento desse mesmo grupo e também como tentativa de ação neutra e imparcial que se espera do poder estatal em seus modos de fazer e de dizer (com base em MEDEVIEDEV, 2012 [1928]; FARACO, 2009), visto que "[...] assim como o Estado e o poder são apresentados como entidades superiores e 'neutras', também o código aceito 'oficialmente' pelo poder é apontado como neutro e superior, e todos os cidadãos têm que produzi-lo e entendê-lo nas relações com o poder." (GNERRE, 1994, p. 9).

Compreendemos que o Judiciário tende a resistir a influências exógenas que possam incidir sobre sua configuração historicamente consolidada, o que implica o exercício da uniformização e da homogeneização. Entendemos, ainda, que a busca por esse predicado homogêneo configura uma tentativa de manutenção do *status quo*, na medida em que distancia e negligencia o caráter plural dos grupos sociais. Esse esforço de homogeneização remete a especificidades dos *letramentos dominantes*, os quais são tensionados quando demandas jurisdicionais fazem emergir os *letramentos vernaculares*, construídos no cotidiano, que se colocam em relação a tais *letramentos dominantes*, que, por sua vez, mostram-se nas materializações escritas oficiais

vemos entre essas mesmas distintas teorias. Voltaremos a essa reflexão nos procedimentos metodológicos.

(LAHIRE, 2002) situadas nas *esferas* legal, política, religiosa, escolar etc.

Nesta discussão, não advogamos em favor de um olhar dicotômico para usos *vernaculares* e *dominantes*, porque entendemos seu caráter circunstancial e o predicado agentivo do sujeito, que desenvolve suas próprias práticas em torno de textos socialmente situados. *Práticas vernaculares* podem, portanto, ser respostas a *letramentos* impostos. Algumas respostas *vernaculares* para tais usos da escrita de âmbito oficial não raro objetivam, por exemplo, obstacularizar as intenções dessas demandas. Existem formas com que as pessoas negociam sentidos nas *práticas de letramento*, transformando *letramentos dominantes* para seu próprio uso, pela constante incorporação e transformação de *práticas* hegemônicas. Entendemos também, assim como registrado por Barton, Hamilton e Ivanic (2000) e Barton e Hamilton (1998), que as *práticas de letramento* são moldadas pelas instituições sociais e pelas relações de poder, tanto as *vernaculares* quanto as *dominantes*. É importante, então, ressaltar que *letramentos vernaculares* estão sujeitos às pressões sociais de instituições que os regulam, assim como o estão aqueles *dominantes*; mas, no caso dos primeiros, tais influências podem ocorrer pela família e/ou por outros grupos sociais, embora essas pressões possam ser menos formais que as restrições originadas em âmbitos oficiais.

Tomando por fundamento a heterogeneidade das experiências em sociedade e, por consequência, dos sujeitos que delas participam, defendemos uma postura teórica que recusa a postulação da homogeneidade e da imutabilidade de grupos e configurações sociais porque entendemos possível a mobilidade contínua dos sujeitos entre contextos distintos, nos quais as *práticas de letramento* que se erigem em dados ambientes são constitutivas da identidade dos sujeitos e dos grupos. Dessas discussões depreende-se, portanto, que o *encontro* entre as *práticas de letramento* produz resultados que se devem às particularidades das vivências de cada grupo – que mantém formas próprias de se relacionar internamente valendo-se da escrita para tal, porquanto essas práticas se constituem também a partir dos *encontros* que têm lugar nesses grupos – e também à responsividade dos sujeitos, os quais se movem por outros grupos que não os seus e, naqueles, ressignificam suas *práticas* e a si mesmos.

O interesse por essa relação de tensão configurada na interação entre uma instituição historicizada e os interlocutores que nela se movem está também fundamentado na compreensão de que quaisquer formas de leitura e escrita utilizadas indiciam determinadas

identidades¹² e expectativas sociais acerca de modelos de comportamento e de papéis a serem desempenhados socialmente (STREET; LEFSTEIN, 2007). Tendo em vista a complexidade do fenômeno do *letramento*, no âmbito do qual estão *práticas de letramento* situadas ideologicamente, delineamos nossa questão central de pesquisa: **No que respeita a relações entre *letramentos dominantes* e *letramentos vernaculares*, que implicações¹³ das *práticas de letramento* de sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade *assistência judiciária gratuita*, é possível depreender no seu encontro com operadores do Direito no evento de *letramento audiência* que tem lugar na *esfera jurídica*?**

Em virtude da complexidade de problemas de linguagem ancorados histórica e temporalmente, cuja delimitação de abordagem deve assumir prioridades específicas e socialmente relevantes por parte do olhar atencioso do pesquisador, a questão geral de pesquisa ganha maior precisão nas questões-suporte a seguir registradas: **1) Como se caracteriza o evento de *letramento* em estudo que tem lugar na *esfera jurídica*?; 2) Como se caracterizam as *práticas de letramento* dos sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade *assistência judiciária gratuita*, participantes deste estudo¹⁴; 3) Em havendo as implicações mencionadas na questão geral de pesquisa, como elas reverberam nos processos de construção de sentidos, para textos**

¹² Concebemos *identidade*, para as finalidades deste estudo, na estreita relação da subjetividade com a *alteridade*, compartilhando com Ponzio (2008-2009) a crítica ao conceito de *identidade* tomado à luz das categorias macrosociológicas sempre dicotômicas que apagam as singularidades e lidam com o que o autor chama de *diferença indiferente*.

¹³ O item lexical 'implicações', no âmbito deste estudo não evoca a lógica formalista da relação causal-consecutiva com que tende a ser tomado em abordagens da Linguística Teórica; aqui, o tomamos para referenciar o conjunto de comportamentos, representações, valorações e afins que emergem do recorte do fenômeno em estudo. Entendemos que uma pesquisa de base interpretativista (MASON, 1996) nos permite agir assim.

¹⁴ Não há questão-suporte focalizada nas *práticas de letramento* dos operadores do Direito, porque o foco serão as *práticas de letramento* dos demandantes da Assistência judiciária gratuita, consideradas as restrições de tempo e de aprofundamento que limitam um estudo em nível de Mestrado. Conceberemos, no início da pesquisa, as *práticas de letramento* dos operadores do Direito como convergentes com os *letramentos dominantes*, inferência confirmada ao longo da realização do estudo.

escritos, em gêneros do discurso que têm lugar no evento audiência e que norteiam as demandas jurisdicionais propriamente ditas?

Importa considerar, como retomaremos à frente, que *eventos de letramento* são observáveis e deles se depreendem *práticas de letramento*, as quais só podem ser inferidas nesses *eventos*, não sendo passíveis de observação direta (HAMILTON, 2000; STREET, 2003). Elas incluem questões 'invisíveis', como conhecimentos e sentimentos, e incorporam valores e propósitos sociais. Em virtude de fazerem parte de um contexto em constante mudança e de constituírem a historicidade dos sujeitos, Hamilton (2000) atenta para o fato de que somente algumas especificidades dessas *práticas* podem ser depreendidas dos *eventos* que se ancoram em determinados momentos dessa mesma historicidade, enquanto seus outros aspectos demandam estudo por parte do pesquisador, a fim de que seja possível descrever interpretativamente valores, atitudes e consciências que as constituem, bem como construções e discursos acerca do letramento que se modificam e que variam para cada contexto. O estudo das *práticas de letramento* considera, em nossa compreensão e trazendo Geraldi¹⁵ (2006, p. 173), a "[...] difícil trama entre as determinações e condições sociais de constituição do sujeito pelo que lhe é externo e [nas] ações desse mesmo sujeito alterando essas mesmas determinações e condições". Por conseguinte, os desdobramentos da questão de pesquisa elaborada para este estudo têm por eixo norteador os sujeitos e sua participação nos *eventos* em que a leitura e a escrita cumprem um papel e medeiam as relações intersubjetivas na *esfera jurídica*.

Já os objetivos delineados para este estudo relacionam-se com a questão central de pesquisa e com os seus desdobramentos. A articulação entre ambos representa a materialização de nossa tentativa de compreensão de um fenômeno social vinculado aos usos sociais da escrita. Considerando relações entre *letramentos dominantes* e *letramentos vernaculares*, o objetivo geral a que se propõe este estudo é

¹⁵ Evocação pontual, ao longo dissertação, a João Wanderley Geraldi (GERALDI, s.d.) é feita sob a ciência de suas distinções em relação aos estudos do letramento e decorrem de nossa compreensão de que, quando trazemos sua voz em articulação a esse tema, o fazemos em nome do simpósio que propomos neste estudo, do qual a filosofia da linguagem bakhtiniana é parte. Em nossa compreensão, as bases fundantes, em se tratando da concepção de *língua* como prática social e de *sujeito* como histórica e culturalmente situado, são substancialmente próximas no simpósio que propomos, em que pesem distinções de outra ordem.

depreender implicações – e interpretá-las analiticamente – das práticas de letramento de sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade assistência judiciária gratuita, no seu encontro com operadores do Direito no evento de letramento audiência que tem lugar na esfera jurídica e do qual participam esses sujeitos.

No tocante aos objetivos específicos, estes são oriundos dos desdobramentos das questões-suporte de pesquisa e constam nas seguintes alíneas: **a) caracterizar o evento de letramento em estudo que tem lugar na esfera jurídica; b) Caracterizar práticas de letramento dos sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade assistência judiciária gratuita, participantes deste estudo; c) em havendo as implicações tematizadas no objetivo geral, identificar como elas reverberam nos processos de construção de sentidos, para textos escritos, em gêneros do discurso que têm lugar no evento audiência e que norteiam as demandas jurisdicionais propriamente ditas.**

As concepções de *linguagem* e de *sujeito* de que nos valem para a realização deste estudo, em atenção às caracterizações e identificação mencionadas nos objetivos específicos anteriormente explicitados, compreendem a constituição da subjetividade como processo inarredável da relação com o outro (PONZIO, 2008-09; GERALDI, 2010a). Nas negociações de sentidos por meio das quais nos construímos e transformamo-nos, contrapalavras são requeridas às nossas especificidades subjetivas. Em termos de minha singularidade ¹⁶, – que não me insulariza, nem é linear ou estática, mas que, neste instante de escrita, está ancorada em um tempo na história e em um contexto particular da minha condição de sujeito datado e corpóreo – trago comigo motivações e propensões singulares agenciadas por meu lugar social ativo, as quais se materializam em minhas escolhas discursivas de ação, na medida em que "[...] las prácticas letradas en las que un individuo se vê envuelto cambian durante su vida como resultado de exigências en continuo cambio, recursos disponibles e intereses personales."¹⁷ (BARTON; HAMILTON, 2004, p. 120).

¹⁶ Optarei, em alguns momentos, pelo uso da primeira pessoa do singular sempre que sentir a necessidade de me marcar explicitamente na autoria da enunciação.

¹⁷ Tradução nossa: "[...] as práticas letradas em que um indivíduo se vê envolvido mudam durante sua vida como resultado de exigências e contínua mudança, recursos disponíveis e interesses pessoais."

Algumas inclinações e relações intersubjetivas que me constituem identitariamente contribuíram para uma circulação na *esfera jurídica*, mediante o ingresso em um curso universitário de Direito. Na vivência que durou três semestres, sobre a qual não ousou afirmar que resultou *inserção*, foram-me requeridos *atos de dizer*¹⁸ para os quais eu não contava com vivências anteriores que ativassem qualquer *resumo de experiências* (LAHIRE, 2002) que me auxiliassem na nova demanda. As únicas situações sociais rememoradas em meu repertório de interações deram-se nas ocasiões em que familiares meus demonstravam incompreensões acerca de documentos originados daquela *esfera*, esta que exigia desses sujeitos – *outsiders* da *esfera jurídica* – *atos de dizer* em resposta aos escritos oficiais a eles dirigidos. Esses significados construídos em minha vida cotidiana atentaram para um *problema de linguagem*, conceito tão caro aos estudos em Linguística Aplicada, que emergia nos obstáculos com que se defrontavam, nas experiências diárias com leitura e escrita, os sujeitos com os quais eu interagira e que pertenciam a contextos de vulnerabilidade social.

As tensões de que tratamos neste estudo têm implicações de poder que permeiam as relações intersubjetivas, e dessa tensão, percebemos a falha na pretensão da homogeneidade antes mencionada, pois "[...] os cidadãos, apesar de declarados iguais perante a lei, são, na realidade, discriminados já na base do mesmo código em que a lei é redigida." (GNERRE, 1994, p. 10). Ainda que meu relato pareça tematizar uma constatação social, a de que a prática discursiva da *esfera jurídica* se mostra efetivamente distante da população em geral, acredito, pois, que o estudo do problema de linguagem que se mostra no encontro entre *práticas de letramento vernaculares* e *práticas de letramento dominantes* pode ultrapassar constatações superficiais para alcançar um olhar atento e sensível aos meandros das relações de poder que naturalizam ou rotinizam *práticas de letramento* de grupos sociais influentes.

No tocante ao âmbito jurídico, a configuração histórica da escrita parece ter fossilizado métodos, ações e formas linguísticas. Afora o que entendemos ser um engessamento institucional, a *esfera* forense carrega marcas históricas de uma inextrincável relação entre a instituição, a escrita e o poder. A lide que emerge da *esfera jurídica*, enquanto abstração do conflito de interesses entre sujeitos, é a manifestação de uma relação intersubjetiva que se materializa em *eventos de letramento*, na medida em que se percebe o Judiciário – um dos três poderes que

¹⁸ Uso *ato*, aqui, no sentido bakhtiniano do termo (BAKHTIN, 2010 [1920-24]).

constituem o Estado – como um dos interactantes, representado pelos operadores do Direito, como o *outro* da interação, ainda que se trate de entidade socialmente consolidada e institucionalizada da qual se originam produções escritas em que se pauta a sua práxis.

A materialização do discurso jurídico, caracterizada por seu alcance público e por seu predicado formal, produtor de relações tensas (LAHIRE, 2002), abarca um sistema ideológico constituído que interfere no cotidiano difuso e promove, por consequência, a interferência dos *letramentos dominantes* nas vivências *vernaculares* (BARTON; HAMILTON, 1998). E, ademais, em se tratando do tema desta proposta de estudo, importa o registro, já dado no senso comum, de que recorrer ao Poder Judiciário é ato que traz consigo implicações de cidadania, as quais se instituem nas relações intersubjetivas mediadas pela linguagem, processo que requer co-construção de sentidos no que respeita a todos nele envolvidos. Faz-se necessário, então, compreender as *práticas de letramento* em que esteja envolvido o grupo alvo para, a partir daí, depreender implicações da burocracia estatal nos processos de participação dos indivíduos na cultura escrita. Concebe-se, neste ponto, cultura escrita como o "[...] lugar – simbólico e material – que o escrito ocupa em/para determinado grupo social, comunidade ou sociedade." (GALVÃO, 2010, p. 218).

Entendo haver, hoje, a existência de uma cultura linguística enraizada na sociedade brasileira que edificou um sistema valorativo à linguagem do meio jurídico, na medida em que compreendo que "[...] las prácticas letradas están modeladas por las instituciones sociales y las relaciones de poder, y algunas literacidades se vuelven más dominantes, visibles e influyentes que otras."¹⁹ (BARTON; HAMILTON, 2004, p. 113). Assim, interessa-me estudar as implicações das *práticas de letramento*, em que já estão envolvidos os *participantes* dos *eventos de letramento* da *esfera jurídica*, na relação, que tributamos como sendo de tensão, estabelecida pelo *encontro* com as *práticas* característica dessa *esfera*. O exercício de uma sensibilidade, por parte do pesquisador, é requerido nessa seara, principalmente no que respeita às mencionadas *práticas* que figuram nos entornos sociais em que se inserem os sujeitos envolvidos neste estudo.

Tanto nos espaços mais visíveis como nos menos visíveis há configurações particulares em que se pautam as *práticas de letramento*,

¹⁹ Tradução nossa: [...] as *práticas de letramento* são moldadas pelas instituições sociais e pelas relações de poder, e alguns letramentos se tornam mais dominantes, visíveis e influentes que outros.

e existem maneiras regulares de se atuar nesses contextos específicos, as quais são compartilhadas por sujeitos pertencentes a determinados grupos que coexistem em virtude de compartilhamentos culturais. Nesse sentido, o conceito de *práticas de letramento* alude às formas com que cada grupo cultural vivencia, atribui valores e interpreta os *eventos* em que os usos sociais da escrita estão presentes.

O enfoque em tais usos concretos da escrita, situados no tempo e no espaço, traz para a pesquisa acadêmica em Linguística uma consideração das diferenças nesses usos, os quais são contingenciados pela historicidade das vivências. As *práticas de letramento* são um construto cultural depreensível a partir do estudo dos *eventos de letramento* e, por suas raízes históricas, têm relevância para a compreensão do sistema social-ideológico que uma sociedade constitui em sua cronologia.

Com a finalidade de alcançar os objetivos a que nos propomos, organizamos esta dissertação em cinco capítulos. O primeiro deles corresponde à discussão teórica sobre a qual se pauta esta pesquisa, no qual os *estudos do letramento* são apresentados em relação com o arcabouço teórico bakhtiniano e, em menor incidência, com o ideário vigotskiano. No segundo capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos fundamentados em uma abordagem qualitativa atenta aos contextos em que se situam os sujeitos e, por consequência, os usos da escrita. Em seguida, iniciamos, no terceiro capítulo, a interpretação dos dados gerados em nossa pesquisa de campo, a partir da caracterização do *evento de letramento audiência* situado na *esfera jurídica*, em atenção ao *encontro* estabelecido entre demandantes da Justiça e os operadores do Direito. Já no que tange à segunda questão-suporte de pesquisa, caracterizamos as *práticas de letramento* de seis sujeitos participantes de pesquisa cujas *audiências* também constituíram o objeto de nosso estudo – discussão que corresponde ao quarto capítulo. Por fim, problematizamos as implicações das *práticas de letramento* desses sujeitos no processo de construção de sentidos para textos escritos que orientam suas demandas processuais, configurando, desse modo o último capítulo de interpretação dos dados.

2 A COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES INTERSUBJETIVAS MEDIADAS PELA MODALIDADE ESCRITA DA LÍNGUA SOB A ÓTICA DE UM SIMPÓSIO CONCEITUAL

*Somente do lugar onde eu estou é
possível ver o outro. Daí a
necessidade de precisar ocupar o
lugar e não fugir dele, de não
encontrar álibi para deixar ele vazio,
não deixar outro querer ocupar o meu
lugar, mesmo que seja impossível:
mas os dominantes fazem esse jogo,
constroem o sentido de que podem
ocupar o meu lugar, até o meu lugar
de pensar. (Valdemir Miotello)*

Entendemos que os estudos do letramento podem ser inscritos em um quadro epistemológico contemporâneo que busca ressignificar formas de lidar com o conhecimento, comprometendo-se – como quer a Linguística Aplicada – com um paradigma social e político que desafia o pensamento monológico e teórico (com base em BAKHTIN, 2010 [1920-24]). Sob essa perspectiva, criar inteligibilidades sobre a vida social, mormente acerca de grupos não hegemônicos, historicamente ofuscados pelas lentes dominantes, implica a assunção de uma postura teórica e crítica no que respeita aos sujeitos e às suas relações em sociedade. Assim considerando, para este projeto, valemo-nos de um aporte teórico que se erige sob uma concepção de *língua/linguagem* como vivência histórico-cultural, tomando a subjetividade como um processo que se delineia na relação com o *outro* – a alteridade na perspectiva do *encontro* (PONZIO, 2010) –, a partir da filosofia bakhtiniana da linguagem (BAKHTIN, 2011 [1979]; 2011 [1952-53]; 2010 [1920-24]).

Com a finalidade de buscar tais inteligibilidades sobre como atividades humanas estão organizadas por meio da linguagem, principalmente no que concerne aos usos da modalidade escrita historicamente situados, fundamentamo-nos nos estudos do letramento, cujas teorizações vinculam-se a uma abordagem antropológica da linguagem (STREET, 1984; KLEIMAN, 2001 [1995]; BARTON, 2007 [1994]; HAMILTON; BARTON; IVANIC, 2000 – entre outras importantes obras). Consideramos, também, a existência de uma dimensão psicológica da linguagem (VIGOTSKI, 2000 [1978]),

segundo a qual a apropriação de conhecimentos se dá nas relações *interpsicológicas* – que, com base em Geraldi, Fichtner e Benites (2006), nomeamos *intersubjetivas*. E, ainda à luz do ideário vigotskiano, nosso estudo busca atentar, não para um relativismo absoluto, mas para a relatividade semiótica de que trata Kramsch (2004), entendendo que os usos da escrita ganham sentidos e são objeto de apropriação por parte dos sujeitos no âmbito de seu grupo social – entendimento em que consideramos relações entre microgênese e sociogênese (VIGOSTKI, 1997 [1987]) –, não descurando, porém, da dimensão ontogenética mais ampla a partir da qual tais usos se historicizam como parte da vida humana.

Temos atuado, pois, como grupo de estudos, a partir de uma concepção de *língua* à luz da filosofia da linguagem bakhtiniana, da antropologia da linguagem no que respeita aos usos sociais da escrita e da psicologia da linguagem vigotskiana, em um delineamento teórico a que temos chamado *simpósio conceitual*²⁰ (CERUTTI-RIZZATTI; MOSSMAN; IRIGOITE, 2013), a partir do qual fundamentamos nossa pesquisa e cujos desdobramentos serão objeto de nossa atenção nas seções que seguem.

2.1 LETRAMENTO: USOS SOCIAIS DA ESCRITA SITUADOS HISTÓRICO-CULTURALMENTE

Discutir o fenômeno²¹ do *letramento* implica considerar, inicialmente, que, devido à vinculação tradicionalmente configurada da *alfabetização* à aprendizagem das primeiras letras, fez-se necessário buscar outros modos de dizer capazes de abarcar as formas de inserção no mundo da escrita, universo esse "[...] organizado segundo sistemas

²⁰ Ao longo da leitura deste capítulo teórico, a opção por essa conciliação teórica pode suscitar a compreensão de que estejamos nos valendo de conceitos em excesso. Atentamos, porém, que todos os muitos conceitos aqui agenciados correspondem aos três mencionados corpos teóricos: a antropologia da linguagem dos estudos do letramento, a filosofia da linguagem bakhtiniana e a psicologia da linguagem vigotskiana. Assim, tais conceitos encontram-se articulados no diagrama que apresentaremos no próximo capítulo como proposta para nortear o processo de análise dos dados na dissertação.

²¹ Neste projeto, tomamos *fenômeno* no sentido de um conjunto de práticas situadas de uso da escrita que se oferecem à observação da inteligência humana, em busca de convergir com as filosofias da existência e de fugir de perspectivas essencialistas abstratas.

específicos de referência e do qual estaria excluída a maioria da população, por razões de interesse político e econômico" (BRITTO, 2005, p. 8). Entendemos que o primeiro sinal dessa preocupação social aparece nas reflexões de Paulo Freire²² (1996; 1981; 1990) na construção de sua pedagogia crítica. Com sua obra dedicada à projeção das vozes de grupos historicamente silenciados, o autor propõe discussões que entendem a *alfabetização* como fenômeno que transcende a mera aquisição de habilidades cognitivas individuais. Com a preocupação mais fecundamente pautada no ensino, Freire (1996) explica que o ato de ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica, na medida em que ela incita sempre um posicionamento político diante da realidade. Ao encontro desse posicionamento, em outra obra, o educador, em coautoria, escreve:

A alfabetização, como construto radical, devia radicar-se em um espírito de crítica e num projeto de possibilidade que permitisse às pessoas participarem da compreensão e da transformação de sua sociedade. Com domínio de habilidades específicas e de formas particulares de conhecimento, a alfabetização devia tornar-se uma precondição da emancipação social e cultural. (FREIRE; MACEDO, 1990, p. 2).

Em nível internacional, tais novas compreensões marcaram-se pela expressão *New Literacies Studies*, dado que a palavra *literacy*, em língua inglesa, denotava de modo prevacente, até então, conteúdo que, no Brasil, nomeamos *alfabetização*. Desses novos olhares no campo dos estudos da escrita, marcadamente mais amplos, sob o ponto de vista antropológico, no que respeita ao espectro de abrangência dos estudos acerca da modalidade escrita, emergiu o termo *letramento* em nível

²² Estamos cientes de ressalvas, como em Saviani (2008 [1983]) e em Duarte (2004), sobre posicionamentos de Paulo Freire que o vinculariam a uma abordagem tida como inscrita em uma Escola Nova Popular, o que o distanciaria do ideário vigotskiano, centrado em uma perspectiva de ensino e de aprendizagem e sob cuja ótica o professor ensina a seus alunos. Mesmo diante dessa ciência, já que temos o ideário vigotskiano como parte de nossa base teórica, mantemos essa remissão ao pensamento freireano que, nessas menções, não entendemos conflitante com os fundamentos deste estudo, sobretudo porque nosso enfoque não é a educação escolar em si mesma.

nacional, com sentidos formalmente lexicalizados na edição de 2001 do Dicionário Houaiss²³, conotando usos sociais da modalidade escrita.

Devido às novas demandas sociais propulsionadas, em grande medida, pela sociedade urbano-industrial, portanto, o conceito de *letramento* emergiu com novos contornos e direcionou os estudos sobre a escrita para delineamentos teóricos diversos, em relação aos quais essa modalidade da língua medeia, de modo prevalecente, diversas interações humanas em sociedade. Em razão dos contextos vários possíveis, representados por esses delineamentos, vertentes acerca do fenômeno se constituíram para dar conta de questões socialmente relevantes que envolvem os usos sociais da escrita. Podemos elencar diferentes desdobramentos de estudo do *letramento*, que atualmente se fazem visíveis.

Dentre tais desdobramentos, alguns tendem a conceber *letramento* em uma perspectiva focada na educação, a exemplo de estudos derivados do pensamento de Soares (1998). Em nossa compreensão, trata-se de uma abordagem que parece não vir tendo continuidade em publicações atuais, em um aparente afastamento dessa autora em relação ao conceito de *letramento*. Uma outra seara de discussão, levada à cena por autores como Mary Kalantzis e Bill Cope, organiza-se a partir de uma perspectiva de *multiculturalismo* e seus desdobramentos, dentre os quais é decorrente o conceito – academicamente bastante em voga – de *multiletramentos*, o qual tem ecoado em nível nacional em publicações de vários autores.²⁴

Distinguimo-nos de ambas as vertentes, filiando-nos a uma compreensão que toma *letramento* na perspectiva da ecologia dos usos da escrita (BARTON, 2007 [1994]; STREET, 1984), o que implica concebê-los na perspectiva da escolarização, mas também para além dela, tanto quanto compartilhamos de cuidados, tal qual em Street (2000), em relação ao risco da reificação de concepções como *múltiplos* letramentos ou *multiletramentos*. Quanto a *múltiplos letramentos*, escreve o autor: "In characterising literacy as multiple, it is very easy to slip into then assuming that there is a single literacy associated with a single culture, so that there are multiple literacies just as there are, supposedly, multiple cultures"²⁵ (STREET, 2000, p. 19). Já no tocante a

²³ "[...] conjunto de práticas que denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito." (HOUAISS, 2001, p. 1747).

²⁴ A exemplo de Roxane Rojo.

²⁵ Tradução nossa: Ao caracterizar o letramento como múltiplo, é muito comum proceder à assunção de que há um único letramento associado a uma única

multiletramentos, entende que é preciso criticar: "[...] the further extensions of 'multi-literacy' into, for instance, political literacy, or emotional literacy, thereby using the term as a metaphor for competence."²⁶ (STREET, 2000, p. 19). Assim considerando, assumimos, para as finalidades deste estudo, a perspectiva antropológica com base em Heath (1982) – referendada por Street (1988) e Barton (2007 [1994]) –, segundo a qual um *evento de letramento* constitui uma interação em que a escrita desempenha algum tipo de papel. Desse modo, entendemos que o conceito de *letramento* implica a presença da escrita, de forma mais visível e mais prevacente ou de forma apenas inferível; de todo modo, em nossa compreensão, há que haver escrita.

A partir desse conjunto de vozes com base na antropologia da linguagem, constituímos-nos e, importa reiterar, responsivamente, inscrevemo-nos em uma vertente sustentada pelo diálogo que a antropologia da linguagem promove por meio de estudiosos como Brian Street, David Barton, Mary Hamilton, James Paul Gee e Shirley Brice Heath. Tais nomes viabilizaram discussões de natureza etnográfica e antropológica em nível internacional, o que no Brasil foi revozeado e ampliado sobretudo pelos estudos de Angela Kleiman, mantendo como foco um olhar antropológico para os usos da escrita, com atenção à *ecologia* desses mesmos usos, Ainda que essa vertente tenha imbricamentos com aquela imediatamente anterior, nossa filiação a ela dá-se apenas na vinculação que mantém com tais estudiosos do Reino Unido. Distinguimo-nos, pois, de abordagens que têm como foco *multiletramentos* como campo conceitual axial.

Pautadas, então, na compreensão do letramento associado à concepção de escrita como prática social, entendemos que o fenômeno só pode ser coerentemente estudado em atenção aos diferentes contextos em que leitura e escrita se fazem presentes. Contextualizar, sob as lentes teóricas que ancoram este estudo, implica depreender, em contato com diferentes sujeitos em diferentes espaços sociais, valorações e modos de utilização da modalidade escrita da língua, levando em consideração a natureza das relações intersubjetivas que se gestam em certas esferas da atividade humana, a configuração espaço-temporal dessas relações, em constante atenção às implicações de poder sob as quais essas relações se

cultura, e que há múltiplos letramentos, assim como, supostamente, há múltiplas culturas.

²⁶ Tradução nossa: As extensões seguintes de 'multiletramento' incluem, por exemplo, o letramento político, ou letramento emocional, utilizando, desse modo, o termo como uma metáfora para competência.

engendram. Para atentar a tais especificidades das relações humanas socialmente situadas, optamos por propor o diálogo do conceito de *evento de letramento* (HEATH, 1982) com o que Ponzio (2008-09) tem chamado de *encontro*, na busca de compreender as singularidades que emergem em tais *eventos*.

Importa registrar também aqui, como desdobramento dessa discussão, nossa compreensão de que a aprendizagem do sistema alfabético só se constitui como significativa para os sujeitos quando eles fazem uso desse sistema para propósitos interacionais efetivos ou, ainda, quando os *encontros* que entabulam com o outro requerem tal mediação simbólica. Com base nessa compreensão e objetivando focalizar a modalidade escrita da língua em sua condição de instituidora de relações intersubjetivas histórica e socialmente situadas, os estudos de letramento focalizam aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita, na busca por compreender o que ocorre nas sociedades quando a escrita é adotada em suas atividades (STREET, 1984).

Em âmbito internacional, para o recorte de interesse deste estudo, o deslocamento da concepção de *letramento* focada no indivíduo²⁷ ocorreu fundamentalmente mediante os estudos de Street (1984), que problematizou os modos com que as pessoas, em grupos, valem-se da escrita para atendimentos de demandas socialmente estabelecidas e situadas, em detrimento do enfoque prevalecente na constatação e na mensuração de habilidades cognitivas individuais. A reflexão sobre o *letramento* como um conceito que transcende o domínio do sistema alfabético e a alta escolarização, mas que não denega ambos, ganhou espaço no estudo que o vê historicamente situado, cambiante e enraizado no passado, que historiciza o sujeito e os diferentes grupos sociais. Interessa-nos esse olhar, mas sempre na tensão entre tais usos situados e aqueles usos da escrita que ganharam o *grande tempo*, no sentido bakhtiniano do termo, nos quais o presente, o passado e o futuro dialogam e por meio dos quais diferentes espaços socioculturais se imbricam, questão à qual retornaremos à frente.

Implicando a *ecologia* dos usos, o fenômeno do letramento é concebido nas complexas articulações que se estabelecem com o processo de alfabetização. Nesse sentido, vale considerar que os sujeitos, aprendem a ler e escrever para fazer uso desses processos nas interações que estabelecem nas diferentes *esferas da atividade humana* (VOLÓSHINOV, 2009 [1929]). Sob essa perspectiva, acolhem-se

²⁷ A mencionada concepção tem como alguns de seus representantes Patrícia Greenfield, David Olson e Angela Hildyard.

concepções de alfabetização de base histórico-cultural que advogam em favor do ensino e da aprendizagem do sistema alfabético no âmbito das práticas sociais de uso da escrita, fugindo de concepções imanentistas de alfabetização, segundo as quais importa ensinar e aprender o sistema alfabético para, 'depois', usá-lo em interações sociais. Essa questão tem implicações de fundo neste estudo, que lida com participantes de pesquisa que suscitam diferentes níveis de alfabetismo (INAF, 2009).

Nesta discussão, importa considerar que, muitas vezes, mesmo não havendo o processo formal de aprendizado do sistema alfabético, os usos sociais da escrita podem ser resultado da mobilidade/circulação social e cultural dos sujeitos, ainda que não tenha havido o aprendizado da escrita, de modo que, como afirmaram Barton e Hamilton (2000, p. 13), "[...] people can be incorporated into the literacy practices of others without reading or writing a single word."²⁸. Letramento, nesse último sentido, implica viver no mundo da escrita e ter condições de operar *minimamente* com os modos de pensamento e de produção oriundos da cultura escrita (BRITTO, 2005). A mencionada *minimidade*²⁹ emerge, em nossa compreensão, em situações vivenciadas na sociogênese (VIGOTSKI, 1997 [1987]), tais como a mobilidade social³⁰ de um sujeito não alfabetizado em situações como identificar linhas de ônibus – textos escritos que esse mesmo sujeito não é capaz de decodificar efetivamente, mas que 'informam' por um conjunto de marcas semióticas usadas em contextos específicos – discussão que nos remete a Soares (1998) e sua abordagem focada na escolarização, mas em relação à qual Britto (2003a; 2012) enfatiza a necessidade de não perder de vista o cuidado com que esses usos venham a ser descritos e tematizados, em nome de não advogar em favor de um pragmatismo estreito que insularize os sujeitos nessa mesma condição, preocupação que também

²⁸ Tradução nossa: Pessoas podem incorporar *práticas de letramento* de outros sem ler ou escrever uma única palavra.

²⁹ Entendemos que o conceito de *ecologia* (BARTON, 2007 [1994]), de que trataremos à frente, nos permite compreender que, em determinados contextos culturais, esses usos são prevaletentes, enquanto em outros não o são. Por ainda não sabermos como nomear esse segundo caso sem incorrer em concepções que remetem a 'déficit' e a 'lacunas', arriscamos esse uso aqui.

³⁰ Fazer uso da escrita em sociedade implica mobilidade social. O fato de se conseguir deslocamento físico (a utilização do transporte público, por exemplo), em culturas urbanas, por meio da modalidade escrita, metaforiza uma das implicações do fenômeno, que é o trânsito por diversas *esferas de atividade humana*.

encontramos em Street (2003), quando contra-argumenta em relação ao risco da *romantização dos usos vernaculares*.

Entendemos, por conseguinte, que a compreensão do *letramento* como prática social faculta o entendimento de que a não apreensão do código escrito não implica, necessariamente, ausência de usos da escrita. De semelhante posicionamento compartilha, fora dos estudos do *letramento* na perspectiva com que tomamos o fenômeno aqui, Geraldini (2010a, p. 41) quando, ao citar Illich (1991), argumenta que "[...] numa sociedade com *letramento*, não há sujeitos absolutamente leigos: também aqueles que não lêem e não escrevem são atingidos pela escritura.". Esse *letramento*, assim, conforme o sufixo *-mento*, formador do vocábulo, sugere, pode ser o resultado de uma ação – neste caso, a ação que gera a condição adquirida por grupos sociais e "[...] que lhes permite utilizar as competências de ler e escrever para atuar nos espaços sociais organizados em função da escrita [...]" (BRITTO, 2003b, p. 52) ou o processo pelo qual os indivíduos constroem e ressignificam suas relações intersubjetivas mediadas por essa modalidade da língua.

Há diversas maneiras de se fazer uso social da escrita, consoante nos apontam Barton e Hamilton (2004). Além da atividade de leitura e escrita, os sujeitos podem incorporar-se em *práticas de letramento*, com as quais não estão familiarizados. Exemplo de *eventos* que tendem a incidir sobre nossas representações de mundo é a publicidade a que somos expostos diariamente. Tais incidências, no entanto, não validam concepções acerca de uma eventual passividade dos sujeitos, tomados como meros receptores de uma mensagem; a concepção de *sujeito* correspondente à epistemologia aqui eleita considera-os como responsivos e detentores de *contrapalavras* (BAKHTIN, 2011 [1979]). Sempre há, portanto, reações-resposta a todos os *eventos de letramento* dos quais optamos por fazer parte ou daqueles de que participamos indiretamente sem qualquer deliberação pessoal e, portanto, nos quais não assumimos a condição de protagonismo como *participantes* no sentido que Hamilton (2000) toma o conceito³¹.

Tal como afirmaram Barton e Hamilton (2004), o *letramento* é, em sua essência, fenômeno social e está inarredavelmente presente nas relações intersubjetivas contemporâneas. Essa presença pode variar, porquanto sujeitos inseridos em diferentes espaços sociais lidam com a escrita de modo distinto (BARTON; HAMILTON; IVANIC, 2000); apropriam-se (mais efetivamente ou menos efetivamente) da escrita e utilizam-na em construções culturais de maneiras diversas. Nesse

³¹ Voltaremos a esse conceito à frente.

sentido, a metáfora da *ecologia* em se tratando do letramento, proveniente da conceituação de letramento como "ways of using written language"³² (IVANIC, 1998, p. 58), proposta por Barton (2007 [1994]), refere-se às necessidades e aos propósitos sociais que dão origem aos usos da modalidade escrita da língua, usos que possuem seu próprio "nicho ecológico", do qual derivam suas diversas configurações culturais específicas. Cada grupo caracteriza-se por particularidades nesses usos, justificadas por processos interacionais vivenciados de forma diferenciada, nos quais a leitura e a escrita assumem papéis mais centrais ou de fato marginais. De acordo com Ivanic (1998), a modalidade escrita da língua é absolutamente prioritária em se tratando dos propósitos de um sujeito que se dirige para uma biblioteca e lê uma obra literária ou científica, e menos prioritária nesses mesmos propósitos em se tratando de uma estada em um *shopping center*, por exemplo.

Os lugares que ocupam alguns temas nos estudos do letramento, tais como a *cultura*³³ e a *sociedade*, instigam reflexões acerca da complexidade do fenômeno do *letramento*, consoante nos aponta Ivanic (1998). Com base nessa autora, o *letramento tomado como fenômeno* é, ao mesmo tempo, *menos* e *mais* que a linguagem em si mesma e por isso não pode permanecer circunscrito apenas ao âmbito dos estudos da linguagem em sentido estrito. É *menos* porque a linguagem comporta a escrita e a oralidade, e o fenômeno do *letramento* tem na escrita o seu foco; é *mais*, porquanto se refere a um universo mais amplo que a linguagem. Tal amplitude diz respeito à interação como sua realidade fundamental, a qual só pode ter existência na historicidade e na presença de sujeitos corpóreos e datados. "Como toda actividad humana, la literacidad es esencialmente social y se localiza en la interacción interpersonal"³⁴ (BARTON; HAMILTON, 2004, p. 109). Cada uso pressupõe um espectro de ação específico, ou, como prefere Barton (2007 [1994]), um *domínio específico*: em uma interface com o conceito

³² Tradução nossa: modos de utilização da linguagem escrita.

³³ Por *cultura*, para as finalidades deste estudo e a partir de Gačev (2011), compreendemos o que é criado e fabricado no curso da vida e da história de um grupo social, em se tratando de manifestações do trabalho humano em relação ao ambiente natural em que vive e em relação ao outro com quem vive, o que, nessa condição, distingue-se de um grupo social para outro e de um tempo histórico para outro.

³⁴ Tradução nossa: Como toda atividade humana, o letramento é essencialmente social e se localiza na interação interpessoal.

de *esfera* (VOLÓSHINOV, 2009 [1929]), vale mencionar a *esfera escolar*, a *esfera religiosa*, a *esfera acadêmica*, a *esfera jurídica* etc. Em cada extensão que abarca os usos da escrita, há princípios de funcionamento que atendem às exigências sociais para sua materialização³⁵ visto que "[...] existen diferentes literacidades asociadas con diferentes ámbitos de la vida"³⁶ (BARTON; HAMILTON, 2004, p. 113). Tais exigências são resultado dos enlaces entre microcontextos e formações sociais mais amplas que constituem *as* e são constituídos no âmbito *das* relações intersubjetivas.

A natureza complexa do fenômeno do *letramento* impõe-nos a necessidade de considerar – mas de não se limitar a – dimensões *cognitiva* e *psicológica* implicadas nos usos da linguagem. Para tal relação inter-teórica, lançaremos mão dos estudos de Vigotski (2000 [1978]), aos quais vimos fazendo menção e segundo os quais a linguagem é um instrumento psicológico de mediação simbólica que possibilita a interação humana em sociedade. O pensamento vigotskiano é suporte tanto para a consideração de tal instrumento fundador das interações subjetivas quanto para as discussões que registraremos mais à frente sobre os universos *global* e *local*.

Os processos tecnológicos e os sistemas de organização social incidem sobre o papel conferido à modalidade escrita da língua nessas mesmas relações interpessoais. Nas sociedades em que o grafocentrismo é crescentemente mais substantivo (FISCHER, 2006; BRITTO, 2012), entendemos que somente o *modelo ideológico* de *letramento* (STREET, 1984) – do qual nos ocuparemos à frente –, devido aos princípios que o sustentam, é capaz de eliciar os traços diferenciados – e por que há diferenças – com que cada sujeito constrói sentidos nos *eventos de letramento* de que participa no âmbito de seu grupo social. Esse delineamento subjetivo decorre das *práticas de letramento* que fazem parte de seu cotidiano, na medida em que a identidade dos sujeitos está *implicada em e é construída por* essas práticas sociais que refletem valores, padrões e propósitos específicos de cada contexto de atividade. "It is not only the decision to use literacy but also the way in which it is used which is culturally shaped: imbued with the values, beliefs and

³⁵ "There are clearly underlying conventions and assumptions around literacy events that make them work." (STREET, 2000, p. 21). Tradução nossa: Há, claramente, convenções e suposições tácitas em torno dos *eventos de letramento* que os fazem funcionar.

³⁶ Tradução nossa: Existem diferentes letramentos associados a diferentes âmbitos da vida.

power relations which exist in the cultural context"³⁷. (IVANIC, 1998, p. 66). Assim, no âmbito dos estudos que se prestam às manifestações escritas situadas histórico-culturalmente e às suas implicações sociais, deu-se às vivências um espaço que lhes era devido, visto que as pesquisas que concebem o sujeito descontextualizada e abstratamente não comportam a realidade material e não atendem às demandas sociais de transformação pelas quais o novo olhar aplicado³⁸ da ciência tem pleiteado.

Nesse sentido, quando tratamos de *práticas de letramento* como *práticas sociais*, incorremos em uma tautologia necessária, visto que, quando avaliamos aquelas como *práticas sociais*, eliciamos o caráter dialógico – no sentido bakhtiniano (BAKHTIN, 2008 [1929/1963]) do termo – do *letramento* em suas manifestações: a relação entre *práticas* e *cultura* desenha quadros axiológicos que estão em constante processo de contestação e mudança, no que temos entendido como *emergência dialógica*. Nesse debate mais amplo que se pretende distante da reificação da escrita (STREET, 2000), há a consideração da *ecologia* dos usos em lugar da visão *autônoma* – no sentido que Street (1984) atribui a esse adjetivo – que postula a existência apenas e usos homologados da escrita, do qual decorrem processos de legitimação em que "[...] socially powerful institutions, such as education, tend to support dominant literacy practices [...]"³⁹ (BARTON; HAMILTON; IVANIC, 2000, p. 12). Em virtude do caráter social e dialógico da escrita, são diversificados os papéis que os textos podem exercer nas atividades de cada sujeito envolvido em um acontecimento social no qual a escrita esteja presente. Sobre o processo dialógico, Corrêa (2004, p. 229) escreve:

[...] o sujeito e seu discurso sempre se constituem pela negociação com outros sujeitos e discursos (com o *interdiscurso*), as negociações mostradas

³⁷ Tradução nossa: Não se trata somente da decisão de usar o letramento, mas também do modo com que este é usado, que é culturalmente moldado: penetrado por valores, crenças e relações de poder que existem no contexto cultural.

³⁸ Não nos referimos aqui ao *aplicacionismo* com que a Linguística Teórica tende a conceber essas questões, mas às bases de uma Linguística Aplicada de fato autônoma e produtora de teorias, conforme discussões em Moita Lopes (2006).

³⁹ Tradução nossa: Poderosas instituições sociais, tais como a educação, tendem a apoiar *práticas de letramento* dominantes.

no texto escrito abrem a possibilidade de observar o aspecto dialógico constitutivo também dessa sua prática, ainda que nela atuando de um modo particular.

Nessa perspectiva, entendemos, assim como Corrêa (2011, p. 340), o uso da linguagem "[...] como espaço em que as pessoas se fazem sujeitos no processo discursivo."

Na contramão de postulações imanentistas, enfatizamos a recorrência de negociações de significação no interior das interações, das quais decorrem experiências subjetivas construídas no entrecruzamento de valores culturais, mormente depreendidos na síntese instável⁴⁰, temporalmente ancorada, de cada interação situada, interação tomada, por nós neste estudo, sempre nas relações com a história das práticas de escrita atinentes ao *grande tempo*.

2.2 (NÃO)APROPRIAÇÕES DA MODALIDADE ESCRITA – IMPLICAÇÕES SOB AS PERSPECTIVAS AUTÔNOMA E IDEOLÓGICA

Os estudos sobre letramento estão vinculados ao "[...] desenvolvimento social que acompanhou a expansão dos usos da escrita." (KLEIMAN, 2001 [1995], p. 16), processo que, segundo Geraldi (2010a, p. 40) – autor que aborda a escrita fora dos estudos do letramento – contribuiu para, mediante o exercício do poder, "[...] a façanha da seleção, da distribuição e do controle do discurso escrito, produzindo um mundo separado, amuralhado, impenetrável para o não convidado."

Na conformação dessa configuração social, a emergência das burocracias letradas (RAMA, 1985) apresentou-se como um conjunto de práticas que ganhou sustentação e reverberação social pela concepção do *modelo autônomo* de letramento. Esse modelo, contra o qual se posiciona Street (1984) refere-se à representação social de que o *letramento* é um fenômeno independente do contexto, ao qual se atribuem valorações de prestígio em sua única forma de existência socialmente aceita. Decorrem desse posicionamento ações educacionais financiadas por instituições mundialmente reconhecidas que têm por finalidade 'levar o letramento a povos que não o possuem', com a

⁴⁰ Tomamos *síntese*, aqui, na perspectiva dialética-dialógica de que trata Petrili (2012).

convicção de que pessoas que não fazem uso da escrita são, de algum modo, cognitiva, cultural e economicamente inferiores (STREET, 2010).

Com as sociedades cada vez mais centradas na escrita, recrudesceram processos de exclusão (CERUTTI-RIZZATTI, 2012) a partir do imaginário de um ideal linguístico e do prestígio conferido a usos da escrita pertencentes a *esferas da atividade humana* institucionalmente hegemônicas. Historicamente, esses processos pautavam-se na sobrevalorização da escrita em detrimento da oralidade e favoreciam a defesa de que o letramento seria a base de uma 'grande divisão' entre as culturas: 'culturas orais' *versus* 'culturas letradas'. Tal tese fundamentava-se – e ainda o faz em muitos espaços – na existência de consequências cognitivas do aprendizado da escrita – as quais se visualizariam nas diferenças na resolução de problemas de classificação, categorização, raciocínio dedutivo lógico, dentre outras habilidades, na dicotomização da oralidade e da escrita e na atribuição de predicados positivos ao domínio da escrita e aos sujeitos que dela se apropriassem (KLEIMAN, 2001 [1995]). A supervalorização da escrita estava também presente em Ong (1982), segundo o qual a consciência humana, sem a escrita, não poderia alcançar seus mais elevados potenciais, visto que essa tecnologia seria a responsável pelo desenvolvimento da ciência, da história, da filosofia, de teorias literárias, das artes em geral e da metalinguagem.

Gee (2008) tematiza como os estudos de muitos linguistas e antropólogos dicotomizaram a oralidade e a escrita e estabeleceram entre as duas modalidades um contraste hierárquico. Uma das bases sobre as quais se assenta essa postura axiológica possivelmente seja uma excessiva dimensão valorativa conferida a propriedades que entendemos inequívocas – e enriquecedoras – da escrita, considerando, por exemplo, que o "[...] aspecto da visibilidade invariante do produto gráfico [...] dá [à escrita] a propriedade de permanecer no tempo permitindo a fixação da memória de uma dada cultura, de modo a registrar o testemunho, independentemente da presença da testemunha." (CORRÊA, 2010, p. 629). A fixidez da escrita alfabética constitui, segundo Corrêa (2010, p. 629), um dos "[...] aspectos determinantes da potência dessa tecnologia e do valor que lhe é atribuído."

Entendemos que, quando ocorrem superdimensionamentos de propriedades tais – propriedades que, quando a salvo de tais superdimensionamentos, são plenamente favoráveis à intersubjetividade humana –, contribuem para a natureza excludente do *modelo autônomo* de letramento, vinculando estreitamente *escrita* à *erudição* e à

escolarização, dado que a modalidade escrita da língua é objeto privilegiado de aprendizagem nas *esferas escolar e acadêmica*, uma vez que os espaços de escolarização formal, em tese, agasalham as principais agências de letramento, com base em Kleiman (2001 [1995]). O privilegiamento da escrita, tomada como *erudição* no *modelo autônomo de letramento*, em detrimento da oralidade, relaciona-se também, historicamente, a representações que a apresentam como responsável por maior inserção social, independentemente dos contextos de uso. Segundo essa concepção, o desempenho cognitivo de indivíduos que não se apropriaram da escrita estaria afetado, e seria impossibilitada a eles a participação em *eventos de letramento* ditos mais 'complexos'⁴¹ (STREET, 1984), com base em asserções segundo as quais "[...] there are functions of language that are significantly affected by the mastery of a writing system, particularly its logical functions."⁴² (STREET, 1984, p. 20).

Como promotor ideológico de efeitos universais do letramento, o mencionado *modelo* concebe a escrita na perspectiva de uma "[...] herança literária de prestígio, que codifica, reproduz e divulga os valores culturais dos grupos de poder da comunidade" (KLEIMAN, 2001 [1995], p. 49) que fazem uso dessa escrita. Segundo o *modelo autônomo*, portanto, a escrita

[...] is closely connected to, "fosters" or even "enforces" the development of "logic", the distinction of myth from history, the elaboration of bureaucracy, the shift from "little communities" to complex cultures, the emergence of "scientific" thought and institutions and even the growth of democratic political processes.⁴³ (STREET, 1984, p. 44).

⁴¹ O termo *complexos*, nesse ponto, opera com significado análogo ao termo *secundários* utilizado por Bakhtin (2011 [1952-53]) para definir os *gêneros* que remetem à *ideologia oficial* e a um maior volume de vozes neles historicizadas.

⁴² Tradução nossa: [...] há funções da linguagem que são significativamente afetadas pelo domínio de um sistema de escrita, particularmente suas funções lógicas.

⁴³ Tradução nossa: [...] está intimamente conectada a, "promover" ou mesmo "reforçar" o desenvolvimento da "lógica", a distinção do mito da história, a elaboração de burocracia, a mudança de "pequenas comunidades" para culturas complexas, o surgimento do pensamento "científico" e das instituições, e até mesmo o crescimento de processos políticos democráticos.

Julgamos pertinente destacar o modo com que o conteúdo ideológico fomentador de representações como essas sobre a escrita se relaciona com os processos de escolarização, conforme lemos em Gee (2008, p. 62):

In today's modern "post-industrial" societies the older contrast between literate elites and the nonliterate masses has simply become a highly stratified social ranking based not on literacy per se, but on the degree to which one controls a certain type of school-based literacy (in speech and behavior, as well as writing).⁴⁴

Apesar de a escolarização não configurar a temática norteadora de nossa pesquisa, reconhecemos sua importância para os estudos do impacto social da escrita, visto que a escola foi e ainda é, para muitas sociedades, uma das principais agências de letramento (KLEIMAN, 2001 [1995]). Preocupado com a pedagogia que sustentara toda a prática educativa de povos historicamente silenciados, Freire (1981) propôs uma pedagogia crítica e emancipadora, atenta às vivências dos sujeitos. A preocupação freiriana com a pedagogia de uma forma geral estendeu-se também para questões mais pontuais desse processo, como a alfabetização. Em suas obras, Freire (1981; 1982; FREIRE; MACEDO, 1990), desconstrói o mito de que as consequências da alfabetização não estariam vinculadas ao contexto em que se desenvolvem e defende que tanto a alfabetização quanto a educação são, de modo geral, expressões culturais.

Entendemos, em razão das reverberações implícitas e explícitas⁴⁵ de suas teorias, que na raiz das ideias que fundamentavam a pedagogia e a alfabetização críticas estava preocupação semelhante com a qual se ocupou Street (1984) nas definições de *letramento autônomo* e *letramento ideológico*, sendo o primeiro conceito referente à visão de

⁴⁴ Tradução nossa: Em modernas sociedades "pós-industriais" de hoje, o contraste mais antigo entre as elites letradas e as massas iletradas simplesmente se tornou um ranking social altamente estratificado baseado não no letramento por si só, mas na medida em que se controla um certo tipo de letramento nas escolas (no discurso e comportamento, bem como na escrita).

⁴⁵ Entendemos por 'explícitas' aqui todas as menções diretas a Paulo Freire em obras de autores estrangeiros que se ocupam dos problemas do fenômeno que entendemos por *letramento*.

que a escrita seria "[...] um produto completo em si mesmo, que não estaria preso ao contexto de sua produção para ser interpretado [...]" (KLEIMAN, 2001 [1995], p. 22) e o segundo, à concepção do letramento como um processo social, "[...] in which particular socially constructed technologies are used within particular institutional frameworks for specific social purposes."⁴⁶ (STREET, 1984, p. 97).

O tratamento da abstração como decorrência ou não da escrita foi, de um modo experimental, observado por Vigotski e Luria (LURIA, 1976) em um estudo realizado na Ásia Central soviética em 1930. Vigotski e Luria realizaram experimentos envolvendo uma série de tarefas de raciocínio, de um lado com sujeitos que não haviam se apropriado da escrita e, de outro, com sujeitos que recentemente o haviam feito. Essas atividades requeriam deles categorizar objetos familiares ou deduzir a conclusão decorrente das premissas de um silogismo. Em uma das tarefas, por exemplo, foram dadas aos sujeitos imagens de um martelo, uma serra, um tronco e um machado, e lhes foi solicitado que dissessem o que esses objetos tinham em comum. Aqueles sujeitos que já experienciavam uma inserção na cultura escrita tendiam a dizer que o martelo, o machado e a serra deveriam ser agrupados, porque eram todas ferramentas, organizando, assim, os objetos com base em abstrações categoriais. Em contraste, as respostas dos outros sujeitos indicaram uma forte tendência para agrupar os itens com base em situações concretas com as quais estavam familiarizados, tal como uma vivência em que serra, tronco e machado são utilizados para a realização de determinada atividade; esses mesmos sujeitos resistiram a sugestões dadas pelo experimentador de que o martelo, o machado e a serra poderiam ser agrupados entre si. O desempenho em tarefas de raciocínio silogístico produziu resultados similares.

Para Gee (2008), não fica claro se os resultados apontados por Vigotski e Luria são causados pela habilidade de ler e escrever, no sentido mais estrito de alfabetização, se decorrem de processos de escolarização ou, ainda, se são influenciados pela emergência das novas instituições sociais decorrentes da revolução russa à época do estudo. A despeito de tal indefinição, a pesquisa indicia para uma compreensão de que a verbalização do pensamento de sujeitos tidos como não inseridos na cultura escrita está mais vinculada às suas experiências imediatas, sendo sua exposição pautada na concretude.

⁴⁶ Tradução nossa: [...] em que determinadas tecnologias socialmente construídas são utilizadas dentro dos quadros institucionais particulares para fins sociais específicos.

Scribner e Cole (2004 [1981]) consideram o contexto em que a escrita tem lugar como significativo para a compreensão do fenômeno do letramento e entendem que usos da escrita específicos suscitam implicações também específicas em se tratando das vivências dos sujeitos, havendo, portanto, desenvolvimentos psicológicos correlacionados ao que entendemos serem as *práticas de letramento*. Nessa perspectiva, não seria o domínio da escrita em si mesmo o responsável pelo desenvolvimento de habilidades cognitivas, mas a vinculação desse domínio a determinados usos sociais dessa modalidade da língua. De acordo com Street (1984), esses autores resistem, de um lado, à consideração de que toda forma de pensamento é similar independentemente do contexto social e, de outro, à de que a escrita seria a responsável por uma grande divisão entre culturas, de modo a caracterizar povos usuários da escrita como cognitivamente superiores e os não usuários como incapazes de desenvolver o pensamento abstrato. Em vez disso, eles compartilham de uma compreensão que, para Street (1984), fornece uma base para a sustentação do conceito de *modelo ideológico de letramento*. Seguramente esta é uma questão que requer maior aprofundamento, mas cuja complexidade transcende o foco deste estudo.

Na contramão das postulações defendidas pelo *modelo autônomo de letramento*, modelo segundo o qual haveria, portanto, somente uma maneira de o letramento ser desenvolvido – percurso por cuja via se alcançaria o progresso e a mobilidade social –, posicionaram-se também Graff (1979) e, posteriormente, Street (1984) como já mencionamos. Este último autor propõe o *modelo ideológico de letramento* em alternativa ao *modelo autônomo*, contrariando o pensamento determinista, em asseverações tais como a de que é possível o desenvolvimento da capacidade cognitiva de abstração do real – própria à condição humana e não decorrência da escolarização – em comunidades que não fazem o uso da escrita, sem que, com isso, a complexidade de suas relações intersubjetivas reste minimizada. Street (1984, p. 26) atenta para "[...] the fact that to speak a language at all is to employ abstraction and logic."⁴⁷ (STREET, 1984, p. 26).

De acordo com Gee (2008, p. 31), "The history of literacy leads us to reject the traditional view of literacy and to replace it with a

⁴⁷ Tradução nossa: [...] o fato de que falar uma língua por si só é empregar abstração e lógica.

socially and culturally situated perspective [...]"⁴⁸, da qual resulta, entre os estudos do letramento, a conhecida 'falta de otimismo' na 'reprodução' de saberes socialmente legitimados pela instituição escolar. Essa postura não é gratuita; pauta-se na compreensão de que o letramento não se correlaciona com maior igualdade, nem com democracia e melhores condições para as classes trabalhadoras (GRAFF, 1979); ou, ainda, no fato de que "[...] uma mera escolarização sem melhoria das condições sociais produz o paradoxo de ensinar a ler a quem sabe que não terá direito a ler." (GERALDI, 2010a, p. 110).

A existência de condições sociais para os usos da escrita nos impõe a necessidade de pensá-los à luz dessas mesmas condições que refletem contextos específicos. Como a constituição dos sujeitos se dá na necessária intersubjetividade localizada no tempo e no espaço, apresentamos, no tópico seguinte, a relação que entendemos pertinente entre subjetividade, historicidade e os conceitos de *práticas de letramento* e *eventos de letramento*.

2.3 ESCRITA E HISTORICIDADE DOS SUJEITOS: *PRÁTICAS E EVENTOS DE LETRAMENTO*

A historicidade dos sujeitos está intimamente imbricada com a constituição inconclusa da subjetividade (GERALDI, 2010a) em todos os âmbitos da existência humana. Por conseguinte, sob uma perspectiva cronotópica⁴⁹, que implica um indivíduo historicamente situado, há relações dialógicas que o constituem. Posicionar-se frente à *cidade das letras*⁵⁰, por exemplo, configura um desses processos dialógicos em que

⁴⁸ Tradução nossa: A história do letramento leva-nos a rejeitar a tradicional visão do letramento e substituí-la por uma perspectiva socialmente e culturalmente situada.

⁴⁹ O termo é mencionado neste ponto com a significação que lhe deu Bakhtin (1993 [1975]), qual seja, a relação tempo-espaço indissociável à produção dos discursos.

⁵⁰ Em alusão à Rama (1985) a quem já fizemos menção. A obra, apesar do recorte espacial e temporal que faz da história na América Latina, esclarece alguns aspectos acerca das primeiras vinculações da escrita ao poder: "Através da ordem dos signos, cuja propriedade é organizar-se estabelecendo leis, classificações, distribuições hierárquicas, a *cidade letrada* articulou sua relação com o Poder, a quem serviu mediante leis, regulamentos, proclamações, cédulas, propaganda e mediante a ideologização destinada a sustentá-lo e justificá-lo. Foi evidente que a *cidade das letras* arremedou a majestade do Poder, apesar de que também se pode dizer que este regeu as

os sujeitos se movimentam socialmente – desdobramento pertinente à nossa pesquisa.

Para a compreensão de como se dá a tomada de posição dos sujeitos inseridos em uma sociedade grafocêntrica, elegemos, como conceitos norteadores de nossa pesquisa, *eventos de letramento* e *práticas de letramento*. Neste início de seção, importa registrar que entendemos *evento de letramento*, à luz de Heath (1982, p. 50), como "[...] occasions in which writing language is integral to the nature of the participants' interactions and their interpretative processes and strategies."⁵¹ São várias as ocasiões em que a escrita é atribuído um papel fundamental: em aulas escolares, em cerimônias religiosas, em leituras cotidianas, tais como a leitura de histórias de ninar realizada por pais aos seus filhos – objeto de interesse de Heath (1982) – e a leitura de uma receita culinária a partir da qual se pode cozinhar – exemplo explorado por Barton e Hamilton (2000) –, em demandas jurisdicionais – objeto de interesse deste estudo – etc. Esses exemplos são importantes porque sugerem que a relevância e a visibilidade do letramento não se limitam a ambientes formais decorrentes da organização social construída sob uma 'cidade das letras', a que fizemos alusão anteriormente, mas se estendem a muitas outras atividades informais e cotidianas, consoante lemos a seguir:

Many literacy events in life are regular, repeated activities, and these can often be a useful starting-point to research into literacy. Some events are linked into routine sequences and these may be part of the formal procedures and expectations of social institutions like work-places, schools and welfare agencies. Some events are structured by the more informal expectations and pressures of the home or peer group⁵². (BARTON; HAMILTON, 2000, p. 9).

operações letradas, inspirando seus princípios de concentração, elitismo, hierarquização. Acima de tudo, inspirou a distância em relação ao comum da sociedade. Foi a distância entre a letra rígida e a fluida palavra falada, que fez da *cidade letrada* uma *cidade escriturária*, reservada a uma estrita minoria." (RAMA, 1985, p. 54).

⁵¹ Tradução nossa: [...] ocasiões em que a escrita é parte integrante da natureza da interação dos participantes e de seus processos e estratégias interpretativas.

⁵² Tradução nossa: Muitos *eventos de letramento* na vida são regulares, atividades repetidas, e estas, muitas vezes, podem ser um ponto de partida útil para a investigação em letramento. Alguns eventos estão relacionados a

Com o conceito de *práticas de letramento* (STREET, 1988; 2000; 2003), manifesta-se uma preocupação de ir além da mera descrição das ocasiões em que a escrita está presente nas interações subjetivas para atentar a questões não visíveis, tais como os modos com que os significados são construídos em/para cada *evento*, visto que, segundo Street (2000, p. 21),

The concept of literacy practices does [...] attempt to handle the events and the patterns of activity around literacy but to link them to something broader of a cultural and social kind. And part of that broadening involves attending to the fact that in a literacy event we have brought to it concepts, social models regarding what the nature of this practice is and that make it work and give it meaning.⁵³(STREET, 2000, p. 21).

Dada a natureza imaterial dos contornos sociais e culturais, eles não podem ser observados em um *evento de letramento*, mas podem ser deles apreendidos e/ou inferidos. Sobre isso, Street (2000) explica que há convenções e conjecturas em torno dos *eventos* que os tornam possíveis e que os caracterizam. Evocamos aqui a importância da historicidade – já mencionada – de cada sujeito que deles participa para a compreensão da fundação e sustentação desses mesmos *eventos*, bem como da historicidade das *esferas da atividade humana* constituída pelas relações intersubjetivas. Para Barton e Hamilton (2000), o conceito de *práticas de letramento* oferece um poderoso meio de estabelecer, interpretativamente, a relação entre as atividades de leitura e escrita e as estruturas sociais. Em termos mais precisos, "Literacy practices are the general cultural ways of utilizing written language which people draw

seqüências de rotina e podem ser parte dos procedimentos formais e expectativas das instituições sociais, como locais de trabalho, escolas e agências de bem-estar. Alguns eventos são estruturados pelas expectativas mais informais e as pressões da casa ou do grupo que se caracteriza por compartilhamentos culturais.

⁵³ Tradução nossa: O conceito de *práticas de letramento* tenta dar conta dos eventos e dos padrões de atividade em torno do letramento, mas para ligá-los a algo mais amplo, de natureza cultural e social. E parte dessa abrangência atenta para o fato de que trazemos para um evento de letramento conceitos, modelos sociais sobre o que a natureza dessa prática é, que o fazem funcionar e que lhe dão sentido.

upon in their lives. In the simplest sense literacy practices are what people do with literacy."⁵⁴ (BARTON; HAMILTON, 2000, p. 7).

A formulação do conceito de *práticas de letramento*, portanto, vai ao encontro da necessidade do olhar situado evocado pelo *modelo ideológico de letramento* (STREET, 1984), pois, de acordo com essa perspectiva, há diversidade nas formas com que grupos sociais específicos utilizam e valoram a escrita no seu cotidiano. Trata-se de "[...] um pressuposto que poderia ser considerado básico no modelo ideológico, a saber, que as *práticas de letramento* mudam segundo o contexto." (KLEIMAN, 2001 [1995], p. 39).

Em síntese, as *práticas de letramento* não são observáveis porque envolvem valores, atitudes, sentimentos e relações sociais – o que inclui a consciência dos sujeitos acerca do letramento, atitudes valorativas em relação a ele e os modos com que constroem significados a partir dele. A seguir, apresentamos representação elaborada por Barton e Hamilton (2000), na qual os autores elencam características e definições essenciais para a compreensão desse conceito a partir da abordagem social que propõem para o estudo do letramento:

⁵⁴ Tradução nossa: *Práticas de letramento* são as formas culturais gerais de utilizar a linguagem escrita de que as pessoas se utilizam em suas vidas. No sentido mais simples, *práticas de letramento* são o que as pessoas fazem com o letramento.

Figura 1 - Literacy as social practice⁵⁵

- Literacy is best understood as a set of social practices; these can be inferred from events which are mediated by written texts.
- There are different literacies associated with different domains of life.
- Literacy practices are patterned by social institutions and power relationships, and some literacies are more dominant, visible and influential than others.
- Literacy practices are purposeful and embedded in broader social goals and cultural practices.
- Literacy is historically situated.
- Literacy practices change and new ones are frequently acquired through processes of informal learning and sense making.

Fonte: Barton e Hamilton (2000).

Com a finalidade de expandir o escopo dos novos estudos do letramento, Hamilton (2000) sugere, ainda, em um texto sobre o uso de fotografias como instrumento de geração de dados na pesquisa sobre o letramento, mais precisamente na observação de *eventos de letramento*, quatro categorias de análise – *participantes*, *ambiente*, *artefatos* e *atividades* – para identificar elementos constitutivos dos *eventos* e das *práticas de letramento* e para elaborar conceitos subjacentes a *práticas* e *eventos*, propondo ressignificações para concepções anteriores sobre o uso da escrita. Em sua proposta, *eventos de letramento* são definidos como partes visíveis das interações subjetivas, os quais podem ser fotografados; enquanto as *práticas de letramento* precisam ser inferidas a partir da análise da materialidade dos *eventos*. Dadas as distintas especificidades dos conceitos, Hamilton (2000) vale-se da metáfora do *iceberg* para caracterizá-los e, acima de tudo, para evidenciar o imbricamento necessário entre eles: nessa relação, os *eventos de*

⁵⁵ Tradução nossa: Letramento como prática social: letramento é melhor entendido como um conjunto de práticas sociais; estas podem ser inferidas de eventos que são mediados por textos escritos. Há diferentes letramentos associados com diferentes domínios da vida. *Práticas de letramento* são padronizadas por instituições sociais e relações de poder, e alguns letramentos são mais dominantes, visíveis e influentes que outros. *Práticas de letramento* são intencionais e incorporadas em objetivos sociais mais amplos e práticas culturais. Letramento é historicamente situado. *Práticas de letramento* mudam e novas práticas são frequentemente adquiridas por meio de processos de aprendizagem informal e de construção de sentido.

letramento figurariam como a ponta do *iceberg* – o que é visível –, enquanto as *práticas de letramento*, como a base da grande massa de gelo flutuante – que se encontra abaixo d'água e, portanto, não pode ser vista. Para uma melhor compreensão do trabalho desenvolvido por Hamilton (2000), apresentamos o quadro de sua autoria que ilustra as categorias mencionadas:

Quadro 1 - Basic elements of literacy events and practices

<i>Elements visible within literacy events (These may be captured in photographs)</i>	<i>Non-visible constituents of literacy practices (These may only be inferred from photographs)</i>
Participants: the people who can be seen to be interacting with the written texts	The hidden participants - other people, or groups of people involved in the social relationships of producing, interpreting, circulating and otherwise regulating written texts
Settings: the immediate physical circumstances in which the interaction takes place	The domain of practice within which the event takes place and takes its sense and social purpose.
Artefacts: the material tools and accessories that are involved in the interaction (including the texts)	All the other resources brought to the literacy practice including non-material values, understandings, ways of thinking, feeling, skills and knowledge.
Activities: the actions performed by participants in the literacy event ⁵⁶	Structured routines and pathways that facilitate or regulate actions; rules of appropriacy and eligibility - who does/doesn't, can/can't engage in particular activities ⁵⁷

Fonte: Hamilton (2000).⁵⁸

⁵⁶ Tradução nossa: Elementos visíveis nos *eventos de letramento*: Participantes: pessoas que podem ser vistas interagindo com textos escritos; Ambientes: circunstâncias físicas imediatas nas quais a interação se dá; Artefatos: ferramentas materiais e acessórios envolvidos na interação (incluindo os textos); Atividades: as ações realizadas pelos participantes no evento de letramento.

⁵⁷ Tradução nossa: Constituintes não visíveis das *práticas de letramento*: Participantes ocultos - outras pessoas ou grupos de pessoas envolvidos em relações sociais de produção, interpretação, circulação e, até mesmo, na regulação de textos escritos; o domínio de práticas dentro das quais o evento acontece, considerando seu sentido e propósitos sociais; todos os outros recursos trazidos para a prática de letramento, incluindo valores não materiais, compreensões, modos de pensar, sentimentos, habilidades e conhecimentos; rotinas estruturadas e trajetos que facilitam ou regulam ações, regras de apropriação e elegibilidade - quem faz/não faz, pode/não pode engajar-se em atividades particulares.

⁵⁸ Em nossos procedimentos metodológicos, com base em Cerutti-Rizzatti, Mossmann e Irigoite (2013), propomos uma resignificação deste quadro, em busca de fugir da linearidade que entendemos haver nele.

Consoante Kleiman (2001 [1995]), os estudos de *letramento* alargaram-se para observar e descrever as condições de uso da escrita com o objetivo de depreender a caracterização das *práticas de letramento* de determinados grupos. Esses estudos, "[...] não mais pressupunham efeitos universais do letramento, mas pressupunham que os efeitos estariam correlacionados às práticas sociais e culturais dos diversos grupos que usavam a escrita" (KLEIMAN, 2001 [1995], p. 16).

A complexidade do conceito de *práticas de letramento* transcende sua particularidade de referir-se a aspectos abstratos das relações intersubjetivas mediadas pela escrita; ela evoca a indissociabilidade entre *letramento* e *subjetividade* (com base em STREET; LEFSTEIN, 2007). Assim como afirma Barton (2007 [1994], p. 47),

The literacy practices we have today, the schooling we have today, the technologies we have today all result from active human decisions based on people's values. Related to this, all literacy activities have a purpose for people. People do things for a reason, people have purposes. In general, people do not read in order to read, nor write in order to write; rather, people read and write in order to do other things, in order to achieve other ends.⁵⁹

A historicidade dos sujeitos é, pois, indispensável para um estudo acerca do letramento, porque é a partir dela que se constituem atitudes, valores e sentimentos, por meio dos quais tais sujeitos constroem sentidos na cultura e na sociedade de que são parte.

A observação da concretude das relações intersubjetivas mediadas pelo texto escrito em espaços sociais específicos, com suas configurações particulares, suscita a percepção de que há padrões subjacentes aos *eventos de letramento* vinculados à instituição que os origina. "Some of these institutions are more formally structured than

⁵⁹ Tradução nossa: As *práticas de letramento*, a escolarização e as tecnologias que temos hoje - tudo resulta das ativas decisões humanas baseadas nos valores das pessoas. Relacionadas a isso, todas as atividades de letramento tem um propósito para as pessoas. Pessoas fazem as coisas por uma razão, elas têm propósitos. Em geral, as pessoas não leem por ler, nem escrevem por escrever; ao invés disso, elas leem e escrevem a fim de fazer outras coisas, para alcançar outros fins.

others, with explicit rules for procedures, documentation and legal penalties for infringement, whilst others are regulated by the pressure of social conventions and attitudes."⁶⁰ (BARTON; HAMILTON; IVANIC, 2000, p. 11). Embora sejam múltiplos os usos da escrita, compreendemos que todos, independentemente de sua produção de origem, são socialmente construídos e, por conseguinte, socialmente regulados, de modo que demandam, igualmente, minúcia analítico-interpretativa.

Em âmbito material, há *artefatos* (HAMILTON, 2000) que disseminam a escrita; "[...] each has own specific history and is connected with particular social institutions and functions. Social control has often been exercised by means of control of the materials associated with it."⁶¹ (STREET, 1984, p. 97) e que podem estar visíveis nos *eventos de letramento*. Os *artefatos* correspondem a portadores de textos, os quais não constituem por si mesmos objetos de estudo (IVANIC, 1998); o objeto de estudo são as ações ao redor deles, as *atividades sociais de leitura e escrita* por eles engendradas.

Na observação desses acontecimentos em que a escrita se faz presente, os usos dessa modalidade da língua como atividades construídas historicamente nas/pelas interações entre os homens em sociedade delineia a distribuição de funções aos participantes que trazem para o *evento* do qual participam historicidades próprias e, por implicação, *práticas de letramento* historicizadas que, mormente, não são reconhecidas no discurso hegemônico acerca dos usos sociais da escrita. Apoiadas nessas historicidades é que se configuram essas *práticas*, as quais são compartilhadas por determinado grupo cultural, no qual os significados são construídos para seus membros, pois "[...] las prácticas son, al mismo tiempo, los procesos sociales que conectan a las personas entre sí y que incluyen conocimientos compartidos representados em ideologias e identidades sociales."⁶² (BARTON;

⁶⁰ Tradução nossa: Algumas dessas instituições são mais formalmente estruturadas que outras, com explícitas regras para procedimentos, documentação e penalidades legais por infração, enquanto outras são reguladas pela pressão das convenções sociais e atitudes.

⁶¹ Tradução nossa: [...] cada um tem sua própria história específica e está conectado com instituições e funções particulares. O controle social tem sido frequentemente exercido pelos meios de controle dos materiais associados a ele.

⁶² Tradução nossa: [...] as práticas são, ao mesmo tempo, os processos sociais que conectam as pessoas entre si e que incluem conhecimentos compartilhados representados em ideologias e identidades sociais.

HAMILTON, 2004, p. 112). Por meio desse compartilhamento, que é cultural, os sujeitos podem identificar-se como *insiders* (KRAMSCH, 1998) em determinada *esfera da atividade humana*, porquanto pessoas que se identificam como pertencentes a determinado grupo social adquirem e constroem quadros axiológicos comuns entre si mediante as relações intersubjetivas que têm lugar em suas vivências; aqui, nossa remissão ao conceito vigotskiano de *sociogênese* (VIGOTSKI, 1997 [1987]).

Entendemos que também o arcabouço bakhtiniano pode ser evocado para essa compreensão a respeito da dimensão social do enunciado materializado pela escrita. Cada sujeito, participante responsivo *dos eventos de letramento* que vivencia, traz consigo um *horizonte social/axiológico* (BAKHTIN, 2011 [1979]) – repertório valorativo – que interfere em seu processo de construção de sentidos e que constitui e é constituído nas/pelas *práticas de letramento*, cuja manifestação ganha forma e funcionalidade específicas a partir de normas e organização sociais que valoram, produzem e facultam o acesso aos textos escritos, os quais são fundamentais nos estudos acerca do letramento, visto que neles há implicações necessárias para a compreensão de como se dá sua produção e suas formas sociais de uso.

A partir da compreensão de que os usos da escrita "[...] se sitúa[n] socialmente, es necesario dedicar espacio a una descripción contextual tanto de tipo histórico como de carácter contemporáneo; algo sobre la historia de la ciudad e sus instituciones em términos de literacidad"⁶³ (BARTON; HAMILTON, 2004, p. 110). A descrição contextual sugerida por Barton e Hamilton (2004) nos remete aos conceitos bakhtinianos de *esfera da atividade humana* e *cronotopo*⁶⁴ (VOLÓSHINOV, 2009 [1929]; BAKHTIN, 2011 [1979]; 1993 [1975]). Ao se descrever um *evento*, descrevem-se também, por consequência, os parâmetros de organização que regem o funcionamento do *ambiente* que o promove ou que torna possível sua existência material. As especificidades sociais, culturais, políticas e econômicas atribuídas a cada interação mediada pela escrita conferem a ela maior ou menor visibilidade e prestígio, questão de cuja tônica nos ocupamos na seção seguinte.

⁶³ Tradução nossa: [...] se situa socialmente, é necessário dedicar espaço a uma descrição contextual tanto de tipo histórico quanto de caráter contemporâneo; algo sobre a história da cidade e suas instituições em termos de letramento.

⁶⁴ Esse conceito é retomado, com o aprofundamento necessário às suas implicações para esta pesquisa, na seção terciária 4.4.2.

2.4 LETRAMENTOS VERNACULARES E DOMINANTES: APROPRIAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ACESSO DA/EM/À CULTURA ESCRITA EM UMA PERSPECTIVA ECOLÓGICA

Antes de iniciarmos efetivamente esta seção, é necessária a ressalva de que entendemos não haver, na literatura da área, publicações que se ocupem mais efetivamente da discussão desses conceitos, o que nos move a propor uma compreensão bastante autoral já ensaiada em Cerutti-Rizzatti e Almeida (2013). Assim, o que segue decorre de nossa vontade de tentar fazer se eliciarem diferenças que vimos entre *global* e *dominante* e *local* e *vernacular*, em uma perspectiva mais autoral, fundamentada sempre no *simpósio conceitual* (CERUTTI-RIZZATTI; MOSSMANN; IRIGOITE, 2013) a que já fizemos menção.

Feito esse registro, evocamos as palavras de Barton (2007 [1994], p. 39): "Literacies are identified culturally as such different literacies are associated with different domains of life such as home, school, church and work. There are different places in life where people act differently and use language differently."⁶⁵. Importa, assim, considerar tanto convergências quanto eventuais contrastes entre usos *vernaculares* e usos *dominantes*⁶⁶ da escrita, atentando para relações de tensão estabelecidas entre esses usos, tanto quanto para implicações das distintas historicidades nas reações-resposta de participantes em determinados *eventos de letramento*.

Objetos de menor prestígio, tais *letramentos vernaculares* são menos visíveis e menos apoiados pelas instituições formais, embora sejam, assim como os *dominantes*, culturalmente moldados. A cultura,

⁶⁵ Tradução nossa: Letramentos são identificados culturalmente. Diferentes letramentos são associados a diferentes domínios da vida como lar, escola, igreja e trabalho. Existem diferentes lugares na vida onde as pessoas agem diferentemente e usam a língua diferentemente.

⁶⁶ "O argumento sobre o 'acesso' aos *gêneros* dominantes disfarça as questões que têm a ver com o motivo pelo qual tais *gêneros* vieram a tornar-se dominantes, e pelos quais permanecem nessa posição, o que eventualmente deverá determinar quantos outros poderão na verdade ter acesso a eles. Isso, porque considerando que as regras dos *gêneros* dominantes do letramento são com frequência bastante arbitrárias – baseadas em características superficiais de linguagem [...] – podem ser facilmente modificadas caso um número grande demais de pessoas venha a aprender como utilizá-las, desafiando dessa maneira o *status quo*. Assim, de acordo com Gee (1991), os que estejam no poder manterão o domínio enquanto forem vistos como oferecendo acesso aos que não possuam poder." (STREET, 2003, p. 5).

semioticamente, eterniza a natureza (KRAMSCH, 1998), em processos de preservação de toda ordem, os quais são (res)significados por mecanismos institucionais que dão formas específicas à materialização, neste caso, da cultura escrita. As moldagens dos usos que se realizam socialmente estão implicadas na compreensão de que "Literacy practices are as fluid, dynamic and changing as the lives and societies of which they are a part [...]"⁶⁷ (BARTON; HAMILTON, IVANIC, 2000, p. 13), o que remete ao caráter processual, inconcluso e variável das *práticas de letramento* e dos sujeitos que as vivenciam. Esses indivíduos identificam a si mesmos como membros de um grupo cultural (KRAMSCH, 1998) quando compartilham valores que se refletem em seus modos de pensamento e comportamento.

"Knowledge itself is colored by the social and historical context which it is acquired and disseminated [...]"⁶⁸ (KRAMSCH, 1998, p. 9) e é, em grande medida, partilhado socialmente mediante material escrito, o qual, quando mediando o contato com os sujeitos, está implicado na emersão e na ressignificação de *práticas de letramento*. A disseminação controlada⁶⁹, bem como a inacessibilidade ao conhecimento encapsulado em estruturas sociais específicas, remete aos escritos de Barton (2007 [1994]) acerca das relações de poder tensionadas nos padrões estabelecidos para os usos da escrita. Visualizam-se restrições nas formas de acesso à educação, ao trabalho e a *práticas de letramento* de grupos sociais específicos (BARTON, 2007 [1994]). Para o autor mencionado, a mais comum forma de restrição aos usos da escrita é a que diz respeito ao estabelecimento de uma língua (variedade) oficial, que se põe como norma em detrimento de outras variedades marginalizadas em relação a ela. Premidos por essas configurações, alguns usos da escrita são menos valorados que outros e circunscritos a meios que não os representativos das instituições de poder. "To understand the role of literacy in society it is necessary to examine the social patterning of literacy practices, and the way this relates to power

⁶⁷ Tradução nossa: *Práticas de letramento* são tão fluidas, dinâmicas e variáveis quanto as vidas e as sociedades de que elas fazem parte [...].

⁶⁸ Tradução nossa: O conhecimento é constituído pelo contexto social e histórico pelo qual é adquirido e disseminado.

⁶⁹ No tocante à formação de leitores, por exemplo, Britto (2003a) atenta para o fato de que é mais lucrativo para uma sociedade capitalista proporcionar a aprendizagem mínima da tecnologia da escrita e da leitura para os sujeitos apartados desse conhecimento, visto que indivíduos completamente imersos no grafocentrismo tendem a consumir menos e gerar prejuízos ao Estado.

in society. This can involve people having access to particular literacy practices restricted in some way."⁷⁰ (BARTON, 2007 [1994], p. 68).

De acordo com Kalman (2003), o acesso à cultura escrita tem de ser visto como um processo social no qual as relações intersubjetivas são condição necessária para o exercício da leitura e da escrita. O conceito de *mediação semiótica* em Vigotski (2000 [1978]) pode ser evocado nessa reflexão. Sob essa perspectiva, compreendemos que a alteridade nos constrói e nessa relação com o outro nos apropriamos do conhecimento em vivências em que os usos da escrita se instituem à medida que são requisitados em demandas interpessoais. Na condição de membros de grupos culturais específicos (KRAMSCH, 1998), sujeitos compartilham usos da escrita locais (STREET, 2003). É, portanto, no *encontro* (PONZIO, 2010) com o outro, mediador no processo de apropriação do conhecimento (VIGOTSKI, 2000 [1978]) e experiente em usos outros da leitura e da escrita, que as relações de tensão entre o *dominante* e o *vernacular* (BARTON; HAMILTON; IVANIC, 2000) podem ocorrer. Nesse sentido, tanto as condições materiais para esses usos, a *disponibilidade*, quanto às condições sociais que permitem o acesso a essa cultura, a *acessibilidade* (KALMAN, 2003), estão subjacentes à existência da outridade e das relações com ela.

Os *letramentos dominantes* têm sua dominância vinculada à maior projeção temporal e espacial em relação aos *vernaculares*. As relações de poder, na tensão entre ambos, implicam "[...] socially constructed conventions of writing; they are the accepted conventions for doing things, connected with writers purposes."⁷¹ (BARTON, 2007 [1994], p. 74). Tais convenções resultam de propósitos interacionais com delineamentos historicamente estabelecidos. Os *letramentos vernaculares*, em sua essência, carregam em sua constituição social um caráter menos rígido, de modo que se encontram suscetíveis à espontaneidade e à criatividade dos sujeitos que, por meio deles, instituem relações interpessoais. Já a rigidez dos *letramentos*

⁷⁰ Tradução nossa: Para entender o papel do letramento na sociedade é necessário examinar o padrão social das *práticas de letramento* e a forma como estas se relacionam com o poder na sociedade. Isso pode envolver pessoas tendo acesso a determinadas *práticas de letramento* restritas de alguma forma.

⁷¹ Tradução nossa: [...] convenções sociais construídas da escrita; são convenções aceitas para se fazer algo, conectadas aos propósitos dos escritores.

dominantes se visibiliza no modo como eles incidem sobre as relações entre os sujeitos e não em sua materialidade em si mesma.

Such vernacular literacies are different from more dominant literacies. They are learned informally, and this learning is integrated with practical application and embedded in people's lives. More dominant and visible literacy practices are more formalized, more standardized and defined in terms of the formal purposes. Access to these dominant literacies is controlled through experts and teachers. Vernacular literacies are more likely to be voluntary and self-generated, and may also be a source of creativity, invention and originality, giving rise to new practices.⁷² (BARTON, 2007 [1994], p. 57).

Nesta discussão, evocando o ideário bakhtiniano, entendemos que as formas de materialização dos enunciados e suas especificidades – considerados os índices de totalidade: conteúdo temático, estilo e construção composicional (BAKHTIN, 2011 [1952-53]) – são relativamente estáveis porque historicamente situadas, e é na história que as relações de poder estabelecem hegemonicamente uma regularidade para os *letramentos*, na circunscrição de um dado ponto da história, por meio da linguagem, nas relações intersubjetivas. Isso significa que há estabilidades temporárias sobre as quais se erige o processo de historicidade humana. (CERUTTI-RIZZATTI; MOSSMANN; IRIGOITE, 2013).

Resultados de uma fixidez temporária, espacial e temporalmente localizada, os usos variados da escrita se constituem nas relações entre sujeitos insertos em grupos ou comunidades, dos quais emanam *práticas de letramento locais* que ganham sentidos no âmbito da *sociogênese* (VIGOTSKI, 1997 [1987]). Entendemos, porém, ser necessária também

⁷² Tradução nossa: Letramentos vernaculares são diferentes dos letramentos dominantes. Eles são aprendidos informalmente, e esse aprendizado está integrado com aplicação prática e incorporado na vida das pessoas. *Práticas de letramento* mais dominantes e visíveis são mais formalizadas, mais padronizadas e definidas em termos de efeitos formais. O acesso a esses letramentos dominantes é controlado através de especialistas e professores. Letramentos vernaculares são mais suscetíveis de ser voluntários e auto-gerados, e podem também ser uma fonte de invenção, criatividade e originalidade, dando origem a novas práticas.

a atenção a usos da escrita que parecem comuns a esses diferentes universos sociogenéticos, projetando-se para além deles e remetendo a especificidades da condição humana como tal, a exemplo da propensão do homem para tratar da vida por meio da escrita, quer sob a forma da ciência, quer sob a forma da religiosidade, quer sob a forma da arte, quer sob a forma da filosofia, enfim. Usos tais ganham maior visibilidade e alcançam repercussões na grande temporalidade⁷³ (BAKHTIN, 2011 [1979]), manifestando-se nas idiossincrasias de cada *sociogênese*, mas transcendendo a elas em nome de compartilhamentos comuns entre seres de uma mesma espécie, o que nos remeteria a implicações ontogenéticas de tais usos, que reputamos *globais*, como abriremos na seção 2.4.1 à frente.

Entendemos que o que Barton (2007 [1994]) propõe na *metáfora* da *ecologia* remete-nos a contextos locais da *sociogênese*: os usos da escrita têm lugar em diversas *esferas da atividade humana*⁷⁴ e constituem-se nesses espaços. Quando aplicado ao âmbito social, o termo *ecologia* representa

[...] the interrelationship of an area of human activity and its environment. It is concerned with how the activity – literacy in this case – is part of the environment and at the same time influences and is influenced by the environment. An ecological approach takes as its starting point this interaction between individuals and their environments⁷⁵. (BARTON, 2007 [1994], p. 29).

⁷³ A reflexão sobre os planos *sociogenético* e *ontogenético* e sua relação com os *universos global* e *local* ganha maior expressividade mais à frente.

⁷⁴ Ainda que David Barton trate de *domínios culturais*, temos preferido concebê-los como *esferas da atividade humana*, em razão de nossa vontade de manter como categoria fundante de nossa reflexão o *trabalho*, no sentido marxista do termo, como vemos no ideário vigotskiano e, em boa medida, também no ideário bakhtiniano – mais especificamente nos escritos atribuídos a Valentin Volochínov, como as duas primeiras partes de 'Marxismo e filosofia da linguagem', obra de 1929. Nessa perspectiva, *cultura* não seria categoria fundante – como tende a ser nos estudos do letramento – mas, como mencionamos em nota anterior a partir de Gačev (2011), a concebemos como produto do *trabalho* humano.

⁷⁵ Tradução nossa: A inter-relação de uma área da atividade humana e seu ambiente. Isso está relacionado com a forma com que a atividade – letramento neste caso – é parte do ambiente e, ao mesmo tempo, influencia e é

O modo como se dão as inter-relações constitutivas entre o ambiente e um uso específico da escrita pode delinear o espectro de abrangência desse mesmo uso, de tal modo que o incessante diálogo entre *práticas vernaculares* e *práticas dominantes* pode influenciar essas mesmas *práticas* bem como o *horizonte axiológico* dos sujeitos que delas se apropriam ou se distanciam:

Não raro as famílias não dispõem de capital cultural sobre a escrita para socializarem com as crianças [por exemplo], mas ofertam a elas um capital axiológico sobre a escrita, instigando-as a dominarem essa modalidade, não pelo conhecimento de que dispõem dela, mas pelo valor que atribuem a ela, embora não a dominem. (CERUTTI-RIZZATTI, 2012, p. 301).

Nesse sentido, a leitura e a escrita são valoradas em si mesmas, do que resulta a exaltação de *práticas de letramento* em que artefatos socialmente reconhecidos como fonte de conhecimento estão presentes. Mormente, os usos da escrita socialmente mais prestigiados tendem a ser acessados por "[...] an elite group of scribes, readers, interpreters or intellectuals"⁷⁶ (BARTON, 2007 [1994], p. 69) – criação que tem sua origem no passado, consoante nos mostra Rama (1985) – e, por isso, configuram-se como objeto de anseio para os grupos sociais que deles estão apartados.

Tais grupos, entretanto, podem mover-se por distintas atividades em seu cotidiano, as quais exigem a presença da leitura e da escrita, 'circulações' que se relacionam às suas necessidades locais e urgentes e que nem sempre demandam 'inserção'. O que entendemos por *inserção* converge com os estudos de Kramsch (1998), em suas proposições sobre *insider* e *outsider*. Trata-se de um processo de reconhecimento de mão dupla e de um *continuum*. Para que o sujeito se torne *insider* de uma determinada *esfera da atividade humana*, tem, ele, de se reconhecer como integrante de um determinado grupo, assim como também esse mesmo grupo deve reconhecê-lo como tal. Essa reconhecimento se pauta na relação com a alteridade, na qual o sujeito se constitui pelo *excedente de*

influenciado pelo ambiente. Uma abordagem ecológica toma como ponto de partida essas interações entre indivíduos e seus ambientes.

⁷⁶ Tradução nossa: Um grupo de elite de escribas, leitores, intérpretes ou intelectuais.

visão do outro, pois "[...] o homem não possui um território interior soberano, ele se situa todo e sempre em uma fronteira: olhando para o seu interior, ele o olha nos olhos do outro ou através dos olhos do outro." (BAKHTIN, 2008 [1963], p. 140).

Consoante Barton (2007 [1994]), faz-se necessário ponderar que os usos da escrita não são aprendidos somente em instituições formais, tal como a escola, mas também na vida cotidiana. A despeito de a existência desse cotidiano se dar na *sociogênese* – tomada, neste estudo, no sentido que lhe dá Vigotski (1997 [1987]) –, há características que o particularizam na *microgênese* – também tomada com base pensamento vigotskiano. As especificidades de sua configuração social – a serem ainda discutidas no decorrer desta dissertação, as quais podem abarcar implicações econômicas e territoriais – remetem-nos a reflexões sobre a distribuição desigual da cultura de prestígio, mais propriamente no que respeita ao acesso aos *letramentos dominantes*, visto que, consoante nos alerta Britto (2003b), a *leitura de e o contato com um artefato* (HAMILTON, 2000) como o jornal, por exemplo, pressupõem um investimento pecuniário e a frequência a ambientes em que tal material esteja disponível. Do mesmo modo, consequências do efeito de território⁷⁷ (ÉRNICA; BATISTA, 2011) – a que subjaz uma compreensão da linguagem como uma atividade também espacial – podem ser consideradas, quando da observação acerca do acesso aos usos da escrita socialmente prestigiados, nos casos em que ambientes de alta vulnerabilidade social apresentam em sua composição sociocultural menos recursos familiares no que diz respeito à cultura escolarizada.

2.4.1 Conceitos sob escrutínio: *global/local* – *dominante/vernacular*

As reflexões que, a partir desta seção terciária, ganham materialidade textual, originam-se das já anunciadas articulações entre a antropologia da linguagem no que tange aos estudos do letramento, a filosofia da linguagem pelas vozes de base bakhtiniana, e a psicologia da linguagem à luz do ideário vigotskiano.

⁷⁷ Menção a estudo do Cenpec que sugere haver uma relação *ecológica* entre escolas públicas em espaços de vulnerabilidade social, relação segundo a qual algumas escolas criam mecanismos burocráticos para 'filtrar' os alunos e os professores, de modo a manter-se relativamente 'higienizadas' de um afluxo mais instável de ambos os grupos, cujos membros 'decantados' acabam por ser acolhidos por outras escolas da vizinhança que não lançam mão desse tipo de 'filtragem'.

O diálogo teórico a que nos propomos leva ao exercício da compreensão sobre os modos com que diferentes grupos culturais relacionam-se com a modalidade escrita da língua nas interações sociais que estabelecem. Nos *encontros* mediados pela escrita de que participam, os sujeitos constituem-se como tais na relação com a alteridade – relação que, muitas vezes, é calcada em tensões entre usos da escrita familiares e usos outros, distantes do cotidiano desses mesmos sujeitos. A partir desse entrecruzamento heterogêneo, apresentamos uma reflexão acerca dos universos *global* e *local* e, por implicação, sobre *letramentos vernaculares* e *dominantes*, que não compreende esses pares em uma relação de sinonímia entre si e também que não compreende cada par em uma relação de dicotomia – mas de dialogia – entre seus dois conceitos integrantes.

A discussão sobre a subjetividade como presente naqueles *encontros* pauta-se também no caráter situado das *práticas de letramento*, tendo em vista a vinculação social de todas as atividades humanas à cultura e à história que as singularizam em grupos culturais específicos. Em cada singularidade desses grupos, há usos da escrita que lhes são próprios e usos que lhes são outros, estranhos e exteriores, mas que lhes são impostos em razão do processo de legitimação e da ampla historicização de vozes de que são decorrentes.

A partir do olhar sobre usos da escrita situados, deparamo-nos, na literatura sobre o tema, com conceitos formulados para a compreensão da complexidade que o fenômeno abarca – *global/local*, principalmente a partir de Street (2003) e suas reverberações nos estudos do letramento; *dominante/vernacular*, no que tange a Barton e Hamilton (1998). Em se tratando de uma temática voltada para as ações humanas em sociedade, importa considerar os lugares de pertencimento e de deslocamento dos sujeitos, visto que todas elas acontecem em algum tempo e espaço e, por consequência, na história, o que fundamenta nossa opção por considerar esses lugares como pertencentes a *esferas da atividade humana* (VOLÓSHINOV, 2009 [1929]). Cada esfera se organiza de acordo com seus propósitos sociais e as especificidades que as distinguem umas das outras, mas todas elas possuem uma ancoragem de nível abstrato, configurando o que é *potencial* a todas as atividades humanas. Entendemos, pois, ser fecunda a reflexão que opera com os conceitos de *ontogênese* e *sociogênese* (VIGOTSKI, 1997 [1987]), tal qual já mencionamos.

Com base no ideário vigotskiano (VIGOTSKI, 1997 [1987]), entendemos que, no nível *ontogenético*, os seres humanos compartilham características de sua condição de humanidade que os inclinam a

compreender o mundo e a si mesmos, a discutir as relações que têm consigo, com os outros e com o mundo, a incidir sobre a realidade e transformá-la, e a ressignificar o homem e o universo – isso, reiteramos, em razão de sua vinculação à condição humana tomada em sentido amplo. (CERUTTI-RIZZATTI; ALMEIDA, 2013). Materialmente, cada uma dessas propensões humanas ganha corpo em lugares, tempos e com propósitos específicos a partir dos quais se torna única – porque os homens são corpóreos e temporais, e, fora disso, a condição de humanidade não passa de abstração. Nessa corporeidade e nessa temporalidade, está o nível *sociogenético*, em que ocorre a materialização singularizada de tais origens comuns à humanidade do homem, dadas as necessidades que o existir e sua natureza suscitam, considerando idiossincrasias sob as quais essas mesmas necessidades são vivenciadas e historicizadas em cada grupo social – aqui a tensão entre o que é ontogenético e o que é sociogenético.

Por um lado, essa condição de humanidade atinente à *ontogênese* implica que os estudos de nossas experiências sociais estejam ancorados em particularidades próprias da espécie humana; por outro lado, não existimos fora das diferentes sociedades, cada qual delas com seus próprios atributos, o que remete às já mencionadas relatividades semióticas (KRAMSCH, 2004) e não a um relativismo absoluto. A filosofia do Círculo de Bakhtin ilumina nossa compreensão ao registrar que

Qualquer necessidade natural, para tornar-se desejo humano sentido e expresso, deve passar necessariamente pelo estágio da refração ideológica e social, da mesma maneira como a luz do sol ou das estrelas pode alcançar nossos olhos: somente depois de ser refractada inevitavelmente na atmosfera terrestre. Em realidade, o homem não pode pronunciar nem uma só palavra permanecendo homem puro e simples, indivíduo natural – biológico – variedade bípede do reino animal⁷⁸. A mais simples expressão de fome:

⁷⁸ Cabe considerar aqui a noção de *responsividade* bakhtiniana e sua indissociabilidade com o conceito de *língua/linguagem*, pois, enquanto membros da espécie humana, somos impelidos a nos constituir como sujeitos por meio de um instrumento de mediação simbólica que nos é próprio, de modo que somos chamados a responder ao outro constantemente em toda a

"quero comer" pode ser pronunciada – expressa – somente numa determinada língua – ainda que seja a linguagem mímica – e será pronunciada com determinada *entonação*, com uma gestulação determinada. Assim, nossa expressão mímica de uma necessidade biológica, natural, recebe inevitavelmente uma coloração *sociológica* e *histórica*: da época, do ambiente social, da classe social do falante, e da situação real e concreta em que a enunciação ocorreu. (VOLOCHÍNOV⁷⁹, 2013 [1925-1930], p. 147-148, grifos do autor).

Considerando a condição corpórea e temporal dos sujeitos e, por implicação, sua inserção histórico-cultural, predicados comuns à espécie humana como tal – a exemplo dos usos da linguagem para pensar a vida e sua transformação – visibilizam-se em tempo e espaço específicos e, por conta de um endereçamento sociocultural, essas manifestações adquirem atributos próprios que são modificados quando a inserção espaço-temporal constitui-se outra. No tocante ao estudo das atividades de leitura e escrita, temática com que nos ocupamos, entendemos que há sempre, para suas materializações, o estabelecimento de uma localização, e, portanto, propomos uma ressignificação dos conceitos *global/local* e *dominante/vernacular*, a fim de não abordar esses pares em relações de mútua sinonímia. A despeito dos usos acadêmicos e teóricos que se tem feito dos termos, ao que nos parece, os conceitos de *global* e *local* não parecem tão efetivamente marcados da carga axiológica contida no par *dominantes* e *vernaculares*. Assim, entendemos que *global* não pode ser tomado como sinônimo de *dominante*, do mesmo modo que *local* não pode ser compreendido como sinônimo de *vernacular*.

Nossa discussão propõe, pois, uma compreensão de *global* como aquilo que transcende o *local* e que diz respeito ao nível *ontogenético* (VIGOTSKI, 1997 [1978]), compreendendo aquilo que é respectivo à espécie humana no que concerne às potencialidades dos usos da escrita para tratar da vida, de suas transformações, de seus desafios, para 'racionalizar' sobre a vida – o que só é dado à condição humana. Street

duração de nossa existência. Nesse sentido, qualquer uso da linguagem é, inevitavelmente, dirigido a um outro.

⁷⁹ Alternâncias na grafia do nome deste autor se devem à fidelidade à forma como tal nome é registrado nas obras que consultamos.

(2003), ao discutir a relação *global/local*, aborda o primeiro termo como correlato à significação do vocábulo *externo* e, ao mesmo tempo, ao sentido de *dominante*, como podemos ler no seguinte excerto:

Em todos esses casos [exemplos, citados pelo autor, de intervenções de educadores que objetivaram levar a leitura e a escrita para determinados grupos], a aquisição do letramento é localizada de formas mais abrangentes e mais profundamente conceituais do que as visualizadas pelas instituições de educação e de escolaridade através das quais tendem a ser transmitidas. **É isso, então, o que se quer dizer por ver o lado de fora ou o global como estando incluído no "local"**: é nesses níveis, em vez de – como talvez em alguns conceitos dominantes – considerar o local como algo insular, estreito, embutido, resistente. A combinação de local/central que um programa de transformação baseado na abordagem etnográfica poderia desenvolver é bastante diferente da visão romântica do paraíso "folclórico" a ser deixado puro e impoluto através da interferência urbana ou moderna, como argumentaria a crítica ao "romanticismo". (STREET, 2003, p. 10, grifo nosso).

O autor versa sobre uma compreensão relevante para o que estamos propondo aqui, a de que cada grupo cultural *responderia* diferentemente às imposições externas, no sentido do que é estranho ao grupo, mas que interagiria com o que lhe é *exterior* em alguma medida e de algum modo. A noção de externalidade, contudo, nos parece profícua apenas em outro sentido, qual seja, o de que as *localidades* dialogam entre si, ainda que seus limites – onde/como começa e onde/como termina cada *localidade* – não sejam passíveis de identificação, até porque podemos falar em fronteiras geográficas, mas não podemos falar em fronteiras enunciativas e ideológicas. O que nos parece problemático, portanto, trata-se do uso de *global*, um vocábulo cujas acepções remetem à totalidade, à universalidade e à integralidade, para aquilo que é exterior a determinado grupo ou dominante em determinado grupo. Em razão de vislumbrarmos uma necessidade de ressignificação do conceito, sugerimos o uso de *global* relacionado à *ontogênese*. Tal sugestão foge da abstração em si mesma, porque, à luz do ideário vigotskiano (VIGOTSKI, 1997 [1987]), toma *ontogênese* na

necessária relação com a *sociogênese* e com a *microgênese*, planos genéticos em mútua articulação, não se justificando, nenhum deles, isoladamente.

Assim, em coarticulação com o plano *ontogenético*, entendemos que o panorama teórico construído pelos estudos do letramento consideraria as práticas existentes na *sociogênese* como particulares a cada grupo cultural, ainda que cada um desses grupos necessariamente dialogue com os demais em razão do plano *ontogenético*: trata-se sempre de seres humanos e de suas relações com a racionalização sobre a vida. Em nosso entendimento, o *universo global* reverberaria em todos os usos sociais da escrita, nas diferentes materializações *sociogenéticas*, porque tais usos da escrita estariam relacionados a especificidades da natureza humana; esse *universo* corresponderia, portanto, às potencialidades dos fazeres com a escrita relacionadas à condição de humanidade do homem.

Para ilustrar nosso intento de reflexão, apresentamos o diagrama a seguir (Figura 2), o qual se constitui de uma linha superior contínua, que corresponde ao *universo global* na vinculação com a *ontogênese* e setas de múltiplas pontas, em linha contígua, ligadas à linha superior, que representam os *universos locais*, vinculados à *sociogênese*. Não há fechamentos inferiores nem laterais porque não entendemos o *global* como mecanismo de circunscrição, mas de horizontalização. Com as setas de múltiplas pontas, tentamos representar o dialogismo existente entre todos os componentes do imbricamento ilustrado, porque julgamos importante a consideração de que há movências entre os elos que representam cada *universo local* e de que há mútua incidência entre esses elos, sobretudo daqueles que se avizinham entre si, o que evidentemente não descarta sobreposições e enovelamentos entre eles. A simetria das setas de múltiplas pontas não pretende significar simetria de usos, nem linearidade; não as representamos diversamente uma das outras e não as sobreposamos em imbricamentos possíveis para não suscitar hierarquizações – a simetria é meramente gráfica, não conceitual. Esse diagrama, e os demais a seguir, são construções de nosso grupo de pesquisa e constam em Cerutti-Rizzatti e Almeida (2013).

Figura 2 - Diagrama: Relações entre universos *global* e *local*

Linha contínua da horizontalidade – usos da escrita imbricados à ontogênese humana



Materializações contíguas da horizontalidade em contextos socioculturais distintos

Fonte: Cerutti-Rizzatti e Almeida (2013).

O diagrama tenta representar, portanto, nossa concepção de que os usos da escrita são sempre situados em grupos culturais – representados pelas setas contíguas de múltiplas pontas. Essa consideração nos move, porém, a atentar para o interior de cada 'localidade' – de cada seta –, em que julgamos ocorrerem as relações de tensão interna, tendo em vista que nesse âmbito encontram-se os sujeitos em sua intercorporeidade (CERUTTI-RIZZATTI; ALMEIDA, 2013). Aqui, fechamos a relação proposta entre *global* e *local*. Em continuidade a essa reflexão, apresentamos, a seguir, a caracterização dos conceitos de *letramento dominante* e *letramento vernacular*, como decorrentes de processos de legitimação e historicização de vozes, a partir da distinção que entendemos necessária entre estes e os *universos global* e *local*.

2.4.2 Distinção dos conceitos *dominante* e *vernacular*: uma discussão inter-relacionada com o arcabouço teórico bakhtiniano

Nas materializações dos usos da escrita nos *encontros* que se gestam nos *universos locais*, entre os sujeitos, emergem usos tanto na condição de *dominantes* quanto na condição de *vernaculares*. De acordo com Barton, Hamilton e Ivanic (2000), os *letramentos dominantes* comportam configurações institucionais de poder e conhecimento e que são incorporadas nas relações sociais. Outros letramentos, os *vernaculares*, que existem na vida cotidiana e derivam de relações informalmente ali instituídas, são menos visíveis, porque privados, e menos apoiados em um coro de vozes mais amplo. Isso significa que todos os *usos da escrita* são necessariamente *locais*, quer sejam mais quer sejam menos padronizados por instituições sociais, e que alguns desses usos, em virtude das especificidades dos *encontros* em que ganham corpo e das relações de poder que neles se instauram, são mais projetados que outros. A relação de tensão entre *letramentos dominantes* e *letramentos vernaculares* se estabeleceria, assim, na possibilidade

maior ou menor do acesso e da inserção efetiva nas *esferas* em que se fazem presentes, porquanto uma maior universalização (em dado contexto) de determinados usos *vernaculares* possivelmente os tornariam *dominantes*.

As relações intersubjetivas materializadas na modalidade escrita da língua e que têm lugar em instituições de prestígio fazem parte do que temos entendido por *letramentos dominantes*. Nesse sentido, questionamo-nos: Quais fatores sociais conduzem determinados usos da escrita à valoração *dominante*? Entendemos que tais usos correspondem a determinados grupos sociais, são utilizados com intentos de universalidade, e sua carga axiológica é constituída a partir do que temos chamado de *aposição de vozes* (CERUTTI-RIZZATTI; ALMEIDA, 2013). O termo nos remete à historicização das vozes nos usos sociais da escrita e a reflexões sobre *ideologia oficial* e *ideologias do cotidiano* (BAKHTIN, 2004 [1927]; VOLÓSHINOV, 2009 [1929]). Entendemos, ainda, que questões de fundamento econômico estão necessariamente implicadas, sobretudo em se tratando da importância delas para a projeção de determinados usos da escrita no grande espaço, condição para que sejam submetidos ao escrutínio de ganhar ou não o grande tempo.

Ideológicas, embora distintas entre si, todas as *esferas da atividade humana* estão ligadas ao uso da linguagem, e suas finalidades sociais podem ser apreendidas a partir da materialização desses usos. Cada *esfera* representa um campo da ação humana em sociedade com propósito sociais e discursivos próprios, que a distingue das demais esferas, e apresenta modos particulares de interpretação da realidade. As interações humanas e os intentos criadores subjetivos que as constituem modificam-nas e transformam-nas, estão vinculados ao seu contexto social, de tal modo que

Cada zona de la creatividad ideológica se encuentra orientada a su modo particular dentro de la realidad y la refracta a su modo. Cada zona se apropia de una función particular em la totalidad de la vida social. Pero el carácter signico es la determinación general de todos los fenómenos ideológicos.⁸⁰ (VOLÓSHINOV, 2009 [1929], p. 28).

⁸⁰ Tradução nossa: Cada área da criatividade ideológica se encontra orientada a seu modo particular dentro da realidade e refrata-a a seu modo. Cada área se

As interações acontecem em tempos e espaços específicos, e não há acontecimento que se desprenda da relação tempo-espaço – o *cronotopo* de Bakhtin (1993 [1975]). O conceito foi, originalmente, pensado para o texto literário, tal qual observamos em: "À interligação fundamental das relações temporais e espaciais, artisticamente assimiladas em literatura, chamaremos *cronotopo* (que significa 'tempo-espaço'). [...] nele é importante a expressão de indissolubilidade de espaço e de tempo [...]". (BAKHTIN, 1993 [1975], p. 211). Com a finalidade de ilustrar as possíveis significações no estudo dos enunciados concretos, Amorim (2006, p. 102), com base em obra bakhtiniana, escreve:

[...] o cronotopo da estrada, em um certo tipo de romance, indica o lugar onde se desenrolam as ações principais, onde se dão os encontros que mudam a vida dos personagens. No encontro, a definição temporal (naquele momento) é inseparável da definição espacial (naquele lugar). A estrada é, portanto, o lugar onde se escande e se mede o tempo da história.

Nessa formulação teórica, o tempo é apresentado como dimensão de movimento e de transformação. Em seu ensaio sobre a literatura, Bakhtin (1993 [1975]) utiliza o conceito para a análise que faz das metamorfoses por que passa o herói, evidenciando a dimensão do acontecimento na história e a influência da temporalidade na constituição humana (AMORIM, 2006).

2.4.2.1 Uma reflexão mais pontual sobre *gêneros do discurso* e suas implicações no recorte temático deste estudo

Importa – antes de prosseguir na discussão que nos ocupa nesta seção – nos determos no olhar bakhtiniano sobre os *gêneros do discurso*, considerando que não é possível usarmos a língua fora deles (BAKHTIN, 2011 [1952-53]); logo, se *eventos de letramento* demandam o uso da modalidade escrita da língua, entendemos que tais *eventos*, requerendo os usos da língua, implicam, necessariamente, *gêneros do discurso*. É necessário, porém, assinalar que não propomos

apropriar de uma função particular na totalidade da vida social. Mas o caráter sógnico é a determinação geral de todos os fenômenos ideológicos.

posposição ou sobreposições entre tais conceitos – *gêneros do discurso* e *eventos de letramento* –, o que propomos, é o já anunciado *simpósio* – a dialogia integradora e não a dialética sintetizadora (com base em MIOTELLO, 2011) – entre esses conceitos, com base em uma epistemologia de base histórico-cultural que vemos entre eles.

Em razão da complexidade desta discussão e dos diversos desdobramentos teóricos que ela suscita, julgamos importante trazer à baila nosso entendimento, pautado na filosofia da linguagem bakhtiniana, de que "[t]odo texto, escrito ou oral, está conectado dialogicamente com outros textos." (PONZIO, 2008, p. 102). Nesse sentido, toda enunciação reflete outras enunciações, sejam estas anteriores ou posteriores àquela, como no caso da antecipação de possíveis respostas e objeções. Há sempre, portanto, em todo uso da linguagem, relações que se estabelecem com *palavras outras*, alheias, as quais constituem o caráter mediado da enunciação. Nos *atos de dizer*, o sujeito manipula a palavra alheia, tornando-a discurso reproduzido ou *discurso reportado* (VOLÓSHINOV, 2009 [1929]). Trata-se de uma característica genérica do discurso – no sentido de se estender a todos os discursos – à luz do ideário bakhtiniano, consoante nos ensina Ponzio (2008, p. 101): "O discurso reproduzido, o discurso citado, em suas diferentes formas, não representa somente um tipo especial de discurso, mas também está constantemente presente no sentido de que todo discurso é um discurso reproduzido, que recorre ao discurso alheio."

De acordo com Volóshinov (2009 [1929]), existem modos de reportar a palavra, e cada um deles objetiva um fim específico e leva em consideração um terceiro, aquele a quem se dirige a *palavra outra* (PONZIO, 2010). Para o autor russo, o papel do destinatário é de grande importância porque corrobora a influência das forças sociais sobre a recepção do discurso. A dinâmica da inter-relação que se constitui entre o contexto dos sujeitos envolvidos na interação e a palavra reportada, nessa ocasião, remete-nos ao caráter situacional dos usos de linguagem, recorrentemente já validados neste estudo. Em relação a isso, parece-nos pertinente afirmar que há formas de se reportar a palavra que dependem, em grande medida, da situação interacional que ocorre por meio dos *gêneros do discurso*, porquanto "[c]ondições sociais concretas são as que conduzem ao predomínio de alguns modos de situar-se diante do discurso alheio [...]" (PONZIO, 2008, p. 104).

Assim considerando, compreendemos que os conceitos de *esfera da atividade humana*, *gêneros do discurso* e *cronotopo* coexistem em relações dialógicas. Não há, por exemplo, *gêneros do discurso* sem um horizonte espacial e temporal que os constitua, pois cada *esfera* localiza-

se em tempo e espaço específicos e possui características que evocam determinadas situações de interação, as quais requerem *gêneros do discurso* adequados aos seus propósitos. Os *gêneros*, por sua vez, "[...] não são indiferentes às características da sua *esfera*, ou melhor, eles as 'mostram'." (RODRIGUES, 2005, p. 167) ao seu auditório possível. Sua riqueza e diversidade são tão numerosas quanto são "[...] as possibilidades da multiforme atividade humana [...]" (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 262) e seu repertório aumenta à medida que se desenvolve a esfera de que faz parte (BAKHTIN, 2011⁸¹ [1952-53]).

Os enunciados, nessa perspectiva, refletem as condições específicas e os propósitos sociais de cada referida *esfera* (BAKHTIN, 2011 [1952-53]) e comportam, por isso, características comuns a outros enunciados pertencentes a sua *esfera*. Segundo Bakhtin (2011 [1952-53], p. 262), "[...] evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*."

Como a língua não é uma entidade neutra desvinculada da realidade sociocultural em que se insere; os enunciados que a materializam são, por conseguinte, ideologicamente constituídos. Os *gêneros* – "[...] *tipos relativamente estáveis* de enunciados [...]" (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 262) – estão, pois, relacionados às *esferas da atividade humana*, "[...] mais especificamente às situações de interação dentro de determinada esfera social [...]", tendo em vista que "[...] o que constitui um *gênero* é a sua ligação com uma situação social de interação [...]" (RODRIGUES, 2005, p. 164). As situações sociais decorrem, do ponto de vista histórico e cultural, de sistemas ideológicos específicos, variáveis de acordo com os contextos possíveis e com as relações de poder que se engendram no interior desses mesmos contextos. Bakhtin (2011 [1952-53]) apresenta uma distinção entre dois grupos de *gêneros*, os quais denomina de *gêneros primários* e *gêneros secundários*. Os primários têm sua existência material proporcionada por situações de interações mais simples e imediatas e podem ser exemplificados pela *carta* e pelo *diálogo cotidiano*. Já

Os *gêneros do discurso* secundários (complexos – romances, dramas pesquisas científicas de toda

⁸¹ Estamos cientes de que nesta obra – *Estética da criação verbal* –, quando editada pela Martins Fontes, o tradutor Paulo Bezerra opta por usar *domínio* e não *esfera*. Por coerência na alusão conceitual que fazemos aqui, porém, mantemos *esfera* mesmo quando referenciamos essa obra especificamente.

espécie, os grandes *gêneros* publicísticos, etc.) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc. (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 263).

Tais desdobramentos se assentam na diferenciação que o autor estabelece entre *ideologias do cotidiano* e *ideologia oficial*. Para o círculo de Bakhtin, o fenômeno ideológico não se constitui de uma força única e hegemônica, mas opera em dialogismo constante entre as duas formas de ideologia mencionadas, de modo que a *ideologia oficial* está em contínuo diálogo com as *ideologias do cotidiano*. Para VOLÓSHINOV (2009 [1929], p. 145), "[...] la ideología cotidiana es un mundo caótico del discurso interior y exterior desordenado y no asentado, mundo que confiere un sentido a todo nuestro acto ético o acción, y a todo nuestro estado 'consciente' [...]"⁸² e diferencia-se da *ideologia oficial* por não ter percorrido todas as fases de objetivação social e por não ter passado por um processo de 'cristalização'. Nesse sentido, entendemos que as *ideologias do cotidiano* são plurais e estão mais sujeitas a mudanças; a *ideologia oficial*, por sua vez, apresenta certa estabilidade de seus conteúdos que se 'cristalizam'. Para Bakhtin (2004 [1927], p. 88, grifo nosso), "[o]s sistemas ideológicos estáveis e enformados das ciências, das artes, do direito etc. cresceram e se cristalizaram **a partir do elemento ideológico instável**, que através das ondas vastas dos discursos interior e exterior banham cada ato nosso e cada recepção nossa."

A mencionada assertiva de Bakhtin (2004 [1927]) ensina que, a despeito dos predicados diferentes que apresentam em suas definições, tanto as *ideologias* quanto os *gêneros do discurso* são, em sua constituição, imbricados. Na perspectiva bakhtiniana, a *ideologia oficial* não é abordada como prevacente sobre outros sistemas ideológicos, mas sim como parte da relação dialógica entre a *ideologia oficial* e a *ideologia do cotidiano*. Em relação à primeira, de acordo com Miotello (2005, p. 174), com base no Círculo de Bakhtin, no nível da *ideologia oficial*, aqueles conteúdos que entraram no sistema ideológico especializado e formalizado, encontram-se "[...] mais estabilizados, mais

⁸² Tradução nossa: a ideologia cotidiana é um mundo caótico do discurso interior e exterior desordenado a não asentado, mundo que confere um sentido a todo nosso ato ético ou ação, e a todo nosso estado "consciente".

aceitos pelo conjunto social, mais testados pelos acontecimentos e mais amparados pelos jogos de poder.". Já a segunda, referenciando o próprio Bakhtin (2004 [1927], p. 88), "[...] é mais sensível, compreensiva, nervosa e móvel que a ideologia enformada, 'oficial'. No seio da ideologia do cotidiano é que se acumulam aquelas contradições que, após atingirem certo limite, acabam explodindo o sistema da ideologia oficial.". Entendemos, assim como afirma Miotello (2005), que, nas relações sociais, a *ideologia oficial* é apossada pela classe dominante e imposta, na relação com a ideologia do cotidiano como nível hegemônico. Deriva desse processo uma tensão em que a força de hegemonia tenta anular as contradições que constituem as ideologias⁸³, visto que a perpetuação desta e a manutenção da estratificação social exigem que tais contradições sejam apagadas.

Constituídos também em processo dialógico, os *gêneros do discurso* (orais e escritos) são, segundo Corrêa (2007, p. 209), "[...] produtos de relações intergenéricas, [...] as quais relativizam sua estabilidade e os repõem no dinamismo próprio da linguagem: o da mudança." E acrescenta: "O exemplo mais conhecido de *relação intergenérica* é aquele que [...] envolve os chamados *gêneros primários* e *secundários*." (CORRÊA, 2010, p. 644). Tendo presente esse dinamismo e essas relações, importa registrar que o conceito de *gêneros do discurso* é relevante na discussão que empreendemos neste estudo, considerando que os usos da língua não acontecem fora dos *gêneros do discurso* e que, na *esfera jurídica*, tendem a se dar de modo prevaletente por meio dos *gêneros secundários*, que se caracterizam por um amplo processo de homologação de vozes no âmbito da *ideologia oficial*, provocando tensionamentos de toda ordem, alguns dos quais tornamos objeto desta dissertação.

⁸³ Por *ideologia*, para as finalidades deste estudo, entendemos "[...] a expressão, a organização e a regulação das relações histórico-materiais dos homens." (MIOTELLO, 2005, p. 171). Trata-se de um olhar com base no Círculo de Bakhtin. Em se tratando da definição dada pelo Círculo, vale registrar: "Por ideologia entendemos todo o conjunto de *reflexos* e *interpretações* da realidade social e natural que *se sucedem no cérebro do homem*, fixados por meio de palavras, desenhos, esquemas ou outras formas *sígnicas*." (VOLOCHÍNOV, 2013 [1925-1930], p. 138, grifos do autor).

2.4.2.2 Retomando o foco dos *letramentos vernaculares* e dos *letramentos dominantes*

A distinção, proposta por Bakhtin (2011 [1952-53]), entre os *gêneros primários* e *secundários*, no âmbito da filosofia da linguagem, dialoga, em nossa compreensão – no *simpósio* que propomos aqui e sob a responsabilidade de o fazermos –, com os dois conceitos de origem da antropologia da linguagem, objeto de nossa discussão nesta ampla seção, *letramentos vernaculares* e *letramentos dominantes*. Entendemos esse diálogo possível porque, assim como os *gêneros*, o *letramento* também tem sua localização histórica e cultural justificada pelas relações intersubjetivas em dadas *esferas da atividade humanas*, as quais podem ser formalizadas e sistematizadas ou espontâneas e informais e, ainda, como já mencionamos, se não é possível usar a língua fora dos *gêneros do discurso*, os *eventos de letramento* necessariamente implicam tais *gêneros*, quer em sua condição *vernacular*, que em sua condição *dominante*.

Conforme Barton e Hamilton (1998, p. 247),

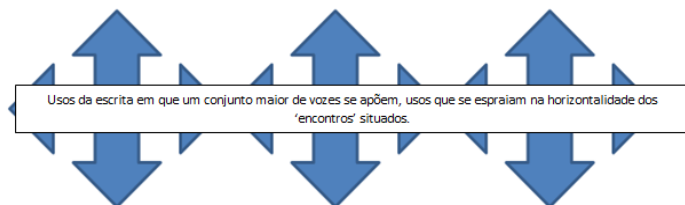
Vernacular literacy practices are essentially ones which are not regulated by the formal rules and procedures of dominant social institutions and which have their origins in everyday life. [...] vernacular literacies are in fact hybrid practices which draw on a range of practices from different domains.⁸⁴

Em nossa compreensão, enquanto os *letramentos dominantes* têm sua existência marcada pelas condições de um convívio cultural mais complexo pautado na *ideologia oficial* e são materializados por meio dos *gêneros do discurso secundários*, os *letramentos vernaculares* caracterizam-se por atender a propósitos sociais mais imediatos e mais privados (BARTON; HAMILTON, 1998) dos usos da escrita que mostram suas especificidades nos *gêneros do discurso primários* pautados na *ideologia do cotidiano*.

⁸⁴ Tradução nossa: *Práticas de letramento* vernaculares são essencialmente aquelas que não são reguladas por regras formais e procedimentos das instituições sociais dominantes e que têm suas origens na vida cotidiana. [...] *letramentos vernaculares* são, de fato, as práticas híbridas que recorrem a uma série de práticas de diferentes domínios.

Para a ilustração de nossas reflexões, apresentamos – ainda retomando Cerutti-Rizzatti e Almeida (2013) – o diagrama a seguir (Figura 3) que constitui desdobramento do diagrama (Figura 2) apresentado anteriormente, focando, agora, a lente nas setas de múltiplas pontas já apresentadas na Figura 2. Como tentamos mostrar na representação que segue, os usos *dominantes* seriam sempre *locais*, porque situados e materializados no *encontro* de sujeitos corpóreos e datados, e corresponderiam ao retângulo horizontal que perpassa o meio de todas as setas. Essa representação conota o fato de que esses usos se espraíariam na horizontalidade dos *encontros*, fazendo parte de vários deles, mas sempre situadamente no âmbito sociogenético dos diferentes grupos culturais. O conjunto de vozes historicizaria, pois, determinados usos em um amplo espectro horizontalizado da convivência humana culturalmente situada – logo, *locais*, mas, pelo espectro de horizontalidade, *dominantes*. Nessa perspectiva, questões de poder econômico estariam implicadas na projeção no *grande espaço*, mas não assegurariam a projeção no *grande tempo*. Por outro lado, essa mesma projeção no *grande tempo* implicaria a projeção no *grande espaço*, mas requereria mais do que isso para de fato estabelecer o diálogo entre o presente o passado e o futuro.

Figura 3 - Diagrama: Os *letramentos dominantes* constituindo-se na horizontalidade dos universos *locais*



Fonte: Cerutti-Rizzatti e Almeida (2013).

Já os *letramentos vernaculares* corresponderiam a cada seta de múltiplas pontas tomadas em sua singularidade – não como seta isolada ou uniforme, mas como seta singular. Cada seta corresponderia a um universo sociogenético, mas suas pontas superiores ligariam esses usos *vernaculares* que têm lugar na *sociogênese* ao amplo espectro dos potenciais usos da escrita, o universo *global* da *ontogênese*. Já as pontas laterais inter-relacionariam tais usos *vernaculares* com os usos circunvizinhos a cada constituição *sociogenética*, em interpretrações que, quanto mais se horizontalizam mais facultam a conversão do que é *vernacular* em *dominante*. Trata-se, pois, não de relações dicotômicas, mas de relações dialógicas em um *continuum*. Quanto às pontas inferiores, representariam a abertura para a possibilidade de idiossincrasia, de absoluta singularidade nos limites do *vernacular*. É certo que questões de *disponibilidade* e de *acessibilidade* (KALMAN, 2003) estão amplamente implicadas no desenho sempre móvel dessas setas.

Vale considerar, enfim, que a complexidade da institucionalização dos saberes – se evocarmos a base vigotskiana de que nos apropriamos deles nas relações intersubjetivas –, é que cada sujeito traz consigo diferentes vivências que reverberam em seus conhecimentos, no modo como enxerga a si próprio e na forma como se torna variável consoante cada historicidade, a *microgênese*, que se constrói em determinado contexto *sociogenético*, o qual pode estar ideologicamente distante das representações dominantes sobre o mundo e sobre a vida, representações privilegiadas, o que pode implicar exclusão. Exclui-se porque determinadas vivências e representações foram apropriadas por certas camadas sociais que lhes imprimiram seus olhares acerca do mundo, processo sobre o qual se apuseram muitas vozes em historicização, ganhando privilegiamento sociocultural, porque, não raro, também privilegiamento econômico.

Isso significa, de acordo com Barton (2007 [1994]), que os estudiosos do *letramento* precisam desenvolver uma compreensão sobre os mecanismos de poder na sociedade e nos contextos em que eles se inserem para realizar suas pesquisas, de modo que, a partir daí, empreendam uma abordagem crítica que possa tornar visível aquelas relações de poder que, normalmente, estão ocultadas. Estamos seguros de que esta é uma questão substancialmente complexa, cujos contornos apenas anunciamos aqui e que, no âmbito de uma dissertação de mestrado, estamos ainda longe de esquadriñar com o aprofundamento que ela seguramente requer.

2.4.3 Implicações da compreensão dos universos *global e local* e dos *letramentos dominantes e vernaculares* para o estudo das práticas de *letramento*

A pedagogia crítica proposta por Paulo Freire (FREIRE; MACEDO, 1990) é precursora, sob vários aspectos, da visão social conferida à *alfabetização* e responsável, em boa medida, pelo desdobramento das teorizações relativas aos estudos do *letramento*. Tendo rompido com paradigmas positivistas no âmbito do estudo da linguagem, em nossa compreensão, tal pedagogia ressignifica os estudos das humanidades.

Não se pode [...] compreender e analisar uma linguagem sem uma análise de classe. Muito embora possamos ter de ultrapassar as fronteiras de classe para compreender determinadas propriedades universais da linguagem, não devemos nem reduzir a pesquisa da linguagem a uma compreensão mecânica nem reduzi-la apenas à análise de classes sociais. Mas temos que fazer com que esta última obtenha uma visão global do sistema total que se esteja investigando. (FREIRE; MACEDO, 1990, p. 35).

O silenciamento das vozes não hegemônicas impede a leitura de mundo (FREIRE; MACEDO, 1996) – pelos representantes dessas vozes – que deve preceder a leitura da palavra. Ler o mundo, nesse sentido, implica enxergar-se a si mesmo como sujeito agente que, em sua responsividade, pode transformar e protagonizar sua história. De dentro de seus universos *locais*, os indivíduos, em seus *encontros*, negociam sentidos e constituem identidades na relação com a alteridade, a partir

das quais se promovem possibilidades de experiências sociais. Tais *encontros* são possíveis usos da linguagem, dentro dos quais, em razão do *encontro*, cada subjetividade se delineia não como individualidade, mas como singularidade. Assim entendemos que toda constituição como sujeitos singulares se dá nos diversos *encontros* de que participamos em nossas vivências, os quais nos colocam em contato com um *outro*, diferente de nós, mas em relação ao qual não somos indiferentes: eis a diferença não indiferente (PONZIO, 2008-09).

Nesse processo de conhecer o outro e de conhecer o mundo, estão as relações da subjetividade com a alteridade, tanto quanto da subjetividade com a objetividade, relação esta, porém, sempre mediada pela outridade, como quer Vigotski (2000 [1978]). No caso de nosso estudo, as atividades em sociedade que nos interessam são as *práticas de letramento* e os *eventos de letramento*, que têm lugar no âmbito das relações intersubjetivas. Na investigação das primeiras e na observação dos segundos, temos entendido a importância de se considerar o contexto social mais amplo, constituído pelas relações de poder, que comporta hegemonias e contra-hegemonias. Com o intuito de compreender as implicações das *práticas de letramento* dos sujeitos em seus *encontros*, nos quais lhes são requeridos *atos de dizer* (BAKHTIN, 2010 [1920-24]), buscamos novas inteligibilidades para os conceitos com que temos lidado no âmbito dos construtos teóricos nos quais têm lugar.

"Because literacy practices are situated in social relations, which are patterned by social institutions and power relations, some literacies are more dominant, visible, and influential than others."⁸⁵ (BARTON, 2007 [1994], p. 52). Por essa discussão, acreditamos que o os usos da escrita tendem a ser contingenciados em todas as sociedades, as quais controlam, de um modo ou de outro, o acesso à palavra escrita, porque a tecnologia semiótica em que as práticas ganham materialidade possibilita a veiculação de informações e ideias, que podem tanto manter quanto desafiar as instituições sociais. (BARTON, 2007 [1994]). A distinção entre *práticas de letramento dominantes* e *práticas de letramento vernaculares* é, sobretudo, fruto de uma concepção de linguagem como interação, cujos diversos usos se dão em contexto social e cultural historicizado com as contingências econômicas que lhes

⁸⁵ Tradução nossa: Em virtude de as *práticas de letramento* serem situadas nas relações sociais, em que são padronizadas pelas instituições sociais e relações de poder, alguns letramentos são mais dominantes, visíveis, e influentes que outros.

correspondem. Em todos os contextos, há regras explícitas ou implícitas que "[...] governam a produção apropriada dos atos de linguagem [e] levam em conta as relações sociais entre o falante e o ouvinte." (GNERRE, 1994, p. 6). A maneira provavelmente mais recorrente de se restringir o acesso à palavra escrita é a restrição que resulta da escolha de uma variedade linguística (BARTON, 2007 [1994]) que se associa a um grupo social específico em detrimento dos demais. Gnerre (1994) explica que a afirmação de uma variedade sobre as outras passa pela associação dessa variedade à escrita e à transmissão de informações de ordem política e cultural.

Nosso interesse pelo impacto social da escrita respalda-se no entendimento de Street (1984; 1988), segundo o qual todas as *práticas de letramento* emergem não somente da cultura, mas também das relações de poder em dada sociedade. Cada uso da escrita responde a propósitos sociais específicos e pode, portanto, ocupar lugar de prestígio ou de silenciamento. Parafraseando Kleiman (2001 [1995]), o fenômeno do *letramento* extrapola o mundo da escrita tal qual ele é concebido pelas instituições hegemônicas; há agências de letramento outras, tais como a família, a Igreja, a rua e a comunidade, que revelam orientações de letramento particulares.

Para Barton e Hamilton (1998), as *práticas de letramento vernaculares*, comumente silenciadas, originam-se na vida cotidiana e não são essencialmente reguladas por regras formais e procedimentos sociais dominantes de instituições. A despeito da importância dessas práticas para a vida dos sujeitos, elas são pouco valorizadas. Em cada grupo cultural há usos da escrita ali situados que respondem às necessidades desse mesmo grupo a partir de seu horizonte axiológico, pois as atitudes valorativas estão relacionadas à subjetividade, a qual, por sua vez, se constitui na alteridade. A contribuição de Bakhtin (2011 [1979]) para o desenvolvimento destas reflexões, embora em outro escopo teórico, parece-nos fundamental. A consciência individual – impregnada de conteúdo ideológico e, por isso, semiótica – é uma realidade que só tem existência num contexto socioideológico (VOLÓSHINOV, 2009 [1929]). Segundo os estudiosos do Círculo de Bakhtin, os signos só podem constituir-se em um terreno que comporta mais de uma individualidade, na organização social em que a interação é possível e por meio da qual aproximamo-nos do *outro* com quem nos constituímos como sujeitos.

Entendemos que o modo com que cada sujeito vê o mundo é 'materializado na' linguagem, assim como a valoração da própria linguagem também pode nela mesma se materializar. O mesmo

raciocínio estendemos para os usos da escrita. A compreensão "[...] de que o letramento precisa ser concebido à luz das particularidades socioculturais e econômicas dos entornos mais grafocêntricos ou menos grafocêntricos nos quais se inserem os sujeitos em sua materialidade histórica [...]" (CERUTTI-RIZZATTI, 2012, p. 298) nos chama a atenção para as demandas sociais de cada grupo cultural. Nas variadas *esferas da atividade humana* em que estabelecem relações intersubjetivas, são requeridos desses grupos *atos de dizer* sem os quais seu processo de mobilidade e/ou inserção social⁸⁶ poderiam resultar prejudicados: eis a tensão constituída pelo desafio de lidar com usos não pertinentes ao seu cotidiano.

O olhar que se pretende abrangente nessa perspectiva correlaciona-se com a adoção da abordagem de base etnográfica para a pesquisa, em que os pesquisadores investem seu tempo com comunidades específicas – abordagem que implica, à pesquisa acerca dos usos sociais da escrita, um estudo interpretativista e histórico que possibilite o entendimento da importância das relações de poder na constituição das *práticas de letramento* que, embora socioculturalmente constituídas, estão inseridas em um cenário social que contribui para a existência de certas contingências que silenciam determinados grupos.

⁸⁶ Temos distinguido, em nosso grupo de pesquisa, *mobilidade e inserção*, uma vez que podemos nos *mover* por *esferas da atividade humana* sem sermos, ou impossibilitados de sermos, membros efetivos delas. A condição de pertencimento à esfera implicaria *inserção*, condição que tende a ser sinônimo de ‘conformação’ ao que ali está estabelecido. Estamos seguros de que *inserção* traz consigo, em alguma medida, uma perspectiva de *conformação*, mas isso foge à discussão deste capítulo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O ESTUDO DA EVENTICIDADE POR MEIO DE UMA PERSPECTIVA INTERPRETATIVISTA

*As ciências exatas são uma forma
monológica do saber: o intelecto
contempla uma coisa e emite
enunciado sobre ela. Aí só há um
sujeito: o cognoscente (contemplador)
e falante (enunciador). [...] Mas o
sujeito como tal não pode ser
percebido e estudado como coisa
porque, como sujeito e permanecendo
sujeito, não pode tornar-se mudo;
consequentemente, o conhecimento
que se tem dele só pode ser dialógico.
(Mikhail Bakhtin)*

A área de concentração – Linguística Aplicada – em que nos inserimos caracteriza-se por ocupar-se da produção de conhecimento sobre desdobramentos da vida social, visto que tem por escopo o estudo de *problemas de linguagem* socialmente relevantes, os quais se manifestam nas relações intersubjetivas. Assim considerando, nossa proposta de observação e interpretação dos fenômenos linguísticos, já registrada neste projeto, impele, por razões de coerência teórica, a uma concepção de *sujeito* não homogêneo, tomando-o como inserido na história e considerado nas vivências que o constituem (GERALDI,⁸⁷ 2010a; 2010b). Por esse motivo, o delineamento destes procedimentos metodológicos deu-se a partir da necessidade de afirmação de um olhar interpretativo sensível à eventicidade dos usos da linguagem na vida humana. Kleiman (2001) afirma que o paradigma qualitativo e interpretativo possibilita a compreensão dos contextos estudados em toda a sua complexidade.

O conceito de *práticas de letramento* com que temos trabalhado não referencia homogeneidades para os diferentes sujeitos e os diferentes agrupamentos humanos (BARTON, 2007 [1994]). Trata-se de uma abordagem que abarca, dentre outras questões relevantes, as

⁸⁷ Estamos cientes de que este autor não se inscreve na Linguística Aplicada, mas entendemos, também aqui, que seu olhar, de base bakhtiniana, incide sobre a linguagem no âmbito dos problemas sociais em que se materializa.

representações construídas por esses mesmos sujeitos, no âmbito das relações com o outro, acerca de si mesmos, desse outro e do mundo. Essas relações são parte da história que contempla convenções e suposições subjacentes a cada *evento de letramento*, as quais lhe conferem significados específicos. (STREET, 2003). Defendemos, pois, que a abordagem qualitativa facultou-nos compreender como as *práticas de letramento* – variáveis consoante os contextos possíveis – reverberam na forma com que os sujeitos percebem, axiologicamente, a leitura e a escrita nas relações de poder⁸⁸.

Interessam-nos, para as finalidades desta pesquisa, os sujeitos em estratos de vulnerabilidade social, tendo em vista, em primeiro lugar, a criticidade que assumimos, em relação ao processo de acesso à Justiça. Nesse sentido, entendemos que encaminhamentos metodológicos de pesquisa de fundamentação etnográfica podem facultar-nos compreender implicações de diferentes *práticas de letramento* na atuação dos demandantes da Justiça, na modalidade *assistência judiciária gratuita*, em *eventos de letramento da esfera jurídica*. Cuidamos, ainda, que uma abordagem metodológica mais sensível aos contextos e o estudo das *práticas de letramento* dos sujeitos envolvidos na pesquisa em pauta só é possível a partir da adoção de uma perspectiva fundamentada no *modelo ideológico de letramento* (STREET, 1984).

As vivências em *eventos de letramento* vinculados à *ideologia oficial* – este último conceito tomado de Bakhtin (2004 [1927]) – produzem contato com formas exógenas de letramento, que não aquelas comumente experienciadas pelos sujeitos em seu cotidiano, e promovem a discussão acerca da negociação de sentidos no interior desses *eventos*, na medida em que há dimensões de poder (STREET, 2003) em constante ação dialógica e que pode haver, também, ressignificações construídas pelos sujeitos neles envolvidos.

Convergentemente com olhares de uma agenda sociopolítica, nossa pesquisa tem como um de seus propósitos "[...] tornar visível a complexidade das práticas cotidianas locais de letramento" (STREET, 2003, p. 2), pois

Muitas [...] populações [...] podem ter sido rotuladas como "iletradas" dentro do modelo

⁸⁸ "Parece-me bastante impossível tratar da questão do letramento sem examinar ao mesmo tempo esses aspectos que têm a ver com o poder." (STREET, 2003, p. 3).

autônomo de letramento, ainda que, por outro lado, de acordo com um ponto de vista mais sensível à própria cultura, pudessem ser vistas como fazendo uso significativo de *práticas de letramento*, com propósitos específicos e em contextos também específicos. (STREET, 2003, p. 3, grifo do autor).

Os usos sociais da escrita, materializados em *gêneros do discurso*, prestam-se a múltiplos papéis sociais nas diferentes *esferas da atividade humana* e podem significar distintamente para cada participante desses *eventos*. Parece-nos que somente a partir de um enfoque histórico e de um olhar de base etnográfica podemos compreender *ideologia, cultura e tradições* sobre as quais as experiências subjetivas – mas delineadas na intersubjetividade – estão fundamentadas, na medida em que não se trata de uma coleta objetiva de dados a serem quantificados e classificados.

Estudos em interface com a etnografia facultam documentar contrastes evidenciados pelos contatos entre os diferentes usos sociais da escrita (STREET, 2000). Tais usos são experienciados por sujeitos pertencentes a grupos culturais específicos, no âmbito dos quais os sentidos para tais usos se delineiam e se historicizam. As *práticas de letramento* reúnem os significados que a escrita assume para um determinado grupo social e não são, portanto, visíveis e fotografáveis. Assim, a adoção de uma perspectiva de base etnográfica apresenta seus benefícios no que tange ao conhecimento dos aspectos da vida diária e das vivências culturais de determinado grupo socialmente constituído (STREET, 2010). Qualitativa por excelência, a atividade de pesquisa de fundamentação etnográfica permite a geração de dados interpretáveis em contraposição a resultados estatísticos dos métodos quantitativos que não são sensíveis ao contexto social. A pesquisa qualitativa, consoante Flick (2004) e Mason (1996), mostra sua relevância no estudo das relações sociais, as quais se configuram como mutáveis e, portanto, exigem um olhar flexível e atento aos novos contextos que por ventura venham a se estabelecer.

Há convenções e pressupostos subjacentes aos *eventos de letramento* que lhe conferem sentido e, por esse motivo, na análise dessas subjacências, é importante ressaltar que, como reafirmou Street

(2000, p. 21), "[...] you can photograph literacy events but you can not photograph literacy practices."⁸⁹ Assim, são necessárias

[...] metodologias que permitam descrever e entender os microcontextos em que se desenvolvem as *práticas de letramento*, procurando determinar em detalhe como são essas práticas. Tais metodologias podem ser complementadas com metodologias experimentais (por exemplo, a fim de testar os sujeitos para comprovar um efeito específico da aquisição e conhecimento da escrita), com o objetivo de conhecer mais profundamente, mediante a combinação de métodos etnográficos e experimentais, as consequências que diferentes *práticas de letramento*, socialmente determinadas, têm no desempenho desses sujeitos. (KLEIMAN, 2001 [1995], p. 17).

O estudo dos significados subjetivos que os acontecimentos têm para as pessoas envolvidas neles é de grande valia para a pesquisa que aqui delineamos, pois, a partir dessa consideração, poderemos pensar novas inteligibilidades sobre as possíveis implicações entre *práticas de letramento dominantes* e *práticas de letramento vernaculares* interpretáveis nos *encontros* ocorridos na *esfera jurídica*.

3.1 TIPIFICAÇÃO DA PESQUISA

Uma abordagem pode ser classificada como pertencente aos 'estudos humanos' quando seu objeto se torna acessível a nós mediante a atitude que se funda sobre a relação entre a vida, a expressão e a compreensão (STAKE, 1978). Essa atitude revela a complexidade das temáticas gestadas no bojo das inquietações humanas, a partir das quais o homem tenta familiarizar-se consigo mesmo e com o outro. Em termos metodológicos, um caminho para responder às questões advindas dessas inquietações pode surgir a partir da adoção de procedimentos e da opção por instrumentos que contemplem a apreensão de episódios e de subjetividades em relações intersubjetivas. Para tanto, o olhar do pesquisador precisa pautar-se em uma abordagem mais ampla dos

⁸⁹ Tradução nossa: [...] você pode fotografar *eventos de letramento*, mas você não pode fotografar *práticas de letramento*.

fenômenos, de modo a buscar entender o homem em sua completude física, psicológica, cultural, histórica e social.

É nosso propósito ocuparmo-nos com as (inter)ações humanas em sociedade e como resultado de um tempo histórico específico, no qual estão inseridos os sujeitos que agem no *encontro* com o outro (PONZIO, 2010). Nosso interesse por essas ações demanda um olhar sensível aos diferentes contextos sociais que precisam ser considerados com seus predicados *locais* (GEERTZ, 1997). Para esse fim, a pesquisa qualitativa permite-nos abordar o trivial como estranho, a partir de uma atenção que se pauta no reconhecimento de que há significados e produções de sentido que são ocultados pelas relações de poder.

A pesquisa em Linguística Aplicada, para dar conta das interações que envolvem a linguagem na vida tal qual se estabelece, desloca-se do paradigma positivista de ciência para possibilidades de abordagem científica atenta aos predicados qualitativos, facultada, metodologicamente, pelos estudos de caso.

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. (YIN, 2001, p. 19).

A pesquisa qualitativa proposta aqui está fundamentada em um posicionamento filosófico interpretativista (MASON, 1996), na medida em que está interessada em como o mundo social é interpretado, entendido, experienciado ou produzido. Ela é baseada em geração de dados de modo flexível e atento ao contexto social em que tais dados são construídos (MASON, 1996). Concebido, aqui, sob essas perspectivas, tomamos o *estudo de caso* como uma tipificação viável para lidar com uma gama de evidências, tais como artefatos, entrevistas e observações (YIN, 2001).

Uma ação de pesquisa a partir de dados variados é uma tarefa que exige do pesquisador um posicionamento crítico, de constante autoanálise e autorreflexão.

This means that the researcher should constantly take stock of their actions and their role in the research process, and subject these to the same critical scrutiny as the rest of their 'data'. This is

based on the belief that a research cannot be neutral, or objective, or detached, from the knowledge and evidence they are generating. Instead, they should seek to understand their role in that process.⁹⁰ (MASON, 1996, p. 5-6).

A pesquisa qualitativa é sempre uma intervenção em um sistema social (FLICK, 2004), por isso a definição do papel do pesquisador em campo é demasiadamente importante. O modo de expressar a compreensão por ele construída, em termos metodológicos, depende da postura teórica adotada. Para realizar pesquisas com essa tipificação, importa considerar que é preciso estar fora da condição humana para não ser influenciado por ela ao posicionar-se em relação a ela.

A respeito de nosso tema, entendemos que os atos de escrever acerca de uma atividade social, sobre os sujeitos que a realizam e as *práticas de letramento* que os constituem, e de interpretá-los à luz do ideário sociocultural facultam a *desnaturalização* de suposições dominantes sobre o letramento (STREET; LEFSTEIN, 2007) em nossa cultura. O reconhecimento, a compreensão e a interpretação de usos sociais da escrita demandam o estabelecimento de uma relação entre *letramento* e *subjetividade*, visto que "[...] quaisquer que sejam as formas de leitura e escrita que aprendemos e usamos, elas são associadas a determinadas identidades e expectativas sociais acerca de modelos de comportamento e papéis a desempenhar." (STREET; LEFSTEIN, 2007, p. 466).

Assim considerando, tipificamos esta pesquisa como uma abordagem *qualitativa interpretativista* (MASON, 1996), organizada sob forma de *estudo de caso* (YIN, 2001) de tipo etnográfico (ANDRÉ, 1995), cujo *caso* é um conjunto de *eventos de letramento* que têm lugar no lócus de articulação entre a *esfera acadêmica* e a *esfera jurídica*, historicizando-se no campo de ação de um Núcleo de Práticas Jurídicas de uma universidade situada em uma cidade do estado de Santa Catarina, mais especificamente, o conjunto de *eventos* que corresponde

⁹⁰ Tradução nossa: Isso significa que o pesquisador deve sempre fazer um balanço de suas ações e do seu papel no processo de pesquisa, e submetê-los ao mesmo escrutínio crítico como faz com o resto de seus 'dados'. Isso é baseado na crença de que a pesquisa não pode ser neutra ou objetiva, ou individual, a partir do conhecimento e provas que se estão gerando. Em vez disso, ele deve procurar entender o seu papel nesse processo.

às *audiências de conciliação*⁹¹ de que participam demandantes do Direito sujeitos desta pesquisa, os quais recorrem à ação do mencionado Núcleo na qualidade de atendimento a eles gratuito.

Parafraseando Lahire (2002), entendemos, enfim, que conhecer tais sujeitos de nossa pesquisa implica empreender um processo de criação de inteligibilidades que buscará nas *dobraduras do social* as motivações e as interiorizações negociadas na duração de todas as suas experiências intersubjetivas. Para o autor, "[...] a metáfora da dobra ou da dobradura do social [...] designa uma modalidade particular de existência do mundo social: o social (e suas lógicas plurais) em sua forma incorporada, individualizada." (LAHIRE, 2002, p. 198). Concebendo desse modo nosso processo de estudo, a justificativa para essa tipificação de abordagem metodológica pauta-se na compreensão de Street (2003, p. 7), segundo o qual nós temos de começar "[...] a falar com as pessoas, a ouvi-las e a associar a sua experiência imediata [com a escrita] a outras coisas que possam também estar fazendo."

3.2 CAMPO E PARTICIPANTES⁹²

A despeito de a *esfera jurídica* pautar-se no imperativo de uma sociedade justa, equitativa, igualitária e plural, há dispositivos e padrões de poder institucional que a constituem e que tendem a manter a discriminação e a desigualdade considerando que se organizam a partir de propósitos de homogeneidade. Entendemos que, justamente por se prestar a tais propósitos, o Judiciário se torna um mecanismo de objetificação. Os intentos de homogeneidade são exercidos, em grande medida, por meio da modalidade escrita da língua em que se pautam cerimoniais de sua alçada e condutas permitidas ou reprováveis no interior da mencionada *esfera*. Segundo Gnerre (1994), a principal decorrência das linguagens especiais é a de estratificação social: embora

⁹¹ Elegemos a *audiência de conciliação* como modalidade de *audiência* a ser observada por dois motivos. Primeiramente, o cronograma de *audiências* do Núcleo de Prática Jurídica selecionado para o estudo contava com uma maior recorrência dessa modalidade de *audiência*. Em segundo lugar, entendemos que a *audiência de conciliação* caracteriza-se, em tese, por um espaço de amplo diálogo entre as partes, o que nos levou a observar a possível participação (HAMILTON, 2000) dos interactantes nesse *evento de letramento*.

⁹² Os participantes foram cientificados acerca do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C) e o assinaram como exige o Comitê de Ética em Pesquisa.

possuam um real valor comunicativo, excluem dessa comunicação os sujeitos que estão fora do grupo que usa tal linguagem, reafirmando, por consequência, o pertencimento dos membros do reduzido grupo.

Não negamos uma configuração dos usos da língua que tributamos mais hermética de que se valem determinadas *esferas da atividade humana* para exercer seu poder; entendemos, no entanto, que a configuração de *práticas de letramento dominantes* não está restrita apenas a tal hermetismo produzido pelo léxico ou pelo arranjo sintático diferenciado, incomum e rebuscado conferido aos textos nos *gêneros do discurso* próprios da *esfera* em questão, mas materializada por um *a priori* histórico que conduziu a processos de legitimação das vozes que emergem nas relações intersubjetivas em certas instituições sociais.

Por esse motivo, acreditamos que o conceito de *heteroglossia* de Bakhtin (2008 [1963]) nos ajuda a compreender o modo como determinados usos da escrita se tornam *dominantes* e a relação de tensão que se desdobra do *encontro* deles com os usos *vernaculares* comumente silenciados. O conceito apresenta-se a nós em duas faces representativas do modo como se constituem os *letramentos dominantes* da *esfera jurídica*. Por um lado, a *heteroglossia* pode representar o conjunto de vozes que constitui os modos de dizer daquela *esfera*, pois a instituição que a comporta consolidou-se como tal, historicamente, por um processo de aposição de vozes, em que discursos reportados e relações de legitimação são caros. Por outro lado, o mesmo conceito conota a pluralidade discursiva, na qual *horizontes axiológicos* se encontram nos limites da assimetria gerada pelas instituições. Nesse sentido, o *dialogismo* inerente às interações humanas se dá na *esfera jurídica* também entre os usos que dominam e aqueles que deles diferem, porque ela abarca – ainda que o diálogo social mais amplo ressoe no próprio discurso que a promove – heterogeneidade.

Quando da tessitura do projeto de dissertação, optamos por selecionar, inicialmente, dez participantes de pesquisa, fechar um grupo intermediário de cinco a seis participantes, contando com eventuais desistências dos processos jurisdicionais ou da participação na pesquisa em si mesma, para chegar a um grupo final de, no máximo, quatro sujeitos. Na etapa de qualificação, entretanto, a banca sugeriu-nos o contato com a Defensoria Pública, a fim de que tentássemos selecionar também participantes de pesquisa nesse outro locus de atuação da Assistência Judiciária Gratuita. Assim o fizemos; contatamos a

Defensora Pública atuante no município campo de pesquisa⁹³, a qual prontamente nos respondeu com as informações de que necessitávamos. Fomos informadas de que, até aquela data, a Defensoria Pública mantinha somente um escritório no Núcleo da cidade, o qual abarcava a 1ª Vara Criminal, Regressão de Regime na 2ª Vara Criminal e processos que envolviam a Lei Maria da Penha no Juizado Especial Criminal. Como a atuação estava restrita ao crime e, muitos processos tramitavam em segredo de Justiça, a Defensora que respondia institucionalmente alertou-nos de que não poderia nos fornecer informações como nomes, tampouco peças processuais.

Voltamos, então, ao nosso intento inicial de restringir a pesquisa ao Núcleo de Prática Jurídica, aumentando, contudo, os números inicial, intermediário e final de participantes de pesquisa, estipulados anteriormente à qualificação, elevando o número inicial para doze, o intermediário para oito e o final para cinco. Elegemos, portanto, como campo de nossa pesquisa, um escritório modelo de advocacia situado na *esfera acadêmica*, em interface com a *esfera jurídica*, o qual atende gratuitamente a cidadãos que demandam auxílio jurisdicional e que estão em condições de vulnerabilidade social⁹⁴.

O atendimento ao público do mencionado Núcleo de Práticas Jurídicas dá-se pela observação dos seguintes requisitos por parte da comunidade em geral:

- I — comprovadamente residirem na área geográfica da circunscrição onde funciona cada Escritório Modelo de Advocacia do Curso de Direito, de acordo com os critérios de organização judiciária, respeitando-se as ressalvas constantes nas disposições dos respectivos convênios;
- II — não terem renda muito superior a 03 (três) salários mínimos, respeitados os critérios da Lei nº 1.060, de 05 de fevereiro de 1950;

⁹³ Não identificamos o município em nome de não identificar a instituição campo de pesquisa, conforme normas do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

⁹⁴ Entendemos por *vulnerabilidade social* as populações que vivem em espaços de desprivilegiamento socioeconômico, sem acesso a bens materiais e imateriais que lhes assegurem condições básicas de cidadania.

III — não possuem amplo patrimônio, ainda que sob litígio. (DOCUMENTO INSTITUCIONAL⁹⁵, 2004, p. 5).

Importa registrar a realização de contatos preliminares com o campo de pesquisa, que se deu simultaneamente à tessitura do projeto de dissertação. A fim de antever, em alguma medida, questões que nosso estudo suscitava, participamos, anteriormente à etapa de geração de dados propriamente dita, de algumas audiências, nas quais pudemos observar implicações do fenômeno que delineamos como objeto de estudo. Nessas observações, confirmamos nossas suposições a respeito da presença da escrita no *evento* e reconhecemos que o desconhecimento das *práticas de letramento* em que se fundamentam os ritos legais poderiam redundar em implicações significativas para a mobilidade dos sujeitos litigantes na *esfera jurídica*.

Como não defendemos a existência de fatores sociais determinantes para quaisquer experiências sociais, sejam elas de mobilidade ou inserção em *esferas da atividade humana*, não fazemos uso de argumentos apriorísticos acerca da influência positiva ou negativa do fator *vulnerabilidade social* nas interações que têm lugar na *esfera jurídica* de âmbito gratuito. Nossa posição teórica nos direciona para o entendimento de que a intersubjetividade é constitutiva da subjetividade (LAHIRE, 2002; VIGOTSKI, 2000 [1978]) e, por consequência, as relações sociais exercem papel importante, mas não determinante, na constituição de cada ser social singular, o que nos remete novamente aos conceitos vigotskianos (1997 [1987]) de *sociogênese* e *microgênese*. Tratamos, pois, aqui, de relatividades semióticas, no âmbito das quais se erigem os grupos sociais, e não de relativismos que gaseificam todo o tipo de compartilhamentos ontogenéticos – compreensão que se delinea à luz de Kramsch (2004).

Considerando, pois, essa relatividade semiótica que distingue os grupos humanos entre si como erigida no âmbito das vivências intersubjetivas, entendemos que estar economicamente à margem do pleno acesso aos bens culturais que caracterizam *letramentos dominantes* é uma condição historicamente construída implicada no delineamento das experiências de uso da escrita, consideradas as

⁹⁵ Estamos referenciando como 'DOCUMENTO INSTITUCIONAL', em nome de manter a não identificação do campo de pesquisa. Com o mesmo objetivo, não apresentaremos a referência do documento, ao final desta dissertação, na lista de referências.

especificidades contextuais contempladas na compreensão do letramento como *situado* (HAMILTON; BARTON; IVANIC, 2000).

Nos primeiros contatos formais que fizemos com o Núcleo, a fim de obter sua anuência para a geração de dados que comporia nossa pesquisa, fomos informados de que todos os processos que ali tramitavam versavam sobre Direito de Família, o que alçava essas ações à condição de segredo de justiça. Por essa razão, instruíram-nos que seria necessária a autorização das partes, por escrito, para que pudéssemos assistir às *audiências* (apresentamos o modelo utilizado para a obtenção dos consentimentos no APÊNDICE D). Com a ajuda do conciliador, as permissões nos foram concedidas oralmente, e, em nenhum caso, fomos impedidos de observar o *evento de letramento* que compunha nosso objeto de estudo.

Prevendo, contudo, o que nossa última etapa de geração de dados demandaria – o contato dos sujeitos participantes com os *gêneros do discurso* que norteiam suas demandas jurisdicionais –, antevimos também a necessidade de autorização para que pudéssemos realizar cópias de tais *artefatos* (HAMILTON, 2000). Para tanto, instruídos pelo próprio Núcleo, elaboramos uma autorização por escrito, para que as partes do processo nos autorizassem a fotocopiar a *Petição Inicial* e o *Termo de Audiência* – documentos que compõem sua lide. Tal consentimento expresso nos foi dado pelos participantes de todas as *audiências* de que participamos⁹⁶.

Contando com a anuência do Núcleo de Prática Jurídica, era nosso propósito acessar o cadastro dos demandantes da Justiça, na modalidade *assistência judiciária gratuita*, constante nesses locais, com *audiências* já agendadas no período em que estaríamos em campo. Esse acesso nos permitiria selecionar o grupo de participantes, tendo como critérios: a) inserção em entornos de vulnerabilidade social⁹⁷; b) marginalidade em relação a postos de trabalho de prestígio econômico;

⁹⁶ Optamos pelo verbo *participar de* e não pelo verbo *assistir a*, porque, como discutiremos à frente, tratou-se de *observação participante*.

⁹⁷ Entendemos que os critérios estabelecidos por este Núcleo para aceitação das causas, já mencionados anteriormente, convergiam com esse nosso critério de formação do grupo de participantes da pesquisa, mas não eram condição única para ele. Interessavam-nos sujeitos que efetivamente estivessem à margem de usos da escrita de prestígio, o que entendemos acontecer na intersecção de fatores como condição socioeconômica, natureza da empregabilidade e acesso à escolarização plena.

c) baixa escolarização⁹⁸, o que nos levaria, em tese, à prevalência de *práticas de letramento* vinculadas aos *letramentos vernaculares* (BARTON; HAMILTON, 1998); d) *audiência* agendada para o período de permanência em campo, conforme terceira etapa do estudo delineada na subseção a seguir.

Para responder ao primeiro desdobramento da questão-geral de pesquisa, participamos de 33 *audiências* e, já no início de nossa vivência em campo, a despeito do que inicialmente havíamos proposto, pareceu-nos mais viável, em razão do tempo destinado à pesquisa e aos vários cancelamentos de *audiências* que presenciamos, conversar com alguns cidadãos atendidos pelo Núcleo logo após suas próprias *audiências*. Desse modo, realizamos o primeiro contato com os possíveis participantes de pesquisa de modo informal, explicando-lhes o que pretendíamos e perguntando-lhes se poderiam fornecer o número de seu telefone para que pudéssemos entrar em contato em outra ocasião e agendarmos um horário para conversa.

Os mencionados participantes caracterizaram-se por serem, em sua totalidade, mulheres, naturais do município de localização do Núcleo de Prática Jurídica, que demandavam, mormente, alimentos, por meio de Ação de Alimentos, para a prole originada de um relacionamento rompido. Selecionamos, para este estudo, seis – extrapolando o número final previsto de cinco – participantes de pesquisa, cujos perfis serão apresentados em seções próprias nos capítulos de análise dos dados.

3.3 ETAPAS DO PROCESSO DE GERAÇÃO DE DADOS

Definidos o campo de pesquisa e os participantes, iniciamos o processo de geração de dados, que compreendeu a duas etapas distintas. Na primeira etapa, participamos de *audiências*, tomadas como *eventos de letramento da esfera* em estudo, pré-agendadas pelo Núcleo em

⁹⁸ O critério *escolarização* foi confirmado no momento da entrevista. Houve divergência entre essa descoberta e nossa expectativa de pesquisa; não houve, contudo, seleção de outros participantes, pois entendemos, conforme explicamos em nota anterior, que lidamos com intersecção de fatores e, como não advogamos em favor de determinismos, entendemos possível a coexistência de mais altos níveis de escolarização e vulnerabilidade econômica, e isso será objeto de análise nos próximos capítulos desta dissertação.

questão, de acordo com a programação do sítio⁹⁹ determinado para tais acontecimentos. Tratava-se, aqui, tanto de *audiências* outras, que não envolviam nossos participantes de pesquisa quanto das que os envolviam. O objetivo desta etapa foi nos familiarizarmos, preliminarmente, com o *evento de letramento* objeto de estudo, gerando dados que contribuíssem para que pudéssemos responder à primeira questão-suporte de pesquisa – *Como se caracteriza o evento de letramento em estudo que tem lugar na esfera jurídica e da qual participam esses sujeitos?*. Nessa etapa, valemo-nos da *observação* e de *notas de campo* como instrumentos de geração de dados, os quais detalharemos adiante.

Acompanhamos os participantes de pesquisa na *audiência* da qual cada um deles participou. Foi intenção acompanhar cada um dos sujeitos em uma só *audiência*, dadas as limitações de tempo e de complexidade de um estudo em nível de mestrado. Caso, porém, com algum deles surgisse a possibilidade de estender esse acompanhamento para mais de uma *audiência*, faríamos isso, sem a preocupação de equalizar 'número de *audiências*' e 'número de participantes' – o que não aconteceu; assim, cada participante de pesquisa foi acompanhado em uma única *audiência*. Aqui, novamente, *observação* e *notas de campo* foram instrumentos-base para a geração de dados, assim como *pesquisa documental*, considerando a possibilidade de acesso ao processo judicial em andamento – concedido pelas partes nele envolvidas – e, por implicação, ao conjunto de documentos escritos que constituem o *artefato* (HAMILTON, 2000) no *evento de letramento* em estudo. Trataremos de *pesquisa documental* à frente.

Na segunda etapa, nosso propósito foi historicizar as vivências com a escrita que caracterizam os participantes selecionados, na busca de responder à nossa segunda questão-suporte – *Como se caracterizam as práticas de letramento dos sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade assistência judiciária gratuita, participantes deste estudo?* –, bem como responder à terceira e última questão-suporte de pesquisa: *Em havendo as implicações mencionadas na questão geral de pesquisa, como elas reverberam nos processos de construção de sentidos, desses sujeitos, para textos escritos em gêneros do discurso que têm lugar no evento audiência e que norteiam as demandas jurisdicionais propriamente ditas?*. Para tanto, projetamos o uso de *entrevistas*

⁹⁹ O Núcleo de Prática Jurídica contava com pautas de *audiências* mensais, as quais incluíam *audiências de conciliação* – que figuravam em maior número – e de *audiências de instrução e julgamento*.

semiestruturadas (APÊNDICE A – Entrevista 1 e Entrevista 2), organizadas em articulação com as categorias analíticas dos dados, sobre o que trataremos em seção à frente. A realização desta etapa implicou visitação às residências dos sujeitos¹⁰⁰, nos moldes de Lahire (1997¹⁰¹), replicando também procedimentos realizados em nosso grupo de pesquisa com Euzébio (2011). Ao final da entrevista, solicitamos às participantes de pesquisa que respondessem um questionário objetivo – APÊNDICE B – para levantamento de outros usos da escrita e alguns dados pessoais que não tivessem, eventualmente, sido apreendidos na entrevista. Trata-se de recurso complementar de que nos valem somente quando a entrevista o exigiu.

Tentamos trazer à memória da entrevistada a *audiência* de que ela participou, cujo desenvolvimento acompanhamos, a fim de que suas compreensões, seus sentimentos e suas valorações acerca do *evento* e do papel da escrita nesse mesmo *evento* fossem foco de atenção. Em seguida, promovemos o contato desses sujeitos com os textos nos *gêneros do discurso* em que se pautam suas demandas processuais – fazendo com elas uma leitura e questionando-as acerca de possíveis compreensões e/ou dificuldades –, com a finalidade de responder ao terceiro desdobramento da questão de pesquisa. Destacamos, nesse momento, especificidades da tessitura textual materializadas nos *atos de dizer* em tais textos de tais *gêneros do discurso* emanados da *esfera jurídica*, que pudessem reverberar em implicações na construção de sentidos por parte das participantes da pesquisa. Não pudemos estabelecer um contato antecipado com tais textos em tais *gêneros*, anteriormente à vivência em campo, por isso a elaboração das diretrizes de análise para esse momento se deu simultaneamente ao período de geração de dados.

¹⁰⁰ Como é esperado em pesquisas qualitativas, circunstâncias de cada organização cotidiana dos sujeitos envolvidos neste estudo incidiram sobre o processo de geração de dados. Em razão disso, registramos diferenças entre as seções interpretativas desta pesquisa, as quais não comportam equanimidade no volume de dados, devido às particularidades de cada interação estabelecida com as participantes de pesquisa.

¹⁰¹ Trata-se de estudo desse sociólogo francês sobre implicações das representações e das ações familiares no desempenho escolar de crianças nos meios populares, para o que se valeu de longas entrevistas com 26 famílias residentes na periferia de Lyon, França. Temos, em nosso grupo de pesquisa, tomado esse estudo como referência para abordagens que buscam geração de dados sob um olhar menos planejado por meio de entrevistas mais longas, quando a natureza do estudo não nos permite imersão longitudinal em campo.

O ingresso na *esfera familiar*, em razão de as entrevistas estarem previstas para a residência dos sujeitos, objetivou "[...] tornar visível a complexidade das práticas cotidianas locais de letramento [...]" (STREET, 2003, p. 2). Essa escolha se pautou no entendimento de que a abordagem de inspiração etnográfica presta-se ao conhecimento de realidades particulares e ao reconhecimento, no caso do tema de nosso estudo, de *letramentos vernaculares* comumente silenciados socialmente e das representações de *mundos de letramento* (HAMILTON; BARTON; IVANIC, 1993) que eles indiciam. Nesses microcontextos, pudemos, mediante os instrumentos de geração de dados de que nos valem, que serão descritos a seguir, conhecer os modos com que as pessoas utilizam a escrita em suas vidas, tendo em vista, entretanto, que "[...] practices are not observable units of behavior since they also involves values, attitudes, feelings and social relationships."¹⁰² (BARTON; HAMILTON; IVANIC, 2000, p. 7).

Ademais, entendemos que tais valores, atitudes e sentimentos têm razão de ser não somente pelo caráter informal dos *letramentos vernaculares*, mas existem também em função das tensões que se estabelecem entre eles e os *letramentos dominantes*. Por esse motivo, pretendemos criar inteligibilidades possíveis acerca da influência exercida pelos usos da escrita que compõem a realidade dos participantes de pesquisa sobre a sua mobilidade na *esfera* burocrática estatal.

3.4 INSTRUMENTOS DE GERAÇÃO DE DADOS

A definição de quais instrumentos de geração de dados foram utilizados só se tornou possível pela clara assunção das ancoragens teóricas que nos movem e dos pressupostos epistemológicos que nos direcionam. Acreditamos, assim como afirma Haguete (2001), que a escolha metodológica é influenciada pelas visões de mundo que caracterizam o pesquisador em um dado momento histórico, as quais configuram seus modos de agir, de conhecer e de socializar esse conhecimento.

Os modos de construção desse conhecimento estão vinculados à percepção do sujeito pesquisador bem como aos objetivos por ele delineados, e esse é um dos motivos pelos quais não podemos falar

¹⁰² Tradução nossa: [...] práticas não são unidades de comportamento observáveis, uma vez que também envolvem valores, atitudes, sentimentos e relacionamentos sociais.

acerca de neutralidade da ciência nem da forma de produzi-la. Afastando-nos, pois, dos ideais científicos positivistas, elegemos os seguintes instrumentos para geração de nossos dados: *entrevista*, *observação participante* com *notas de campo* e *pesquisa documental*¹⁰³. Embora tenhamos projetado o uso de um *questionário* complementar, não teorizaremos sobre esse instrumento de geração de dados porque o entendemos como meramente adicional na abordagem que propomos nesta dissertação.

3.4.1 Entrevista

Com o objetivo de dar voz aos participantes da pesquisa, lançamos mão da *entrevista*, instrumento fartamente utilizado em pesquisas qualitativas, tendo presente que "[...] investigar uma prática social não corresponde a fazer um inventário de perguntas e respostas. Assim, discutir sobre a importância das perguntas formuladas para compor determinado quadro social é uma etapa crucial para uma pesquisa [...]" (STREET, 2010, p. 46). Na organização das entrevistas concebemos, assim como escreveu Duranti (1997), que, por meio do uso da linguagem, introduzimos um espaço de interação onde cada escolha que fazemos é, em parte, resultante do que aconteceu antes e contribui para a definição do que acontecerá a seguir. Nesse sentido, "[...] o presente é visto, percebido e interpretado através dos nossos resumos de experiências passadas (apropriação de uma situação em função dos esquemas de percepção já constituídos)." (LAHIRE, 2002, p. 59). O delineamento das *entrevistas*, assim, precisou considerar que

[...] as situações sociais [são] verdadeiros 'ativadores' de resumos de experiências incorporados que são nossos esquemas de ação (no sentido amplo do termo) ou nossos hábitos e que dependemos assim fortemente desses contextos sociais (institucionais ou não institucionais) que 'tiram' de nós certas experiências e deixam outras em estado de gestação ou vigília. (LAHIRE, 2002, p. 59).

¹⁰³ Estamos cientes de que *pesquisa documental* é concebida como uma tipificação específica de pesquisa, mas compartilhamos com Yin (2001) a compreensão de que pode ser tomada como técnica/instrumento/procedimento a serviço de outros tipos de pesquisa.

A *entrevista* como instrumento de geração de dados é, pois, um processo de interação social que introduz temáticas específicas, pré-delineadas pelo pesquisador, a fim de que sejam ativados certos resumos de experiências que possam interessá-lo. Para Duranti (1997, p. 102),

Interviews, in the loose sense of the term, are a common form of interaction during fieldwork. Ethnographers are continuously asking questions and many of the questions they ask are about topics and issues they are trying to make sense of. In this sense, ethnographers' questions are never as naïve or as useless as they might sound, given that any answer, even what might appear the most guarded or the least informative, might be quite informative for the researcher – if not at the time, sometimes later.¹⁰⁴

De acordo com Yin (2001), as *entrevistas* podem assumir diversas formas; é mais comum para os *estudos de caso*, contudo, que elas apresentem uma configuração mais flexível e espontânea. Essa espontaneidade permite tanto que o pesquisador indague os participantes de pesquisa sobre determinados fatos quanto peça a opinião deles sobre situações e descubra suas valorações sociais em relação às temáticas que interessam à pesquisa.

O estudo de um determinado fenômeno social exige do pesquisador uma boa escuta, no sentido de captar, além das palavras utilizadas pelo entrevistado, os componentes afetivos (YIN, 2001, p. 82) de sua fala, a fim de que o entrevistador possa compreender o lugar social e o horizonte axiológico a partir do qual o entrevistado percebe o mundo.

Era comum nas ciências sociais, até recentemente, encarar a sociedade como, antes de mais nada, um processo de dominação de cima para baixo, com a

¹⁰⁴ Tradução nossa: Entrevistas, no sentido amplo do termo, são uma forma comum de interação durante o trabalho de campo. Etnógrafos estão continuamente a fazer perguntas, e muitas das perguntas que fazem são sobre temas e questões sobre os quais estão tentando produzir sentido. Neste sentido, as perguntas dos etnógrafos nunca são tão ingênuas ou tão inúteis como possam parecer, uma vez que qualquer resposta, mesmo que possa parecer a mais vigiada ou menos informativa, pode ser bastante informativa para o pesquisador - se não no momento, talvez algum tempo depois.

ideologia servindo aos propósitos de um grupo dominante e o resto como vítimas passivas ou relutantes. Recentemente, essa perspectiva foi substituída por outra que dá maior reconhecimento ao agenciamento (agency), ao modo como as pessoas em diferentes posições rejeitam e negociam as posições que aparentemente lhe são atribuídas (STREET, 2006, p. 471).

A *entrevista* objetiva compreender a vida cotidiana dos sujeitos que participam de *eventos de letramento* e possibilita o conhecimento acerca da complexa negociação entre subjetividade e alteridade que suas interações abarcam. A compreensão do cenário em estudo depende, em boa medida, de olhares situados, mormente os que tocam os universos locais *vernaculares*, porque os ambientes socioculturais em que as *esferas da atividade humana* se instituem são resultado do encontro entre *práticas de letramento dominantes* e *práticas de letramento vernaculares*. A taxonomia classificatória dessas *práticas* só é possível pelas relações de poder que as tangenciam.

Compreendendo que o *excedente de visão* do outro (BAKHTIN, 2011 [1979]) nos constitui, entendemos que as *esferas da atividade humana* têm delineado sua razão de ser e seu 'lugar social' devido à existência dos sujeitos que as valoram e sobre elas e nelas se enunciam. Para que pudéssemos produzir inteligibilidades a partir da voz dos participantes de nossa pesquisa, fizemos uso, como já anunciamos, de *entrevistas semiestruturadas*, as quais se distinguem das *entrevistas fechadas* por preverem um planejamento em que "[...] questões mais ou menos abertas sejam levadas à situação de entrevista na forma de um guia da entrevista. Espera-se que essas questões sejam livremente respondidas pelo entrevistado." (FLICK, 2004, p. 106).

A mediação facultada por essa modalidade de diálogo na pesquisa concede tanto ao pesquisador como ao entrevistado uma liberdade no que tange à relevância de certas continuidades ou discontinuidades das temáticas que orientam a entrevista, podendo o entrevistador, por exemplo, decidir quando e em que sequência realizar as perguntas (FLICK, 2004). De semelhante teor, a natureza dessas entrevistas permite, de acordo com Yin (2001), que o pesquisador peça que os entrevistados opinem sobre determinados temas e deem sua interpretação sobre certos acontecimentos. O roteiro das *entrevistas*

semiestruturadas correspondentes à segunda etapa deste estudo encontra-se, já o registramos, no APÊNDICE A.

O caráter semiestruturado e aberto das entrevistas que propomos como instrumento de geração de dados decorre da concepção de sujeito que assumimos por meio do ideário histórico-cultural em que nos inscrevemos, segundo a qual cada sujeito é único, singular e em constante constituição subjetiva. Como os *eventos de letramento* só são possíveis nas relações entre esses sujeitos, entendemos que as especificidades de inconclusibilidade e singularidade devam orientar também as questões a eles direcionadas, pois consideramos a unicidade de cada *evento* em razão da unicidade de cada sujeito.

O não conhecimento prévio da historicidade dos sujeitos participantes deste estudo¹⁰⁵ requereu de nós a consideração de múltiplas possibilidades das relações desses sujeitos com a escrita, o que nos impeliu a considerar também a presença de participantes não alfabetizados. Essa consideração não se confirmou, contudo, visto que todas as participantes de pesquisa eram alfabetizadas.

3.4.2 Observação participante e notas de campo

Mantemos, nesta subseção, a adjetivação 'participante' para o substantivo 'observação', porque entendemos, como mostram Duranti (1997) e André (1995), a impossibilidade de invisibilidade do pesquisador. Assim, em menor ou maior grau, tendo nossa presença reconhecida ou não no campo de pesquisa, entendemos que terminamos por 'participar' de algum modo do que está acontecendo nos contextos em que imergimos. Segundo Yin (2001, p. 116), a *observação participante* é vantajosa, pois permite a participação "[...] de eventos ou de grupos que são, de outro modo, inacessíveis à investigação científica.". Podemos ampliar os significados das palavras do autor para a compreensão de que, além da existência de grupos aos quais não se têm fácil acesso, há 'sentidos' sobre os quais se assenta a organização da sociedade, construídos por indivíduos e grupos ao longo de seus processos de interação (HAGUETE, 2001) que não são explicitados usualmente nas relações intersubjetivas. Tais nuances, sobre as quais tentaremos discorrer e as quais ousamos interpretar, fundamentam e implicam as escolhas dos instrumentos de geração de dados. Em virtude dessas preocupações metodológicas, "[...] the written description of the

¹⁰⁵ Tal processo de conhecimento ocorreu a partir da realização das primeiras perguntas da entrevista que sugerimos no APÊNDICE A.

social organization, social activities, symbolic and material resources, and interpretive practices characteristic of a particular group of people [...]”¹⁰⁶ (DURANTI, 1997, p. 85) nos parece necessária para o alcance de nossos objetivos.

There are different modes of participant-observation, from passive participation, in which the ethnographer tries to be as unintrusive as possible to complete participation, in which researchers intensively interact with other participants and might even get to participate in and perform the very activity they are studying. (DURANTI, 1997, p. 99).¹⁰⁷

Tendo presentes os *eventos de letramento* que foram observados neste estudo, as *audiências da esfera jurídica*, importa compreender, consoante explica Haguet (2001, p. 162), que “[...] a idéia de participação indica que a separação entre sujeito e objeto de pesquisa, propugnada pelos métodos da pesquisa tradicional, não é obedecida, já que a distância entre os dois é vista como prejudicial à própria geração de conhecimento por parte do pesquisador.”. A despeito de não interarmos diretamente nos acontecimentos rotineiros da *esfera* selecionada para estudo, estivemos, contudo, indiretamente envolvidos na interação, na qual estabelecemos relações dialógicas inevitáveis no *encontro*. Corroboramos, pois, compreensões de André (1995, p.28), segundo a qual

A observação é chamada de *participante* porque parte do princípio de que o pesquisador tem sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado. [...] Os documentos são usados no sentido de contextualizar o fenômeno, explicitar suas

¹⁰⁶ Tradução nossa: [...] a descrição escrita de organização social, atividades sociais, recursos simbólicos e materiais, e práticas interpretativas características de um grupo particular de pessoas [...].

¹⁰⁷ Tradução nossa: Existem diferentes modos de observação participante, de participação passiva, em que o etnógrafo tenta ser o menos intrusivo quanto possível, para a participação completa, em que os investigadores interagem intensamente com outros participantes e podem até começar a participar e realizar a própria atividade que estão estudando.

vinculações mais profundas e completar as informações coletadas através de outras fontes.

Já consoante Flick (2004, p. 152), "[...] os aspectos principais do método consistem no fato de o pesquisador mergulhar de cabeça no campo, de ele observar a partir de uma perspectiva de membro, mas, também, de influenciar o que é observado graças à sua participação."

Devido às especificidades da abordagem etnográfica sobre a qual delineamos nosso *estudo de caso*, a observação participante, entendida por nós com base nos autores supracitados como uma presença ativa no campo de pesquisa, revelou-se como instrumento de geração de dados fundamental para que pudéssemos descrever, analiticamente, as *contrapalavras* dos participantes no e sobre o *cronotopo* em que tem lugar o *evento de letramento* em estudo. Esse processo de observação exigiu apontamentos de campo, para o que fizemos uso do instrumento denominado *notas de campo em diário de campo*. De acordo com Yin (2001), essas notas podem assumir uma variedade de formas, visto que podem ser escritas à mão, digitadas em um computador portátil etc. Em nossa pesquisa, foram descritos à mão, e posteriormente digitados em um computador, os acontecimentos que julgamos relevantes para atingir nossos objetivos de pesquisa. Compreendemos que, ao tomar nota das interações, necessitávamos estar atentos a uma regra de economia segundo a qual se deve registrar apenas o conteúdo necessário para responder à questão de pesquisa e a seus desdobramentos (YIN, 2001). Essas notas foram organizadas e identificadas de acordo com as diretrizes gerais de análise dos dados, a serem registradas em subseção à frente.

3.4.3 Pesquisa documental

A geração de dados para os estudos de caso normalmente se baseia em muitas fontes de evidências, conforme nos ensina Yin (2001). Uma delas, a *pesquisa documental*, mostra-se bastante relevante em função das muitas formas que os documentos podem assumir nas mais variadas *esferas da atividade humana*. Segundo o autor, a utilidade dos documentos não se pauta na exatidão, na inexistência de erros ou ainda na ausência de interpretações enviesadas em seus conteúdos; mas eles devem ser cuidadosamente utilizados e não devem ser analisados como registros fiéis e imparciais de acontecimentos. Nenhum documento está isento de subjetividade porque, como temos defendido, os usos sociais

da escrita são historicamente situados e emergem das relações intersubjetivas.

Um dos aspectos que julgamos importante para a compreensão da complexidade social é o aparecimento e a permanência da burocracia nas sociedades letradas (RAMA, 1985). No que concerne à nossa pesquisa, o processo histórico burocrático na *esfera jurídica* constitui um dos predicados essenciais para a compreensão dessa *esfera* como lugar de produção de discursos e de *práticas de letramento* que entendemos como *dominantes*. De acordo com Ormerod e Ivanic (2000, p. 91),

[...] literacy practices can be inferred not only from events but also from characteristics of the 'text' itself. By viewing a text not just as a form of visual and verbal representation, but also as a material object with distinct physical features, we can locate the meanings it is conveying within the physical, technological and social practices associated with its construction and use.¹⁰⁸

Como "literacy events have been identified as constituents of literacy practices"¹⁰⁹ (HAMILTON, 2000), buscamos identificar e conhecer *artefatos* que constituem o *evento de letramento audiência*, a fim de, a partir deles e de outros instrumentos metodológicos, criarmos inteligibilidades sobre as *práticas de letramento dominantes* nas tensões com *práticas de letramento vernaculares*. Importa, pois, considerar que as peças processuais materializam-se em *artefatos* do cotidiano jurídico, a partir das quais se pode agir em tal *esfera*. Como toda ação dos demandantes implica a redação de documentos por parte dos operadores do Direito, documentos que medeiam a interação entre o Estado e os cidadãos, interessou-nos conhecer a reverberação dessas *práticas de letramento* já consolidadas pelos trâmites do Judiciário nos processos de construção de sentidos, por parte dos demandantes da Justiça,

¹⁰⁸ Tradução nossa: [...] *práticas de letramento* podem ser inferidas não só de eventos, mas também a partir de características do 'texto' em si. Ao ver um texto não apenas como uma forma de representação visual e verbal, mas também como um objeto material com características físicas distintas, podemos localizar os significados que está transmitindo dentro das práticas físicas, tecnológicas e sociais associadas à sua construção e utilização.

¹⁰⁹ Tradução nossa: *eventos de letramento* foram identificados como constituintes de *práticas de letramento*.

concernentes aos textos escritos em *gêneros do discurso* que têm lugar no *evento audiência* e que norteiam as demandas jurisdicionais.

Interessaram-nos, pois, em especial, dois documentos que constituíram *artefatos* nos *eventos de letramento audiência*, documentos aos quais nos foi concedido acesso mediante autorização expressa e por escrito dos sujeitos que figuravam como partes nos processos referentes a cada *audiência* de que participamos. Para a resposta à terceira questão suporte e, por implicação, para a realização da segunda etapa da pesquisa, nos ativemos aos documentos que iniciam¹¹⁰ e encerram¹¹¹ a *audiência* – a *Petição Inicial* e o *Termo de Audiência* –, uma vez que, embora fosse nossa intenção interagir com os participantes de pesquisa sobre todo o conteúdo do processo, entendemos impossível – para eles e para nós – 'colocar à mesa' esse mesmo conteúdo em sua integralidade. Assim considerando, a análise desses documentos objetivou, substancialmente, responder às segunda e terceira questões-suporte do estudo e deu-se com base nas diretrizes de análise explicitadas na próxima subseção.

3.5 DIRETRIZES PARA ANÁLISE DOS DADOS: UM OLHAR, A PARTIR DO SIMPÓSIO CONCEITUAL, ENTRE A FILOSOFIA DA LINGUAGEM, A ANTROPOLOGIA DA LINGUAGEM E A PSICOLOGIA DA LINGUAGEM DE BASE HISTÓRICO-CULTURAL

Partindo da compreensão de que "[...] a intervenção do pesquisador no meio é condição do conhecimento [...]" (HAGUETE, 2001, p. 162), acreditamos que, em grande medida, o ato de intervir socialmente é representado pela fase final de sua pesquisa, qual seja, a análise e a interpretação dos dados.

An analysis is, after all, a selective process of representation of a given phenomenon with the aim of highlighting some of its properties. An analysis that tried to reproduce a perfect copy of its object would not be an analysis, it would give it back to us the way it was. Analysis implies

¹¹⁰ No sentido de dar as motivações concretas para a existência de tal *evento de letramento*.

¹¹¹ No sentido de materializar a validade das ações, para cada *audiência*, na *esfera jurídica*.

transformation, for some purpose.¹¹² (DURANTI, 1997, p. 114).

A mencionada transformação é resultado de atos interpretativos por parte do pesquisador, o qual constrói sentidos sobre aquilo que viu e ouviu. Nos *encontros* de que participa nesse processo, ele se orienta por pressupostos teóricos que direcionam seu olhar para determinados aspectos dos fenômenos que lhe interessam, entendendo sempre, contudo, que nenhuma voz passa incólume à sua própria percepção.

Para criar inteligibilidades sobre as atividades humanas com a linguagem, optamos por um arcabouço teórico que nos oferecesse instrumentos para a explicação da complexa trama entre as influências e condições sociais de constituição do sujeito pelo que lhe é externo e as ações desse mesmo sujeito na alteração dessas influências e condições (GERALDI, 2006). Decidimos, a partir dessas motivações, trabalhar com um *simpósio conceitual*, que nosso grupo de pesquisa propõe em Cerutti-Rizzatti, Mossmann e Irigoite (2013). Trata-se, reiteramos, de uma abordagem que incorpora conhecimentos produzidos pela antropologia da linguagem, a partir dos estudiosos do letramento; filosofia da linguagem, com destaque para o Círculo de Bakhtin; e psicologia da linguagem, mediante estudos vigotskianos. Em se tratando deste projeto, valer-nos-emos dos *diagramas*, a essência da proposta, mas centraremos nossa atenção teórica, eminentemente, na antropologia da linguagem dos estudos do letramento e na filosofia da linguagem bakhtiniana. Estudos de fundamentação vigotskiana serão tomados em uma dimensão complementar, dadas as limitações de um estudo em nível de mestrado.

A tentativa de análise que empreendemos leva em consideração as convergências teóricas existentes entre essas áreas do conhecimento acerca da linguagem, mas não nos exime de considerar também a interferência daquele que promove esse encontro de vozes: o pesquisador. Concordamos com Geraldi, Fitchner e Benites (2006, p. 171) – ao que já fizemos menção anteriormente –, nesse sentido, na consideração de que a promoção desse tipo de diálogo teórico "[...] é sempre um risco que obriga o terceiro a constituir-se como o lugar desse

¹¹² Tradução nossa: A análise é, afinal, um processo seletivo de representação de um dado fenômeno com o objetivo de destacar algumas de suas propriedades. Uma análise que tentou reproduzir uma cópia perfeita de seu objeto não seria uma análise, seria dar-lhe de volta para nós do jeito que era. Análise implica transformação, para algum propósito.

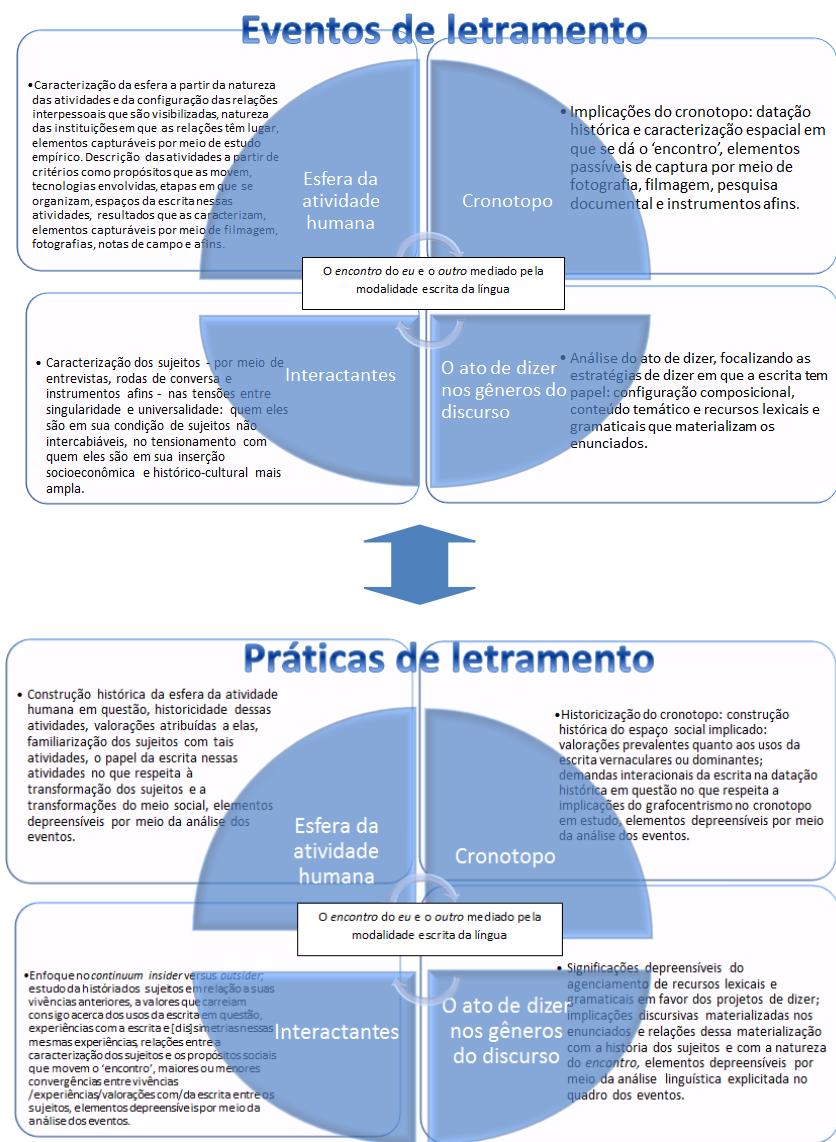
encontro, a colocar-se como âncora que, num mesmo gesto, institui a pauta do encontro e determina os sentidos que atribui aos conceitos, tornando-os pontes em que as vozes se entrecruzam."

Nossa proposta está ilustrada na Figura 4, a que Cerutti-Rizzatti, Mossmann e Irigoite (2013) chamam *diagrama integrado*. Trata-se de uma ampliação do quadro proposto por Hamilton (2000), do qual já tratamos no aporte teórico desta dissertação, que, em nossa compreensão, trouxe avanços para os estudos do letramento, na medida em que apresentou possibilidade para modelizações de análise nesse campo. O *diagrama integrado* busca estender essas possibilidades, fazendo-o na articulação de teorias de base histórico-cultural. Tomamos o diagrama a seguir como categorias de análise, ou seja, analisaremos o *evento de letramento audiência* como *encontro*, valendo-nos das categorias analíticas da primeira parte do diagrama; no *evento*, buscaremos depreender as *práticas de letramento* dos demandantes da Justiça, na modalidade *assistência judiciária gratuita*, participantes deste estudo, bem como buscaremos caracterizar o *evento* em si mesmo, a *audiência*. Na depreensão dessas *práticas*, porém, por meio do *evento*, consideraremos as categorias que constam na segunda parte do diagrama.

Apresentamos, a seguir, o diagrama em dois blocos distintos – *eventos* e *práticas* –, fazendo-o por razões metodológicas, já que eles estão **intimamente associados**, para o que sinaliza a seta que os une. Posteriormente, discutimos a possível articulação entre nossa proposta metodológica explicitada nesta seção e o processo de interpretação dos dados.¹¹³

¹¹³ Ao final, no Anexo A, este diagrama encontra-se em tamanho maior, em configuração 'paisagem', para facilitar a leitura.

Figura 4: *Diagrama integrado: inter-relação entre eventos e práticas de letramento como modelo analítico*



Fonte: Reconfiguração a partir de Cerutti-Rizzatti, Mossmann e Irigoite (2013).

O diagrama foi desenhado em dois grandes blocos, ambos com o *encontro* (PONZIO, 2010) como eixo orientador. O primeiro bloco compreende os *eventos de letramento* a serem observados – nesse caso, as *audiências*; o segundo, as *práticas de letramento* – nesse caso, dos participantes de pesquisa demandantes da Justiça, na modalidade *assistência judiciária gratuita* –, a serem desveladas. No tocante ao nosso estudo, interessou-nos **a observação das características** elencadas nas categorias trazidas pelo diagrama – *esfera da atividade humana, cronotopo, interactantes, o ato de dizer nos gêneros do discurso* – no *evento de letramento audiência* da *esfera jurídica*.

O segundo bloco corresponde ao que não é fotografável (STREET, 2000), ou seja, à constituição mais abstrata dos usos sociais da escrita, as *práticas de letramento*, e traz as mesmas categorias de análise com, no entanto, caracterizações distintas daquelas do primeiro bloco, dada sua complexidade diferenciada. Importou-nos, em nossos atos interpretativos, **a apreensão das características** das *práticas de letramento*, que constituem e dão significado o/ao *evento de letramento* em estudo – a *audiência* – e as/às atividades cotidianas dos sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade *assistência judiciária gratuita*, com a escrita. A partir da postura metodológica adotada e do olhar sensível aos contextos que pretendemos experienciar, tivemos por demais objetivos apreender e interpretar analiticamente as implicações da interação entre *práticas de letramento dominantes* e *práticas de letramento vernaculares* no *encontro* entre demandantes da Justiça e operadores do Direito no *evento audiência*, e identificar como elas reverberam nos processos de construção de sentidos para textos escritos em *gêneros do discurso* que têm lugar no *evento audiência* e que norteiam as demandas jurisdicionais propriamente ditas.

3.5.1 Articulação entre questão de pesquisa e categorias do diagrama integrado

A questão de pesquisa formulada nesta dissertação evocou a inferência de tensão entre *letramentos dominantes* e *letramentos vernaculares* que teria sua ocorrência na relação intersubjetiva necessariamente situada em um *cronotopo* (BAKHTIN, 1993 [1975]). Com vistas a apreender as implicações das *práticas de letramento* de sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade *assistência judiciária gratuita*, no seu *encontro* com operadores do Direito no *evento de letramento audiência* que tem lugar na *esfera jurídica*, a questão

principal, como já mencionado, desdobrou-se em três questões-suporte subjacentes à sua complexidade.

a) Primeiro desdobramento da questão geral de pesquisa: Com relação à primeira questão-suporte, que trata da caracterização do *evento de letramento audiência* que tem lugar na *esfera jurídica*, entendemos necessária a descrição dos participantes do *evento*, do *cronotopo* e da *esfera* em que se deu, bem como da forma como a escrita foi usada nos *atos de dizer*, de acordo com o diagrama e no âmbito de nossa proposta, o que se deu por meio de *observação participante*, *notas de campo*, *pesquisa documental* e *entrevista* – segue também síntese no quadro sinóptico logo à frente.

b) Segundo desdobramento da questão geral de pesquisa: No tocante à segunda questão-suporte, o processo de caracterização das *práticas de letramento* dos sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade *assistência judiciária gratuita*, participantes deste estudo, implicou o reconhecimento de *esferas da atividade humana* como a *doméstica*, *religiosa* e de *lazer* em que tais sujeitos interagem cotidianamente. Em se relacionando tais domínios às categorias apresentadas no segundo bloco do *diagrama integrado*, nosso foco foi descortinar valorações e vivências acerca da/com a escrita, não visíveis, mas depreensíveis pelos *eventos de letramento* de que informam participar/terem participado ao longo de sua vida, a fim de compreender como se gestaram tais usos a partir da historicidade das *esferas* e dos sujeitos, das valorações sobre eles prevalecentes, da constituição subjetiva que os moveu para *encontros* diversos e do agenciamento de recursos linguísticos em seus *projetos de dizer* situados – sintetizamos isso no quadro sinóptico um pouco mais à frente.

c) Terceiro desdobramento da questão geral de pesquisa: Tentando conhecer, enfim – em convergência com a terceira questão-suporte –, o modo como os significados culturais sobre as atividades com a escrita são construídos, ancoramo-nos em Street (1988; 2000; 2003), segundo o qual é preciso transcender os *eventos de letramento* e perceber as fundações implícitas a eles, conforme nossas explicações acerca das

práticas de letramento. O constante questionamento que move a perspectiva de cunho etnográfico – *Por que as coisas são como nos parecem ser?*¹¹⁴ – pode revelar ao pesquisador razões políticas e históricas que influenciam cada microcontexto em sua relação com o macrocontexto. Nesse sentido, se do *encontro* entre demandantes da Justiça, na modalidade *assistência judiciária gratuita*, e operadores do Direito no *evento audiência* podem-se originar implicações, importou-nos depreender como elas reverberam nos processos de construção de sentidos para textos escritos em *gêneros do discurso* que tiveram lugar no *evento audiência* e que nortearam as demandas jurisdicionais propriamente ditas – síntese também disso está no já anunciado quadro sinóptico. Foi também nosso propósito identificar, em campo, qual ou quais *gênero(s) do discurso* próprio(s) aos ritos jurídicos apresentou(ram)-se como relevante(s) para a mobilidade dos sujeitos atendidos pela Justiça, na modalidade *assistência judiciária gratuita*, em suas demandas, tendo em vista o *evento* em que figuraram como participantes. Após essa identificação, promovemos o contato¹¹⁵ desses sujeitos com o(s) texto(s) no(s) *gênero(s) do discurso* que fundamentou(ram) seu *encontro* na *esfera jurídica*, promoção que ocorreu nos meandros da realização das entrevistas – segue também síntese no mencionado quadro.

3.5.2 Quadro sinóptico de articulação teoria/procedimentos metodológicos/análise

Nesta subseção final, esquematizamos a articulação – a partir do quadro sinóptico a seguir – entre questões de pesquisa, diretrizes decorrentes de análise de dados e proposições de base teórica do diagrama.

¹¹⁴ Em alusão à questão mais ampla definida por Erickson (1984): *O que está acontecendo aqui?*

¹¹⁵ Esta dissertação não se ocupa da leitura propriamente dita, seja em abordagem sócio-histórica ou em linhas teóricas que contemplam a cognição. Interessaram-nos as produções de sentido que se originam com respaldo nas *práticas de letramento* situadas.

Quadro 2 - Quadro sinóptico: Articulação questões de pesquisa/diretrizes analíticas/diagrama

Questões de pesquisa e desdobramentos	Diretrizes de análise	Proposições do diagrama base para análise
<p>Questão geral de pesquisa</p> <p>No que respeita a relações entre <i>letramentos dominantes e letramentos vernaculares</i>, que implicações das <i>práticas de letramento</i> de sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade <i>assistência judiciária gratuita</i>, é possível depreender no seu <i>encontro</i> com operadores do Direito no <i>evento de letramento audiência</i> que tem lugar na <i>esfera jurídica</i>?</p>	<p>Implicações das <i>práticas de letramento</i> dos demandantes da Justiça, na modalidade <i>assistência judiciária gratuita</i>, no <i>evento de letramento audiência</i>;</p>	<p>Âmbito dos <i>eventos de letramento</i>: caracterizar o <i>evento de letramento audiência</i>, em atenção às ações dos <i>interactantes</i> que dele participam e, no âmbito da <i>esfera</i> e das configurações <i>cronotópicas</i>, em atenção aos elementos visíveis que configuram o ambiente de interação. Origem dos dados: observação participante, notas de campo e pesquisa documental;</p> <p>Âmbito das <i>práticas de letramento</i>: descrever analítico-interpretativamente as <i>práticas de letramento</i> dos sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade <i>assistência judiciária gratuita</i>, implicadas em tais <i>eventos</i>, com destaque para suas representações pessoais sobre sua condição de <i>interactantes</i> no <i>encontro</i> com operadores do Direito nessa <i>esfera</i>; descrever, também de forma analítica e interpretativa, a partir dos dados a que tivermos acesso, a <i>historicização do cronotopo</i>, atentando para a importância da configuração histórica da <i>esfera jurídica</i> para os objetivos desta pesquisa. Origem dos dados: entrevista e pesquisa documental.</p>

<p>Questão-suporte (1)</p> <p>Como se caracteriza o <i>evento de letramento</i> em estudo que tem lugar na <i>esfera jurídica</i>?</p>	<p>Diretrizes complementares</p> <p>Caracterização interpretativista dos <i>eventos de letramento</i>: <i>audiências</i> das quais participam os demandantes da Justiça, na modalidade <i>assistência judiciária gratuita</i>;</p>	<p>No diagrama¹¹⁶</p> <p>Foco na categoria <i>esfera da atividade humana</i> no âmbito dos <i>eventos de letramento</i>. De acordo com o diagrama, natureza das atividades e da configuração das relações interpessoais que são visibilizadas, natureza das instituições em que as relações têm lugar, elementos capturáveis por meio de observação empírica. Origem dos dados: observação participante, notas de campo e pesquisa documental;</p>
<p>Questão-suporte (2)</p> <p>Como se caracterizam as <i>práticas de letramento</i> dos sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade <i>assistência judiciária gratuita</i>, participantes deste estudo?</p>	<p>Diretrizes complementares</p> <p>Caracterização interpretativista das <i>práticas de letramento</i> dos sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade <i>assistência judiciária gratuita</i>;</p>	<p>No diagrama</p> <p>Foco na categoria <i>interactantes</i>, no âmbito das <i>práticas de letramento</i>, a partir do reconhecimento das <i>esferas da atividade humana</i> menos formais, como o lar e a comunidade, em que tais sujeitos interagem cotidianamente. Conforme o diagrama, historicidade desses participantes em relação a suas vivências anteriores, a valores que carregam consigo acerca dos usos da escrita em questão, experiências com a escrita. Origem dos dados: entrevista;</p>

¹¹⁶ Houve necessárias interpenetrações entre as categorias e entre os dois blocos do diagrama: esta organização demonstra focos prioritários – não exclusivos – do olhar interpretativo.

Questão-suporte (3)	Diretrizes complementares	No diagrama
<p>Em havendo as implicações mencionadas na questão geral de pesquisa, como elas reverberam nos processos de construção de sentidos, desses sujeitos, para textos escritos em <i>gêneros do discurso</i> que têm lugar no <i>evento audiência</i> e que norteiam as demandas jurisdicionais propriamente ditas?</p>	<p>Implicações das <i>práticas de letramento</i> dos sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade <i>assistência judiciária gratuita</i>, nos processos de construção de sentidos em <i>gêneros do discurso</i> próprios do <i>evento audiência</i>.</p>	<p>Foco na categoria <i>interactantes</i> e na categoria <i>atos de dizer</i> no âmbito das <i>práticas de letramento</i>, em atenção para – conforme o diagrama, relações entre a caracterização dos participantes e os propósitos sociais que movem o <i>encontro</i>, maiores ou menores convergências entre vivências/experiências/valorações com/da escrita entre os participantes, e para as implicações das especificidades da tessitura textual nos <i>atos de dizer</i> dos <i>gêneros do discurso</i> emanados da <i>esfera jurídica</i>, no processo de construção de sentidos pelos participantes da pesquisa. Origem dos dados: entrevista e análise documental.</p>

Fonte: Geração da autora.

A fim de tematizar o *encontro* de demandantes da Justiça Gratuita com os operadores do Direito, no *evento de letramento audiência*, tendo em vista as *práticas de letramento* daqueles e a constituição histórico-social da *esfera* em que o encontro se dá, organizamos os três capítulos seguintes, nos quais interpretamos os dados gerados em campo a partir da articulação entre questões de pesquisa, diretrizes decorrentes de análise de dados e proposições de base teórica do diagrama, conforme esquematizamos no quadro imediatamente anterior.

4 USOS DA ESCRITA DA *ESFERA JURÍDICA*: O EVENTO DE LETRAMENTO AUDIÊNCIA

Viver juntos está entre Babel e Pentecostes. Não é fácil porque é necessário liberar-se do preconceito segundo o qual tudo seria mais fácil, tudo daria certo e tudo procederia em harmonia, se o assujeitamento que a gramática pretende realizar sobre o falar se tornasse verdade, se efetivamente existisse uma gramática universal ou, pelo menos, uma língua nacional, unitária, fixa e disponível que requeresse somente o esforço de aprendê-la. Enfim, o preconceito segundo o qual Babel é uma maldição e Pentecostes, um milagre. (Augusto Ponzio)

Entendemos os *eventos* em que a escrita cumpre um papel essencial (BARTON; HAMILTON, 2000) como dialógicos, visto que neles os sujeitos envolvidos mobilizam seus diferentes saberes e impressões, nos quais emergem vozes diversas, de forma colaborativa, para alcançar o objetivo estabelecido para tal ocasião. São também dialógicos, ainda, porque se constituem como atividades da vida social que fazem uso da escrita ou pressupõem outros usos, por isso respondem a enunciados já realizados (BAKHTIN, 2008 [1929/1963]).

Tendo em vista a primeira dentre as questões-suporte de nossa pesquisa, qual seja, **Como se caracteriza o evento de letramento em estudo que tem lugar na esfera jurídica?**, buscamos, durante nossa vivência em campo, descrever o *evento de letramento audiência* em atenção às categorias analíticas – *esfera da atividade humana, interactantes, cronotopo e o ato de dizer nos gêneros do discurso*¹¹⁷ – a partir das quais interpretamos os dados.

Esta seção, assim, leva em conta os modos de fazer e dizer da *esfera jurídica* depreendidos de nossa observação em campo e se

¹¹⁷ Não faremos divisões de seções a partir de cada categoria, porque as entendemos como indissociáveis, o que nos faz lidar com elas em estreita articulação.

organiza a partir de três subseções cujos temas abarcam as singularidades do campo de pesquisa selecionado para o estudo, a atuação dos interactantes no *evento de letramento audiência* e a interação deles por meio dos textos escritos lá presentes.

4.1 SINGULARIDADES DA *ESFERA JURÍDICA* EM PAUTA

Entendendo as *esferas* da atividade humana como lugares de *encontros* e especificidades no que tange aos modos de fazer e dizer, apresentamos a *esfera jurídica* como campo desta pesquisa e a *audiência* como *evento de letramento* objeto de nosso estudo. Para respondermos à questão-suporte **Como se caracteriza o evento de letramento em estudo que tem lugar na esfera jurídica?**, lançamos mão, no período de geração de dados, de notas de campo derivadas de observação participante, assim como de análise documental, do que trataremos ao longo deste capítulo.

Nossa vivência em campo se deu em um espaço caracterizado pela interface entre as *esferas jurídica* e *acadêmica*, no qual participamos de *audiências* referentes a ações ajuizadas no âmbito da assistência judiciária gratuita prestada por um Núcleo de Práticas Jurídicas localizado em um município ao sul do estado de Santa Catarina. Fomos informados¹¹⁸ de que há um convênio entre o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a universidade mantenedora do mencionado Núcleo, que propicia aos acadêmicos do curso de Direito um contato direto com os modos de fazer da *esfera jurídica*, visto que, em atuação no Núcleo, tais acadêmicos lidam diretamente com atividades jurídicas, como a elaboração de Ações de Alimentos, Divórcio, Reconhecimento e Dissolução de União Estável, Guarda, Retificação de Registro Civil e processos afins¹¹⁹.

O espaço físico destinado a essas atividades é decorrente de uma parceria entre a universidade em questão, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a prefeitura do município implicado neste estudo. Trata-se de um prédio localizado no centro da cidade, no qual se desenvolvem também outras atividades gratuitas oferecidas aos cidadãos ali residentes. O edifício também abarca o funcionamento de um cartório, o

¹¹⁸ Informação obtida em campo e materializada textualmente em *nota de campo*.

¹¹⁹ O campo que elegemos para pesquisa implica prestação de assistência judiciária gratuita somente para ações que versam sobre o Direito de Família.

que potencializa a interação entre as *esferas acadêmica e jurídica* no que tange às ações do Núcleo em questão.

O Judiciário, tal qual foi concebido historicamente, é uma instituição em que a escrita ocupa lugar central, na medida em que todos os atos realizados pelo mencionado Poder são legitimados e homologados na dependência daquela modalidade da língua. Também é a escrita central – mas com outros contornos – na *esfera acadêmica*, em que a referenciação aos conhecimentos produzidos se dá necessariamente por meio da escrita ou, quando há transmissão oral, ela se pauta em enunciados materializados naquela forma, em razão de especificidades de toda produção do saber historicamente consolidada nessa *esfera*.

A interface entre as *esferas jurídica e acadêmica* nos interessa por dois motivos em especial: a) a constituição dos textos nos *gêneros do discurso* das ações ajuizadas no Núcleo de Práticas Jurídicas é realizada por estudantes do Curso de Direito em período de estágio curricular obrigatório; e b) o conciliador atuante nas *audiências* a que tivemos acesso era, à época, estudante da última fase do mesmo Curso. Por outro lado, as atividades em que se pauta o *evento de letramento audiência de conciliação* têm por fundamento a práxis jurídica, de modo análogo às *audiências* decorrentes de demandas processuais não ajuizadas por intermédio do Núcleo em questão. Em razão disso, manteremos *esfera jurídica* a nomeação da *esfera* em que as *audiências de conciliação* de que participamos ocorrem, evocando, sempre que julgarmos necessário, reflexões mais pontuais sobre a interface entre Judiciário e Academia¹²⁰.

A *esfera jurídica* está alicerçada em preceitos de equidade, o que implica a postulação de um caráter estável dessa *esfera*, que, reiteramos, se pretende homogênea para, a partir desse predicado, atuar tendo por um de seus princípios a igualdade¹²¹. Em razão dos objetivos a que se propõe, tende a caracterizar-se pela observância dos princípios que sustentam o *modelo autônomo* de letramento (STREET, 1984), visto que esse *modelo* não considera a realidade social fundada em dessemelhanças e se pauta em intentos de uniformização. Na abstração

¹²⁰ Por certo, não desconsideraremos as peculiaridades de nosso campo de pesquisa, as quais serão sempre consideradas em nossa análise.

¹²¹ Para Rocha (2009, p. 32), o princípio da igualdade "[...] deriva do princípio do devido processo legal. É a aplicação ao processo da *igualdade formal*. De fato, se todos são iguais perante a lei, com maior razão perante o juiz, que é o concretizador da lei (CF, art. 5º, I).".

de uma sociedade sem diferenças (LAHIRE, 2002), a homogeneidade é vista como uma 'virtude' que implica sistematização e generalizações e que suprime singularidades, na tentativa, pelo poder hegemônico, de implementar uma *globalização*¹²². Como a realidade material e social não se sustenta de forma linear, e tais singularidades são, fundamentalmente, um processo recorrente na formação dos discursos que emergem da configuração social, a variabilidade de experiências em diversos contextos se origina, dialogicamente, nas tensões que advêm das relações de poder. A partir dessas tensões, visibilizam-se, na *esfera jurídica*, relações interpessoais em desequilíbrio, visto que o postulado da equidade se mostra inócuo quando não reconhecidas as singularidades das demandas judiciais e dos sujeitos que as movem.

4.2 AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: UM EVENTO DE LETRAMENTO LÓCUS DE DIVERSAS VOZES

O motivo por que caracterizamos a *audiência da esfera jurídica* como um *evento de letramento* pauta-se nos escritos de Heath (1982) e em suas respectivas interpretações veiculadas por autores brasileiros como Kleiman (2001 [1995]). Na imersão em campo, observamos a presença da escrita em todas as *audiências* de que participamos, visto que tais *eventos* se organizam a partir de um processo jurídico materializado em um artefato (HAMILTON, 2000) manuseado constantemente pelos operadores do Direito; e, em todas as *audiências* de que tomamos parte, o *Termo de Audiência* é redigido simultaneamente às ações que nelas ocorrem.

Importa considerar, ainda, que a presença da escrita emerge de prescrições legais para a operacionalização dos mencionados *encontros* na *esfera jurídica* – fazemos remissão aqui ao Código de Processo Civil, lei reguladora dos atos processuais correspondentes a ações de natureza civil, e de suas leis complementares. Ademais, entendemos que sugestões dadas pelo conciliador para a resolução dos conflitos, para os quais se almejava a conciliação, pautavam-se em enunciados já recorrentes e relativamente estáveis em circulação na *esfera jurídica*, conforme discussão que desenvolveremos mais adiante.

¹²² Os desdobramentos da reflexão sobre processos de globalização ou universalização – na tensão entre o que é universal e o que é local – e sua relação com as discussões por nós desenvolvidas acerca da dialogia proposta para os conceitos *global* e *local* foram abordados na seção terciária 2.4.1 deste estudo.

Entendemos que o fato de existirem, previamente à realização da *audiência*, escritos reguladores de seu funcionamento, aos quais os operadores do Direito fazem menção e que são consultados constantemente em seus modos de fazer e de dizer na *esfera jurídica*, justifica nossa adjetivação: *evento de letramento* porque a escrita cumpre nele papel fundamental, orientador. Nesse sentido, as *audiências* de conciliação são atividades nas quais a escrita atua no diálogo em torno dos materiais escritos (BARTON; HAMILTON, 2004).

Depreendemos, com base nos estudos de Barton e Hamilton (2004), fundamentados em uma teoria social do letramento a partir dos conceitos de *práticas de letramento* e *eventos de letramento*, que as mencionadas *audiências* caracterizam-se como *encontros* marcados por regularidades e reiterações nos modos de fazer e nos modos de dizer, visto que estão encadeadas em sequências de rotina próprias do funcionamento de uma *esfera da atividade humana* vinculada à *ideologia oficial* (BAKHTIN, 2004 [1927]). A sucessão de procedimentos nesses espaços materializa expectativas da instituição social jurídica, dentre as quais destacamos, *a priori*, a resolução de conflitos com vistas à pacificação de relações intersubjetivas.

A *audiência de conciliação*, mais especificamente, é considerada pela doutrina jurídica (RODRIGUES; LAMY, 2012; CALMON, 2007) como uma forma autocompositiva de solução de contendas, em que é dada às próprias partes atuantes na demanda a autonomia para decisão, ainda que auxiliadas por terceiro – o juiz ou o conciliador. Muito semelhantemente à *conciliação*, a mediação é, por vezes, confundida com aquela, contudo

[n]a conciliação, o grau de participação do conciliador é maior, podendo inclusive sugerir soluções. Isso porque o mediador participa com menor intensidade da construção do acordo, enquanto o conciliador poderá sugerir soluções para o conflito, participando mais ativamente da obtenção do consenso junto às partes do que na mediação. (RODRIGUES; LAMY, 2012, p. 3).

Em tese, essa atividade *conciliatória* se caracteriza por um maior protagonismo dos interactantes, na medida em que se requer dos litigantes a sua atuação no *evento* para a constituição de um enunciado final, como resultado da *audiência* realizada, materializado em uma forma escrita predeterminada, enunciado este que demanda

homologação judicial¹²³. Como sujeitos ativos e responsivos, os participantes do *evento* devem, portanto, fazer uso da *palavra própria* para, com a *palavra outra* (PONZIO, 2010), possibilitar ao conciliador a elaboração de um texto em um *gênero do discurso* (BAKHTIN, 2011 [1952-53]) que comporte formalmente esse diálogo que o constitui.

Como explica Volochínov (2013 [1925-1930]), toda enunciação é dialógica, porquanto é direcionada a outrem, à sua compreensão e à sua possível resposta. Todo discurso possui, pois, uma orientação social, a partir da qual é delineado o estilo da enunciação. Como veremos pontualmente mais adiante, a tessitura do *Termo de Audiência* implica um posicionamento do conciliador frente às vozes que se fazem ouvir no *evento de letramento* em questão e, ainda, frente às diversas vozes que constituem os modos de fazer e dizer (com base em MEDEVIÉDEV, 2012 [1928] e FARACO, 2009) da *esfera jurídica*, ou seja, dialoga, no sentido bakhtiniano (BAKHTIN, 2008 [1929/1963]), com o seu *auditório*, tendo em vista particularidades dele, e com as diversas fontes do Direito relativamente estabilizadas historicamente. Cada enunciado comporta, portanto, variadas ações responsivas a outros enunciados porquanto se liga a eles por meio da identidade da *esfera da atividade humana* de que faz parte (BAKHTIN, 2011 [1952-53]).

A tessitura do *gênero do discurso* denominado *Termo de Audiência* implica demandante e demandado estarem presentes na *audiência*, visto que o referido texto constitui-se de uma síntese do *evento*, a qual contém alegações trazidas pelas partes, a menção ao acordo por elas realizado – ou não – e a indicação de posterior encaminhamento do documento que seguirá os devidos trâmites processuais. Tais informações, portanto, são de suma importância para os litigantes, pois seu conflito de interesses levado a juízo ganha, nesse momento, um direcionamento coercivo, segundo o qual deverão, ambos, pautar-se dali em diante.

Entendemos que o *auditório social* (VOLÓSHINOV, 2009 [1929]) mais imediato de recepção da enunciação que toma corpo no *Termo de Audiência* é constituído por aquele a quem o documento se destina formalmente, um operador do Direito cuja atuação se inscreve em algum dos âmbitos da *esfera jurídica* para onde o documento possa ser encaminhado. O ato de dizer nesse *gênero* está estilisticamente conformado aos modos de fazer e dizer da *esfera jurídica*, apresentando

¹²³ As *audiências* de que participamos são consideradas conciliações endoprocessuais ou judiciais (com base em RODRIGUES; LAMY, 2012; CALOMON, 2007).

traços de rebuscamento lexical e sintático característicos da instituição de prestígio em que tem lugar – configuração textual, muitas vezes, distante da compreensão dos demandantes da Justiça, aqui compreendidos como *auditório* menos imediato de recepção do texto, tal qual mostraremos na seção sobre as implicações das *práticas de letramento* dos sujeitos entrevistados por ocasião da construção de sentidos para *gêneros do discurso* próprios da *esfera jurídica*.

Em havendo *auditórios sociais* distintos para os enunciados de que se compõem os *gêneros do discurso* da mencionada *esfera* (BAKHTIN, 2011 [1952-53]), complexifica-se sua finalidade discursiva, em razão de singularidades dos distintos interlocutores, o que implica, necessariamente, determinada situação social de interação verbal. Todo *gênero do discurso* possui um modo de orientação do enunciado para o destinatário, de forma que dele espera uma reação-resposta, na medida em que, na situação social, devem ser considerados "[...] um horizonte espacial e temporal (qual *esfera* social, em que momento histórico, qual situação de interação), um horizonte temático e axiológico (qual o tema do *gênero*, qual a sua finalidade ideológica-discursiva) e uma concepção de autor e destinatário." (RODRIGUES, 2005, p. 165).

Quanto às especificidades cronotópicas (BAKHTIN, 1993 [1975]), no caso das *audiências* de que participamos, a textualização no *gênero do discurso Termo de Audiência* se dá de maneira síncrona à realização da *audiência*, por meio de um aparato físico-material que permite um modo de fazer e de dizer caracterizado pela forma de veiculação de conhecimento e informação mais predominante em nosso tempo: trata-se da utilização de um computador para a elaboração do *Termo de Audiência* e de um monitor, conectado àquele, localizado à mesa de *audiência*, para que as partes possam acompanhar a redação do referido documento. O mencionado aparato tecnológico dá conta de uma sociedade cujas especificidades sugerem necessidades de visualização, interconexão e aceleração – eis a indissociabilidade entre tempo e espaço constitutiva do conceito de *cronotopo*. Na seguinte nota de campo, pode-se observar a configuração espacial da sala de *audiências* e a tecnologia envolvida:

(1) *Trata-se de uma ação de divórcio. As partes já haviam decidido sobre a divisão dos bens e comunicam ao conciliador que cada um deles ficará com os bens que possuíam antes do casamento. O conciliador pergunta à mulher se*

ela pretende voltar ao nome de solteira; ela responde afirmativamente. No decorrer da audiência, o conciliador dita à digitadora o conteúdo do Termo de Audiência, que é por ela digitado em um computador. De forma síncrona, o texto que está sendo produzido durante o evento aparece em outro computador presente na mesa em que se encontram as partes e seus respectivos advogados. O conciliador pergunta a um dos advogados se o Termo está correto, este responde que sim e, em seguida, explica ao seu cliente o que ficou decidido e o que está escrito no documento. As partes assinam o Termo sem lê-lo. (Nota de Campo nº 1 – Audiência Conciliatória, ênfase em negrito nossa).

A presença do monitor à mesa de *audiência*¹²⁴ possibilita o acompanhamento simultâneo, por parte dos advogados e dos litigantes, do *Termo* que está sendo redigido pela digitadora e elaborado pelo conciliador, ainda que a funcionalidade desse acompanhamento seja muito distinta para os interactantes, como discutiremos à frente. Em algumas *audiências*, o conciliador anunciava às partes que o mesmo *Termo* que estava sendo digitado apareceria à tela aposta à mesa de *audiência* onde se encontravam litigantes e advogados, como registramos em *notas de campo* em sequência:

(2) Conciliador e digitadora redigem o Termo, e aquele pede para as partes acompanharem a redação pelo monitor à mesa. O Termo é impresso; as partes assinam sem lê-lo. Conciliador pede que o homem entregue/mostre o Termo para o seu empregador, para que ele esteja ciente do desconto a ser realizado, mensalmente, no salário de seu funcionário. (Nota de Campo nº4 – Audiência Conciliatória, ênfase em negrito nossa).

¹²⁴ As demais *audiências* contaram com a regularidade da presença do monitor à mesa de *audiência* e da composição do *Termo* de modo síncrono ao desenvolvimento das atividades, por isso dispensamos a menção às demais *notas de campo*, visto que todas elas trazem essa mesma informação.

(3) *Conciliador diz às partes que elas podem acompanhar a redação do Termo no computador. Advogado do Núcleo e sua cliente acompanham a redação do Termo. Conciliador explica às partes o que foi posto no Termo. Conciliador pede à requerente que confirme o número de sua conta. Advogado pede para a digitadora corrigir uma palavra no Termo. Advogado indica a sua cliente o local onde ela deve assinar o Termo. Demandado assina sem ler. (Nota de Campo nº 10 – Audiência Conciliatória, ênfase em negrito nossa).*

Tal recurso tecnológico fundamentado na modalidade escrita contribui, portanto, para a transparência dos atos praticados em juízo, facultando, em tese, aos participantes do *evento* a possibilidade do exercício de sua responsividade, visto que eles podem questionar, aceitar ou rejeitar o conteúdo do documento, o que, no entanto, tende a se revelar uma questão complexa, quer por implicações de jargão jurídico, quer por implicações de outra ordem, como instabilidades emocionais fruto de tensões do litígio que tendem a comprometer a objetividade e isenção na leitura desse conteúdo – voltaremos a isso à frente.

Assim, importa deixar claro que dar voz a sujeitos que não se apropriaram dos modos de fazer e de dizer da *esfera jurídica* não conduzia, necessariamente, à autonomia desses mesmos sujeitos para manifestarem suas réplicas, pois eles dependiam, na maioria das vezes, do revozear do operador do Direito para compreender o acordo que estava sendo materializado em forma escrita no computador, consoante se lê nos excertos de notas de campo transcritas a seguir – a posposição de várias notas sem intervenção nossa decorre do enfoque que imprimimos aqui, ou seja, o revozeamento do operador do Direito para que o conteúdo exibido na tela pudesse significar para os litigantes:

(1a)¹²⁵ *O conciliador pergunta a um dos advogados se o Termo está correto; este responde que sim e, em seguida, explica ao seu cliente o que ficou decidido e o que está escrito no documento. As partes assinam o Termo sem*

¹²⁵ A indicação alfanumérica será utilizada para retomar notas de campo que se repetem ao longo do texto.

lê-lo. (Nota de Campo nº 1 – Audiência Conciliatória, ênfase em negrito nossa).

(4) *A outra parte, demandante atendida pelo Núcleo, permanece na sala com seu advogado, e este faz a leitura do Termo em voz alta para ela, objetivando explicar-lhe a decisão a que se chegou no evento. Após assinatura do Termo pelas duas partes, a audiência é encerrada.* (Nota de Campo nº 2 – Audiência Conciliatória, ênfase em negrito nossa).

(5) *O Termo é impresso. Advogado indica para a mulher o local onde ela deve assinar. O advogado do demandado faz a leitura do Termo com ele.* (Nota de Campo nº 3 – Audiência Conciliatória, ênfase em negrito nossa)

(6) *O demandado lê o Termo com calma; requerente assina-o sem ler. Aquele diz que não entende o Termo, e o Conciliador faz, então, a leitura do artefato, em voz alta, explicando o seu conteúdo. Depois disso, o réu assina.* (Nota de Campo nº 6 – Audiência Conciliatória, ênfase em negrito nossa).

(7) *Digitadora pede à requerente que confira o número de sua conta, pelo monitor presente à mesa, no Termo que está sendo redigido. Advogados e requerente acompanham a redação do Termo. Advogado do requerido lê o Termo antes de assiná-lo. Conciliador pede que sejam conferidos todos os dados antes de assinar o Termo. Todos param para uma leitura silenciosa. Advogado do réu informa ao cliente que está tudo "OK". Todos assinam.* (Nota de Campo nº 11 – Audiência Conciliatória, ênfase em negrito nossa).

A nota (7), imediatamente anterior, traz à baila uma discussão sobre a natureza da participação dos sujeitos no *evento de letramento* em estudo, o que nos remete aos conceitos de *autonomia* e *heteronomia* (com base em VIGOTSKI, 2000 [1978]) e suas implicações para a

depreensão das relações de poder que perpassam e constituem a *esfera jurídica*. Nessa nota, visibilizamos a dependência de um dos litigantes no momento de confirmação dos dados no documento impresso. A atuação do operador do Direito, nesse momento, remete a uma necessária *heteronomia*, na medida em que o demandado do processo se vê à mercê do julgamento de correção, por um *insider* (KRAMSCH, 1998) da *esfera*, das informações constantes em um texto por ela emanado. Como se pode depreender de nossa descrição, as configurações institucionais se manifestam nos modos de dizer, de tal forma que um *outsider* (KRAMSCH, 1998) dessa *esfera* coloca-se sob a absoluta dependência de um mediador para sua efetiva interação em *eventos de letramento* como a *audiência*. Cumprem essa função mediadora, nesse caso, os operadores do Direito, mais precisamente os advogados e o conciliador.

Em se tratando ainda do nível do que é visível – a caracterização do *evento de letramento* –, não sabemos qual foi a percepção valorativa pelo demandado na ocasião descrita em (7); por outro lado, podemos inferir que o advogado viu-se em situação de responsabilidade para com o seu cliente, de modo que a inserção na *esfera* e a apropriação dos modos de dizer realizados por *gêneros do discurso secundários* relativos à *esfera jurídica* constituem as *práticas de letramento* do operador do Direito – um *a priori* esperado, pelos clientes, para atuação em *eventos de letramento* dessa *esfera*.

Como registramos anteriormente, a *audiência de conciliação* carrega em sua constituição a peculiaridade de conceder espaços de fala às partes, para que acordem entre si e, preferencialmente, deem por extinto o processo. Nos 33 *eventos* de que participamos, notamos que, embora as palavras dos litigantes fossem ouvidas, elas ganhavam legitimidade apenas quando reportadas pelo interlocutor *insider*, o conciliador. Entendemos, assim como Ponzio (2011, p. 30), que "[n]o discurso reportado há sempre uma reação da palavra à palavra [...] uma tomada de posição em relação a ela [...]". Relacionando esse entendimento com nossas impressões relativas à vivência em campo, parece-nos pertinente afirmar que a elaboração do *Termo de Audiência* pelo conciliador reflete a impossibilidade de uma materialidade linguística não responsiva, no entanto a natureza da resposta tende a estar sob contingência de tensões do litígio tanto quanto de implicações do delineamento das *práticas de letramento* dos demandantes da Justiça.

Assim, compartilhando da orientação bakhtiniana (VOLÓSHINOV, 2009 [1929]) de não dissociar o *signo* das formas concretas da comunicação social, somos movidos a considerar, em nossa

análise, as dimensões verbal e social (BAKHTIN, 2011 [1952-53]) dos *gêneros do discurso*, que conferem à escrita o seu lugar em determinadas interações humanas em sociedade – lugar do *encontro* de palavras e contrapalavras. Como o *signo*, que é, na perspectiva bakhtiniana, sempre ideológico, tem sua existência entre indivíduos socialmente organizados, não há como dissociar as formas de expressão linguística de sua concretude em sociedade – e, por conseguinte, dos sujeitos que nela interagem –, visto que há um imbricamento necessário entre modos de fazer e dizer (com base em MEDEVIÉDEV, 2012 [1928] e FARACO, 2009). Percebemos que, para a legitimação das falas no *evento de letramento audiência*, elas têm de ser reportadas pelo conciliador, formalmente, em um material escrito, e, em o sendo, a materialidade do texto no *gênero*, que se estabelece nessa relação intersubjetiva, incorpora a subjetividade desse operador do Direito, que atua para (re)dizer o já-dito, delineando, portanto, mediante sua interpretação, o conteúdo que deverá ser judicialmente homologado. Compreendemos, a partir do que afirma Bakhtin (2011 [1952-1953]), que todo enunciado expressa a posição valorativa de seu autor em relação ao conteúdo de seu discurso e ao(s) seu(s) interlocutore(s). Assim, a expressividade está presente em todos os usos da linguagem, de modo que só se poderia negar a sua relevância em uma perspectiva de *língua* como sistema.

Sobre os usos da linguagem em sua modalidade escrita, compreendemos que a atuação profissional do operador do Direito requer a imersão dos sujeitos em vivências com usos tais que materializam conhecimentos relativos à *esfera jurídica*, e que tais vivências ocorrem, a partir de nosso entendimento da linguagem como instrumento de mediação simbólica, no *encontro* (PONZIO, 2010) com o outro mais experiente (VIGOTSKI, 2000 [1978]). Por outro lado, demandantes da justiça, *outsiders* da *esfera jurídica*, comumente não possuem um repertório vivencial que ancore suas ações nas novas demandas de interação oriundas dessa *esfera*, porque suas *práticas de letramento* não sustentam – como na metáfora do *iceberg* (HAMILTON, 2000) – interações efetivas em determinados *eventos de letramento*.

Notamos, nesse sentido, que os modos de fazer na *esfera jurídica* – que, como as demais, organiza-se a partir dos usos da língua – demandam modos de dizer, nos quais está implicada a apropriação de especificidades concernentes às relações intersubjetivas dessa *esfera* e

que se constituem no campo da *ideologia oficial* (BAKHTIN¹²⁶, 2004 [1927]), cujas materializações possuem grande visibilidade, das quais são exemplos a legislação, a jurisprudência, a doutrina e as peças processuais. Ressaltamos aqui a constituição *intergenérica* dos *gêneros do discurso* (BAKHTIN, 2011 [1952-53]) que compõem a *esfera* em estudo – como mostraremos mais adiante com exemplos ilustrativos, há diálogos constitutivos dos escritos jurídicos, porquanto cada fonte do Direito referenciada dialoga formalmente com as demais.

Consoante afirma Bakhtin (2011 [1952-53]), cada enunciado abarca ressonâncias de outros enunciados da mesma *esfera*. Assim, entendemos que o dialogismo presente em *gêneros* da *esfera jurídica* se deve, em grande medida, a um longo percurso de historicização de vozes, ou, como temos chamado, um processo de aposição de vozes, a partir do qual determinados dizeres perpetuam-se e legitimam-se historicamente. Apropriar-se, portanto, dos *gêneros do discurso* que constituem a *esfera jurídica* implica inserção e vivências plenas de significação, a fim de que possa haver, na interação com tais enunciados, construção de sentidos afinados com os modos de fazer forenses.

Antes de adentrarmos nas especificidades depreensíveis da observação em campo acerca dos interactantes do *evento de letramento audiência*, julgamos relevante retomar dois conceitos já anunciados nesta pesquisa. Trata-se dos termos – e suas correspondentes significações – *insider* e *outsider* (KRAMSCH, 1998). Tais denominações requerem reconhecimento entre os sujeitos – de modo que um *insider* de determinada *esfera*, para assim compreender-se, precisa ser visto por si e por outrem sob essa condição – e representam uma característica subjetiva de existência em tempo, espaço e circunstâncias específicos. Esse caráter circunstancial, situacional, implica, por sua vez, a compreensão dos conceitos como um *continuum*, de tal forma que se reconheçam possibilidades de alterações desses estados, o que nos remete às movências de que trata Geraldi (2010a).

A não dicotomização com que vemos as mencionadas definições nos move a considerar mobilidades e inserções dos sujeitos pelas/nas mais diversas *esferas* da atividade humana; parece haver, porém, em relação à *esfera jurídica*, um sentimento corporativo, tal qual já supúnhamos em concordância com Lahire (2002), que, neste caso, reveste o âmbito forense de barreiras materiais e imateriais, acabando

¹²⁶ Estamos cientes dos embates acerca da autoria desta obra, que muitos tributam a Valentin Volóshinov. Referenciaremos, aqui, a partir da edição de que estamos nos valendo e que confere a Bakhtin a autoria.

por obstar o acesso à Justiça e, muitas vezes, a compreensão das decisões resultantes dos litígios lá ocorridos¹²⁷. Assim, optamos por conceber como *insiders* da *esfera jurídica* os operadores do Direito e o conciliador, e como *outsiders* os demandantes e demandados da Justiça na modalidade *assistência judiciária gratuita*. Entendemos que o conciliador do campo em questão estava ainda em processo de apropriação formal dos modos de dizer e fazer da *esfera jurídica*, pois cursava a décima fase de Direito¹²⁸. Em razão, no entanto, de esta ser a última fase da graduação e de tal conciliador estar desenvolvendo atividades já em âmbito judicial, optamos por caracterizá-lo como *insider*, visto que sua atuação na *esfera* indicava inserção efetiva. Em atenção à presença de outros possíveis *insiders* da *esfera jurídica* no *evento* sob escrutínio, entendemos que, em todo o período em que estivemos em campo, os litigantes atendidos pelo Núcleo de Práticas Jurídicas foram legalmente representados, na quase totalidade das *audiências*, pelo mesmo advogado. Tratava-se de um professor do Curso de Direito, atuante na universidade responsável pelas atividades no Núcleo campo de estudo.

No polo oposto da interação, visualizamos a presença de demandantes da Justiça – *outsiders* da mencionada *esfera* –, os quais se caracterizavam, em sua grande maioria, por serem mulheres, visto que todas as ações ajuizadas por intermédio do Foro em questão versavam sobre Direito de Família, área em que há predominância de demandas que envolvem pensão alimentícia, cuja ação é mormente requerida pelas genitoras da prole, a parte autora¹²⁹ da ação. Já os demandados, em sua maioria homens, figuram, comumente, em desvantagem no *evento*, visto que, na maioria das *audiências*, compareciam desacompanhados de advogado. A situação de auto-representatividade diante do Judiciário causava-lhes insegurança, dúvida e medo, interpretação que registramos a partir da nota de campo a seguir:

¹²⁷ Abordaremos implicações das *práticas de letramento* dos sujeitos demandantes da assistência judiciária gratuita, no processo de construção de sentidos para *gêneros do discurso* da *esfera jurídica*, mais adiante.

¹²⁸ Informação obtida em campo e materializada textualmente em *nota de campo*.

¹²⁹ Não faremos distinção entre as definições jurídicas de autor(a) e representante do(a) autor(a) da ação; tomaremos como autor(a) aquele(a) que, tendo ajuizado ação, comparece à *audiência* para defesa de seus interesses, os quais, em tese, representam os interesses também do menor.

(6a) *Requerido sem advogado. Ação de alimentos. A requerente, mãe da criança pede 30% do salário mínimo em pensão alimentícia. Requerido pergunta se ele é "obrigado a concordar" com o valor estipulado na Petição Inicial. Conciliador dá sugestões para a resolução da lide e deixa claro que são apenas sugestões e que nenhuma das duas partes é obrigada a concordar com o que ele lhes sugere. Requerido não quer resolver "nada hoje" porque diz não entender o que está acontecendo. As partes, após algum tempo, parecem chegar a um acordo, e o conciliador e a digitadora redigem o Termo de Audiência. Após a impressão do Termo, este é entregue a todos os presentes, e o requerido diz: "Não vou assinar um negócio que não tô entendendo nada.". Requerido pede para sair da sala e fazer uma ligação. Conciliador dá a permissão para que ele saia. Requerido retorna à sala e decide contestar a ação. Conciliador e digitadora redigem novamente o Termo e imprimem-no. Requerido lê o Termo com calma; requerente assina-o sem ler. Requerido diz que não entende o Termo, e o Conciliador faz, então, a leitura do artefato, em voz alta, explicando o seu conteúdo. Depois disso, o requerido assina. (Nota de Campo nº 6 – Audiência Conciliatória).*

Nesse episódio, entendemos explicitar-se o difícil exercício da autonomia por parte do requerido, em razão, principalmente, da não apropriação dos modos de dizer da *esfera jurídica*, os quais, materializados em sua forma escrita, mostram-se incompreensíveis para o demandado – possivelmente níveis de alfabetismo também estejam implicados aqui, mas essa é uma discussão que foge ao escopo deste estudo. Sentindo-se, ao que parece, refém de um artil rebuscadamente redigido, ele se recusa a assinar qualquer documento, reconhecendo a valoração da assinatura aposta sobre um documento como firmação de algum tipo de obrigação futura prejudicial a si mesmo, a qual não estava disposto a assumir. Isso nos remete a Bakhtin (2010 [1920-24]) e à *assinatura no ato responsável*; neste caso, mais que uma metáfora, trata-

se efetivamente de apor o seu signo de anuência, assumindo o conteúdo que corresponde ao ato, o qual se fundamenta na lei.

A ligação telefônica que o requerido realiza durante a *audiência* aponta para uma necessidade da *palavra de outrem* (PONZIO, 2010) em sua tomada de decisão, do olhar exotópico (BAKHTIN, 2011 [1979]). Estando, pois, o demandado sem um *insider* da *esfera jurídica* atuando em seu favor na *audiência*, resta-lhe recorrer a alguém – cuja identidade desconhecemos – que – inferimos –, em sua história pessoal, tenha se apropriado de *práticas de letramento* passíveis de ancorar a compreensão da demanda judicial em questão. O mencionado ato de recorrer a outrem remete ao reconhecimento da necessária *heteronomia* (VIGOTSKI, 2000 [1978]) para o trânsito em uma *esfera da atividade humana* em relação à qual o requerido vê-se definitivamente *outsider*, a ponto de a interação em um dos *gêneros do discurso* característico dela causar-lhe estranhamento e desconfiança, de modo a negar-se a apor sua assinatura no texto que nele se materializa.

Similar desconfiança sucedeu em outra *audiência*, conforme nota que segue.

(8) *Todos acompanham a redação do Termo. Requerido está sem advogado. Advogado da requerente pede que se corrija no Termo a informação "desconto em folha" para "desconto em benefício previdenciário". Quando escuta isso, o requerido se recusa a dar prosseguimento à audiência e diz: "Vamos tocar pra frente, então!". (...) (Nota de Campo nº 20 – Audiência Conciliatória).*

Parece-nos que, por não compreender conceitos evocados por termos utilizados na interação ou, ainda, por não poder agenciar conhecimento acerca das consequências decorrentes de escolhas legais que se formalizam no *Termo de Audiência*, o requerido sente-se prejudicado – talvez mais que isso, acuado – em sua participação no *evento de letramento audiência*, evento por meio do qual se pautaria o seu cotidiano daquele momento em diante. Assim, a sua condição de *outsider*, caracterizada, dentre outros desdobramentos, pela não apropriação dos modos de dizer e de fazer da *esfera jurídica* – o que implica desconhecimento dos *gêneros do discurso* dessa mesma *esfera* – gera hesitação e insegurança diante de *letramentos* socialmente

dominantes (BARTON; HAMILTON, 1998), os quais abordaremos na subseção seguinte.

4.3 SINGULARIDADES DA MATERIALIZAÇÃO DOS ENUNCIADOS NA MODALIDADE ESCRITA DA LÍNGUA NO EVENTO DE LETRAMENTO AUDIÊNCIA

No período de geração de dados, pudemos observar certas particularidades que constituem os modos de fazer e de dizer da *esfera jurídica*. A indissolubidade entre *fazer* e *dizer* (com base em MEDEVIÉDEV, 2012 [1928] e FARACO, 2009) conduz-nos a considerar que a apropriação dos conhecimentos específicos dessa *esfera* depende, necessariamente, da apropriação dos modos de dizer via modalidade escrita da língua nesse mesmo âmbito. Em se tratando da *esfera jurídica*, a institucionalização de seus dizeres mostra-se como um processo histórico de legitimação que reporta, marcadamente, discursos nos *gêneros* constitutivos dessa *esfera*.

Os diversos enunciados em diálogo estão presentes tanto na modalidade escrita da língua como na modalidade oral, porque entendemos ambas como formas não dicotomizadas, a partir da compreensão construída por Street (1984), na proposição do *modelo ideológico de letramento*. A esse respeito, julgamos importante destacar a interpenetração inequívoca ocorrida entre a oralidade e a escrita no *evento de letramento audiência* a partir de duas interpretações: a) a de que o exercício da oralidade pelos operadores do Direito no *evento de letramento audiência* tem fulcro em *enunciados*, circulantes na *esfera* em questão, reiteradamente materializados por meio da modalidade escrita; e b) a de que a composição do *Termo de Audiência* dá-se a partir do revozeamento das falas dos litigantes presentes no *evento*, revozeamento que cabe ao conciliador levar a termo.

Queremos atentar, a partir desses dois destaques, tanto para a gênese da modalidade oral como para o fim dessa mesma oralidade em se tratando do *evento* que nos interessa. Não atribuímos primazia a nenhuma das modalidades, mas entendemos que, no caso das *audiências* da *esfera jurídica*, a despeito de a oralidade constituir-se como um princípio a ser observado no transcorrer do *evento*, seu lugar em tal configuração espaço-temporal tem razão de ser marcadamente em favor da escrita. Expliquemos melhor: a oralidade é constitutiva da *audiência*

porque se trata de um princípio jurídico previsto em lei¹³⁰, esta que é uma norma ou um conjunto de normas escritas historicamente consolidada(s); a *audiência*, por si só, é um *evento* em que a escrita se faz presente mas, antes disso, é um *evento* regulado igualmente por normas escritas; e, ademais, o fim precípua da oralidade no âmbito da *audiência* é compor o conteúdo do *Termo de Audiência* – documento, escrito por excelência, que tem lugar nos autos. A nota de campo a seguir veicula essa composição regular, presente em todas as *audiências*. Em razão dessa recorrência, optamos por registrar apenas uma dentre as muitas notas de campo em que documentamos esse mesmo conteúdo, a fim de não incorrerem em repetições que entendemos desnecessárias:

(1b) *No decorrer da audiência, o conciliador dita à digitadora o conteúdo do Termo de Audiência, que é por ela escrito em um computador. De forma síncrona, o texto que está sendo produzido durante o evento aparece em outro computador apostado à mesa em que se encontram as partes e seus respectivos advogados.* (Nota de Campo nº 1 – *Audiência Conciliatória*).

Compreendemos haver, no meio jurídico, uma tentativa de estabilização dos sentidos a partir do preceito da *igualdade*. Entendemos que a *esfera* em que têm lugar as *audiências de conciliação* por nós observadas, no que tange aos usos da escrita, atribui a ela exacerbada importância porquanto dela dependem processos de legitimação social de conteúdos materiais. Ao fazer uso dessa modalidade da língua, tende a uniformizá-la para atender ao preceito anteriormente referenciado, com intento de tratamento igualitário a todos os que demandam do Estado uma prestação jurisdicional – uniformização que vai desde a escolha da variedade linguística até as formas de enunciados, as quais apresentam contornos bastante visíveis de estabilidade. Não há, contudo, igualdade real e possível, e, em não reconhecendo isso, a *esfera jurídica* acaba por reiterar a exclusão por meio de suas *práticas de letramento* dominantes que distantes estão das *práticas de letramento* de seus demandantes e demandados.

¹³⁰ "Na compreensão dos procedimentos necessitam ser considerados vários aspectos, conceitos elementares e nuances, entre as quais cabe destacar: [...] d) de *forma da expressão da vontade*, para definir se os atos serão orais ou escritos [...]" (RODRIGUES; LAMY, 2012, p. 130, grifo dos autores).

Assim considerando, depreendemos que a *esfera* em estudo falha em sua pretensão primeira quando atribui ao conciliador a tarefa de estabilizar os sentidos vozeados durante a *audiência de conciliação* com a elaboração de um documento-síntese do *evento*. Isso porque a tarefa do conciliador é a de *reportar* discursos (VOLÓSHINOV, 2009 [1929]), atividade em que sempre há "[...] uma reação da palavra à palavra [...] uma tomada de posição em relação a ela" (PONZIO, 2011, p. 30), nunca, por conseguinte, isenta de subjetividade e responsividade. Qualquer impressão de autonomia conferida às partes que se possa ter a respeito da *audiência de conciliação* – na medida em que tal *audiência*, em princípio, faculta o diálogo entre os litigantes – resta, assim, não confirmada, devido à ausência de domínio, por parte dos litigantes, da modalidade escrita, em se tratando dos usos formais e estabilizados que se materializam em *letramentos dominantes* da *esfera jurídica*. Assim, sua participação no possível acordo parece-nos artificialmente constituída. Nesse sentido, o desconhecimento da configuração do *gênero* implica menor liberdade em seu emprego (BAKHTIN, 2011 [1952-53]) e, por conseguinte, maiores entraves nas relações intersubjetivas que se instituem por meio dele. Diante da constitutividade dos *gêneros do discurso*, consideramos importante trazer à discussão o seguinte registro de Bakhtin (2011 [1930], p. 82) sobre o discurso reportado e sua demarcação nos enunciados: "Quanto mais forte é a sensação da altura hierárquica da palavra outra e quanto mais definidos forem os seus limites, menos ela será acessível à penetração de tendências ao comentário e à réplica a partir do exterior."

Ainda sobre a presença da oralidade no *evento* em estudo, e também acerca da constituição dos enunciados, julgamos importante explicitar alguns momentos em que a fala do conciliador gerou dúvidas e hesitações aos participantes da *audiência*, principalmente em virtude da seleção lexical levada a termo:

(9) *Conciliador explica ao executado o que ele deve fazer e usa palavras como "cautela" e "execução". Executado diz que não entendeu e pede para que o conciliador lhe explique novamente. (...) (Nota de Campo nº 18 – Audiência Conciliatória).*

(10) *Conciliador explica que o que ele pode fazer é constar no Termo que o imóvel será dividido entre as partes com a "ressalva" de que há aquela "pendência" ainda em trâmite.*

Conciliador pergunta se eles entenderam, e o requerido responde que não. Conciliador explica de outra forma. Conciliador consulta o processo físico que tem em mãos para localizar informações sobre o caso. (...) Requerido pergunta se a pensão também tem de ser paga no 13º salário. Conciliador explica que eles podem acordar isso, mas que geralmente "incide" sobre o 13º. Requerido não entende e pergunta "O quê?", conciliador repete a explicação com as mesmas palavras de modo mais pausado: "geralmente incide.". Parte autora da ação intervém: "O que é 'incide'?". Conciliador responde que geralmente se paga no 13º também. Conciliador continua a ditar o conteúdo do Termo à digitadora. Advogado corrige uma informação no Termo – no documento constava que a pensão seria descontada em folha, mas o requerido já havia mencionado que depositava, ele mesmo, o valor mensal. Para que a digitadora coloque os dados corretos no Termo, conciliador mostra constantemente trechos do processo para que ela os copie. Requerido está com uma pasta de documentos à mesa. Parte autora pergunta ao advogado se a pensão continuará sendo depositada na conta de sua filha. Advogado confere os dados da conta de sua filha presentes no Termo e mostra-os a ela pelo monitor. Conciliador explica às partes o que ficou decidido, o que consta no Termo. Explica também o que é a 'extinção do feito', expressão que também está presente no documento. Ele explica que isso significa que as partes concordam com o fim do processo. (Nota de Campo nº 27 – Audiência Conciliatória).

Pelos excertos retrotranscritos, depreendemos que as falas do conciliador materializam particularidades de suas *práticas de letramento*, porquanto carregam consigo formas lexicais seguramente circulantes em textos nos *gêneros do discurso secundários* (BAKHTIN, 2011 [1952-53]) característicos da *esfera jurídica*, com os quais ele estabelece contato em seu cotidiano. Nesse sentido, interessa-nos sobremaneira como a linguagem, em sua modalidade escrita, institui

relações no âmbito da *esfera jurídica*, relações essas constituintes dos modos de dizer próprios dessa *esfera*, erigidos no âmbito da *ideologia oficial* (BAKHTIN, 2004 [1927]) e materializados em textos nos referidos *gêneros*. Entendemos que os *encontros* que acontecem na *esfera* em estudo se dão por meio desses *gêneros*, os quais carregam, em sua constituição, um amplo conjunto de vozes historicizadas que os fazem socialmente dominantes. São representativos dessas vozes conteúdos constitutivos da legislação, das doutrinas, das jurisprudências e dos costumes – fontes do Direito que, por si só, materializam-se em *gêneros do discurso*, bem como constituem outros *gêneros* próprios da *esfera* em que se inserem; eis aqui, portanto o diálogo propulsor das *relações intergenéricas*. Uma *Petição Inicial*, por exemplo, como veremos mais adiante, se compõe de múltiplas vozes em diálogo (BAKHTIN, 2008 [1929/1963]), visto que sua construção depende de menções às aludidas fontes. Sobre a manipulação da palavra alheia e as formas do discurso reproduzido, explica Ponzio (2008, p. 102):

A enunciação que denota, menciona, representa, comunica, ou seja, expressa seu objeto, o faz sempre de forma mediada, através de enunciações já expressadas e que se colocam como modelos, como tradição, como elementos de determinados *gêneros do discurso*, de determinados campos lingüísticos etc.

Em razão da impropriedade de se tentar compreender os *gêneros do discurso* fora da *esfera* que os cria e usa (FARACO, 2009), percebemos a importância de atentarmos para a configuração cronotópica dos *encontros*, visto que eles só podem acontecer situadamente sob o ponto de vista histórico-cultural no âmbito da *esfera* em que têm lugar. Dentre os *gêneros* que instituem relações intersubjetivas nas *audiências*, identificamos os *autos* – corporificação do processo judicial – como um *gênero* que comporta vários outros, em *relações intergenéricas* (com base em BAKHTIN, 2011 [1952-53]; MARCUSCHI, 2010; CORRÊA, 2007), a exemplo da *Petição Inicial*, da *Intimação* – documento comumente trazido para o *evento* pelos demandados – e do *Termo de Audiência*.

A respeito dos *gêneros do discurso* da *esfera jurídica* mencionados, importa menção ao *ato de dizer* no *evento de letramento audiência*, a partir dos seguintes recortes temáticos: a) o processo de

textualização das peças processuais¹³¹ realizado por estudantes de Direito nos Núcleos de Práticas Jurídicas e pelo conciliador nas *audiências*; b) o (des)conhecimento de determinados *gêneros do discurso*, por parte dos litigantes, tanto quanto de suas implicações axiológicas; e c) o contato dos litigantes com o *Termo de Audiência* constitutivo do *evento* de que participaram.

Sobre o primeiro item, importa registrar a reflexão já realizada por Cerutti-Rizzatti e Lesnhak (2014), segundo a qual,

No caso específico dos cursos de Direito, parece haver, em Núcleos de Práticas Jurídicas, a adoção de 'modelos de escrita', esquematizações que preconfiguram processos de textualização em diferentes *gêneros do discurso*. No uso desses 'modelos', muitos bacharelados tendem a limitar-se ao preenchimento de espaços previamente configurados, ajustando dados respectivos a especificidades processuais e procedendo a conformações não raro pouco expressivas no que concerne aos arrazoados que evocam legislação, jurisprudência, doutrina e costumes [...]. Em situações como essas tende a haver uma busca de aceleração na apropriação dos modos de dizer.

Nossa vivência em campo sinalizou que, semelhantemente ao que observaram as mencionadas autoras, o processo de escrita das peças processuais, realizado por acadêmicos em período de estágio, apoia-se em *práticas de letramento* de interpretação bastante complexa, cujas discussões se orientam tanto em direção a questões como o acesso à educação superior por parte de grupos sociais historicamente distanciados desse nível de ensino e "[...] a expansão dos cursos ditos nobres para essas populações, sobretudo no circuito acadêmico da iniciativa privada [...]" (CERUTTI-RIZZATTI; LESNHAK, 2014, p. 10) quanto a enovelamentos de modos de fazer e dizer ancorados em premissas de aceleração e produtividade tão presentes em nossos dias.

O uso de 'modelos' ficou visível em algumas das *audiências* a que tivemos acesso, conforme se observa na nota de campo a seguir:

¹³¹ Entendemos aqui *peça processual* como o todo do documento que compõe os *autos*.

(11) *Requerido reclama que a informação a respeito de seu rendimento mensal está equivocada na Intimação, que ele não tem um restaurante e que não percebe oito mil reais mensais. Conciliador e requerente chegam à conclusão de que, como essa mesma requerente havia entrado com duas ações de pensão alimentícia, cada uma referente a um requerido, houve a réplica da redação de determinado trecho da Petição nos dois documentos elaborados pelo Núcleo. Requerido acompanha a redação do Termo. Requerente mostra carnê da escola do filho para o pai. Requerente percebe, na impressão do Termo, um erro de digitação: o nome do filho no lugar do nome dela. Após a correção, requerente e réu assinam o Termo sem ler. (Nota de Campo nº 9 – Audiência Conciliatória, ênfase em negrito nossa).*

Inferimos que a queixa do demandado é decorrente de uma abreviação dos modos de dizer. Sua reclamação resultou, a despeito da aceleração pretendida inicialmente por estudantes que tinham por tarefa a elaboração de uma *Petição Inicial*, em desconforto, no ambiente para a resolução de um conflito, e na delonga do tempo conferido à conciliação das partes.

O conciliador, em boa parte do transcurso da *audiência* mencionada em (12), a seguir, tentou conciliar as partes, com vistas ao acordo, pautando todo o diálogo nos fatos arrolados na *Petição Inicial*, segundo a qual o valor requerido para a pensão alimentícia era o correspondente a dois salários mínimos vigentes. Diante, entretanto, da inquietação do demandado com relação ao montante estipulado e do silêncio da demandante, o conciliador questiona os recursos financeiros daquele em face do pedido formalizado nos autos:

(12) *Conciliador explica ao requerido que a demandante pede dois salários mínimos, um para cada filho. O requerido responde que seria impossível pagar essa quantia, visto que recebe, atualmente, 1800 reais. Depois de muito diálogo, conciliador pergunta à autora se ela acha que o réu poderia pagar um pouco menos do que foi pedido, em torno de oitocentos reais.*

*Ela diz que não. Conciliador pergunta a ela se não foram dois salários mínimos o que ela pediu; ela ri e diz que não. **Conciliador afirma que, então, possivelmente, houve algum problema na redação da Petição Inicial.** Requerido sugere quatrocentos reais, e a autora aceita (...). (Nota de Campo nº 24 – Audiência Conciliatória, ênfase em negrito nossa).*

Análogo entrave ao transcurso célere da *audiência* também foi observado em outra ocasião, de acordo com registro na nota de campo a seguir:

(13) Ação de Divórcio. Conciliador pergunta às partes se elas estão de acordo com o divórcio, ambas respondem que sim. Conciliador e digitadora dão início à redação do Termo. Advogado do Núcleo informa erro de digitação no Termo e questiona a ordem dos fatos apresentados nesse documento. Conciliador explica que o arquivo em que a digitadora escreve é um modelo de ação de divórcio utilizado pela juíza responsável pelo foro. Conciliador pede à digitadora que corrija a ordem dos fatos no texto. As partes assinam o Termo sem ler. (Nota de Campo nº 13 – Audiência Conciliatória, ênfase em negrito nossa).

A supracitada nota traz explicitamente a menção ao uso de 'modelo', uma esquematização preexistente à demanda judicial concreta que – supomos – é utilizada indistintamente para todas as *audiências de conciliação* referentes às ações de divórcio, a fim de tornar mais breve o processo de textualização que ocorre simultaneamente ao desenrolar daquelas, questão estudada, em nosso grupo, por Lesnhak (2014). Parece-nos, contudo, que tal tentativa, nesse caso, não logrou êxito. No mesmo sentido, na *audiência* descrita em (8a), outra interpelação do operador do Direito, com vistas à correção do documento, ocorre: (8a) *Advogado da requerente pede que se corrija no Termo a informação "desconto em folha" para "desconto em benefício previdenciário".(...).* (Nota de Campo nº 20 – Audiência Conciliatória).

Em uma das *audiências*, contudo, a tessitura textual ocorreu de fato. Nessa ocasião, parecia não haver um modelo prévio de *Termo de Audiência* em respeito a tal demanda pleiteada:

(14) *Para a redação do Termo, conciliador elabora e dita à digitadora o conteúdo que deve constar no documento. Essa redação é a mais lenta das redações de Termo até aqui observadas, pois, ao que me parece, não há nenhum outro Termo de semelhante conteúdo, nos arquivos do computador da sala de audiências, que possa servir como modelo para essa redação (...).* (Nota de Campo nº 17 – *Audiência Conciliatória*).

Sobre o segundo item que elencamos a respeito da modalidade escrita, percebemos, a partir de nossas observações, a supervalorização do conteúdo escrito, por parte dos interessados na demanda processual, como materialização de enunciados que estabelecem obrigações entre os sujeitos, o que remete à compreensão acerca do teor coercitivo desse mesmo conteúdo na forma como está/será textualizado. Essa atitude valorativa não pressupunha, contudo, necessariamente, um conhecimento dos modos de dizer da *esfera jurídica*, visto que a avaliação conferida aos documentos desconhecia, na maior parte das vezes, a natureza dos *gêneros do discurso* em questão, na medida em que tais sujeitos atribuíam validade jurídica a alguns artefatos (HAMILTON, 2000) sem qualquer atributo de criação de obrigações; enquanto outros, caracterizados por tal atributo, não eram objeto de valoração de legitimidade. Compreendemos, então, que o conhecimento dos *gêneros* é imprescindível para a inserção em uma determinada *esfera*, pois

[...] [c]ada *esfera* social tem uma determinada finalidade ideológico-discursiva e, por isso, um modo particular de orientação para a realidade. Ou seja, cada *esfera* social vê a realidade sob um determinado prisma, o que implica uma maneira de significar essa realidade e de refratá-la. (SILVEIRA; ROHLING; RODRIGUES, 2012, p. 42).

Nesse sentido, cada enunciado apresenta particularidades relacionadas à *esfera* em que é produzido, e os "tipos relativamente estáveis de enunciados" (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 262) são lidos e apreciados de modos particulares, de acordo com as especificidades do espaço social em que figuram. Cada *esfera da atividade humana*, em razão das finalidades sociais a que se destina, caracteriza-se por um modo próprio de configurar-se socialmente que a distingue das demais. Assim, entendemos que o desconhecimento, por parte dos sujeitos envolvidos nos processos, das relações sociais que os *gêneros da esfera jurídica* instituem, os faziam incorrer em posicionamentos distintos daqueles previstos para essa *esfera* acerca da função social de alguns *gêneros*, de modo que, em alguns momentos, ignoravam as obrigações por eles instituídas.

Consoante Barton (2007 [1994]), de modo geral, das pessoas são requeridos posicionamentos a partir das demandas que se apresentam em suas vidas, e, na maioria das situações, elas conhecem uma gama de formas adequadas de agir conforme os papéis que exercem. Não contando com um repertório de experiências que forneça subsídios para a ampla compreensão de alguns *encontros* – compreensão esta que requer conhecimento dos modos de fazer e dizer de determinada *esfera da atividade humana* –, os interactantes, quando se veem envolvidos em *eventos de letramento* com os quais não estão habituados, agem de acordo com o seu repertório valorativo, o qual decorre de uma constituição subjetiva que tem lugar na intersubjetividade, processo em que os sujeitos atuam responsivamente.

Nas *audiências*, tanto no que respeita à modalidade oral quanto à modalidade escrita, observamos, assim como afirmaram Barton e Hamilton (2004), que os textos podem cumprir múltiplos papéis em uma determinada atividade, e os usos da escrita podem configurar-se de diferentes formas para cada um dos participantes do *evento de letramento*. Tal apreensão emergiu nos momentos em que as partes envolvidas em alguns processos demonstraram desconhecer as relações instituídas por alguns *gêneros do discurso*, bem como quando elas, conforme mencionamos, sobrevalorizavam certos artefatos sem validade jurídica.

(12a) *Partes e conciliador discutem a divisão de bens. Requerido afirma ter provas dos gastos que teve com melhorias na casa, que além dos recibos, ele tem provas de pessoas que viram e estiveram lá fazendo o serviço. Autora afirma*

que "**o que vale é o papel**", apenas. (Nota de Campo nº 24 – Audiência Conciliatória, ênfase em negrito nossa).

A assertiva em destaque aponta para a superestima da escrita em sua imanência, ou seja, na assepsia de suas condições de produção. Como já mencionamos em seção destinada à fundamentação teórica desta dissertação, tal valoração encontra respaldo no que Street (1984) denominou *modelo autônomo de letramento*, perspectiva que atribui à escrita em si mesma conotações de prestígio. Desse delineamento reverberam também, por consequência, atribuições de valores positivos conferidos às *esferas da atividade humana* mais formais, nas quais os *letramentos dominantes* prevalecem, e que correspondem à *ideologia oficial* (BAKHTIN, 2004 [1927]). Ainda, por essa perspectiva, atribui-se à escrita o desenvolvimento de funções lógicas e abstrações, tornando secundária a oralidade. Nesse sentido, entendemos que a lente pela qual a parte demandante da justiça enxerga as produções escritas tem razão de ser na concepção da escrita como tecnologia, independentemente do contexto de uso, e supervalorizada em sua forma impressa, meio pelo qual a burocracia ainda se sustenta apesar dos intentos de 'virtualização' da linguagem em sua modalidade escrita em nossa sociedade.

Já o conteúdo da nota de campo a seguir denota, além da supervalorização do escrito, o desconhecimento dos *gêneros do discurso* válidos juridicamente na *esfera* em pauta.

(15) *Requerente entrega um papel escrito ao advogado ao explicar que o requerido não quis registrar a criança como sua filha, pois alega não ter certeza da paternidade. O papel entregue, pelo que consigo observar, está manuscrito, com conteúdo materializado em torno de três linhas. O advogado lê o texto, confere algum dado ali escrito com outro dado presente nos arquivos do computador da digitadora e devolve o papel à requerente. (Quando do término da audiência, consegui informações com o advogado sobre o conteúdo do artefato: tratava-se de número de processo referente à outra ação ajuizada pela requerente e da informação de que o réu se recusou a realizar o exame de DNA).* (Nota de Campo nº 14 – Audiência Conciliatória).

Percebemos que a requerente da ação, em (15), atribui ao artefato valor simbólico, dispensando, por isso mesmo, uma apresentação oral de seu conteúdo antes de sua entrega ao advogado. O fato de haver, nesse papel, a informação escrita antes já anunciada indicia para uma percepção do objeto como meio de legitimação de um dizer, sem o qual a sua fala restaria sem efeito.

Apresentamos, a seguir, outra vinheta narrativa em que percebemos o desconhecimento da relação instituída por um *gênero do discurso*, desta vez próprio à *esfera jurídica*:

(2a) *Trata-se de ação de alimentos. Mulher pede 60% do salário mínimo de pensão alimentícia. Pela observação, infiro que o homem tem pago, há dez meses, um valor de pensão alimentícia estipulado judicialmente. A mulher, no entanto, reclama que ele não pagou o último mês de pensão. O homem explica que não pagou porque foi intimado a comparecer em juízo para a nova ação (esta da audiência em questão que pretende restabelecer o valor por ele pago) em data próxima ao do pagamento mensal da pensão. Em virtude disso, afirma não saber se deveria continuar pagando o valor anteriormente estipulado e reclama de a mulher não perdoar o fato de ele não ter pago apenas um mês, alegando que sempre ajudou nas despesas com o filho do casal. (...) (Nota de Campo nº 4 – Audiência Conciliatória).*

Conforme pudemos inferir do *evento*, narrado em (2a), a que tivemos acesso, uma das partes – o requerido – deixou de cumprir sua obrigação para com a prole em virtude do recebimento da *Intimação* para nova *audiência*. O demandado do processo alegou desconhecimento, portanto, da relação instituída por esse *gênero* e pela nova ação processual que ele representava. Entendemos que, quando as *práticas de letramento* dos sujeitos não ancoram a mobilidade por uma *esfera* como a *jurídica*, em que há implicações de cidadania sobremaneira significativas, os sujeitos podem sofrer algum tipo de

prejuízo, seja por desconhecer uma obrigação a que estão submetidos, seja por protelar algum dever retroativo.¹³²

Acerca do terceiro tópico-destaque de nossa atenção, em respeito à presença da escrita propriamente dita, nos *eventos* de que participamos na condição de pesquisa, julgamos importante rememorar a interação entre o produto final das *audiências*, o *Termo de Audiência*, e os sujeitos demandantes e demandados da Justiça. Trata-se de uma breve consideração sobre a condição de substantiva *heteronomia* (com base em VIGOTSKI, 2000 [1978]) observada, visto que, na grande maioria das vezes, a assinatura no artefato não era precedida da leitura do documento pelas partes, consoante exemplificamos pela nota de campo a seguir¹³³:

(1c) *O conciliador pergunta a um dos advogados se o Termo está correto, este responde que sim e, em seguida, explica ao seu cliente o que ficou decidido e o que está escrito no documento. As partes assinam o Termo sem lê-lo.* (Nota de Campo nº 1 – *Audiência Conciliatória*, ênfase em negrito nossa).

Concebemos essa atitude como *heterônoma* porque assistimos a muitas cenas em que o advogado instrua às partes o local de assinatura no material impresso, indicando, assim, um possível aval de melhor acordo ou de não prejuízo futuro, conforme registramos na seguinte nota: (5a) *O Termo é impresso. Advogado indica para a mulher o local onde ela deve assinar. O advogado do réu faz a leitura do Termo com ele.* (Nota de Campo nº 3 - *Audiência Conciliatória*, ênfase em negrito nossa).

Por outro lado, houve, por vezes, acompanhamento visual da redação do Termo pelo monitor e interlocução a seu respeito, mas esta ocorreu apenas no nível da localização e confirmação de informações:

(16) *Ação de Alimentos. As duas partes possuem advogado. Acordo de 30% do salário mínimo*

¹³² Retomaremos o tópico do (des)conhecimento dos *gêneros do discurso* da *esfera jurídica* na última seção de interpretação dos dados, a qual tem por foco analítico a interação de demandantes da Justiça com textos em tais *gêneros*.

¹³³ Novamente, optamos por apresentar apenas uma nota de campo, a fim de evitarmos repetições que entendemos desnecessárias.

mais inclusão do menor no plano de saúde do pai. Requerido entrega ao Conciliador sua folha de pagamento para comprovar sua renda. Todos acompanham a redação do Termo. Requerente confere o número de sua conta-corrente com aquele que está sendo digitado no Termo. (Nota de Campo nº 8 – Audiência Conciliatória, ênfase em negrito nossa).

Como podemos depreender da última nota de campo registrada, há especificidades no que tange à utilização da escrita nas *audiências de conciliação* que acontecem na *esfera jurídica*. *Eventos de letramento* estão sempre situados no tempo e no espaço, pois ler e escrever são ações que os sujeitos realizam, sozinhos ou com outros, sempre em um contexto social (BARTON; HAMILTON, 1998). A configuração desses *eventos* relaciona-se profundamente com as especificidades do local, dos sujeitos, das relações interpessoais que estes estabelecem e dos propósitos sociais a que se destinam tais atividades.

Buscamos, neste capítulo, registrar especificidades do *evento de letramento audiência* que entendemos relevantes na resposta à primeira questão-suporte de pesquisa. Na sequência, apresentamos os perfis das seis participantes de pesquisa selecionadas, dentre as *audiências* de que participamos, para esta pesquisa. Em razão disso, poremos à vista, no próximo capítulo, a descrição de suas *práticas de letramento* e traremos ao texto as *notas de campo* referentes às *audiências* de que participaram esses sujeitos. Retomaremos e relacionaremos os dados mencionados, a fim de compreender a participação dos demandantes da Justiça no *evento de letramento audiência* e, no capítulo seguinte – o último desta dissertação –, interpretaremos as implicações de suas *práticas de letramento* na construção de sentidos para textos escritos que orientam suas demandas jurisdicionais.

5 USOS E SENTIDOS DA ESCRITA: CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE LETRAMENTO DOS SUJEITOS DEMANDANTES DA JUSTIÇA

Nascidos nos universos de discursos que nos precederam, internalizamos dos discursos de que participamos expressões/compreensões pré-construídas, num processo contínuo de tornar intraindividual o que é interindividual. Mas a cada nova expressão/compreensão pré-construída fazemos corresponder nossas contrapalavras, articulando e rearticulando dialogicamente o que agora se apreende com as mediações próprias do que antes já fora apreendido. (João Wanderley Geraldi)

Práticas de letramento (STREET, 1988) é um conceito que se pauta na concepção do *modelo ideológico de letramento* (STREET, 1984), visto que considera o papel dos sujeitos nos *eventos de letramento* (HEATH, 1982) de que participam, conferindo sentidos a essas ocasiões constituídas pelos usos da escrita historicamente situados, e a configuração social em que esses mesmos *eventos* se inserem. De acordo com Barton e Hamilton (2000), precisamos entender as *práticas de letramento* como localizadas na história de vida das pessoas, porquanto há várias dimensões a partir das quais o fenômeno do *letramento* pode ser compreendido: as pessoas usam a escrita para promover mudanças em suas vidas; e as demandas de leitura e escrita, por sua vez, provocam mudanças na vida das pessoas, entre outros desdobramentos congêneres.

A fim de conhecer a história com a escrita dos sujeitos selecionados para este estudo, levamos a termo uma entrevista (roteiro no APÊNDICE A) que nos possibilitou conhecer a relação dos participantes de pesquisa com o processo de escolaridade formal, com os usos da escrita cotidianos e com outros usos demandados em *esferas* pelas quais eles se movem circunstancialmente. Na abordagem de tais temáticas, durante as entrevistas, a amplitude que as caracterizou possibilitou-nos a apreensão de valorações, sentimentos e saberes em relação à/sobre a leitura e a/à escrita que têm suas raízes no passado

(BARTON; HAMILTON, 2000) desses sujeitos e nos *encontros* que eles têm estabelecido ao longo de suas vidas. A fim, pois, de resgatarmos particularidades das vivências dos sujeitos participantes desta pesquisa, tematizamos especificidades de suas histórias com a leitura e a escritura, em atenção à genealogia de suas *práticas de letramento*, sempre considerando as influências familiares, como tentamos elucidar na descrição dos perfis e na interpretação dessas *práticas*.

Com o objetivo de responder à segunda questão-suporte de pesquisa, qual seja, **Como se caracterizam as práticas de letramento dos sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade assistência judiciária gratuita, participantes deste estudo?**, lançamos mão do diálogo conceitual a que temos recorrido, sintetizado pelo *diagrama integrado*, com foco na categoria *interactantes*, no âmbito das *práticas de letramento*, a partir do reconhecimento das *esferas da atividade humana* menos formais em que tais sujeitos interagem cotidianamente, em atenção ao enfoque delineado pelos conceitos de *insider* e *outsider* (KRAMCSH, 1998) e à historicidade desses participantes em relação às suas vivências anteriores e a valores que carregam consigo acerca dos usos da escrita. Em seguida, focalizamos (primeira parte da entrevista – APÊNDICE A) impressões pessoais sobre o *evento de letramento audiência* de que participaram aqueles sujeitos. Como mostraremos no decorrer deste capítulo, essas impressões parecem decorrer em boa medida das interações que eles têm vivenciado, ao longo de suas vidas, com a escrita, interações que os constituem em sua subjetividade.

Apresentaremos, pois, a seguir, a descrição dos perfis dos seis sujeitos selecionados para este estudo, a interpretação de suas *práticas de letramento* – entendendo que esse conceito implica, necessariamente, a menção a *eventos de letramento* – e, por último, traremos à discussão suas considerações a respeito do *evento* de que participaram. Para fins de contextualização, narraremos os principais fatos que motivaram as *audiências de conciliação* e mostraremos as notas de campo registradas para cada uma delas.

5.1 APRESENTANDO *PF*.¹³⁴ E O *ENCONTRO* COM OPERADORES DO DIREITO NA *ESFERA JURÍDICA* MEDIADO PELA ESCRITA

PF. é uma jovem que mora com os pais e as duas filhas. Estudou até a oitava série, mas interrompeu os estudos em virtude da gravidez. Ela afirmou que não conferia importância à escola no período em que a frequentava, mas que hoje, em razão da preocupação com seus familiares em desenvolvimento – filhas e sobrinhos –, considera o estudo formal contínuo um instrumento para o sucesso profissional e pessoal.

Esta participante de pesquisa é vendedora e disse nunca ter exercido uma profissão cujas atividades requeressem o exercício da leitura e da escrita. Quanto ao ler e ao escrever cotidianos, ela afirmou ler livros, revistas e aquilo que julga interessante, embora – apesar de nossa interpelação – não tenha dado exemplos nominais de textos ou obras nesses suportes – do que inferimos a provável pouca ocorrência ou até mesmo inexistência de atividades de leitura recorrentes em seu dia a dia. Para Street (2007, p. 466), as *práticas de letramento* constituem a subjetividade e estão relacionadas com "[...] expectativas sociais acerca de modelos de comportamento e papéis a desempenhar.". A leitura e a escrita podem, portanto, ser compreendidas como extensão dos interesses dos sujeitos, visto que o engajamento em certas atividades reflete demandas e inclinações pessoais. Ainda sobre a leitura, *PF.* também afirmou que lia, durante a infância, livros cujos títulos considerasse atrativos. Tal leitura, ela realizava sozinha, sem ajuda dos pais, os quais, por causa das dificuldades financeiras, frequentaram pouco a escola, cursando apenas os primeiros anos do Ensino Fundamental.

PF. espera que a filha prolongue os estudos para além da Educação Básica, porque acredita que a história de vida dela com a escola deva ser diferente da sua, e que o domínio da leitura e da escrita por si só não é garantia de sucesso profissional. Inferimos, contudo, que a concepção de leitura e escrita que emerge das falas desta participante de pesquisa pauta-se em uma perspectiva *autônoma* – no sentido que

¹³⁴ Codificaremos as mulheres participantes desta pesquisa pelas iniciais de seus nomes, tomadas randomicamente. Trata-se de uma medida que vimos adotando em nosso grupo de estudos e que se deve a nosso desconforto com nomes fictícios, tanto quanto à inconveniência de, em pesquisa com essa configuração, usar codificações que impliquem outras semioses que não o signo verbal.

Street (1984) dá ao termo –, do que é exemplo resposta sua quando interpelada sobre a importância da escrita no seu dia a dia:

(17) *E¹³⁵, sim, com certeza. Até a gente que somos mais velho, (+) às vezes a gente "ai, como é que se escreve mesmo aquela palavra? Como é que é isso, como é que é aquilo?". Conforme a gente vai escreve::ndo, a gente vai ter, vai tendo prática, a gente já... qualquer hora (+) eu posso tá escrevendo qualquer coisa assim, "ah, como é que se escreve aquilo?". (PF., entrevista realizada em 2014).*

A escrita é reduzida, nesse excerto, ao âmbito da ortografia, e é valorada a partir das regras do bem falar e do bem escrever, desconsiderando-se os possíveis domínios em que essa modalidade da língua possa estar inserida, os seus modos de utilização e as funções sociais a que se presta. Essa perspectiva remete à já mencionada concepção de *modelo autônomo de letramento* de Street (1984), segundo a qual a escrita seria uma tecnologia independente do contexto e valorada por uma única forma socialmente aceitável, aquela vinculada aos *letramentos dominantes*. Entendemos que o olhar de PF. incide sobre habilidades técnicas, tomando-as como questão nodal dos usos da escrita, temática de que se ocuparam Barton e Hamilton (1998, p. 161):

A social practice account of literacy sees difficulties with reading and writing as a part of everyone's experience, and not just as a problem that resides in a particular group of outsiders without literacy. Throughout this study we have provided many examples showing that the

¹³⁵ Nas transcrições dos excertos de entrevista, usaremos as seguintes convenções com base na Análise de Conversa:

/ - truncamento ou interrupção de fala;

... - pausa de pequena extensão;

(+) - pausa breve;

(+++)- pausa longa;

(...) - supressão de trecho da transcrição original;

::: - alongamento de vogal;

"xxx" - discurso reportado;

MAIÚSCULA - trecho com ênfase;

[xxx] - interrupção de um interlocutor ou falas simultâneas;

((xxx)) - comentário do analista;

(xxx) - suposição de fala sem nitidez.

technical skills of literacy, such as handwriting or spelling, are just one aspect of literacy practices.¹³⁶

A postura de *PF.* vincula-se, notadamente, a um modo de conceber os usos da escrita que tende a se delinear prioritariamente sobre o aspecto gráfico. Sua valoração à ortografia remete ao que, em nosso grupo de pesquisa, Pedralli (2013) definiu como *discurso prototípico da escola* – uma preocupação exacerbada com particularidades localizadas na superfície do texto, em desconsideração aos aspectos sócio-históricos dos enunciados.

Na interação com esta participante de pesquisa, procuramos descortinar suas impressões sobre o *evento de letramento da esfera jurídica* de que participou, a *audiência de conciliação*. Demandas intersubjetivas específicas se estabeleceram na vida de *PF.* e exigiram dela recorrer ao Judiciário. *PF.* teve uma filha com o requerido da ação ajuizada, um usuário de drogas, vício que levou ao fim do relacionamento. Não sendo auxiliada financeiramente pelo pai de sua filha, a participante de pesquisa decidiu requerer a tutela jurisdicional correspondente às necessidades da menor por meio de Ação de Alimentos. Retomamos, a seguir, a nota de campo (6a), veiculada em capítulo anterior, correspondente à *audiência de conciliação* de que participou *PF.*:

(6a) Réu sem advogado. Ação de alimentos. A requerente, mãe da criança pede 30% do salário mínimo em pensão alimentícia. Réu pergunta se ele é "obrigado a concordar" com o valor estipulado na Petição Inicial. Conciliador dá sugestões para a resolução da lide, e deixa claro que são apenas sugestões, e que nenhuma das duas partes é obrigada a concordar com o que ele lhes sugere. Réu afirma não querer resolver "nada hoje" porque diz não entender o que está

¹³⁶ Tradução nossa: A prática social que remete ao letramento encontra dificuldades com a leitura e a escrita como parte da experiência de todos, e não é apenas como um problema que reside num grupo particular dos que estão fora, sem o letramento. Por meio deste estudo, temos providenciado muitos exemplos mostrando que as habilidades técnicas de letramento, assim como a caligrafia ou a ortografia, são apenas um dos aspectos das práticas de letramento.

acontecendo. Após um período de diálogo, as partes parecem chegar a um acordo, e o conciliador e a digitadora redigem o Termo de Audiência. Após a impressão do Termo, este é entregue a todos os presentes, e o réu diz: "Não vou assinar um negócio que não tô entendendo nada.". Réu pede para sair da sala e fazer uma ligação. Conciliador dá a permissão para que ele saia. Réu retorna à sala e decide contestar a ação. Conciliador e digitadora redigem novamente o Termo e imprimem-no. Réu lê o Termo com calma; requerente assina-o sem ler. Réu diz que não entende o Termo, e o Conciliador faz, então, a leitura dele, em voz alta, explicando o seu conteúdo. Depois disso, o réu assina. (Nota de Campo nº 6 – Audiência Conciliatória).

Entendendo que os sujeitos levam para o *encontro* tudo aquilo de que se constituíram até então – sentimentos, atitudes, valorações –, delineamos as diretrizes da entrevista em atenção a essas especificidades subjetivas, mormente no que tange às questões implícitas do *evento de letramento*, quais sejam, as *práticas de letramento*.

Na *audiência de conciliação* de que participou, *PF.* se disse *nervosa e inquieta* em razão do assunto a ser discutido no *evento* e (18) (...) *pelos atos também, né, de conviver ali naquele momento. (PF., entrevista realizada em 2014).* A impressão da configuração do que *PF.* nomeou como 'atos' abarca sentimentos relacionados à linguagem – tanto na modalidade oral quanto escrita –, sobre a qual ela fala:

(19) *No começo, eu não entendia nada que eles tavam falando porque::: como eu te falei, eles têm outra lingua:::gem, outro jeito de fala:::r, tudo isso, a gente tá meio por fora disso, entendeu? Mas, como eu tinha um acompanhante meu, um advogado, ele me explicou, aí foi aonde que eu tive uma conversa com ele e perguntei mais ou menos o que eles tavam falando, porque, querendo ou não querendo, qualquer pessoa que entra ali, que não é bem ciente do que tá acontecendo, não entende mesmo de começo, qualquer pessoa... (PF., entrevista realizada em 2014).*

Depreendemos em (19) um estranhamento que se pauta no reconhecimento de uma linguagem que *PF.* considera distante da sua e

da população em geral – *qualquer pessoa*. Apesar disso, ela afirma que a interação com o seu advogado dirimiu suas dúvidas, visto que ele lhe explicou em que consistiu o desenvolvimento da *audiência*. Inferimos, com esse dado, a existência de uma condição de total *heteronomia* (com base em VIGOTSKI, 2000 [1978]) na interlocução havida no *evento*, por dependência de um mediador, *insider* (KRAMSCH, 1998) da *esfera jurídica*, para interação. Para *PF.*, a atuação do operador do Direito em sua *audiência de conciliação* foi, portanto, suficiente para a compreensão dos desdobramentos do *evento* em questão. Quando questionada se ela se sentiu confortável para fazer uso da palavra na *audiência*, ela respondeu: (20) *Me senti confortável, porque tanto que eu tinha um advogado ali do meu lado, né, tava bem (+) ele tava por mim, me defendendo, daí só isso me deixou mais calma...* (*PF.*, entrevista realizada em 2014).

A fala de *PF.* remete a regras sociais que ditam quem pode empreender determinados usos da escrita (BARTON; HAMILTON, 2000). Nessa perspectiva, entendemos que o letramento atua de forma singular para *PF.*, a qual se vê apartada da *esfera* em que se move, mobilidade essa originada pelas demandas interacionais que se estabeleceram em sua vida. A participante de pesquisa percebe-se *outsider* da *esfera jurídica*, trazendo para o *evento* modelos pré-concebidos e valorações a respeito dele (STREET, 2003), a partir dos quais constitui a sua compreensão. Disso resulta a atribuição a si mesma de uma posição de não membro e, por isso, de uma condição de dependência para atuação na *audiência*, cujos propósitos sociais só são alcançados pela persecução de procedimentos formais, via modalidade escrita da língua¹³⁷, desconhecidos da demandante.

Os modos de dizer da *esfera jurídica* derivam de "[...] regras que governam a produção apropriada dos atos de linguagem [que] levam em conta as relações sociais entre o falante e o ouvinte" (GNERRE, 1994, p. 6), ou, como preferimos, entre os interactantes. Desse mecanismo, são resultados os óbices discursivos entre os *insiders* da *esfera jurídica* e os membros dos grupos de demandantes da Justiça, de modo que a variedade linguística de prestígio e as *práticas de letramento dominantes* se tornam obstáculos para os sujeitos que não compartilham delas nos termos requeridos para essa mesma condição de *insiders*.

¹³⁷ Ainda que os procedimentos se realizem via oralidade, essa modalidade da língua apresenta-se constantemente pautada em enunciados escritos de *gêneros do discurso* próprios da *esfera jurídica*.

Outra questão de nossa entrevista (questão 2.a do Apêndice A) antevia uma especificidade do *evento*, no que tange à participação dos *outsiders*, concernente ao *cronotopo* em que tem lugar a *audiência* da *esfera jurídica* realizada por intermédio do Núcleo de Prática Jurídica, qual seja, a presença de um monitor de computador à mesa de *audiência*, pelo qual as partes e os advogados podiam acompanhar a redação do *Termo de Audiência*. Transcrevemos a seguir o excerto de entrevista correspondente à pergunta sobre tal aparato tecnológico:

(21) *Pesquisadora* - *E tu acha que aquele monitor que fica na mesa, ele ajuda a entender o que tá acontecendo? Tu consegue acompanhar o que tá escrito ali?*

PF. - *É (++++) eu fui notar aquela aparência daquele computador no meio da audiência, vamos dizer, né, porque a gente fica naquela expectativa, naquele nervosismo, mas, é... ajuda um pouco, né... porque a gente consegue acompanhar, né... o que tá acontecendo, tudo certinho...*

Pesquisadora - *Esse acompanhar que tu fala, é ler ?*

PF. - *É conseguir ler... porque tudo que ele tava falando, tava passando pro computador, né... (PF., entrevista realizada em 2014).*

Inferimos que a presença de tal aparelho não foi, de fato, significativa para *PF.*, não resultando em implicações sobre sua atuação no *evento*. Relacionando essa fala com a outra, em (20), podemos perceber que o reconhecimento tardio do monitor não lhe trouxe prejuízos, na medida em que sua participação na *audiência* esteve, em todo o tempo, condicionada à atuação de seu advogado.

Há especificidades na redação do *Termo de Audiência* que referendam a complexidade da tessitura da materialidade linguística em tal *gênero*, de modo que a *esfera jurídica* organiza-se para que esse processo de escrita seja compartilhado com todos os participantes do *evento*, de modo a facultar-lhes uma atuação colaborativa na elaboração do documento por meio do monitor apostado à mesa de audiências. Tendem a valer-se dessa possibilidade, entretanto, apenas os operadores do Direito, os quais, por meio da oralidade, questionam informações constantes no *Termo* ou sugerem modificações em sua redação, conforme pudemos observar durante nossa vivência em campo.

5.2 APRESENTANDO SE. E O ENCONTRO COM OPERADORES DO DIREITO NA *ESFERA JURÍDICA* MEDIADO PELA ESCRITA

SE. tem trinta anos, é recepcionista e, atualmente, está terminando o Ensino Médio. Sua frequência à escola, em idade considerada regular, foi interrompida com a gravidez do primeiro filho, quando tinha dezessete anos. Seus pais concluíram a Educação Básica quando adultos, e SE. considera seu pai (22) (...) *uma pessoa inteligentíssima* (...) *um dicionário ambulante* (SE., entrevista realizada em 2014), por causa, segundo ela, das palavras difíceis que utiliza em suas falas cotidianas, tanto quanto por ser alguém que, sob o olhar de SE., apropria-se de conhecimentos por meio da leitura – uma representação que remete ao enfoque na erudição, típico de concepções que emergem do *modelo autônomo de letramento* (STREET, 1984).

Compartilhamos com Kleiman (2001 [1995]) a compreensão de que a família é importante *agência de letramento* na constituição das *práticas de letramento* dos sujeitos. No caso de SE., a figura paterna parece ter colaborado para os hábitos e valorações conferidos por ela à escrita. Nesse sentido, a partir de suas vivências, constrói os sentidos que atribui às diversas situações em que a leitura e a escrita estão presentes, nas quais ela se insere ou nas ambientações sociais em que se move em razão das demandas que se originam em seu cotidiano.

Sobre a atividade de leitura, SE. afirma que, com o retorno a processos de ensino e aprendizagem formais, ela "renasceu", visto que, nesse tempo em que tem frequentado o curso, passou a se interessar por literatura, tendo lido mais de dez livros em um único ano. Quando questionada sobre a importância das atividades de leitura e escrita, responde:

(23) *Sim, eu acho assim ó, o... a leitura principalmente... a gente quase não fala da escrita, é uma coisa até engraçada, mas... normalmente a gente fala mais da leitura, que a leitura abre a::: tua me:::te, então, assim, na leitura eu acho, eu acho que amplia teu vocabulário, eu acho que... sei lá... te mostra coisas novas, cada livro que eu li, ele me ensinou alguma coisa diferente. Eu li "O lado bom da vida", não sei se tu chegou a ler, ele é um livro que faz tu pensar na tua vida, que a gente reclama tanto, né? (+++) E... sem motivo, sabe? Então eu acredito muito que, principalmente a leitura é um dos passos pro sucesso, eu acredito que sim, eu acho que... eu ainda... deveria ler muito mais porque eu conheço pessoas que são muito*

inteligentes, o meu pai é um deles, que::: é só na base da leitura, entendeu? Então eu acredito que sim, é muito importante. (SE., entrevista realizada em 2014).

Essa inserção no mundo letrado remete a Souza e Mota (2007) e a implicações da subjetividade em se tratando das vivências dos sujeitos na *esfera escolar*. Subjaz à escolarização uma dimensão de poder decorrente da apropriação dos conhecimentos escolares, os quais são socialmente legitimados e apoiados por instituições formais. São conhecimentos necessariamente veiculados via modalidade escrita da língua e tendem a serem qualificados com predicados que implicam sua valoração como *letramentos dominantes*.

Um dos motivos de interesse de SE. pelos estudos é a preocupação com os filhos, porque, segundo ela, a prole tende a seguir o exemplo dos pais. Assim, ela diz preocupar-se em visibilizar a valoração das leituras, em tirar notas boas para poder cobrar-lhes semelhantes resultados escolares.

(24) *E eu, a partir do ano passado pra cá, eu comecei a ler porque eu queria que eles me vissem lendo, pra que ELES passassem a ler. Porque eu sei que eles precisam me ver fazendo, porque a mãe é o espelho da casa, então eu passei a ler por causa deles. Eu encho eles de livros o tempo inteiro...* (SE., entrevista realizada em 2014).

SE. mostrou-nos o conjunto de materiais escritos que tem em sua casa. Todos os membros da família possuem livros e artefatos afins de que se utilizam para realizar suas leituras, tal como vemos nas imagens a seguir:

Figura 5¹³⁸ – Livros, revistas e apostilas presentes na casa de SE.



Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

SE. confere à escolarização considerável valor e afirma trabalhar muito para proporcionar aos filhos educação em rede privada de ensino, entendendo que a qualidade das escolas pagas é superior àquela das escolas públicas. Esse posicionamento remete, mais uma vez, à perspectiva do *modelo autônomo de letramento* (STREET, 1984), segundo a qual a escolaridade, por si só, seria um fator determinante para o desenvolvimento de habilidades individuais e para a ascensão social – consideração também presente em Graff (1979), o qual critica o *mito do letramento*. Britto (2003) chama igualmente a atenção para implicações outras, de natureza socioeconômica e política, em se tratando da 'formação de leitores'. A valoração atribuída às *práticas de letramento* escolares converge com a valoração que SE. confere à leitura, conforme lemos no excerto a seguir:

(25) *Como eu te disse, a leitura, eu vivi onze anos sem, eu lia alguma coisa na internet, mas não pra pegar um livro e ler ou um filme legendado e... ler. É muito cômodo tu ver dublado, né? Não precisar ler... Mas se eu quisesse morrer ignorante, posso, né? Mas a escrita, acho que todos os dias eu uso mais... pra me... pra conversar com meu marido, porque eu e ele a gente quase não se encontra, então eu tenho que deixar recadinho, um recadinho pra escola, então tenho que usar mais a escrita, né, nessa parte... (SE., entrevista realizada em 2014).*

¹³⁸ Reiteramos que, em nosso processo de geração de dados, em razão das especificidades de cada entrevista, não foi possível a equanimidade de elementos gerados. Por esse motivo, nem todas as seções correspondentes às entrevistadas apresentarão fotografias relativas aos materiais escritos presentes nas residências.

Nessa fala da participante de pesquisa, percebemos interpenetrações de valorações acerca dos usos da escrita: ora *SE*. se vale de argumentos que remetem ao *modelo autônomo*, ora aproxima-se de uma concepção *ideológica* de letramento (STREET, 1984). Ela afirmou, durante a entrevista, que viveu onze anos de sua vida distante de atividades de leitura, embora tenha dito também, em (25), que realizava leituras por meio da internet. Há, na sua fala, uma atribuição de valor a usos da escrita socialmente prestigiados, como aqueles dos *gêneros do discurso* da *esfera literária*. A forma como *SE*. Faz remissão aos livros suscita compreendê-los como potenciais fontes de conhecimento para redimir os sujeitos de uma situação de *ignorância*. Parece emergir desse posicionamento uma consideração próxima à tese de Ong (1982), segundo o qual a escrita – neste caso, a leitura – é essencial para desenvolvimentos cognitivos implicados na ontologia humana. Por outro lado, quando fala da escrita – ainda em (25) –, *SE*. evoca atividades comunicativas do dia a dia, restringindo-a à *esfera familiar* e a interações profissionais que têm lugar na escola de seus filhos. Nessas evocações ao cotidiano, depreendemos uma clara dicotomia entre a leitura e a escrita, de modo que àquela atribui-se o predicado da erudição, e, à escrita, o valor dos usos mais *vernaculares*.

Entendemos que essa valoração, da qual decorre um olhar dicotômico, remete a representações cotidianas acerca da importância da leitura bastante marcada pelo senso comum. Nesse sentido, podemos inferir que o conceito de *leitura* que tem lugar em seu cotidiano apresenta-se como um *conceito espontâneo* (VIGOTSKI, 2001 [1934]), a partir do qual se compartilha a opinião de que há decorrências favoráveis da habituação do ato de ler, tese que, comumente, se relaciona com o *modelo autônomo de letramento* (STREET, 1984), porque restringe o conceito de leitura às atividades que se realizam com materiais escritos socialmente circulantes por meio do suporte *livro*, os quais ganham superdimensionamentos de prestígio quando se trata de *gêneros do discurso* da *esfera literária*. Tal sobrevalorização, assim como todas as ações humanas em sociedade que se dão por meio de enunciados e, por via de consequência, por meio de confrontos axiológicos, não decorre de um "[...] vazio abstrato, mas do concreto do tempo, da cultura e das relações sociais." (FARACO, 2007, p. 45). A esse respeito, de acordo com Abreu (2003, p. 41),

O privilégio da literatura sobre as demais artes (e o consequente privilégio da leitura) foi construído

historicamente, sobretudo a partir do século XIX. Naquele momento, a opção pela literatura justificava-se por vários motivos, dentre os quais o mais saliente era a necessidade de constituição de uma expressão artística nacional capaz de exprimir a cultura peculiar a um povo, diferenciando-o dos demais. [...] Além disso, a literatura vinculava-se a outro argumento forte em prol da autonomia: a língua nacional. Articulando uma língua própria e uma tradição cultural específica, a literatura construía-se como espelho e esteio da nacionalidade, fazendo frente a uma cultura aristocrática, cosmopolita, vazada em latim ou em francês.

Considerando a tensão, sinalizada por *SE.*, entre os *letramentos dominantes* e os *letramentos vernaculares*, tendo em vista as suas contingências sócio-históricas e a sua condição de sujeito responsivo, passamos a dissertar agora acerca de sua participação no *evento de letramento audiência*, o qual se situa em uma *esfera* bastante formal, da qual se originam *gêneros do discurso secundários* representativos dos usos da escrita socialmente dominantes.

SE. ajuizou duas Ações de Alimentos em razão de não conseguir arcar sozinha com o sustento de seus dois filhos, frutos de dois relacionamentos distintos. Os principais motivos que a levaram a procurar o Judiciário foi o desejo de manter os menores na escola em que atualmente estudam, uma instituição paga, na qual era dado a *SE.* desconto, vantagem que estava prestes a findar, e o objetivo de incluir os filhos nos respectivos planos de saúde dos pais. Retomamos, pois, as notas de campo – agora em sua integralidade – referentes às duas *audiências de conciliação* que correspondem às suas demandas jurisdicionais:

(16a) *Ação de Alimentos. As duas partes possuem advogado. Acordo de 30% do salário mínimo mais inclusão do menor no plano de saúde do pai. Réu entrega ao Conciliador sua folha de pagamento para comprovar sua renda. Todos acompanham a redação do Termo. Requerente confere o número de sua conta-corrente com aquele que está sendo digitado no Termo. (Nota de Campo nº 8 - Audiência Conciliatória).*

(11a) *Ação de Alimentos. Réu comparece sem advogado, mas traz consigo a Petição Inicial impressa. Requerente pede 30% do salário mínimo mais inclusão do menor em plano de saúde do pai. Réu reclama que a informação a respeito de seu rendimento mensal está equivocada na Intimação, que ele não tem um restaurante e que não percebe oito mil reais mensais. Conciliador e requerente chegam à conclusão de que, como SE. havia entrado com duas ações de pensão alimentícia, cada uma referente a um réu, houve a réplica da redação de determinado trecho da Petição nos dois documentos elaborados pelo Núcleo. Réu acompanha a redação do Termo. Requerente mostra carnê da escola do filho para o pai. Requerente percebe, na impressão do Termo, um erro de digitação: o nome do filho no lugar do nome dela. Após a correção, requerente e réu assinam o Termo sem ler. (Nota de Campo nº 9 - Audiência Conciliatória).*

A entrevista realizada com SE. abarcou os dois *eventos de letramento* de que ela participou; não faremos, contudo, distinção entre eles. A respeito dessas *audiências*, SE. expressou descontentamento em relação à atuação do operador do Direito que tinha por função defendê-la na lide. Ela esperava uma postura mais ativa de seu defensor, segundo o que podemos ler em (26) a seguir:

(26) (...) *eu não tive nenhuma conversa com meu advogado antes, não tive nada, eu entrei cega no:::... na audiência, entendeu? E ele não abriu a boca pra falar NADA, eu que tinha que falar tudo... então:: (+) isso tudo me deixou muito nervosa, no fim, eu... espero que eu... ano que vem... juntar um dinheiro pra pagar um advogado particular pra conseguir o que eu realmente quero, porque ali eles conseguiram me::: manipular da forma que eles quiseram. (SE., entrevista realizada em 2014).*

Entendemos que a expectativa de SE., relativa aos modos de agir do advogado, pauta-se no conhecimento que ela tem acerca dos *eventos de letramento* da *esfera jurídica*, conhecimento esse constituído pelas

interações que têm lugar em sua vivência e por suas *práticas de letramento*. A esperança de encontrar um defensor eloquente é frustrada quando, em razão das já mencionadas particularidades da *audiência de conciliação*, o profissional pouco interage oralmente no *evento*.

Quando questionada sobre a existência de alguma dificuldade na compreensão da linguagem utilizada nos *eventos*, *SE.* revelou outra pré-concepção referente aos modos de fazer e dizer (com base em MEDEVIÉDEV, 2012 [1928]; FARACO, 2009) dos operadores do Direito:

(27) *Não:::.... na verdade, assim, o que eles tavam falan:::do eu consegui entender, mas o que estava escrito, aí já é um pouquinho mais complicado... eu acho que, por ser o conciliador, ele... facilitou um pouquinho o diálogo ali... porque, se fosse um juiz, eu acredito que seja... que fosse um pouquinho mais formal, aí eu acho que já não entenderia tanto, né... mas... assim (+++) (...).* (*SE.*, entrevista realizada em 2014).

SE. atribui à figura do conciliador uma mediação menos formal na resolução dos conflitos, enquanto que parece esperar do magistrado uma atuação mais regrada e menos acessível aos *outsiders* da *esfera jurídica*. Essa não acessibilidade se depreende de suas falas quando ela se refere à linguagem e à forma de tratamento a ser utilizada se estivesse em interação direta com um juiz:

(28) *Eu me senti mal, achei uma... não sei como seria... acho que com um juiz seria pior, porque eu acho que eu não teria esse... essa abertura pra falar... (...) Primeiro porque eu não saberia como me portar a ele, né... ou Vossa Senhoria.. V... não sei... não sei como é que se fala... ((risos)) e porque a gente vê muitos filmes, né? Que é tudo tão rigoroso, muito formal... Então eu ficaria mais na defensiva, né?* (*SE.*, entrevista realizada em 2014).

A fala de *SE.* remete a uma compreensão da figura do magistrado como representante da *esfera jurídica* instituído de um poder que é reconhecido à luz da *ideologia oficial* (com base em BAKHTIN, 2004 [1927]), porque pertencente aos sistemas ideológicos constituídos, os quais se distinguem da *ideologia do cotidiano* não sistematizada. De acordo com Volóshinov (2009 [1929]), a *ideologia do cotidiano* abrange a totalidade da expressão relacionada à atividade mental centrada sobre

a vida cotidiana, o que a distingue das ideologias enformadas, que se cristalizam a partir dela, sobre a qual exercem, por sua vez, uma forte influência. Ao mesmo tempo, a *ideologia oficial* conserva um elo com a *ideologia do cotidiano*, visto que as duas são interdependentes. Para o mencionado autor, "[a] ideologia social, os sistemas ideológicos já formados não são senão uma ideologia cotidiana sistematizada e fixada com signos externos." (VOLOCHÍNOV, 2013 [1925-1930], p. 156).

No que respeita a esta nossa interação com *SE.*, a valoração atribuída ao magistrado, representante por excelência da *esfera jurídica*, é ilustrativa da compreensão do Direito como sistema ideológico estável e, portanto, representativo da *ideologia oficial*. A esse respeito, podemos pautar esta discussão tanto nos estudos do *letramento* quanto no ideário bakhtiniano, visto que importa considerar a que se atribui o caráter de *dominante* e o que é compreendido como *vernacular* a partir da ideologia a que cada uso se vincula. Dialogicamente, *ideologia do cotidiano* e *ideologia oficial* estão em contínuo embate, no qual atuam as *forças centrípetas* e *centrífugas* (BAKHTIN, 2004 [1927]).

Da última fala de *SE.* que aqui transcrevemos, depreendemos que o seu conhecimento acerca dos modos de fazer jurídicos se pauta em representações do senso comum, culturalmente construídas (com base em BARTON; HAMILTON, 2000), que carregam consigo visões de mundo em determinado tempo histórico a partir de sua dimensão linguística e de outras semioses. Assim, com base em compreensões próprias acerca do *evento* de que participou, *SE.* afirma ter sido *manipulada* pelos operadores do Direito, pois a decisão a que se chegou na *audiência* não fora aquilo que ela desejava acordar.

- (29) (...) *porque assim ó... na verdade eu não sei... por que que o conciliador ele quis que::: a porcentagem fosse em cima DO salário mínimo e... só que isso na hora, pelo nervosismo que eu tava, eu nem::: nem pensei, entendeu, que se fosse 15% do salário dele, seria mais do que eles vão me pagar do salário mínimo, entendesse? Sendo QUE... se eles receberem uma promoção do emprego, eu iria receber em cima disso, e se for do salário mínimo não... eu só vou receber aquele aumentozinho todo ano... mas isso eu só pensei quando eu cheguei em casa... mas isso por quê? Porque eu não tava com um advogado bom do meu lado, porque ele não me ajudou em nada, entendeu? E por causa do nervosismo também... questão de entender o que eles tavam falando, eu tava entendendo, até entendendo demais porque tu não gostei de algumas coisas*

que o advogado:: do meu ex-marido falou... mas (+) a maior dificuldade depois foi de tentar ler mesmo o documento mesmo, né, que a gente assinou, né, porque a gente fica com medo de ter assinado alguma coisa que não deveria, mas também acho que eles não iriam fazer esse tipo de coisa... (SE., entrevista realizada em 2014).

Depreendemos que SE. não conseguiu expressar sua vontade no *evento de letramento* de que participou por dois motivos: primeiramente porque, em seu entendimento, essa expressão de vontade deveria se dar de forma mediada, pela fala do advogado. Aqui, mais uma vez, suas expectativas se revelam orientadas por um *a priori* que confere ao *insider* da *esfera jurídica* o protagonismo nos *eventos de letramento* que ocorrem nesse domínio. Esse posicionamento decorre da compreensão de que *inserção* implica compartilhamento de *práticas de letramento*, o que a difere significativamente do *trânsito* por esferas. Em segundo lugar, a condição de *outsider* (com base em KRAMSCH, 1998) fez com que ela se colocasse numa situação de desconforto e nervosismo que acabou incidindo sobre a sua atuação no *evento* – condição emocional que também a impediu de acompanhar a redação do *Termo de Audiência* pelo monitor: (30) (...) *como eu te disse, a adrenalina ali era tanta que eu não parava pra olhar o monitor.* (SE., entrevista realizada em 2014).

Mereceriam atenção, ainda, especificidades do *ato de dizer* no *evento* em questão: trata-se de uma *audiência de conciliação*, *evento* que – diferentemente de outros nessa mesma *esfera* – caracteriza-se pela possibilidade de enunciação de *outsiders* dela: em tese, SE. poderia ter solicitado enunciar-se sem ser revozeada pelo advogado, dada a natureza do *evento*, tal qual discutimos em capítulo anterior. Entendemos, porém, que sua constituição subjetiva, na condição de *interactante* daquele *evento*, foi marcada por representações estereotípicas acerca da *esfera* no que concerne ao disciplinamento da fala desses mesmos *interactantes*, representações que, por sua vez, tendem a ter outros contornos em se tratando de sujeitos com níveis mais altos de escolaridade e com *práticas de letramento* mais efetivamente convergentes com os *letramentos dominantes*. Quando essa convergência tende a ser mais efetiva, inferimos que o silenciamento dos sujeitos tende a ser menor, com implicações também nos tensionamentos a que se veem submetidos diante de 'doutores' que se enunciam.

As circunstâncias a partir das quais os sujeitos *se movem* ou *circulam* por determinada *esfera*, na qual não se reconhecem como

membros e, igualmente, não são reconhecidos desse modo pelos outros, prescindem de conhecimentos sobre o funcionamento de tal ambientação, visto que nela não compartilham valores, não tomam conhecimento de procedimentos e convenções, não entendendo, portanto, como os usos da escrita são ali empreendidos – entendimento que demandaria vivências significativas com modos de fazer e de dizer da *esfera*, ou, pelo menos, demandaria maior familiaridade com *letramentos dominantes*, com modos de dizer e de fazer que envolvem sujeitos com níveis de escolaridade tidos como 'de prestígio'.

De acordo com Ivanic (1998), a modalidade escrita da língua constitui um sistema semiótico particularmente importante, porquanto desempenha uma função reguladora do acesso a muitos contextos, interditando determinados usos e estabelecendo convenções que afetam as oportunidades de muitos sujeitos. Parece-nos, em relação aos dados gerados para esta pesquisa, que os usos da escrita empreendidos por *insiders* da *esfera jurídica* ainda carregam consigo especificidades de distanciamento e bloqueio, funcionando como uma espécie de *arame farpado* (GNERRE, 1994) a dividir diferentes territórios sociais.

5.3 APRESENTANDO *FJ.* E O *ENCONTRO* COM OPERADORES DO DIREITO NA *ESFERA JURÍDICA* MEDIADO PELA ESCRITA

FJ. é uma jovem de 27 anos que vive com o filho, de nove anos, e os pais. Ela concluiu o Ensino Médio com um curso de Magistério, e o menino está regularmente matriculado em uma escola pública do município em que se deu este estudo; os progenitores de *FJ.* frequentaram a escola até completarem o Ensino Fundamental.

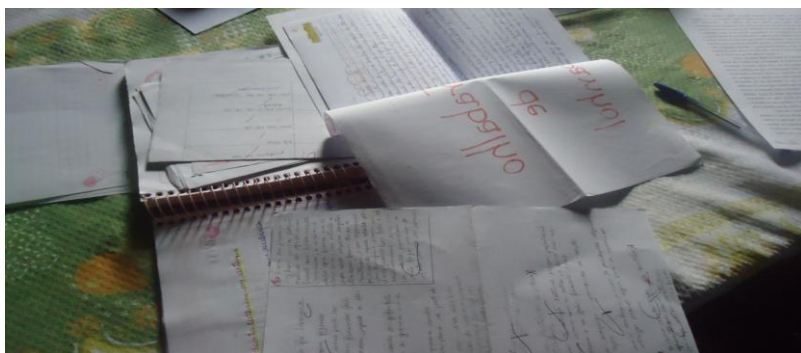
FJ. teve uma experiência de alguns meses como professora, mas afirmou que, atualmente, é muito difícil conseguir uma vaga para lecionar apenas com a habilitação em Curso Magistério, visto que se tem exigido, para tal exercício, curso superior. Por esse motivo, *FJ.* almeja cursar Pedagogia e, para tanto, abandonou o seu último emprego de auxiliar de produção em uma fábrica de massas. Nesse trabalho, *FJ.* era líder do setor e, em cumprimento a uma das atribuições de seu cargo, tinha de elaborar, em todas as sextas-feiras, a avaliação dos funcionários, a qual deveria ser entregue à psicóloga atuante na empresa. O procedimento era materializado textualmente, o que a mantinha sempre em contato com a escrita.

Sobre os usos cotidianos da escrita, a participante de pesquisa disse gostar muito de ler e afirmou lidar bem com *gêneros do discurso* que estabelecem obrigações de pagamento, como boletos de cartão de

crédito e afins. Segundo *FJ.*, em sua família, ela é quem mais domina *gêneros* tais, de modo que seus familiares lhe pedem ajuda nas interações mediadas por eles. Esse tipo de atividade vinculada à funcionalidade da vida humana, realizada com a escrita em domínio privado, é uma forma elementar de burocracia, mas, enquanto ela não fizer parte de um conjunto de regras institucionais formais, não se tornará uma burocracia legitimada. Nesse ponto, pois, visualizamos o que temos entendido por configurações sociais mais amplas (BARTON; HAMILTON, 1998), que incidem sobre as *práticas de letramento* necessariamente situadas e as tornam significativas para um grupo social específico porque referendadas por instituições historicamente organizadas.

A escrita é amplamente utilizada na organização de vida das pessoas em geral, as quais mantêm controle sobre finanças domésticas, fazendo-o frequentemente ou esporadicamente; notas manuscritas, listas de compras, registros de cartões e cartas que são enviados e recebidos etc. (BARTON; HAMILTON, 1998), sem mencionar usos voltados para a *infuncionalidade*, no sentido que Ponzio (2008-09) dá ao termo, o que nos remete àqueles usos desvinculados do pragmatismo cotidiano, os quais implicam fruição artística e propósitos afins. Acerca da leitura como fruição, *FJ.* citou as narrativas de temática amorosa, jornais e revistas, mas não indicou nenhum título, mesmo que instada por nós a fazê-lo. Os únicos materiais escritos a que tivemos acesso para fotografar, quando da entrevista, foram trabalhos e cadernos escolares antigos seus, tal qual ilustra a Figura 6 veiculada a seguir:

Figura 6 - Atividades e cadernos escolares presentes na residência de *FJ.*



Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

A escolha dos artefatos trazidos ao *encontro* estabelecido no momento de entrevista parece remeter à valoração atribuída por *FJ*. aos materiais escritos provenientes da *esfera escolar*, o que corrobora a interpretação dos resultados do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional realizada por Abreu (2003), de que é bastante recorrente o estabelecimento de relação entre leitura e escola. Tal seleção pode justificar, ainda, essa valoração, pela preocupação em tornar visíveis artefatos provenientes da mencionada *esfera*, em razão das motivações que ensejaram o *encontro* nosso com a demandante da Justiça, o qual emerge de uma pesquisa vinculada a uma instituição de prestígio reconhecida por se constituir um lócus de produção do conhecimento – o paradoxo do entrevistador de que trata Labov (2008 [1972]).

Dito de outro modo, todos os sujeitos levam para a interação a sua constituição subjetiva, bem como as suas expectativas em relação a esse *encontro*, carreando consigo o seu *excedente de visão* (BAKHTIN, 2011 [1979]) acerca do outro, o que significa que

[q]uando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nossos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem. Porque em qualquer situação ou proximidade que esse outro que contemplo possa estar em relação a mim, sempre verei e saberei algo que ele, da sua posição fora e diante de mim, não pode ver: as partes de seu corpo inacessíveis ao seu próprio olhar – a cabeça, o rosto, e sua expressão –, o mundo atrás dele, toda uma série de objetos e relações que, em função dessa ou daquela relação de reciprocidade entre nós, são acessíveis a mim e inacessíveis a ele. [...] Esse *excedente* da minha visão, do meu conhecimento, da minha posse – *excedente* sempre presente em face de qualquer outro indivíduo – é condicionado pela singularidade e pela insubstitutibilidade do meu lugar no mundo: porque nesse momento e nesse lugar, em que sou o único a estar situado em dado conjunto de circunstâncias, todos os outros estão fora de mim. (BAKHTIN 2011 [1979], p. 21, grifos do autor).

Consoante Volochínov (2013 [1925-1930]), todo discurso é dialógico, dirigido a outrem, evocando a sua compreensão e a sua efetiva resposta potencial. Essa orientação a um outro, a um ouvinte,

pressupõe a relação social entre os sujeitos. No território comum dos *interactantes*, historicidades se encontram e confrontam-se, provocando, assim, tensões inevitáveis porque derivadas de diferenças e do caráter inconcluso dos sujeitos. Entendemos que o *evento de letramento* que promovemos no momento da entrevista, recurso metodológico de que lançamos mão, teve como eixo temático outro *evento* que o antecedeu, qual seja, a *audiência de conciliação* – acontecimento anterior que, muito provavelmente, conduziu a ressignificações nas representações de mundo de *FJ*.

Apresentemos, pois, as motivações que levaram esta participante de pesquisa a juízo e suas impressões acerca do *evento de letramento* de que participou na *esfera jurídica*. *FJ*. e o pai de seu filho iniciaram um relacionamento em 2002, casaram-se e permaneceram juntos até 2012. Com o fim da relação, o ex-companheiro deixou de cumprir com o seu dever de criar e sustentar o menor. Por causa do baixo salário que recebia e das inúmeras tentativas frustradas de acordar, amigavelmente, uma colaboração financeira com o pai de seu filho, *FJ*. decidiu ajuizar uma Ação de Alimentos, cuja *audiência* foi objeto de nossa observação em campo, tal como registramos a seguir:

(3a) *Ação de Alimentos. Metade do salário mínimo. Conciliador pergunta quanto o réu pode pagar. Conciliador explica que tudo que o réu falar não constará no Termo e que, por isso, ele pode conversar à vontade com a requerente e com o próprio conciliador. Conciliador diz à requerente que ela pode falar também. Enquanto discutem sobre a porcentagem a ser fixada, o réu faz cálculos em seu celular. Conciliador anota, em um pedaço de papel, um possível valor de pensão a ser pago e mostra-o ao réu. Conciliador pede a folha de pagamento do réu. Conciliador explica que o acordo feito entre as partes constará no Termo. Réu afirma que tentará pagar o valor acordado, quando questionado pelo Conciliador se o valor por eles decidido estava adequado ao seu rendimento mensal. Conciliador diz às partes que elas podem acompanhar a redação do Termo no computador. Advogado do Núcleo e sua cliente acompanham a redação do Termo. Conciliador explica às partes o que foi posto*

no Termo. Conciliador pede à requerente que confirme o número de sua conta. Advogado pede para a digitadora corrigir uma palavra no Termo. Advogado indica a sua cliente o local onde ela deve assinar o Termo. Réu assina sem ler. (Nota de Campo nº 10 - Audiência Conciliatória).

Algumas implicitudes presentes no *evento* emergiram na entrevista, as quais não foram observáveis porque dizem respeito às *práticas de letramento* dos sujeitos que dele participaram, conceito referente aos aspectos não visíveis (BARTON; HAMILTON, 1998) do *evento*. FJ. considerou a interação na *audiência* em que foi parte bastante inteligível, dizendo não ter encontrado problemas para compreensão dos procedimentos e das falas dos sujeitos presentes. Ela mencionou, contudo, expectativas contrárias à ausência de entraves, alegando ter sentido certo receio, anteriormente à *audiência*, de não entender as falas dos operadores do Direito e de, em não as entendendo, sentir-se acanhada para expressar suas dúvidas e tentar dirimi-las:

- (31) *Pra mim foi assim ó, até antes de entrar eu pensei "meu deus, o que será que vai ser? Será que eu vou entender? Será que eu vou... né?", porque eu tipo assim ó, ai, esse negócio de audiência, um negócio mais, até na fala, eles querem fazer a gente entender, mas a gente não entende, aí a gente vai dizer que entende? Mas não... foi BEM tranquilo, sabe? Ele ((o conciliador)) foi bem, bem aberto nas palavras, falando... (FJ., entrevista realizada em 2014).*

Entendemos que essa pressuposição acerca do funcionamento do ambiente jurídico indicia uma concepção da *esfera jurídica* como um ambiente permeado de entraves para a mobilidade dos sujeitos não *insiders*. FJ. atribui essa dificuldade a um possível não entendimento das atividades, indicando, com isso, a hipótese da existência de uma linguagem rebuscada, materializada em usos da escrita não conhecidos e inacessíveis aos demandantes e demandados da Justiça – inacessibilidade que se daria por um afastamento entre os usos que se pretendem isentos de subjetividades, alçados à condição de *letramentos dominantes* nos quais a *ideologia oficial* (BAKHTIN, 2004 [1927]; VOLOSHINOV, 2009 [1929]) se revela, e usos que são necessariamente heterogêneos vinculados aos *letramentos vernaculares*.

A concepção que mencionamos decorre das diferentes interações que a participantes de pesquisa vive cotidianamente, às quais ela tem de *responder*, no sentido da *responsividade* bakhtiniana. De acordo com Faraco (2007, p. 45), a partir da filosofia bakhtiniana, "[...] viver é estar se posicionando a cada movimento frente a valores. Nós nos constituímos e agimos sempre num universo de valores. Poderíamos dizer que, para Bakhtin, nada do que é humano está desvinculado de um universo de valores.". Cada um de nós é efeito da alteridade e vive uma ética sem concessões (BAKHTIN, 2010 [1920-24]; FARACO, 2007). Assim, constituindo-se nas relações que estabelece, *FJ.* delinea suas representações de mundo no que concerne também aos usos da escrita. Isso remete a Barton e Hamilton (2000), segundo os quais a abordagem que se pauta na história de vida pode ser fecunda para o estudo das *práticas de letramento*, visto que os sujeitos valoram e usam a escrita por razões que se erigem no âmbito de suas relações intersubjetivas.

5.4 APRESENTANDO AC. E O *ENCONTRO* COM OPERADORES DO DIREITO NA *ESFERA JURÍDICA* MEDIADO PELA ESCRITA

AC., 29 anos, é casada e tem uma filha resultante do seu primeiro matrimônio. Ela frequentou a instituição escolar até o terceiro ano do Ensino Médio Técnico, no qual cursava enfermagem. Esta participante de pesquisa, contudo, não concluiu essa etapa de seu processo de escolaridade, pois, à época, decidiu casar e abandonar a escola. AC. se arrepende muito dessa decisão, principalmente porque, segundo ela, pautou-se na expectativa colocada sobre um relacionamento que não teve continuidade.

Quando questionada sobre o seu histórico familiar no que tange à educação formal, AC. explicou-nos que a vivência de seus pais na escola não foi muito duradoura; sua mãe cursou até a oitava série, e seu pai, até a quarta. Os estudos de sua mãe tiveram de ser interrompidos a pedido do avô de AC., o qual acreditava que 'mulher não deveria estudar' para além do Ensino Fundamental. Já seu pai não gostava de estudar e, por isso, deixou a escola.

Sobre o seu envolvimento com a leitura e a escrita em seu cotidiano, AC. afirma que gosta de ler, mas não conta com tempo disponível para realizar tal atividade, visto que os cuidados com a filha e com a casa exigem dela dedicação exclusiva. Possui pouco material escrito em casa, tendo nomeado como exemplos de sua leitura alguns livros com mensagens bíblicas diárias e revistas com temáticas acerca de

telenovelas. No tocante à escrita, AC., mencionou a confecção de um diário:

(32) Pesquisadora - Tu escreve no diário?

AC. - *Escrevo, tenho ele, acho, vai fazer uns nove anos já, já é o segundo, já é um engatado no outro já, eu já adaptei um pra colar no outro, eu escrevo... daí chega a noite, daí eu vou, sento, escrevo tu:::do que aconteceu, ali é onde, às vezes eu não consigo chorar, não consigo falar com ninguém, eu vou escrevo tudo ali, ali naquela hora ali, naquele momento, eu consigo eu falar comigo, ser eu mesma (+) lista de compras eu faço, às vezes a mãe pede pra pesquisar alguma coisa na internet, aí eu uso, porque tanto tem o meu celular quanto tem o dela... aí eu uso assim, dia a dia eu uso bastante. (AC., entrevista realizada em 2014).*

Em (32) a escrita é descrita como possibilidade do exercício da introspecção, sendo valorada por seu caráter *infuncional* (com base em PONZIO, 2008-09). Pela recorrência do *evento de letramento* que constitui o ato de escrever no diário – momento em que AC. afirma falar com o outro de si mesma –, entendemos que ela atribui um valor significativo à escrita nessa sua manifestação *vernacular*, parece de fato parte de sua rotina, das relações que estabelece consigo mesma e de seus modos de organizar suas próprias vivências.

Outros artefatos nos foram apresentados no momento em que pedimos para ver materiais escritos presentes em sua residência – revista de receitas culinárias, livros infantis e agenda – consoante se pode observar na Figura 7 a seguir:

Figura 7 - Revista de culinária, livros infantis e agenda – artefatos na residência de AC.



Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

Como AC. não exerce uma profissão fora de casa, seu contato com a escrita está majoritariamente circunscrito à *esfera familiar*. Ela nos contou, entretanto, que já trabalhou em uma loja situada em um *shopping center*, na qual fazia constante uso da escrita, tanto em material impresso quanto em ambientes virtuais, sobre os quais informou que possui computador em casa, embora sem acesso à internet, e *smartphone*, por meio do qual acessa as redes sociais.

Em relação à importância que confere à leitura e a escrita, AC. entende que, para o sucesso profissional, o domínio do ler e do escrever não é suficiente, conforme lemos em (33) a seguir:

- (33) *Porque eu acho assim, não adianta nada tu ler e escrever e tu chegar pra conversar com uma pessoa e não saber conversar. Então tu tem que ler e escrever e também do conversar, porque aí tu vai ter a linguagem melhor, de... sei lá, de falar com a pessoa, porque... porque só ler e escrever... não... hoje em dia não é só ler e escrever, eles perguntam se tu tem capacidade pra isso, tu vai pegar um serviço e eles perguntam "ah, tu consegue fazer isso, tu sabe aquilo?" ... e às vezes é coisa que tu nem faz no dia a dia (+) porque ler e escrever tu é obrigado, é obrigatório no dia a dia, tu vai fazer um rancho, tu vai ter que le:::r, tu vai ter que escrever uma lista, "Ó, isso eu tô precisando*

comprar, aquilo eu não tô", já é bem assim. (AC., entrevista realizada em 2014).

A fala de AC. denota um reconhecimento dos *letramentos vernaculares*, de modo que ela entende que os usos da escrita estão nitidamente presentes no dia a dia de todas as famílias, na realização de suas atividades rotineiras. De sua fala emerge valorização ao que ela nomeia 'conversa', na medida em que declara serem as atividades de ler e escrever, por si sós, insuficientes para efetiva interação social, o que entendemos fazer remissão a relações entre os sujeitos em que há *o que* dizer e em que há adequação desse dizer à configuração social em que a interação tem lugar, concebendo, pois, os usos da língua como *ecologicamente* (BARTON, 2007 [1994]) situados.

Quando AC. afirma em (33): "[...] *então tu tem que ler e escrever e também do conversar, porque aí tu vai ter a linguagem melhor [...]*" (AC., entrevista realizada em 2014), compreendemos 'conversar' como compartilhamento de representações de mundo, por meio do qual se constituem os sujeitos e, por consequência, se tem *o que* dizer, independentemente da modalidade da língua utilizada. Nesse ponto, a 'linguagem melhor' poderia ser entendida como uma adequação do discurso às condições de uso, na medida em que se reconhece que as *práticas de letramento* variam segundo o contexto (STREET, 1984; BARTON, 2007 [1994]). Por outro lado, a fala de AC. aproxima-se da já insistentemente mencionada perspectiva denominada por Street (1984) de *autônoma*, visto que a escrita, de acordo com tal ponto de vista, seria um produto completo em si mesmo (KLEIMAN, 2001 [1995]), vinculando-a ao desenvolvimento cognitivo, atribuindo-lhe a função de desenvolver o raciocínio e habilidades comunicativas – a linguagem como expressão do pensamento (quem lê/escreve pensa melhor e, por conseguinte, se expressa melhor) –, possibilitando, portanto, a 'conversa'. A partir dessa compreensão, inferimos que, para AC., "conversar com uma linguagem melhor" decorre de atividades de ler e escrever, porque, segundo ela, a leitura e a escrita sustentariam a 'conversa' e aperfeiçoariam a linguagem nela utilizada. Inferimos também a observação acerca das exigências do mercado de trabalho, pois, segundo AC., as ofertas de emprego requerem dos candidatos a apropriação de conhecimentos diversos, os quais transcendem ou pressupõem o domínio da leitura e da escrita.

Indagada sobre a existência de diferenças entre os usos da escrita da *esfera familiar* e as outras *esferas* em que circula, respondeu:

(34) AC. - *Tem diferença.*

Pesquisadora - *Qual diferença que tu vê?*

AC. - *Porque em casa tu pode usar algum errinho de português, uma coisinha ali correndo, ali... já nesses lugares não, já tem que ser mais correto, já tem que prestar mais atenção.* (AC., entrevista realizada em 2014).

Em (34) inferimos preocupação, sua ou alheia, com as regras do bem falar e do bem escrever, de tal forma que o não cumprimento dessas regras parece implicar, pela interpretação que fazemos do posicionamento de AC., uma sanção ou um prejuízo no trânsito por outras *esferas da atividade humana* que não a *familiar*. Emerge de sua fala a compreensão de que os ambientes mais formais exigem o cumprimento de determinadas regras para a interação, enquanto que, no âmbito mais privado e informal, tais regras estariam dispensadas. Notamos que a alusão a "algum errinho de português" denota uma importância conferida à correção do texto em sua imanência, de fundo estrutural, o que nos remete a representações culturais que cercam a *norma padrão*, tal qual discute Faraco (2008).

Para além dessa superficialidade, entendemos que tanto os usos *dominantes* quanto os *vernaculares* são socialmente regulados, visto que há pressões exercidas pelas famílias ou outros grupos sociais, consoante explicam Barton e Hamilton (1998). A título de exemplificação, um uso *vernacular* em relação com um *gênero do discurso primário* (BAKHTIN, 2011 [1952-53]), como é o caso do *bilhete*, segue determinada forma que coaduna com a expectativa dos interlocutores, de uma forma geral, acerca desse uso da escrita, qual seja, a de que o texto nele contido veicule uma mensagem de pequena extensão, atendendo a finalidades cotidianas e rotineiras. Há, portanto, regras socialmente construídas a respeito desse uso da escrita, mas o seu não atendimento muito dificilmente acarretará sanções ao autor, porque sua vinculação à *ideologia do cotidiano* (com base em BAKHTIN, 2004 [1927]) lhe garante maior heterogeneidade, na medida em que os *letramentos vernaculares* têm sua origem na vida cotidiana e podem ser considerados híbridos, na medida em que recorrem a uma variedade de atividades de diferentes domínios (BARTON; HAMILTON, 1998). Nesse sentido, a perspectiva de AC. coloca em cena a diferença entre *letramentos dominantes* – pautados na *ideologia oficial* – (com base em BAKHTIN, 2004 [1927]) e *letramentos vernaculares* – pautados nas

ideologias do cotidiano (com base em BAKHTIN, 2004 [1927]) –, mas limita essa diferença a apenas um aspecto do texto, qual seja, a sua correção ortográfica e gramatical.

Outro aspecto importante da fala de AC. é a sua preocupação com o que se torna público, com aquilo que se dá fora do âmbito familiar. Para ela, há, nas demais *esferas*, uma cobrança difundida sobre um único modo correto de escrever e a verberação das demais possibilidades – concepção *autônoma* (STREET, 1984) centrada em uma única forma válida de a escrita ser utilizada. AC. moveu-se pela *esfera jurídica*, uma dessas *esferas* que ela considera mais formais e com parâmetros rígidos de utilização da *língua/linguagem*. Seu trânsito por tal ambientação, em que a escrita cumpre um papel fundamental, teve como motivação a busca da solução de seus conflitos cotidianos. Ela e o pai de sua filha relacionaram-se por sete anos e, recentemente, separaram-se. Em não conseguindo manter com ele uma relação amistosa, AC. decidiu exigir, mediante ação judicial, o cumprimento do dever dele como genitor da criança. A partir de um meio processual, portanto, AC. requereu a prestação pecuniária mensal correspondente à pensão alimentícia para a menor. A descrição do *evento de letramento*, resultante da mencionada ação, apresentamos em (8b) a seguir – nota que retomamos do capítulo anterior, mantendo a mesma numeração com que a veiculamos naquele capítulo e acrescentando-lhe a indicação alfabética complementar:

(8b) *Ação de Alimentos. Réu diz: "Meu salário aqui no papel está errado, não tenho como pagar 30%, tô encostado por invalidez". Réu afirma pagar outra pensão. Requerente demonstra, em uma de suas falas, o que foi pedido na ação: regulamentação de visitas e alimentos. Conciliador sugere que o réu pague os materiais escolares em todo início de ano e que seja reduzido o valor inicial pedido, que era de 30%. Sugere também visitas alternadas e dias festivos alternados. Conciliador pede o número da conta bancária da requerente e de seu CPF. Advogado da requerente manuseia o processo. Todos acompanham a redação do Termo. Réu está sem advogado. Advogado da requerente pede que se corrija no Termo a informação "desconto em folha" para "desconto em*

benefício previdenciário". Quando escuta isso, réu se recusa a dar prosseguimento à audiência e diz: "Vamos tocar pra frente, então!". Conciliador explica que os juízes, geralmente, decidem pelo desconto em folha, e que dificilmente haverá uma decisão diferente desta para o caso do réu ali presente. Após a explicação, réu aceita a forma de pagamento. Conciliador pede que as partes leiam o Termo antes de assinar. Conciliador explica ao réu o que ficou decidido, mas percebe que faltou uma informação do acordo no Termo. Novo Termo é impresso com a informação antes faltante. Conciliador explica mais uma vez o que ficou decidido e diz que "a juíza vai homologar..." e pede que o réu compre o material escolar "na integralidade". Partes assinam sem ler. Conciliador explica mais uma vez o que foi acordado. (Nota de Campo nº 20 - Audiência Conciliatória).

Entendemos que as *práticas de letramento* de AC. têm implicação sobre o *encontro* vivenciado por ela na *esfera jurídica*, pois, inicialmente, as suas expectativas com relação aos modos de fazer (com base em MEDEVIÉDEV, 2012 [1928]; FARACO, 2009) dessa *esfera* não se confirmaram no *evento de letramento audiência* de que participou. No tocante à atuação do advogado, *insider* da *esfera* em questão, a participante de pesquisa esperava encontrar um efetivo defensor de seus direitos frente às acusações do demandado no processo – o que, na interpretação dela, não aconteceu. Em sua rememoração do *evento*, AC. caracterizou a atuação do advogado, a partir dos conhecimentos sobre o âmbito jurídico de que se apropriou até o dia da entrevista, apropriação essa, reiteramos, que se dá na relação com a alteridade, aproximando-a a de um juiz:

(35) (...) *eu acho que se fosse outro advogado no lugar do meu advogado, teria me defendido mais pelos palavras que ele [o ex-marido] tava me xingando, que eu fiquei bem constrangida com aquilo. (+++) O conciliador, o conciliador foi mais meu advoga::do do que o meu próprio advogado... o meu advogado parecia um juiz que tava ali sentado ali olhando o que que tava acontecendo...*

eu... eu fiquei bem insatisfeita mesmo com aquilo ali. (AC., entrevista realizada em 2014).

O conhecimento prévio, de que dispunha a demandante da Justiça, sobre os procedimentos formais da *esfera jurídica* pautavam-se em caracterizações estanques: o advogado é aquele que se pronuncia oralmente e que defende de forma incisiva os direitos de seu cliente; o juiz, por outro lado, apresenta traços comportamentais de imparcialidade, não fazendo distinções entre uma parte e outra, representações de mundo pautadas no senso comum, o que nos remete aos *conceitos espontâneos* de que trata Vigotski (2001 [1934]).

Outro aspecto importante de sua fala diz respeito à sua participação no *evento*, a qual foi prejudicada pela não confirmação de expectativas e pelo não conhecimento dos modos de fazer da *esfera jurídica* (com base em MEDEVÍÉDEV, 2012 [1928]; FARACO, 2009). AC. não compreendia os propósitos da *audiência de conciliação*, o que a fez sentir-se desconfortável para interagir no *evento*.

(36) AC. - *Eu não me senti nada confortável.*

Pesquisadora - *E por que tu acha que aconteceu isso?*

AC. - *Porque assim ó... eu achava que ali, quem deveria falar alguma coisa era o advogado, e não eu, porque na verdade não era eu que tava debatendo as coisas com ele, era o meu advogado com ele, como ele já não tinha o advogado, eles poderiam pelo menos ter arrumado um ali pra ele na hora, que representasse ele, e os dois realmente discutissem, e não eu e ele, porque se fosse pra mim e pra ele discutir como a gente discutiu lá, eu teria discutido por telefone ou teria chamado ele na frente da minha casa ou na frente da casa dele e teria discutido, né (+) eu não... ah, eu me senti bem mal... sei lá, tu já fica com aquilo tudo, já é ex-marido, né, já sempre tem ali uma mágoa por trás de alguma coisa, então eu já ter que encarar cara a cara com ele e ainda ter que conversar com ele... (AC., entrevista realizada em 2014, ênfase em negrito nossa).*

A *esfera jurídica* carrega em sua constituição formal a peculiaridade de atribuir identidades aos *insiders* e *outsiders* (com base em KRAMSCH, 1998), ou papéis a serem desempenhados em seu âmbito. Essas atribuições decorrem de procedimentos pré-definidos em

fontes do Direito, tais como doutrina e legislação, os quais norteiam os modos de proceder para resoluções das demandas jurisdicionais. Assim, toda negociação com vistas a uma convergência possível tem por diretrizes uma previsão anterior, materializada textualmente em enunciados caracterizados por serem *dominantes*. Nossa ênfase em (36) remete à mimetização de *esferas*: AC. não encontra na *esfera jurídica* o protagonismo dos papéis historicamente delineados para ela e dados no senso comum e, em não os encontrando, concebe os modos de fazer ali engendrados como mimetizados com aqueles da *esfera familiar*.

Podemos dizer, nesse sentido, que a atribuição de papéis que a *esfera jurídica* realiza é impositiva porque decorre de preceitos normativos. Não podemos, contudo, estender essa efetividade atributiva às experiências dos sujeitos, pois tais atribuições não comportam singularidades e não garantem que as identidades conferidas sejam, de fato, experienciadas (GERALDI, 2010a). Aquela posição é objeto da crítica de Geraldi (2010a, p. 31, grifo do autor) como radical e pautada em um materialismo estreito, segundo o qual "[...] o sujeito que vive apenas ocupa **lugares** previamente definidos pela estrutura da sociedade [...]. Assujeitado nesses lugares, o sujeito conduz-se segundo um papel previamente dado."

Além da expectativa frustrada referentemente ao papel do advogado no *evento*, o excerto (37) a seguir denota um desconhecimento das relações que os *gêneros do discurso* da *esfera jurídica* estabelecem entre os interactantes. A demandante da Justiça não compreende por que o valor acordado ao pagamento da pensão alimentícia, durante a *audiência*, não poderia ser aplicado retroativamente, desde o dia em que ela ajuizou a ação, conforme lemos a seguir:

(37) Ai... mas tipo assim, eu não consegui engolir ainda aquele advogado não ter falado nada e não ter me explicado o que eu realmente queria, o que eu tinha ido pra ir, eu tinha uma meta lá, que era ir regularizar a pensão, regularizar as visitas, eu não tive a minha meta ali, só as visita porque a pensão... ele vai começar a pagar a partir dali, e esses meses pra trás eu não recebo nada? Eu fiquei até bem assim ó... que justiça é essa? Se eu já fui, é... é um direito da criança, não é pra mim, é um direito da MINHA filha, e::: aí... quer dizer então que daqui pra trás fica? Então quer dizer que se eu tivesse entrado semana passada eu já teria conseguido, então. Pra que que eu entrei tanto tempo atrás? (AC., entrevista realizada em 2014).

A partir da compreensão construída por Daga e Cerutti-Rizzatti (2014), entendemos que, diferentemente do que ocorre nas *esferas acadêmica e escolar*, na *esfera jurídica*, os demandantes e demandados da Justiça não são convidados a compartilhar *práticas de letramento* (STREET, 1988; BARTON, 2007 [1994]; HAMILTON, 2000) características dessa *esfera*, porque esse compartilhamento implica uma condição de *insider* e requer imersão efetiva. E, em complementação ao que explicamos anteriormente, a atribuição de papéis instituída pelo Judiciário realiza-se por conceder aos demandantes e demandados da Justiça apenas a *mobilidade* pela *esfera* e não a *inserção*, tendo presente que a alternância de papéis é constitutiva tanto dessa quanto de outras tantas *esferas* da atividade humana (com base em BAKHTIN, 2011 [1952-53]).

Lidar, portanto, com *gêneros do discurso* próprios da *esfera jurídica* pode tornar-se penoso se as vivências dos sujeitos com a escrita, no âmbito de suas relações intersubjetivas, não lhes facultaram usos mais próximos daqueles veiculados pela mencionada *esfera*. Isso ocorre porque transportamos para o *encontro* com o outro tudo aquilo que nos constituiu, todas as respostas às relações interpessoais que vivenciamos no meio social de que somos parte (CERUTTI-RIZZATTI; DAGA; CATOIA DIAS, 2014); nossa constituição se dá, necessariamente, nas relações com a alteridade.

Os sujeitos são, portanto, respondentes e, por isso, os enunciados que produzem são sempre dirigidos a outrem. Quando se encontram em uma *esfera* cujas *práticas de letramento* muito diferem dos usos da escrita a que estão habituados, entraves de interação podem existir. Por esse motivo, na *esfera jurídica*, a *heteronomia* (com base em VIGOTSKI, 2000 [1978]) apresenta-se em muitos dos *eventos de letramento* como uma condição exigida pelas próprias partes do processo, visto que elas, não familiarizadas com esses *eventos*, reconhecem – não expressamente e não nos termos que aqui colocamos – o desafio de lidar com as múltiplas vozes de um simpósio historicamente constituído, como é o caso da constituição *intergenérica* dos usos da escrita naquela *esfera*, desafio que está relacionado com a falta de vivências específicas para a apreensão dos modos de dizer e de fazer do referido domínio de atividade (CERUTTI-RIZZATTI; CORREIA; MOSSMANN, 2012). Preocupante ainda parece ser a consideração de que, em desconhecendo tais usos da escrita e, em não conseguindo com eles estabelecer uma interação, podem restar prejudicadas suas pretensões levadas a juízo nas ocasiões em que a *heteronomia* falha.

5.5 APRESENTANDO MJ. E O ENCONTRO COM OPERADORES DO DIREITO NA *ESFERA JURÍDICA* MEDIADO PELA ESCRITA

MJ. tem 28 anos, é divorciada e tem dois filhos. Recentemente, ela interrompeu o curso de Pedagogia e deixou de dar aulas para ocupar um cargo de atribuições administrativas em um órgão público estadual. *MJ.* pretende retomar os estudos, mas o fará escolhendo um curso relacionado à área em que agora atua profissionalmente. Sua passagem pelo ensino superior conduz-nos a considerar a relação entre empregabilidade e escolaridade, visto que sua passagem pela *esfera acadêmica* significaria, por uma perspectiva vinculada ao *modelo autônomo de letramento* (STREET, 1984), maior possibilidade de ascensão social – o que não representa a realidade de *MJ.*, dada a sua condição de pertencente a um estrato de vulnerabilidade social, que constitui uma das exigências para a garantia da assistência judiciária gratuita. Sobre tal relação, Britto (2003, p. 56) escreve:

Se a conclusão primeira a que se chega é a de que efetivamente existe uma correlação direta entre alfabetismo e oportunidades sociais [...], isso não quer dizer que a oportunidade profissional é consequência imediata do letramento. A análise comparativa do nível de alfabetismo com a classe socioeconômica, o grau de instrução e o tipo de atividade profissional demonstram que são essas circunstâncias que contribuem para o letramento, e não o contrário. Em outras palavras, a condição de maior ou menor domínio de habilidades de leitura e escrita e o exercício de atividades dessa natureza é antes o resultado da situação social que a possibilidade de maior participação.

Nessa reflexão que o autor estabelece acerca dos dados do INAF de 2001 (BRITTO, 2003, p. 63), há a tentativa de combater, conforme o próprio autor sugere,

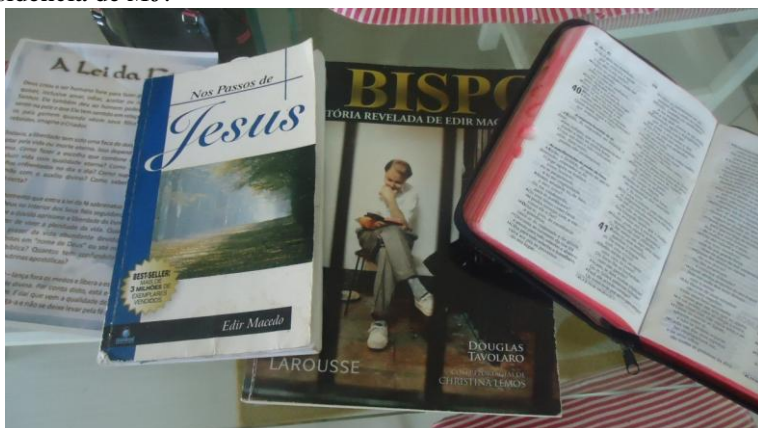
[...] os discursos que, hipoteticamente [...] [valorizam] o letramento como um bem em si, [...] sustentando a idéia da competição e da diferença, [...] [legitimando] mecanismos sociais excludentes e a ideologia da competitividade. Em oposição a

essa perspectiva, há que se reconhecer que as formas de letramento na sociedade de classes têm uma clara dimensão política, não admitindo nenhuma versão puramente técnica.

Ainda em se tratando de suas vivências com a escolaridade, seus pais concluíram o Ensino Fundamental e, segundo *MJ.*, não incentivavam a leitura no lar porque eles próprios não tiveram um processo sólido e duradouro de escolarização. Mesmo assim, ela afirma que sempre gostou de ler. Sua inclinação a essa atividade se deu, segundo ela, em razão do estímulo que teve lugar na própria escola e também junto aos colegas.

Com relação ao dia a dia de *MJ.* e o seu contato com a escrita nas *esferas* em que ela se insere, o seu atual trabalho a mantém em contato constante com essa modalidade da língua, bem como as atividades religiosas de que participa, nas quais são distribuídos aos fiéis folhetos explicativos acerca da temática apresentada no respectivo dia de oração ou culto. *MJ.* é membro de uma Igreja evangélica, a qual frequenta semanalmente. Tal participação assídua parece incidir substancialmente sobre suas *práticas de letramento*, visto que as atividades de leitura que ela realiza dizem respeito à sua fé e à instituição que segue, como mostramos na Figura 8 a seguir:

Figura 8 - Bíblia, livros e folheto de temática religiosa presentes na residência de *MJ.*



Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

Barton e Hamilton (1998) observaram, em pesquisa realizada em Lancaster, semelhante influência das organizações religiosas nos usos da leitura e da escrita levados a termo pelos sujeitos em seu cotidiano, na *esfera familiar*.

Com respeito aos usos mais cotidianos dessa modalidade da língua, mais especificamente aqueles circunscritos ao lar e às relações interpessoais mais imediatas, *MJ.* explica:

(38) *É, eu tenho um caderninho que eu anoto, né... que eu tenho a minha agenda dos meus compromissos diários, eu coloco pra mim não esquecer, às vezes uma conta que eu tenho que pagar, alguma coisa assim, uso e-mail dire::to, sempre tô em contato, assim, até com a empresa onde eu trabalho, ou até com o pai dos meninos também, eu mando e-mail pra ele, porque é algo que posso ter guardado ali, então tudo que eu tenho, quando eu vou ter algum contato com ele, eu não ligo, eu mando e-mail pra ele, porque aí quando ele me retornar eu sei o que ele tá colocando ali, caso aconteça alguma coisa, tá ali registrado, que eu mandei e-mail, tenho Facebook, que todo mundo usa, que todo mundo fica ligado diariamente, pra eu ter contato com as pessoas. (MJ., entrevista realizada em 2014).*

Para Barton e Hamilton (1998), a leitura e a escrita têm se mostrado centralmente importantes para a organização da vida cotidiana e a comunicação pessoal. Como se lê em (38), a escrita parece parte do cotidiano da participante de pesquisa, visto que ela faz uso de variadas anotações referentes às necessidades do dia a dia e utiliza a modalidade escrita também para a comunicação diária, como recurso de memória.

Lê-se também, nesse excerto, o valor conferido ao escrito como prova documental, na medida em que *MJ.* prefere comunicar-se com o pai de seus filhos por *e-mail*, porquanto acredita ser mais seguro esse tipo de comunicação caso dela seja exigida, em juízo, a comprovação de alguma fala de seu ex-marido. Trata-se, aqui, do valor documental da escrita, da pressuposição de incontestabilidade, o que nos remete a Street (1984) e a Kleiman (2001 [1995]) e suas considerações sobre representações historicizadas no ideário do senso comum acerca do valor imanente dessa modalidade da língua.

Esse olhar de valoração da escrita ganha também contornos contemporâneos quando *MJ.* é questionada sobre a importância dela em seu dia a dia:

- (39) *Porque se não tivesse a leitura nem a escrita, às vezes a gente não ia nem poder se comunicar, né, hoje, porque depois da tecnologia, que tem e-mail, tem essas coisas, essas mensagens instantâneas, elas facilitam muito o dia a dia da gente né? Então, cê sabe que se colocar lá um recado no Facebook, pode ser que agora a pessoa não veja, mas daqui a pouco ela vai visualizar, e cê sabe que ela viu aquilo ali, então não precisou tá ligando, ou de repente a pessoa não tá atendendo o celular ou alguma coisa assim, uma hora ela vai ver, então... (MJ., entrevista realizada em 2014).*

A fala de *MJ.* indicia, sobremaneira, demandas comunicativas da contemporaneidade, que se situam em um *cronotopo* caracterizado pela aceleração e pela superficialidade. Para Ponzio (2008-09), trata-se de especificidades de um tempo em que impera o mercado de consumo global, a partir do qual e para o qual as relações intersubjetivas têm se constituído. Nesta era da informação, a velocidade aliou-se ao texto escrito, que, em muitas interações, prevalece em detrimento da oralidade – o que temos chamado, assim como lemos em Fischer (2006), de *grafocentrismo* e o que remete a considerações de Britto (2012) sobre o recrudescimento dos usos da escrita nas relações humanas.

Nesse sentido, entendemos que cada *esfera da atividade humana* situa-se em um tempo e em um espaço específicos, o que a configura como pertencente a um dado *cronotopo*, no qual se encontram sujeitos que influenciam a configuração histórica, assim como são também caracterizados por ela. E, em estando todas as *esferas* ligadas ao uso da linguagem, os enunciados delas provenientes refletirão as suas condições específicas e as suas finalidades sociais (BAKHTIN, 2011 [1979]). Em razão dessas considerações, entendemos que o trânsito pelos diversos campos da atividade humana, independentemente de quais motivações justifiquem tal mobilidade, implica a interação com usos de linguagem que os caracterizam. Apresentamos, portanto, o intuito que levou *MJ.* ao contato com a *esfera jurídica*, lócus em que lhe foram requeridas contrapalavras aos enunciados relativamente estáveis lá circulantes.

MJ. é mãe de dois filhos, gêmeos de seis anos, cujo pai tornou-se requerido de uma Ação de Alimentos. Entendendo que o genitor apresentava condições financeiras para ajudar com as despesas das crianças e não o fazia, a participante de pesquisa optou por exigir tal prestação mediante ação judicial. Um desdobramento processual do caso em questão é apresentado em nota de campo a seguir:

(40) *Ação de Alimentos. Conciliador se apresenta e explica que a audiência é o melhor momento para o diálogo e a tentativa do acordo. Conciliador pergunta quanto o réu ganha, este diz não saber porque é autônomo. Réu afirma que não pode pagar o valor pedido de 40% do salário mínimo. Conciliador explica que os 40% que constam na Petição Inicial são referentes aos alimentos provisórios fixados em janeiro. As partes dialogam para a tentativa do acordo. Conciliador explica como são fixados os alimentos, com base em que critérios, e explica que ele não está ali para ficar do lado de nenhuma das partes, que ele tem de ser imparcial. Conciliador se reporta aos autos para mencionar os documentos trazidos pela autora. Réu mostra ao conciliador as notas fiscais do pagamento dos materiais escolares comprados para o filho. Conciliador explica que não se faz necessário mostrar isso na ocasião, porque tais documentos devem ser levados a um advogado, caso o réu queira contestar a ação. Réu não entende que os alimentos provisórios já foram fixados em 40% desde janeiro. Conciliador propõe que se conste em Termo a situação econômica do réu, para que haja a possibilidade de ele não pagar por um advogado. Réu lê o Termo antes de assinar. Autora não lê e assina. (Nota de Campo nº 22 – Audiência Conciliatória).*

Ainda que informe não ter sentido qualquer dificuldade em interagir no *evento de letramento* de que participou, MJ. considerou a presença do aparato tecnológico à mesa de *audiência* pouco significativa, alegando que a localização física dele não era adequada à leitura que poderia ser realizada pelas partes, e que a redação síncrona do *Termo* ao transcurso da *audiência* implica uma escolha de direcionamento do foco de atenção, elegendo como prioridade esse acompanhamento ou a escuta ao conciliador. Para ela, o monitor (41) (...) *ficava um pouco distante (+) e não tinha como prestar atenção numa leitura e no que o conciliador tava falando ao mesmo tempo. (MJ., entrevista realizada em 2014).*

MJ. mostrou desconhecer procedimentos da *esfera jurídica* que instituem determinadas relações por meio de *gêneros do discurso*. Nesse sentido, entendemos que, embora um dos aspectos de suas *práticas de letramento* operassem, em tese, favoravelmente para a sua compreensão do *evento*, dada sua vivência em um curso de graduação – o que possibilita, embora não garanta, a inserção na *esfera acadêmica* e, por conseguinte, a apropriação de modos de dizer mais formais¹³⁹ –, alguns conhecimentos se mostraram inacessíveis a ela, dada a sua condição de *outsider* da *esfera jurídica*.

(42) *É, daí eu perguntei pro advogado, né, perguntei o que... qual era o procedimento a partir daquele momento (+) tanto que ele me indicou que eu tinha que fazer a execução do processo ali, né... a... porque ele não concordou e... já tinha passado todo aquele tempo que ele não pagou nada, não teve nenhuma ajuda (...).*(*MJ.*, entrevista realizada em 2014).

Como temos registrado, a apropriação dos modos de dizer e fazer de uma *esfera* (com base em MEDEVIÉDEV, 2012 [1928]; FARACO, 2009) requer vivências significativas, na interação com o outro mais experiente, nos *encontros* que se pode estabelecer, no sentido de que o sujeito faz sua história juntamente com a história dos outros (GERALDI, 2010a). Tais vivências demandam, pois, considerável tempo para que conhecimentos possam ser apreendidos. Dadas as especificidades de sua condição de *outsider*, *MJ.* teve de recorrer à interação com o advogado para obtenção de informações a respeito das consequências legais daquele *encontro* que vivenciou e não demonstrou descontentamento em relação à atuação do operador jurídico mencionado, tendo suas dúvidas dirimidas na conversa que com ele estabeleceu.

As reflexões teóricas acerca dos conceitos de *apropriação*, *participação* e *acesso* (KALMAN, 2003) são também muito fecundas para esta discussão. O contato, implicado no ato de se mover socialmente, com outro participante de experiências sociais distintas das nossas, pode ser visto como uma condição necessária para a configuração e a ressignificação de *práticas de letramento*, processos

¹³⁹ Como mostraremos na próxima seção, alguns *gêneros do discurso* da *esfera jurídica* apresentam, como é o caso da *Petição Inicial*, configurações textuais semelhantes aos textos científicos acadêmicos, tais como prescrições para reportar o discurso de outrem.

que demandam o outro para se estabelecerem, demandam a diferença para que os processos de negociação de sentidos possam ocorrer. No caso do foco deste estudo, os usos sociais da escrita, podemos afirmar que a proximidade com outras experiências de leitura e de escrita que não nos são comuns é possibilitada por condições materiais e sociais que favorecem a produção de *encontros*. A importância conferida à outridade é, pois, tão cara às pesquisas de cunho histórico-cultural, porque as interações são vistas como realidades que contribuem para a *disponibilidade* da e o *acesso* à cultura escrita. Segundo Kalman (2003, p. 39), "[...] acceder a las prácticas sociales depende, en gran medida, de la posibilidad de participar en su uso con personas que las conocen y utilizan."¹⁴⁰. Nesse sentido, é no contexto da interação – a participação pela linguagem, poderosa ferramenta cultural (VIGOTSKI, 2000 [1978]) – que se constrói o mencionado *acesso* e que se torna possível a *apropriação*.

Como nos constituímos nas relações intersubjetivas, parece-nos possível afirmar que, no caso de *MJ.*, as interações que têm delineado seu horizonte axiológico facultaram-lhe *autonomia* (com base em VIGOTSKI, 2000 [1978]) para a apreensão do novo, de tal forma que o modo com que ela vê o mundo e se vê nesse mesmo mundo implica um posicionamento ativo frente às demandas que a ela se mostram, conforme podemos ler em (43) a seguir:

(43) (...) *eu sempre fui muito de::: querer saber o que significa, então... é difícil eu ter alguma dificuldade assim. Até como tu tava comentando, numa audiência ou numa coisa assim, quando eles falam alguma palavra que eu não compreendo, eu já pergunto o que que significa. (MJ., entrevista realizada em 2014).*

No que tange às *práticas de letramento*, os seus sentimentos em relação à escrita conotam facilidades, na medida em que suas atitudes indiciam a possibilidade de participação e acesso em/a novos *eventos de letramento*. Tal interpretação sinaliza para a existência de *disposições pessoais* (LAHIRE, 2004), a partir das quais respondemos às diferentes situações que se estabelecem em nossas vivências, considerando, assim, nossas diferentes constituições subjetivas. Essas diferenças são

¹⁴⁰ Tradução nossa: [...] acessar as práticas sociais depende, em grande medida, da possibilidade de participar da sua utilização com as pessoas que as conhecem e as utilizam.

resultados dos diversos *encontros* vivenciados, de modo que a "[...] identity is constructed in the micro-social contexts of interpersonal encounters."¹⁴¹ (IVANIC, 1998, p. 99).

Reiteramos, assim, nossa compreensão de que a constituição subjetiva emerge de interações mais imediatas, mas que, de alguma forma, se relaciona com configurações sociais mais amplas (BARTON, 2007 [1994]). O ser humano é incompleto por definição e, por isso, precisa do *outro* para se constituir. "Na esperança de encontrar a fonte restauradora da totalidade perdida [...]" (GERALDI, 2010a, p. 157), os sujeitos são impulsionados à interação, realidade em que a mediação se torna necessária e em que a linguagem se torna premente *instrumento psicológico de mediação simbólica* para o encontro com a alteridade. (VIGOTSKI, 1997 [1987]).

As relações intersubjetivas se constituem *na* sociedade e constituem *a* sociedade como um palco em que atores sociais (LAHIRE, 2002) atuam responsivamente em detrimento das relações de poder – ou justamente por causa dessas mesmas relações –, porque é nas tensões entre o subjetivo e o objetivo (FREIRE; MACEDO, 1990) que são requeridos, daqueles sujeitos, *atos de dizer*. Devido ao incessante agenciamento de dizeres que se fazem socialmente, os quais só são possíveis pela linguagem, que, por sua vez, só é possível pela ação humana, reconhece-se que "a história não tem poder" (FREIRE; MACEDO, 1990, p. 138) e admite-se a existência de um predicado agentivo do sujeito, conforme explica Freire (1996, p. 19): "Como presença consciente no mundo não posso escapar à responsabilidade ética no meu mover-me no mundo. Se sou puro produto da determinação genética ou cultural ou de classe, sou irresponsável pelo que faço no mover-me no mundo [...]". Embora contingenciados, não somos seres determinados, pois agimos no mundo e não temos alibi para a existência (BAKHTIN, 2010 [1924]).

5.6 APRESENTANDO RS. E O ENCONTRO COM OPERADORES DO DIREITO NA *ESFERA JURÍDICA* MEDIADO PELA ESCRITA

RS. é divorciada e tem três filhos. Atualmente, ela exerce a função de telefonista em um órgão público estadual, mas já trabalhou em lojas, fábricas e casas de família. Em virtude das necessidades financeiras, quando criança, frequentou pouco a escola, tendo cursado

¹⁴¹ Tradução nossa: "[...] a identidade é construída no contexto microssocial dos encontros interpessoais."

até a sexta série, e começou a trabalhar muito cedo, com doze anos. Apesar de não ter vontade de voltar a estudar, RS. incentiva os seus filhos a isso, pois deseja que eles conquistem maiores níveis que os dela no que toca à educação formal. Ainda sobre suas vivências escolares, importa considerar que, em sua infância, sua mãe estimulava os filhos a lerem, contudo, por conta da precariedade das condições materiais em que viviam, essa atividade acabava sendo relegada a outros planos. Nos dias de hoje, RS. afirma gostar de ler, citando como exemplos Bíblia e revistas. Quanto à presença da escrita no cotidiano de RS., parece ser considerável, visto que o seu trabalho implica a redação de recados e o uso do computador. Já na *esfera familiar*, deixa recados manuscritos aos filhos, a fim de otimizar a comunicação entre eles, visto que mãe e filhos se veem pouco durante o dia.

Quando questionada sobre a existência de alguma dificuldade na realização de atividades cotidianas que envolvem a leitura e a escrita, RS. afirmou que o único entrave que ela encontra nesses momentos é o seu desenho de letras manuscritas, aludindo, com esse posicionamento, a um *cronotopo* remoto, no qual se valorizava a caligrafia – momento histórico em que a alfabetização era reduzida a habilidades técnicas ainda manuais, por anterioridade aos aparatos tecnológicos, dentre as quais se destaca o desenvolvimento de uma boa grafia manuscrita (com base em BORGES, 1992). Novamente aqui temos uma valoração atribuída à escrita que se restringe a somente um aspecto dessa modalidade (BARTON; HAMILTON, 1998). Sua afirmação sinaliza, portanto, para vivências não muito expressivas com a leitura e a escrita, a despeito de o seu atual emprego demandar a busca por informações no meio virtual, visto que um contato significativo com tais atividades, em seus contornos contemporâneos, tais como materiais impressos e, sobretudo, conteúdos digitais, resultaria em maior familiaridade com *gêneros do discurso* que instituem relações intersubjetivas nas diferentes *esferas da atividade humana*. Os sujeitos não são, contudo, determinados pelas contingências micro e macrossociais, mas se constituem nelas e a partir delas.

No mesmo sentido, Geraldi (2010a), em alusão ao ideário bakhtiniano, afirma que a consciência subjetiva se forma no universo de discursos em que cada indivíduo está inserido, a partir das interlocuções de que participa e das respostas que fornece a elas. Assim como os sujeitos não são imutáveis, as compreensões de mundo que eles constroem são também dinâmicas, pois os *encontros* ao longo de sua historicidade estão sempre a modificá-las. No que respeita às vivências de RS., interessa-nos sobremaneira o *encontro* que estabeleceu com

operadores do Direito na *esfera jurídica*. Eis os motivos que a conduziram para tal interação: RS. ajuizou, contra seu ex-companheiro, Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável combinada com Alimentos e Partilha de Bens. O requerido dessa demanda é pai de seus três filhos e não estava cumprindo com suas obrigações para com eles. Existia certa complexidade jurídica na mencionada ação, visto que se relacionava com mais duas que tramitavam no Judiciário, uma referente a um terreno sobre o qual foi construída a casa em que residia o casal, e outra relacionada a um pedido de separação de corpos. Não trataremos dessas questões especificamente jurídicas aqui, visto que os desdobramentos de nossa pesquisa não abrangem tais temáticas, mas optamos por anunciá-las com o objetivo de contextualizar a leitura da nota de campo (12b) em sua integralidade, respectiva à *audiência de conciliação* que envolvia RS. – retomamos a seguir a nota cujo excerto foi veiculado em capítulo anterior, identificada com numeração mantida naquele capítulo, com acréscimo de indicação alfabética:

(12b) *Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável. Primeira audiência sem processo físico materializado em papel no Foro. Conciliador explica que este é o melhor momento para resolver o conflito. Conciliador pede desculpas porque esta é a primeira audiência em que o processo está "na internet", e ele e a digitadora ainda estão aprendendo como lidar com os novos modos de proceder. Conciliador pede para que as partes informem os bens adquiridos "na constância da união" e, à medida que as partes falam, ele vai anotando em um papel. Réu está presente com um documento que parece ser a intimação, o qual está em cima da mesa. Digitadora imprime parte do processo e entrega ao conciliador. Réu relata seus gastos mensais. Conciliador explica ao réu que a autora pede dois salários mínimos, um para cada filho. O réu responde que seria impossível pagar essa quantia, visto que este recebe, atualmente, 1.800 reais. Depois de muito diálogo, conciliador pergunta à autora se ela acha que o réu poderia pagar um pouco menos do que foi pedido, em torno de oitocentos reais. Ela diz que não. Conciliador*

pergunta a ela se não foram dois salários mínimos o que ela pediu; ela ri e diz que não. Conciliador afirma que, então, possivelmente, houve algum problema na redação da Petição Inicial. Réu sugere quatrocentos reais, e a autora aceita. Partes e conciliador discutem a divisão de bens. Réu afirma ter provas dos gastos que teve com melhorias na casa, que além dos recibos, ele tem provas de pessoas que viram e estiveram lá fazendo o serviço. Autora afirma que "o que vale é o papel", apenas. Conciliador utiliza expressões como "vamos consignar" e "vamos acordar isso", para direcionar as partes a um acordo, a um consenso. Conciliador pergunta ao réu o nome de seu "empregador"; réu não entende; conciliador pergunta novamente, mas de outra forma, se ele sabe o nome do patrão, da empresa em que ele trabalha. Réu diz o nome e depois entrega ao conciliador um cartão da empresa. Conciliador diz que a internet está travando. Digitadora pergunta à autora se esta possui algum cartão de conta bancária para informar os dados. Ela diz que não. Advogado da autora informa que há uma cópia do cartão já presente no processo – ele está com uma cópia sobre a mesa. Advogado dita as informações para a digitadora. Conciliador cita o conteúdo do Termo à digitadora. Conciliador pergunta ao réu se ele sabe qual é a placa de seu carro, este procura a informação em seu celular e mostra ao conciliador. Réu faz a leitura silenciosa do documento que tem em mãos. Conciliador continua ditando à digitadora o conteúdo do Termo. "Olha só o que nós constamos aqui" - diz o conciliador às partes e aponta para o monitor, perguntando-lhes se a autora e o réu conseguem ler. Conciliador explica às partes o que ficou decidido. O Termo é impresso. Conciliador pergunta às partes se elas têm alguma dúvida. Elas dizem que não; requerente diz que ficou tudo "esclarecido". (Nota de Campo nº 24 – Audiência Conciliatória).

Os trechos da entrevista realizada com a autora da ação mostram, a seguir, minúcias da discussão – com vistas ao acordo – ocorrida no âmbito da *audiência*. Não conseguimos, contudo, elucidar tais pormenores no processo de escrita da nota de campo, dada a impossibilidade de transcrição exata das falas por meio desse recurso. Ressaltamos também que não constituía nosso foco de pesquisa a elucidação por si mesma do conteúdo processual, mas apenas aquilo que conduzissem as implicações nas interações em torno de textos.

Sobre a *audiência* de que participou, RS. afirmou ter se sentido à vontade para interagir no *evento*, embora tenha se deparado com alguns obstáculos de compreensão acerca do conteúdo discutido durante sua realização, qual seja, a possibilidade de acordo acerca dos requerimentos que motivaram o processo judicial.

- (44) RS. - *Eu achei ruim porque assim ó, é::: ali quando ele falou ali do... que o meu marido, ele ia escolher o que ele podia dar, eu achei isso aí errado. E também achei errado que ele ficou com o terreno e o carro, e disse que eu ia ficar com a casa, aí depois ele disse que a gente tinha que compartilhar as dívidas, e aí... tudo bem, mas aí ele botou o dinheiro que ele vendeu o terreno, que ele quitou o carro, né, no caso, daí ele falou que daí então aquilo ali era dívida... como? (+++) E o que ele já tinha pagado do carro? Que ficou pra trás? Ele quitou:::u o que faltava; e o que ele já tinha pago, e aí? Aí eu que... eu entrei junto pra pagar o que ele já tinha pago há muito tempo atrás? Eu achei isso muito... isso aí eu não entendi.*

Pesquisadora - *Tá... tu não entendeu, e lá na hora tu não perguntou?*

RS. - *Lá na hora eu não::: perguntei porque daí ele começou a falar que eu tinha dito que ele não queria dar a pensão das crianças... e eu não falei isso. Jamais eu ia falar uma coisa dessas. E daí na hora me confundiu a cabeça, daí depois quando eu cheguei em casa que eu comecei a pensar... (RS., entrevista realizada em 2014).*

RS. foi submetida a um processo de argumentação com enfoque financeiro cujos desdobramentos ela não pôde acompanhar efetivamente. Viu-se impedida de intervir, ainda que precisasse fazê-lo, quando esses argumentos foram sobrepostos por afirmações que, saindo

do plano do raciocínio lógico-matemático, incidiram sobre sua estabilidade emocional porque tocaram em uma das questões nodais do processo, qual seja, um desentendimento, entre as partes, decorrente do (des)acordo sobre a pensão alimentícia.

Se entendemos os enunciados como manifestações de linguagem que se realizam na intersubjetividade, precisamos atentar para os componentes subjetivos dessas interações, os quais estão implicados na definição do conceito de *práticas e letramento*, tais como sentimentos e valorações. Consoante Barton e Hamilton (1998), todos os usos da escrita possuem uma dimensão emocional ligada a eles, mas isso é desconsiderado no âmbito de muitos letramentos formais – em *esferas da atividade humana* vinculadas à *ideologia oficial* –, que se pretendem isentos de subjetividade, com vistas à sua homogeneização e uniformização, como é o caso da *esfera jurídica*. Não há, entretanto, neutralidade possível nos *encontros* que estabelecemos ao longo de nossa existência (com base em VOLÓSHINOV, 2009 [1929]).

Avaliamos a relevância de (44), no que diz respeito à escrita, a partir da compreensão de que os fatos postos sob discussão pelos *interactantes*, em estando descritos nos autos, mais precisamente na *Petição Inicial* que dá origem ao processo, constituíam-se como objeto da lide. Ademais, o resultado de todo o diálogo argumentativo teve como fim precípua a materialização textual de seu conteúdo no *Termo de Audiência*, materialização que se dá de forma visível aos participantes do *evento*, pois pode ser visualizada, de forma síncrona à sua tessitura, no monitor presente à mesa de *audiência*. Sobre isso, RS. opina:

(45) *Pesquisadora* - E tu achou que o monitor ajuda a entender o que tá acontecendo?

RS. - Ajuda porque... se eu tivesse percebido desde o começo, eu tinha ficado prestando atenção, mas foi quase no final que eu olhei pro lado que eu vi. (RS., entrevista realizada em 2014).

A fala de RS. refere-se ao aparato tecnológico como um recurso importante para a compreensão do *evento de letramento* em que se insere e a consequente participação na *audiência*. A absoluta *heteronomia* (com base em VIGOTSKI, 2000 [1978]) implicada na fala dessa participante de pesquisa *remonta* à própria falha dessa condição, na medida em que os responsáveis por tornar possível a interação da

demandante da Justiça com os outros participantes do *evento* não anunciaram, desde logo, a presença do monitor à mesa de *audiência* e sua respectiva função naquela ocasião – fazendo-o conhecido das partes apenas nos últimos instantes da *audiência*, conforme podemos observar na nota de campo (12b).

De modo análogo à situação supracitada, as demais participantes de pesquisa, à exceção de *PF.* e *MJ.*, indicaram insatisfação no que tange à atuação do advogado – posição ocupada pelo mesmo sujeito em todas as *audiências*, dado acompanharmos um Núcleo de Práticas Jurídicas em específico –, na medida em que esperavam dele uma postura mais ativa na *audiência de conciliação*. Tais participantes de pesquisa levaram consigo, aos *eventos* de que tomaram parte, suas *práticas de letramento*, as quais representam conceitos sobre eles e modelos sociais relacionados à natureza deles (STREET, 2003). Nesse sentido, suposições subjacentes à *esfera jurídica* e aos seus *insiders* compuseram o *encontro* dos demandantes e demandados da Justiça com os operadores do Direito – conjecturas que relacionavam certas ações incisivas com a participação do advogado no *evento*.

De fato, tal suposição não se confirmou para a maioria das participantes deste estudo. Somente nas visões de *PF.* e *MJ.* a atuação do advogado foi suficiente para a compreensão do *evento*. A partir dos dados que interpretamos, parece-nos que essa satisfação resulta da menor complexidade de seus desdobramentos, tendo o operador do Direito se limitado a prestar à demandante da Justiça informações pontuais a respeito do trâmite processual que se seguiria, como o prazo de defesa do réu. Por outro lado, implicaram os demais litígios significativas especificidades temáticas, as quais se materializavam, muitas vezes, em *gêneros do discurso secundários* anteriores, simultâneos ou posteriores às *audiências*, de cuja compreensão dependia a efetiva participação na *audiência conciliatória*. Nesses casos – que requereram *heteronomia* em virtude, principalmente, da condição de *outsiders* da *esfera jurídica* que caracterizava as demandantes da Justiça, condição em que está implicada a configuração das *práticas de letramento* –, contudo, a voz do advogado não se mostrou de fato proeminente.

A mencionada condição de não membro mostrou-se um importante componente das *práticas de letramento* dos sujeitos selecionados para esta pesquisa, porquanto sinalizou para os fundamentos de suas compreensões sobre o *evento de letramento* em estudo. Entendemos, entretanto, que as impressões acerca da *audiência* decorrem também de outras singularidades, para além de tais vivências

com a escrita (BARTON, 2007 [1994]; BARTON; HAMILTON, 1998), a exemplo de disposições pessoais (LAHIRE, 2004) – particularidades que também compõem as *práticas de letramento*. Na interpretação dos dados gerados a partir das entrevistas, inferimos que essas *práticas* pautam-se, muitas vezes, em concepções subjacentes ao *modelo autônomo de letramento* (STREET, 1984), porquanto conferem à escrita prestígio social e reduzem-na a aspectos gráficos desconexos de seus usos e contextos sociais. Essa postura denota uma concepção de primazia da escrita sobre a oralidade, conferindo poderes àquela em absoluta assimetria com esta.

A natureza excludente do *modelo autônomo* de letramento também vincula estreitamente *escrita* à *erudição* e à *escolarização*, dado que a modalidade escrita da língua é objeto privilegiado de aprendizagem nas *esferas escolar* e *acadêmica*, e os espaços de escolarização formal, em tese, agasalham as principais agências de letramento, consoante afirma Kleiman (2001 [1995]). Ademais, "[e]m áreas que apresentam altos níveis de vulnerabilidade social, as escolas tendem a ser o grande equipamento público de referência." (ÉRNICA; BATISTA, 2011) – posicionamento que se harmoniza significativamente com os dados gerados nesta pesquisa, visto que todas as participantes do estudo caracterizavam-se por pertencerem a contextos socioeconomicamente vulneráveis. Queremos defender, contudo, que a *disponibilidade* (KALMAN, 2003) da educação formal não promove, necessariamente, a *inserção* dos sujeitos em *esferas da atividade humana* vinculadas à *ideologia oficial* ou a apropriação de conhecimentos veiculados no âmbito da instituição escolar. Outros contornos se fazem necessários para que o *acesso* (KALMAN, 2003) efetivamente se realize, tal como depreendemos dos dados gerados, na medida em que participantes de pesquisa com o mesmo nível de escolaridade – *SE.* e *FJ.* – indicaram impressões bastante distintas acerca do *evento de letramento audiência* e, como veremos no próximo capítulo, construíram sentidos para textos escritos emanados da *esfera jurídica* de modo também bastante dessemelhantes.

Os dados interpretados neste capítulo corroboraram posicionamentos defendidos por autores que concebem a pesquisa qualitativa como fonte de apreensão de singularidades das vivências no que respeita aos usos da escrita – a exemplo dos teóricos do letramento mencionados ao longo deste estudo, não confirmando hipóteses de cunho determinista. No tocante à relação entre escolaridade e emprego, por exemplo, observamos que *MJ.*, como as demais, que se situa em um estrato de vulnerabilidade social, característica requerida para a

concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, chegou a iniciar um curso de nível superior – o que, no entanto, não a conduziu para oportunidades profissionais de maior prestígio social.

Nesse sentido, entendemos, assim como Vóvio (1999), que o domínio da modalidade escrita da língua está associado a uma gama de fatores que interagem de formas diversas para cada sujeito singular, situado em localidades específicas, não estando relacionado apenas ao nível de escolaridade. Assim, neste capítulo, tentamos colocar em foco especificidades da constituição das *práticas de letramento* das participantes de pesquisa, entendendo que seus usos da escrita e as valorações a ela atribuídas decorrem de sua constituição subjetiva, que ocorre em um tempo e espaço específicos e em relações intersubjetivas também específicas.

Atentando, portanto, para as implicações dessas *práticas* no processo de construção de sentidos para textos escritos, mais precisamente para aqueles que se materializam nos *gêneros do discurso* norteadores das demandas jurisdicionais, organizamos o capítulo seguinte com vistas a elucidar o modo como se dá a apresentação de *contrapalavras* para textos escritos que têm lugar no *evento de letramento audiência* realizada pelas demandantes da Justiça participantes deste estudo.

6 ENCONTRO DE VOZES: IMPLICAÇÕES DAS PRÁTICAS DE LETRAMENTO NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS EM TEXTOS NOS GÊNEROS DO DISCURSO DA ESFERA JURÍDICA

Assumindo que a relação com a singularidade é da natureza do processo constitutivo dos sujeitos e da linguagem, com a precariedade própria da temporalidade que o específico do momento implica, a instabilidade dos sujeitos - e da história - não é um problema a ser afastado, mas ao contrário é inspiração para re-compreender a vida, assumindo a irreversibilidade de seus processos. Como temos distintas histórias de relações com os outros - cujos "excedentes de visão" buscamos em nossos processos de constituição - vamos construindo nossas consciências com diferentes palavras que internalizamos e que funcionam como contrapalavras na construção dos sentidos do que vivemos, vemos, ouvimos, lemos. (João Wanderley Geraldi)

A terceira questão-suporte desta dissertação compreende implicações das *práticas de letramento* dos sujeitos demandantes da Justiça no processo de construção de sentidos em textos escritos nos *gêneros do discurso* da *esfera jurídica*. Para responder a ela, consideramos algumas especificidades do ato de dizer materializado em *gêneros do discurso* específicos – neste caso, a *Petição Inicial* e o *Termo de Audiência* –, cuja compreensão, em se tratando da leitura, agencia recursos que implicam aspectos linguísticos propriamente ditos, visíveis textualmente no *artefato*, tanto quanto conhecimentos que foram objeto de apropriação (com base em VIGOTSKI, 1997 [1987]) em relações intersubjetivas que têm/tiveram lugar nas vivências das participantes de pesquisa.

Em razão das particularidades da *esfera* de origem desses textos e com o fulcro de compreender implicações da escrita, no âmbito do

Poder Judiciário, nos *encontros* que os agentes desse poder estabelecem com os demandantes da Justiça, assumimos, como um dos fundamentos para a elaboração deste capítulo, a concepção dos *gêneros do discurso* na perspectiva de que, por meio deles, instituem-se as relações intersubjetivas nas diferentes *esferas da atividade humana* e, neste caso, na *esfera jurídica*, com especial enfoque a *gêneros do discurso secundários* (BAKHTIN, 2011 [1952-53]).

No que respeita à dimensão linguístico-discursiva posta sob escrutínio, pautadas nas bases epistemológicas sobre as quais se sustenta esta dissertação, é relevante nesta análise o processo contínuo de constituição da subjetividade na relação com o outro. Conceber o texto na interação entre sujeitos nos remete a Volóshinov (2009 [1929]), que entende tal interação como realidade fundamental da *língua*. Assim, o modo com que os sujeitos experienciaram o *evento de letramento audiência* e a forma com que interagiram com os textos escritos em *gêneros do discurso* da *esfera jurídica* estão relacionados às vivências com a escrita – e, por implicação, ao conceito de *práticas de letramento*. Considerando tal *evento* como *encontro* (PONZIO, 2010) de sujeitos que carregam consigo suas histórias de vida, a partir das quais se constituem seus valores e interesses, em nossa vivência em campo, lidamos, pois, com esse *encontro* de diferentes vozes, as quais, em se tratando da *audiência de conciliação*, estabelecem uma relação de tensão derivada de conflitos e embates propulsionados pela heterogeneidade das *práticas de letramento* que se encontram e passam a dialogar.

Sobre tal realidade, entendemos, conforme afirma Volóshinov (2009 [1929]), que o conteúdo do enunciado não depende unicamente das formas linguísticas que o compõem, mas também dos aspectos extraverbais da situação de interação. Esse posicionamento remete à inserção sócio-histórica dos *enunciados*, mas não prescinde da natureza linguística deles no que respeita a sua dimensão verbal. No que concerne à materialidade dos textos nos *gêneros do discurso* selecionados para a Entrevista 2 (APÊNDICE A), da interpretação dos dados emergiram dois grupos, entre as seis participantes de pesquisa, as quais se distinguem em razão das especificidades das *práticas de letramento* que elas evocam na construção de sentidos por ocasião da leitura de textos nos *gêneros do discurso* próprios da *esfera jurídica*, *gêneros* por meio dos quais se deu o início e o fecho do *evento audiência* em estudo. À frente, voltaremos a caracterizar esses dois grupos.

Julgamos necessário registrar, ainda, que o critério de seleção de excertos de entrevista e de documentos derivados da análise documental

para veiculação neste capítulo foi a relevância para responder à terceira questão-suporte de pesquisa, a qual tematiza o modo como as implicações das *práticas de letramento* das demandantes da Justiça reverberam na construção de sentidos para textos escritos nos *gêneros* objeto de atenção neste estudo. Dadas as características das entrevistas semiestruturadas, em que há maior liberdade tanto para o pesquisador quanto para o entrevistado, a escolha dos excertos selecionados não seguiu uma regra quantitativa e equânime, com vistas a manter idêntico número de excertos em todas as entrevistas, mesmo porque não seria possível fazê-lo em razão do instrumento de geração de dados mais flexível de que fizemos uso; o que, de fato, moveu o nosso olhar nesse processo interpretativo foram as mencionadas implicações, ou seja, as singularidades das falas que sinalizavam para determinadas concepções, valorações e modos de apropriação da escrita. Somente depois desse recorte, portanto, é que fizemos a distinção entre os grupos de participantes de pesquisa, motivadas pelos dados gerados.

Da atenção a esses dados emergiu, ainda, a observação da existência de pontos recorrentes do texto em que se detinha o olhar das participantes de pesquisa, o que nos levou a itens lexicais de natureza específica, tanto quanto a construções sintáticas de configurações afins. Assim, tendo presente a categoria *ato de dizer*, no diagrama a partir do qual norteamos nosso processo analítico, passamos a lidar com esses focos de recorrência do olhar dessas mulheres, na busca de compreender implicações deles no processo de construção de sentidos para os textos nos *gêneros* em questão. Para referenciar tais focos, optamos por nomeá-los como *saliências*, movimento analítico que esperamos deixar suficientemente claro ao longo deste capítulo.

No *Termo de Audiência* e na *Petição Inicial* – *gêneros do discurso* determinantes na lide em questão –, reiteraões de itens lexicais que referenciam pontos nodais do conteúdo das *audiências* constituíram uma dessas *saliências* na leitura das participantes de pesquisa, bem como se mostraram *salientes* numerais, que evocam especificidades de assuntos abordados no mesmo *evento*. Outra particularidade dos textos nesses *gêneros* que também nos remeteu a tais *saliências* no processo interpretativo foi a construção sintática de alguns períodos, que se caracterizavam por arranjos específicos de dizer, os quais obstaram, em alguma medida, a compreensão textual das participantes de pesquisa. Assim considerando, lidaremos com três do que estamos chamando *focos de saliência* na tessitura textual no processo de construção de sentidos para os textos nos *gêneros do discurso* em questão: a) *especificidades de seleção lexical*; b)

referenciações a quantificações numéricas; e c) especificidades sintáticas que atendem aos projetos de discurso (com base em BAKHTIN, 2011 [1952-53]) dos interactantes na *esfera jurídica*.

Com base nisso, propomos olhar para a dimensão linguístico-verbal do *ato de dizer*, implicada na construção de sentidos, a partir do que chamaremos de *saliências* como foco analítico complementar, dado que a análise se pauta nos constituintes do *diagrama* já mencionado. Trata-se, reiteramos, de um foco que emergiu no processo de interpretação dos dados, o que é previsto em estudos de base qualitativo-interpretativista (MASON, 1996), como desdobramento da categoria *o ato de dizer nos gêneros do discurso* do *diagrama integrado* (CERUTTI-RIZZATTI; MOSSMANN; IRIGOITE, 2013) – categoria que antevê o agenciamento de recursos lexicais e gramaticais no *ato de dizer* nos *gêneros do discurso*. Por *saliência*, para as finalidades deste estudo, entendemos, assim, os itens lexicais e as estruturas gramaticais que foram objeto de atenção recorrente por parte das participantes de pesquisa; logo, trata-se de uma *saliência* não derivada da estrutura linguístico-sistêmica em si mesma, mas do enquadramento do olhar das participantes de pesquisa: a *saliência* é conferida por elas, nas respostas dadas a nossas interpelações. Esses desdobramentos do *encontro* implicam a análise da materialidade verbal para compreender idiossincrasias do próprio *encontro*, o que nos remete mais uma vez ao *diagrama integrado*, que tem o *encontro* como eixo de todo o processo de estudo.

Assim, para as finalidades desta interpretação de dados, remontaremos a focos de *saliência*, cada qual com uma especificidade no que respeita aos aspectos linguístico-verbais: *saliência lexical*; *saliência de especificações quantitativas*; e *saliência sintática*. As duas primeiras *saliências* implicam itens lexicais que referenciam objetos centrais de embate da lide que se estabeleceu juridicamente e, talvez por isso, se tornaram mais recorrentes. Em razão dessa reiteração de itens lexicais salientes nas leituras realizadas e compreendendo que o ato de nomear o mundo implica o plano conceitual da apropriação da cultura, entendemos relevante evocar discussões vigotskianas sobre *formação de conceitos* (VIGOTSKI, 2001 [1934]). Por *conceito*, entendemos, à luz de Vigotski (2001 [1934], p. 246), ser aquilo que

[...] é mais do que a soma de certos vínculos associativos formados pela memória, é mais do que um simples hábito mental; é um ato real e complexo de pensamento que não pode ser

aprendido por meio de simples memorização [...]. [...] o conceito é, em termos psicológicos, um ato de generalização.

Para Vigotski (2001 [1934]), o pensamento verbal decorre de um processo histórico-cultural. Trata-se de um conjunto de representações historicizadas que tendem a ser evocadas pela abstração das categorias nominais e que são de compartilhamento de determinados grupos sociais – compartilhamento que apresenta contornos distintos, de saturação ou não de vivências cotidianas, a depender das singularidades dos membros desses grupos.

Não discutimos tais especificidades da teoria vigotskiana anteriormente nesta dissertação porque sua relevância emergiu durante o processo de interpretação de dados; trazemos, portanto, neste capítulo, menções pontuais à *formação de conceitos*, com base em Vigotski (2001 [1934]) – no tocante a excertos de entrevista em que tal delineamento teórico-interpretativo pareceu-nos pertinente –, a partir dos quais interpretamos algumas das singularidades nos processos de construção de sentidos por parte das participantes de pesquisa.

Partimos, nesse percurso analítico – tal qual consta em nossas questões de pesquisa –, do interesse em depreender implicações das *práticas de letramento* daqueles sujeitos na interação com textos escritos norteadores de suas demandas jurisdicionais, entendendo que, como sujeitos responsivos, lidam com contingências sociais, nas relações intersubjetivas, incidindo sobre elas (com base em GERALDI, 2006). Nesse propósito interpretativo, evocando as bases analíticas do *diagrama integrado* na resposta à terceira questão-suporte de pesquisa, assumimos como focos a categoria *interactantes e atos de dizer nos gêneros do discurso*, no âmbito das *práticas de letramento* – segunda parte do diagrama –, a fim de depreender significações do agenciamento de recursos linguísticos para o processo de construção de sentidos empreendido pelas demandantes da Justiça no que diz respeito aos textos emanados da *esfera jurídica*. Para tanto, lançamos mão precipuamente de dados gerados na *entrevista* e na análise documental, mediante as quais estabelecemos o contato dos textos nos *gêneros Petição Inicial e Termo de Audiência* com as participantes de pesquisa. Essa escolha não foi aleatória, como já justificamos anteriormente; mas deu-se em virtude de sua função social situada: dar início ao processo judicial e encerrar o procedimento do qual participamos, respectivamente.

Apresentamos, a seguir, paralelamente à evocação dos documentos objeto de análise, dados gerados por meio da Entrevista 2 (APÊNDICE A), na qual fizemos, juntamente com as participantes de pesquisa, a (re)leitura do *Termo de Audiência*, respectivo à *audiência* de que cada uma delas foi parte e requerente, em sua integralidade, e de algumas partes da *Petição Inicial*, tendo em vista os critérios explicitados na Entrevista 2 – Parte 2, do Apêndice A, e a inviabilidade, para uma pesquisa deste nível, de discutir com elas o conteúdo do documento em sua completude. O modo de organização desta seção considera a distinção entre os dois grupos mencionados – os quais caracterizaremos a seguir –, comportando, pois, duas seções secundárias, cada uma correspondente a um grupo, dentro das quais apresentaremos seções terciárias, cada uma delas referente a uma participante de pesquisa em particular. Nessas seções, depreendemos implicações de suas *práticas de letramento* que consideramos mais significativas no processo de construção de sentidos para textos escritos que têm lugar no *evento de letramento audiência* e que norteiam as demandas jurisdicionais, e discutimos o que vimos chamando de *focos de saliência* para o tratamento da materialidade linguístico-verbal.

6.1 TANGENCIAMENTO DA MATERIALIDADE TEXTUAL NA COMPREENSÃO DO CONTEÚDO DOS TEXTOS NOS GÊNEROS EM ESTUDO: OLHARES DE PF., FJ. E RS.

Nesta seção, analisamos a construção de sentidos para os textos nos *gêneros do discurso* em pauta, levada a termo por PF., FJ. e RS., participantes de pesquisa que unimos no que estamos chamando de *Grupo 1*, cuja característica distintiva em relação ao segundo grupo – aqui nomeado *Grupo 2* – é o que entendemos ter sido o tangenciamento da materialidade textual em favor da ancoragem em informações externas ao texto por ocasião da compreensão do conteúdo veiculado na *Petição Inicial* e no *Termo de Audiência*. Mais claramente: as participantes de pesquisa inseridas neste grupo, na interação conosco a partir dos textos nos *gêneros* em questão, não atentavam para a materialidade textual, construindo sentidos fora dela: as mulheres liam o texto, mas não se valiam do que estava escrito para tratar do conteúdo em discussão nele.

Pautadas na filosofia da linguagem bakhtiniana, entendemos que a dialogicidade é a dimensão constitutiva de qualquer ato de palavra (PONZIO, 2010), porquanto "[...] cada palavra própria se realiza numa relação dialógica e recupera os sentidos da palavra alheia [...]", não

pertencendo a uma só voz. Disso depreendemos que à construção de sentidos subjazem ações de um sujeito que precisa lidar com as muitas vozes que o constituem, como regente – porque responsivo (com base em GERALDI, 2010b) – de um coro. Todos os sujeitos, portanto, precisam resgatar, a seu modo, as vozes que os constituíram até um dado momento e agenciá-las para que inteligibilidades possam ser criadas em relação a enunciados com que se deparam em sua existência historicamente situada. Assim, compreensões decorrentes de agenciamentos de recursos por ocasião da construção de sentidos para textos escritos indiciam especificidades constitutivas dos sujeitos por elas responsáveis, na medida em que seu repertório de vivências se revela de algum modo nesses momentos.

6.1.1 Compreensões de PF. para o conteúdo materializado nos textos dos gêneros em questão

Dando início a nossa interpretação da compreensão acerca da materialidade textual verbal da *Petição Inicial* e do *Termo de Audiência* por parte das participantes de pesquisa, importa registrar que nossas reflexões acerca dos usos situados da língua pautam-se no interesse em *interactantes* reais que experienciaram ao menos um *evento de letramento* na *esfera jurídica*, mas que, por outro lado, vivenciaram e vivenciam diversos *eventos* em outras *esferas da atividade humana*. De acordo com Barton (2007 [1994]), constituem *eventos de letramento* não só atividades formais de leitura e escrita, mas também atividades cotidianas e informais, recorrentes no dia a dia de sujeitos pertencentes a qualquer grupo social. Entendemos que esses sujeitos se constituem nas relações interpessoais que estabelecem – o que nos leva a considerar contingências de sua historicidade que compõem suas *práticas de letramento*.

As *práticas de letramento* de PF., apresentadas em capítulo anterior, remetem a vivências familiares rarefeitas em se tratando de experiências com a leitura de textos em diferentes *gêneros do discurso*, tanto quanto em relação à consolidação de processos de escolaridade. Consoante Lahire (1997) e com base também em Gee (2004), entendemos que sujeitos que crescem em lares nos quais a leitura e a escrita não são valorizadas tendem a não encontrar uma ambientação propícia para a familiarização com tais atividades. Em nossa interação com PF., pudemos observar o que entendemos serem algumas implicações dessas *práticas* no processo de construção de sentidos para textos em *gêneros do discurso* próprios da *esfera jurídica*.

Apresentamos e discutimos, a seguir, tais implicações a partir dos recortes textuais postos sob o escrutínio das participantes de pesquisa, mediante os artefatos correspondentes ao *Termo de Audiência* e à *Petição Inicial*. Como este último *gênero* trata-se de um documento consideravelmente extenso, abrangendo diversas páginas, optamos – neste capítulo – por apresentar imagens das partes que efetivamente foram objeto de discussão com as participantes de pesquisa, em cujas interações mantivemos o artefato completo como objeto de manipulação no papel. Importa considerar que, nesta análise, não mantemos a cronologia da discussão: primeiro a *Petição Inicial* e depois o *Termo de Audiência*, ainda que assim tenhamos agido por ocasião da interação com elas, respeitando a lógica de instituição e o decurso da lide. Nossa opção, aqui, foi a organização pelos dois eixos já mencionados com base no *diagrama integrado*: os três *focos de saliência* e os dois grupos em que categorizamos as participantes de pesquisa após a geração de dados. Veiculamos, assim, excertos que emergiram como salientes na construção de sentidos por parte dessas mulheres, ora iniciando com a *Petição Inicial*, ora iniciando com o *Termo de Audiência*.

É relevante, ainda, mencionar, que apresentamos os *Termos de Audiência* em sua completude textual – apresentação possível em virtude da breve extensão do documento –, excetuando-se apenas os elementos de identificação das partes, do foro e dos operadores do Direito, mas limitamos a veiculação das *Petições* ao que compreende os trechos que constituíram objeto de maior atenção por parte das mulheres envolvidas neste estudo. Para fins de contextualização, contudo, veiculamos, nos anexos desta dissertação, a integralidade das páginas correspondentes aos recortes por nós realizados.

No excerto (46) a seguir e em todos os demais excertos correspondentes às interações com as participantes de pesquisa, veiculamos a nossa leitura, que foi realizada em voz alta no momento da entrevista sempre após a (re)leitura silenciosa do documento ou de parte dele pelas participantes de pesquisa. No que tange à *Petição Inicial*, importa o esclarecimento de que essa (re)leitura – tanto a retomada em leitura silenciosa quanto a nossa leitura oral – foi feita a partir da seleção de seções do documento que julgamos mais diretamente relacionadas com a demanda processual em questão, visto que não seria viável proceder à leitura do documento em sua completude dada a extensão. Assim, como já explicamos em outro momento nesta dissertação, as partes escolhidas para a realização da leitura foram aquelas correspondentes aos fatos em que se baseavam o processo jurisdicional e os pedidos requeridos com tal demanda. Reiteramos, contudo, que, no

momento da entrevista, estava presente o artefato, correspondente à *Petição Inicial*, em sua integralidade, visto que pedíamos às participantes de pesquisa que o manuseassem, retomando a leitura silenciosa das partes em questão; após isso as questionávamos sobre a organização textual e suas especificidades, relendo em voz alta trechos sobre os quais o foco da interação incidia. Já no que concerne ao *Termo de Audiência*, foi relido silenciosamente pelas participantes de pesquisa em sua completude, dada a breve extensão.

Iniciamos, pois, a análise do objeto desta subseção, introduzindo, a seguir, a imagem concernente ao artefato a partir do qual a existência material do *Termo de Audiência* de *PF*. tornou-se possível:

Figura 9 ¹⁴² - *Termo de Audiência* referente à *audiência de conciliação* de *PF*.

1 Aberta a audiência, verificou-se a das partes acima nominadas. O procurador da
2 parte autora juntou neste ato substabelecimento. De início, **proposta a conciliação,**
3 **esta restou inexitosa.** O requerido declarou, neste ato, que atualmente encontra-
4 se trabalhando esporadicamente, sendo que, sua remuneração, somando tais
5 serviços, alcança o valor aproximado de R\$ 724,00. **Por fim, pelo conciliador foi**
6 **dito: "Aguarde-se em cartório o transcurso do prazo para defesa. Remetam-se os**
7 **autos ao Ministério Público, após ao gabinete para apreciação. Presente intimados".**
8 Nada mais. E, para constar, foi determinada a lavratura do presente termo. Eu,
9 [REDACTED] o digitei, e eu, [REDACTED], [REDACTED]
10 [REDACTED] Chefe de Cartório, o conferi e subscrevi.

Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

No que tange à compreensão de *PF*. acerca do conteúdo da Figura 10, tal como passamos a registrar a partir do excerto de entrevista veiculado a seguir, ela prescinde da integralidade da materialização textual ao enunciar o que compreendeu de tal conteúdo escrito, já que não o considera na escritura em si mesma e evoca paráfrase do advogado, como sugere o trecho enfatizado em negrito por nós em (46) a seguir.

¹⁴² A inserção da numeração as linhas por manuscritura decorre de dois motivos: a) dispomos apenas dos artefatos na materialidade física do papel; e b) precisamos numerá-los para poder tratar deles na remissão analítica de modo mais preciso. Fica o risco de esse procedimento ser qualificado como descuido estético na apresentação dos dados. Vale o mesmo risco para as tarjas pretas, que atendem ao requisito ético de não identificação os participantes de pesquisa.

- (46) Pesquisadora - ((lê em voz alta, mostrando o texto à PF.))
'Por fim, pelo conciliador foi dito: "Aguarde-se em cartório o transcurso do prazo para defesa."' ((Figura 9 - Linhas 5 e 6))... Tu entende por que isso?

PF. - Porque a gente não entrou num acordo, né... naquele dia.

Pesquisadora - ((lê em voz alta, mostrando o texto à PF.))
'Remetam-se os autos ao Ministério Público, após ao gabinete para apreciação.' ((Figura 9 - Linhas 6 e 7))
(+++) Aqui, tu acha que quer dizer o quê?

PF. - É outra coisa que (+++) a gente fala, mas às vezes acha que não é aquilo, entendeu?

Pesquisadora - Não... mas pode falar, tu acha que é o quê, assim?

PF. - **Que a gente esperou pra dar o prazo, depois de quinze dias a gente tinha que chegar lá pra entrar num acordo, nós dois, eu acho que é isso, né, aos... que se encontra no gabinete, eu acho, né...**

Pesquisadora - Ai... no caso, o teu advogado te explicou isso, do prazo::?

PF. - **Sim, sim, explicou.** (PF., entrevista realizada em 2014, ênfase nossa em negrito).

Em (46), inferimos que o processo de construção de sentidos por parte de *PF.* está condicionado às interações que ela estabeleceu com o advogado, *insider* (KRAMSCH, 1998) da *esfera jurídica* e que pudemos vivenciar na ocasião da *audiência*. Entendemos que, neste caso, estar de posse da materialização verbal do resultado de sua lide não assegura à *PF.* a compreensão do que efetivamente implicou o decurso dessa mesma lide, considerando que a compreensão acerca do que aconteceu na *audiência* decorre da explicação verbal do operador do Direito; logo, compreender o documento implica, nesse caso, *heteronomia*.

PF. compõe os sentidos mediante vozes oriundas de interações, por ela estabelecidas, que ressoam em sua leitura do *Termo de Audiência*, porque se relacionam de alguma forma com esse mesmo *Termo*. Parafraseando Miotello (2013), entendemos que construímos os

sentidos de um texto com o auxílio de enunciados já ditos, orais ou escritos, visto que tal construção é dialógica por excelência, possibilitada por sua alteridade constitutiva, por uma multiplicidade de vozes anteriores que dialogam com o enunciado presente. Nos casos de *autonomia* para construção de sentidos do conteúdo escrito, entendemos que essas vozes são evocadas, mas não se sobrepõem ao escrito; em casos de *heteronomia* como em (46), essas vozes tendem a se sobrepor ao conteúdo escrito: aqui, dá-se a atribuição de sentidos a despeito do conteúdo escrito, equívoco de leitura para o qual adverte Geraldi (1997).

Assim, entendemos haver uma postura bastante heterônoma (com base em VIGOTSKI, 2000 [1978]), por parte desta participante de pesquisa, em relação ao ato de compreender o conteúdo do documento que materializou textualmente o acordo não realizado em *audiência*, confiando ao membro da *esfera jurídica* suas pretensões de justiça e o consequente atendimento às suas necessidades, tanto quanto o decurso futuro de seu pleito. Os posicionamentos de PF. acerca da *esfera* em questão caracterizam esse campo da atividade humana como um lócus de difícil acesso para os *outsiders*, restrito, portanto, àqueles que se consideram e são considerados membros dessa mesma *esfera*. Depreendemos essa caracterização de uma de suas falas, quando ela afirma que os operadores do Direito têm uma linguagem própria, conforme lemos no excerto a seguir:

(47) *Tem lugares que já tem o próprio ambiente deles, vamos dizer, né, tem lugares que, vamos dizer ali no Fórum, ele tem outro falar deles, né... nós aqui já temos outro jeito de falar, tipo... lá eles falo, não sei como explicar agora... é outra linguagem, vamos dizer, né... outra linguagem, totalmente diferente, né... até nesse (livro¹⁴³) que a gente vê ali deles, eles têm outro jeito de comunicar com as pessoas... (PF., entrevista realizada em 2014).*

Essa fala parece representativa da concepção a partir da qual PF. compreende a *esfera jurídica*, tratando-se de uma visão que atribui a esse domínio as especificidades de uma corporação, na medida em que se fecha para os não membros mediante entraves que estabelece, dos quais é exemplo, neste caso, a linguagem – ponto de vista que coaduna com os dizeres de Lahire (2002, p. 28), tal qual já mencionamos anteriormente, segundo o qual os membros do Judiciário

¹⁴³ A menção a 'livro' na fala da entrevistada parecia remeter aos autos presentes em *audiência*.

[...] são obrigados a criar separações institucionais se não quiserem ser penetrados por lógicas exógenas. O contato prolongado com essas outras lógicas efetua-se no âmbito das trocas regulamentadas, institucionalizadas, que situam os leigos no terreno dos profissionais, e não no terreno dos encontros de igual para igual, no decorrer das interações onde todos os pontos de vista se equivalem.

É possível também relacionarmos (47) à temática constitutiva dos *gêneros do discurso*, os quais refletem condições e finalidades específicas de uma dada *esfera da atividade humana*, reflexos que se explicitam também por meio do estilo de linguagem na materialização dos enunciados (BAKHTIN, 2011 [1952-53]).

Como sugere (46), *PF.* apenas decodificou o texto a que foi exposta, não o compreendendo de fato, visto que a leitura propriamente dita implicaria uma apropriação intrapsicológica de conhecimentos (VIGOTSKI, 2000 [1978]) acerca dos modos de dizer da *esfera*, apropriação com a qual ela não contava. Em se tratando de *PF.*, parece não haver em suas vivências familiaridade com a leitura que lhe faculte menores entraves de compreensão leitora (com base em DAGA, 2013). Essa nossa interpretação se pauta em uma de suas falas sobre as leituras que realiza, porque, ao exemplificar os materiais escritos com que tem contato cotidianamente, *PF.* nomeou artefatos – livros, revistas etc. sem especificar informações que pudessem permitir sua identificação, a exemplo de títulos e autores, o que sugere comportamento estereotípico: revozear o senso comum no *referendum* à importância de ler, em uma conotação que evoca o *modelo autônomo de letramento* (STREET, 1984). Entendendo *PF.* como um sujeito historicamente situado, o qual estabelece diversas relações intersubjetivas nas diferentes *esferas da atividade humana* de que toma parte, interações a partir das quais apropria-se da cultura (com base em VIGOTSKI, 2000 [1978]) e, por via de consequência, constitui suas *práticas de letramento*, podemos inferir que, nessas *práticas*, a valoração conferida à escrita está associada ao seu lugar social, ao seu repertório de vivências e à sua responsividade diante do mundo e dos outros.

No que concerne à *Petição Inicial*, a participante de pesquisa encontrou incontáveis dificuldades para construir sentidos por meio da leitura que realizamos conjuntamente com ela, não compreendendo

grande parte do documento. Exceção a essa assertiva, contudo, diz respeito ao trecho da *Petição Inicial* em recorte apresentado a seguir.

Figura 10 - Parte da *Petição Inicial* referente ao processo de *PF*. (fl. 03).
144

11 Há que se ressaltar que o requerido nunca ajudou a
12 representante com os gastos decorrentes da gravidez, sendo estes, suportados por
13 seu cônjuge. A representante acredita que seu atual companheiro não tem
14 obrigações com a requerente. Assim, a requerente deseja que o pai biológico arque
15 com seu dever e ajude a representante com as despesas da criança.

Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

Trata-se da ocorrência de uma identificação entre os fatos narrados e as vivências de *PF*., a partir das quais ela consegue compreender o sentido do item lexical *requerido* de modo alinhado ao projeto de dizer da *esfera jurídica*, mas não consegue fazer o mesmo em relação ao sentido do item lexical *cônjuge*, consoante explicamos a seguir.

(48) *PF*. - *É... é tudo coisa diferente que a gente não usa na nossa língua no dia a dia, né?*

Pesquisadora - ((lê em voz alta, mostrando o texto à *PF*))
'*Há que se ressaltar que o **requerido** nunca ajudou a representante com os gastos decorrentes da gravidez, sendo estes, suportados por seu cônjuge.*' ((Figura 10 - Linhas 11 a 13)).

PF. - *O **requerido** é o ((nome do ex-marido)), no caso.*

Pesquisadora - ((lê em voz alta, mostrando o texto à *PF*))
'[...] *sendo estes, suportados por seu **cônjuge**.*' ((Figura 10 - Linhas 12 e 13)).

PF. - *É a **mãe** dele.*

Pesquisadora - *Foi quem te ajudou durante a gravidez?*

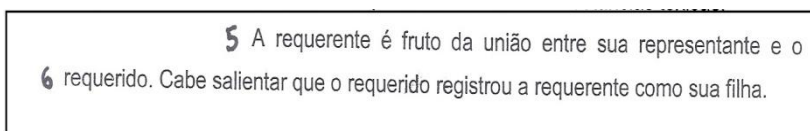
¹⁴⁴ A página correspondente a esse excerto consta no Anexo B.

PF. - *Sim, foi a mãe dele.* (*PF.*, entrevista realizada em 2014, ênfases nossas em negrito).

Em nossa interpretação, a compreensão – entendida aqui como o exercício de contrapalavras ao texto –, em se tratando da *saliência* mencionada por *PF.*, decorre de um processo de identificação, portanto, entre *interactante* e texto, na medida em que *PF.* focaliza no conteúdo escrito parte de suas vivências e alude à questão-chave posta sob discussão na *audiência conciliatória* de que ela participou. Entendemos, todavia, que, a respeito das linhas 11 a 13 da Figura 10, os sentidos construídos por *PF.* parecem derivar do agenciamento de conhecimentos de outra ordem dado o desconhecimento do item lexical *cônjuge*. Partindo de seu repertório vivencial, *PF.* relaciona a narrativa veiculada na *Petição Inicial* com a configuração social mais imediata que, no seu caso, diz respeito às suas vivências como *mãe*. Desse modo, ao ler o fato descrito no documento de que os gastos decorrentes da gravidez foram suportados pelo cônjuge, *PF.* relaciona o item lexical *cônjuge* à mãe do requerido, porque, de acordo com sua fala, foi ela quem a ajudou no período gestacional, havendo, pois, uma dissociação entre o conteúdo materializado no texto e o conteúdo evocado por *PF.*

Quando da leitura de outra parte do documento, mais precisamente das linhas 5 e 6 da imagem apresentada a seguir, *PF.* disse não compreender o conteúdo ali veiculado:

Figura 11- Parte da *Petição Inicial* referente ao processo de *PF.* (fl. 03).
145



Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

Para *PF.*, (49) *É, tudo coisa diferente, né... que a gente não entende.* (*PF.*, entrevista realizada em 2014). A dificuldade de apresentar contrapalavras ao texto alude à problemática discutida por Barton (2007 [1994]), segundo o qual o fenômeno do *letramento* influencia o meio e é, ao mesmo tempo, influenciado por ele. Nesse sentido, as *práticas de letramento* estão situadas no cotidiano das pessoas em resposta a

¹⁴⁵ A página correspondente a esse excerto consta no Anexo B.

demandas que se estabelecem em suas vidas, para muitas das quais vivências com a escrita precisam ser agenciadas.

No caso de (48), decodificar o conteúdo dessas linhas, implica compreender a referênciação (com base em KOCH, 2004; KOCH; MORATO; BENTES, 2005¹⁴⁶), que se estabelece na alternância entre os itens lexicais *requerente/representante/requerido*. Mais do que uma questão de *jargão* específico da *esfera*, que remete a *conceitos científicos* (com base em VIGOTSKI, 2001 [1934]) da área do Direito, entendemos haver aqui uma dificuldade para agenciamento de sentidos mesmo a partir de *conceitos espontâneos*, já que *requerente/representante/requerido* tendem a ser itens lexicais pouco comuns no cotidiano dos sujeitos afastados dos processos de escolarização mais efetivos. Logo, ao focar o olhar nesses itens, *PF.* vê-se ante o estranhamento e de imediato enuncia que "*É tudo coisa diferente, né...*".

A esse respeito, inferimos que dificuldades substantivas na construção de sentidos para os textos nos *gêneros* em questão podem estar relacionadas, em vinculação a outras contingências, com o fato de não existirem, no seu cotidiano, demandas significativas de leitura e escrita, como é o caso da *esfera laboral* em que ela se insere, ambientação em que, segundo *PF.*, não lhe são requeridos *atos de dizer* via modalidade escrita da língua.

No que respeita às situações em que a escrita compõe as interações humanas, compreender os diferentes usos empreendidos pelos sujeitos, nas *esferas da atividade humana* em que vivenciam as relações intersubjetivas, implica agenciamento de suas *práticas de letramento*, assim como os seus modos de construção de sentidos para textos escritos pertencentes a *esferas* em que se movem circunstancialmente. Tal perspectiva implica conceber o fenômeno do *letramento* como *ideológico*, consoante propõem Street (1984), Heath (1982), Barton (2007 [1994]), Hamilton (2000), Kleiman (2001 [1995]), Ivanic (1998) entre outros autores.

¹⁴⁶ Não é foco de nossa discussão a *referênciação* propriamente dita, mas o modo como as vivências com a escrita incidem sobre a compreensão dos textos nos *gêneros*. Logo, sempre que evocarmos o fenômeno da *referênciação*, o faremos com base nos estudos da Linguística Textual, fundamentalmente a partir dessas fontes. Trata-se de uma evocação complementar, cujo objetivo é situar o campo teórico a partir do qual estamos mencionando pontualmente este conceito aqui.

Entendemos que a participação dos sujeitos nos *eventos de letramento* que constituem a *esfera jurídica* é contingencial – porque impositiva –, oriunda da necessidade de se apresentar como *parte* do processo, condição transitória que abarca implicações de cidadania, as quais requerem sua participação nesses *eventos*, quer nos casos de uma atuação mais *autônoma* (com base em VIGOTSKI, 2000 [1978]), ou nos casos de uma ação esclarecedora do operador do Direito que os conduz nessas ocasiões, o envolvimento mais *heterônomo* (com base em VIGOTSKI, 2000 [1978]). Relacionamos essas duas possibilidades ao conceito de *práticas de letramento*, que se configura como norteador para o nosso estudo, na medida em que da configuração dessas *práticas* delineiam-se contornos significativos no que concerne ao trânsito de sujeitos demandantes e demandados da Justiça pela *esfera* lócus para tratar de seus conflitos sociais.

Aos *encontros* que se estabelecem na *esfera jurídica* está subjacente uma heterogeneidade de vivências e vozes, vozes em tensão. Operadores do Direito e demandantes e demandados da Justiça configuram-se como sujeitos singulares portadores de repertórios de vivências e, ao mesmo tempo, como representantes de dois grupos sociais distintos – operadores, de um lado; demandantes e demandados de outro –, cujas *práticas de letramento*, por via de consequência, também se distinguem. Consoante Ivanic (1998), todos os usos da escrita empreendidos pelos sujeitos são influenciados por sua história de vida, porque a *leitura do mundo* precede a *leitura da palavra* (FREIRE, 1982), visto que o uso da palavra implica o *encontro*, no qual embates entre experiências do passado e demandas do novo contexto entram em conflito. Frente ao desafio de responder ao outro e ao novo, o sujeito precisa, então, possibilitar, mediante sua atitude responsiva, ressignificações em suas *práticas de letramento* – deslocamentos que tornarão possível a participação em novos *eventos*.

6.1.2 Compreensões de *FJ.* para o conteúdo materializado nos textos dos gêneros em questão

Na leitura de textos nos *gêneros do discurso* selecionados para esta etapa da geração de dados, *FJ.* pareceu encontrar, em alguns momentos, tal qual exemplificaremos a seguir, entraves para construir sentidos a partir dos textos escritos, agenciando, muitas vezes, memórias de interações de que participou mediante a compreensão de certos itens lexicais isoladamente. Apresentamos, pois, os artefatos correspondentes

ao *Termo de Audiência* e a *Petição Inicial*, gêneros do discurso representativos da demanda processual de *FJ.*:

Figura 12 - *Termo de Audiência* referente à *audiência de conciliação* de *FJ.*

1 Aberta a audiência, verificou-se a presença das partes e do procurador da parte autora. O
2 procurador da parte autora juntou neste ato substabelecimento. Proposta a conciliação esta
3 restou **exitosa** nos seguintes termos: 1) O réu contribuirá a título de alimentos para seu
4 filho, ora autor, com a importância de 30% do salário mínimo. Tal percentual deverá ser
5 debitado em folha de pagamento pelo empregador do réu, qual seja, [REDACTED]
6 [REDACTED] com endereço à Rua [REDACTED]
7 [REDACTED] e depositado na
8 [REDACTED]
9 [REDACTED] em nome da genitora do autor, até o dia 10 (dez) de cada mês. (a) Referido
10 percentual deverá incidir sobre o 13.º salário do réu. (b) O requerido fica responsável pelo
11 pagamento do plano de saúde do requerente, oriundo de sua relação de emprego.
12 Entretanto, ajustam as partes que os gastos com consultas, exames e/ou procedimentos
13 serão arcados com a proporção de 50% entre o requerido e a representante legal do
14 requerente, mediante comprovação pelo requerido do efetivo desconto. (c) O termo inicial
15 dar-se-á no presente mês. (d) O termo final dar-se-á na data em que o autor completar 18
16 anos de idade ou, caso esteja estudando, completar 24 anos de idade. As partes requerem
17 a homologação do presente acordo e a consequente extinção do feito. **Por fim, pelo**
18 **conciliador foi dito:** "Considerando que ambas as partes concordaram que o valor da
19 pensão alimentícia fosse descontado diretamente da folha de pagamento do requerido,
20 oficie-se, com urgência, o empregador do requerido para tal providência. Remetam-se os
21 autos ao Ministério Público, em seguida ao gabinete para apreciação. **Presentes intimados**".
22 Nada mais. E, para constar, foi determinada a lavratura do presente termo. Eu, [REDACTED]
23 [REDACTED] o digitei, e eu, [REDACTED] [REDACTED] Chefe
24 de Cartório, o conferi e subscrevi.

Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

Na leitura do *Termo de Audiência*, itens lexicais fundantes na cadeia referencial atinente ao pleito em questão (com base em KOCH, 2004; KOCH; MORATO; BENTES, 2005) não reconhecidos por *FJ.* configuravam-se como barreiras para a construção de sentidos em um texto, cujo estilo lhe causou bastante estranhamento, visto que, para ela existem (50) (...) *palavras tão fáceis pra entender* (...), mas os operadores do Direito (...) *colocam umas palavras tão complicadas*. ((risos)). (*FJ.*, entrevista realizada em 2014). Nos momentos em que *FJ.* disse não entender os trechos lidos – como em: (51) *Pesquisadora* - ((lê em voz alta, mostrando o texto à *FJ.*)) '*As partes requerem a homologação do presente acordo e a consequente extinção do feito.*' ((Figura 12 - Linhas 16 e 17)); *FJ.* - *Não entendi*. (*FJ.*, entrevista realizada em 2014) –, pareceu-nos constituírem-se ocasiões em que não houve construção de sentidos, porquanto não havia apropriação de *conceitos* (com base em VIGOTSKI, 2001 [1934]) para serem evocados nessa interação. Entendemos que não houve também compreensão, visto que, consoante Volóshinov (2009 [1929]), compreender é apresentar à palavra do locutor uma contrapalavra. Para que exista tal construção, faz-se necessário o desencadeamento de uma relação semiótico-

ideológica nos sujeitos, movimento que está vinculado à situação histórica e social mais imediata. A subjetividade reage a enunciados quando despertam nela vozes que a têm constituído e que emergem da intersubjetividade.

No caso de *FJ.*, a construção de sentidos se dá principalmente pelo agenciamento de itens lexicais aliado à evocação das vivências, as quais fazem predominar nesse processo a dimensão extraverbal em detrimento do que está materializado linguisticamente no texto. Mostraremos dois exemplos dessa ocorrência: em um deles, os sentidos emergem do reconhecimento de informações acerca de especificidades quantitativas financeiras respaldadas pelas interações de que participou; em outro, os itens lexicais que especificam a *esfera jurídica* e nomeiam componentes de suas *práticas de letramento* são agenciados para evocar vivências que conferem significação àqueles vocábulos. Nos dois casos, há predominância, portanto, de evocação de vivências do cotidiano – interações constituídas via modalidade oral ou escrita da língua –, anteriores ao *evento de letramento* que se configura no momento de leitura que promovemos. A mencionada evocação, nesse sentido, é motriz da construção de sentidos, sem o que, muito provavelmente, a compreensão restaria impossibilitada.

A primeira ocorrência, Figura 13 – linhas 19 a 21, decorre da interação com base no trecho da *Petição Inicial* que apresentamos a seguir:

Figura 13 - Parte da *Petição Inicial* referente ao processo de *FJ.* (fl. 07).¹⁴⁷

19 a) A concessão dos alimentos provisórios, liminarmente, no
20 importe de 50% do valor de um salário mínimo vigente correspondentemente atualmente
21 ao valor de R\$339,00 (trezentos e trinta e nove reais).

Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

Quando da leitura desse recorte constante na *Petição Inicial*, *FJ.* constrói sentidos a respeito de especificidades quantitativas financeiras, relacionando-as ao requerimento de pensão alimentícia, temática constitutiva de seu processo judicial, conforme lemos no excerto que segue:

¹⁴⁷ A página correspondente a esse excerto consta no Anexo C.

(52) *Pesquisadora* - ((lê em voz alta, mostrando o texto à *FJ.*))
 'a) A concessão dos alimentos provisórios, liminarmente, no importe de 50% do valor de um salário mínimo vigente correspondente atualmente ao valor de R\$ 339,00 (trezentos e trinta e nove reais) ((Figura 13 - Linhas 19 a 21));'.

FJ. - É os 50% que daria do salário que ele ganha... (*FJ.*, entrevista realizada em 2014).

Percebemos, nesse trecho, a evocação de tais referências numéricas – configurando, dessa forma, o que vimos chamando de *saliência de especificidades quantitativas* – para a construção de sentidos, processo que, neste caso específico, projeta os numerais isoladamente, dissociados da materialidade linguístico-textual em pauta. Pelas lentes de *FJ.*, ocorre a interpretação de que a pensão alimentícia, requerida em sua demanda, seria calculada a partir do salário do pai de seu filho e não com base no salário mínimo vigente.

No segundo caso, itens lexicais específicos parecem ser agenciados em sua compreensão, embora ela não os evoque explicitamente. No excerto que apresentamos a seguir, *FJ.* sugere, em seu primeiro turno de fala, um possível significado para o trecho lido, sugestão que nos parece resultar de agenciamento de categorias nominais presentes na alínea *d* do documento, as quais referenciam elementos pertinentes às *práticas de letramento* que caracterizam a *esfera jurídica*.

Figura 14 - Parte da *Petição Inicial* referente ao processo de *FJ.* (fl. 08).¹⁴⁸

1 c) Seja citado o réu para comparecer à audiência e
 2 apresentar defesa, sendo que não o fazendo, sofrerá os efeitos da revelia e
 3 confissão ficta;
 4 d) Seja intimado o representante do Ministério Público para,
 5 na condição de “*custus legis*”, emitir seu parecer, com base no artigo 82, inciso II,
 6 do Código de Processo Civil;

Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

¹⁴⁸ A página correspondente a esse excerto consta no Anexo D.

Como *outsider* da *esfera*, a participante de pesquisa alinha as mencionadas nominalizações – em relações com pronominalizações em destaque em (53) – às compreensões decorrentes das relações intersubjetivas que tiveram lugar em suas vivências.

- (53) *Pesquisadora* - ((lê em voz alta, mostrando o texto à *FJ.*))
'*d*' seja intimado o representante do Ministério Público para, na condição de "*custus legis*", emitir seu parecer, com base no artigo 82, inciso II, do Código de Processo Civil;' ((Figura 14 - Linhas 4 a 6)) (+++) Entendeu o que quer dizer?

FJ. - Quer dizer o que, que *ele* seria *detido*, algo assim?

Pesquisadora - Não, ó... ((relê em voz alta, mostrando o texto à *PF.*)) '*d*' seja intimado o representante do Ministério Público [...]', tá falando de *quem* aqui? De *alguém* que tu conhece?

FJ. - Não... tá falando de *quem* aqui? (*FJ.*, entrevista realizada em 2014, ênfase nossa em negrito).

Parece-nos que o sentido construído por *FJ.* estabelece com os mencionados vocábulos uma relação que lhes atribui especificidades da *esfera jurídica* de âmbito penal, tal qual a sanção restritiva de liberdade. Visualizamos também, nesse excerto, o agenciamento de suas vivências, a partir das quais construiu o entendimento de que a recusa ao pagamento de pensão alimentícia implicaria a prisão do requerido – o que podemos depreender pela referência à prisão estabelecida pelo vocábulo *detido*.

Em se tratando ainda do mesmo tipo de agenciamento, na leitura do recorte que apresentamos a seguir, de modo explícito, *FJ.* não atenta para o conteúdo precisado na materialidade verbal, evocando para a construção de sentidos apenas aqueles itens lexicais que lhe são mais familiares.

Figura 15 - Parte da *Petição Inicial* referente ao processo de *FJ*. (fl. 08).¹⁴⁹

14 A criação do menor, ora requerente, atualmente com 8 (oito)
 15 anos de idade, não deve recair somente sobre a responsabilidade de sua genitora,
 16 já que são muitas e notórias, como por exemplo, alimentação, vestuário, moradia,
 17 assistência médica e odontológica, educação, material e transporte escolar, dentre
 18 outras.

Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

Entendemos que toda compreensão é dialógica, na medida em que mobiliza diferentes vozes para promover a emergência dos sentidos. Em (54) a seguir, podemos inferir a *saliência* de itens lexicais centrais no que respeita às motivações que deram causa à demanda processual de *FJ.*, tais como a caracterização de sua filha pela idade, a menção à responsabilidade e à predicação da mãe como *genitora*.

(54) *Pesquisadora* - ((lê em voz alta, mostrando o texto à *FJ.*))
 'A criação do menor, ora requerente, atualmente com 8 (oito) anos de idade, não deve recair somente sobre a responsabilidade de sua genitora [...]' ((Figura 15 - Linhas 14 e 15)), o que eles estão falando aqui, tu sabe?

FJ. - ((Informante faz a leitura, em voz baixa, do texto citado)) Quer dizer que... a responsabilidade (só, nesse caso) não seria só minha, no caso.

Pesquisadora - E essa expressão aqui, 'ora requerente', consegue entender?

FJ. - Entendi como eu te falei, **mas não pelas palavras**. (*FJ.*, entrevista realizada em 2014, ênfase nossa em negrito)

Parece-nos possível, portanto, que a construção de sentidos realizada pela participante de pesquisa, a despeito de não ter se pautado na integralidade da materialidade verbal, agenciou, no texto, itens lexicais

¹⁴⁹ A página correspondente a esse excerto consta no Anexo D.

cujas referências foram possíveis a ela devido às vivências que a constituem.

Já na leitura dos trechos correspondente às linhas 7 a 9 da Figura 16 e às linhas 19 a 21 da Figura 17 – ambas veiculadas a seguir –, os sentidos parecem não ser construídos porque obstados por vocábulos específicos – o que vimos chamando de *saliência lexical*:

Figura 16 - Parte da *Petição Inicial* referente ao processo de FJ. (fl. 03).¹⁵⁰

1 A genitora do requerente e o requerido iniciaram um
2 relacionamento amoroso no ano de 2002. Após algum tempo de namoro, quando
3 ocorreu a gravidez, a mãe do requerente e requerido resolveram morar juntos.
4 Assim, passaram a residir juntos na casa da mãe do requerido, a partir de 2005,
5 mantendo relacionamento como casados até março de 2012. Até então o casal
6 dividia as despesas e ambos contribuíam para o sustento do filho (Certidão de
7 Nascimento anexa). Entretanto, desde o rompimento da relação o genitor não tem
8 cumprido seus deveres, dentre eles o de colaborar para a criação e sustento de seu
9 filho menor impúbere.

Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

Figura 17 - Parte da *Petição Inicial* referente ao processo de FJ. (fl. 03).¹⁵¹

19 Cabe afirmar que a genitora já tentou inúmeras vezes
20 conversar com o requerido solicitando uma contribuição mensal de maneira que
21 não fosse onerosa para o mesmo, que não comprometesse seu salário, porém o
22 mesmo alega que não possui condições e nem mesmo visita o filho.

Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

Tendo em vista que nenhum leitor vai ao texto desvestido de sua história (GERALDI, 2010a), podemos inferir, do excerto seguinte, que os entraves encontrados por PF., em relação à leitura dos trechos correspondentes às Figuras 17 e 18, decorrem de sua constituição como

¹⁵⁰ A página correspondente a esse excerto consta no Anexo E.

¹⁵¹ A página correspondente a esse excerto consta no Anexo E.

sujeito, que inclui toda a sorte de relações intersubjetivas mediadas pela escrita que se estabeleceram em suas vivências até o referido momento de interação com os textos que levamos a campo:

- (55) Pesquisadora - ((lê em voz alta, mostrando o texto à FJ.))
'Entretanto, desde o rompimento da relação [sic] o genitor não têm [sic] cumprido seus deveres, dentre eles o de colaborar para a criação e sustento de seu filho menor impúbere.' ((Figura 16 - Linhas 7 a 9)) (+) *Consegue entender? O que tu acha difícil aqui?*

FJ. - *As palavras.*

Pesquisadora - *Quais palavras tu não entendeu?*

FJ. - *'Impúbere'... que palavra é essa? [...]*¹⁵²

Pesquisadora - ((lê em voz alta, mostrando o texto à FJ.))
'Cabe afirmar que a genitora já tentou inúmeras vezes conversar com o requerido solicitando uma contribuição mensal de maneira que não fosse onerosa para o mesmo [...]' ((Figura 17 - Linhas 19 a 21)), *consegue entender?*

FJ. - *Onerosa?*

Pesquisadora - *Não entende 'onerosa'?*

FJ. - *Não.* (FJ., entrevista realizada em 2014).

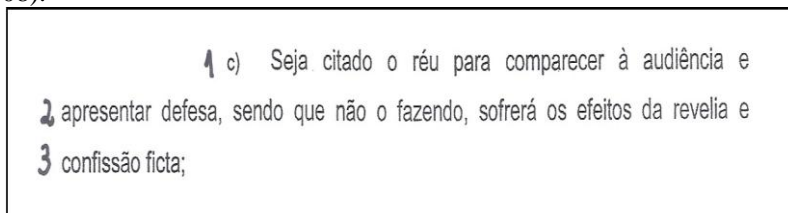
A seleção lexical que compõe o estilo dos textos nos *gêneros do discurso* em pauta reflete especificidades da *esfera* de que são parte, diferenciando-se, portanto, de outros textos em outros *gêneros*, sobretudo daqueles que não são representativos dos *letramentos dominantes*. Consoante Volochínov (2013 [1925-30]), a orientação social, juntamente com a situação da enunciação constituem a forma estilística e a estrutura puramente gramatical dos enunciados. Nessa

¹⁵² Importa registrar que não respondemos à pergunta de FJ. aqui em nome de não interferir no processo de geração de dados. Posteriormente ao fechamento desse processo de geração de dados, porém, conversamos longamente com ela, assim como com as demais participantes deste estudo e, por razões de ética de pesquisa, colocamo-nos à disposição para esclarecer as dúvidas que tinham relação ao conteúdo dos documentos, dúvidas em cujo equacionamento entendíamos possível incidir.

orientação, os sujeitos estabelecem o *auditório*, presente ou pressuposto, de seus dizeres, a quem o discurso, que é dialógico, se dirige, com vistas à sua compreensão e à sua resposta potencial. Como já discutimos alhures, a *esfera jurídica* parece deter dois *auditórios* de recepção de suas materializações linguísticas – a própria *esfera jurídica*, representada pelos operadores do Direito, e, por outro lado, os demandantes e demandados da Justiça. Como o estabelecimento dessas relações se dá via *gêneros do discurso secundários*, cujas especificidades vinculam-se à *ideologia oficial* (com base em BAKHTIN, 2004 [1927]; VOLOSHINOV, 2009 [1929]), há nesses ditos a predominância de modos historicamente construídos de dizer e amplamente homologados. Como o *letramento* precisa ser entendido sob uma perspectiva histórica (BARTON, 2007 [1994]), faz-se necessário destacarmos aqui a existência de implicações da historicidade da instituição jurídica, cuja perpetuação no tempo e expansão nos espaços conferiram-lhe predicados que estão diretamente relacionados com um processo de *aposição de vozes* (CERUTTI-RIZZATTI; ALMEIDA, 2013) em homologação.

Estando, pois, a *esfera jurídica* historicamente vinculada ao poder, nos termos em que Gnerre (1994) e Rama (1985) abordam sua conjuntura, a tensão entre os seus usos de linguagem e aqueles ditos *vernaculares*, parece-nos incontestável. Um dos exemplos mais visíveis desse embate observa-se na manutenção dos latinismos, cuja incompreensão foi *salientada* por F.J., como registramos na sequência.

Figura 18 - Parte da *Petição Inicial* referente ao processo de F.J. (fl. 08).¹⁵³



Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

O uso do Latim nos *gêneros do discurso* da *esfera jurídica* decorre, em nosso entendimento, da construção histórica do espaço social implicado no desenvolvimento das atividades que se dão nessa

¹⁵³ A página correspondente a esse excerto consta no Anexo D.

esfera, remontando ao Direito Romano e afirmando, por isso, a manutenção de seu *estilo* nos tempos e nos espaços implicados em sua atuação. Elucidamos, a seguir, excerto de entrevista em que o estranhamento da participante de pesquisa em relação aos itens lexicais representativos da tradição jurídica se materializa:

(56) Pesquisadora - ((lê em voz alta, mostrando o texto à FJ.))
'c) seja citado o réu para comparecer à audiência e apresentar defesa, (+) sendo que não o fazendo, sofrerá os efeitos da revelia e confissão ficta;' ((Figura 18 - Linhas 1 a 3)).

FJ. - *Que que isso quer dizer?* ((risos))

Pesquisadora - *'Revelia' tu sabe o que é?*

FJ. - *Não.*

Pesquisadora - *E confissão ficta?*

FJ. - *Confissão, que confessa alguma coisa... agora, o que seria ficta? Não sei.* (FJ., entrevista realizada em 2014, ênfase em negrito nossa).

Não são gratuitas as dificuldades que se eliciam no processo de construção de sentidos que aqui objetivamos interpretar, as quais parecem se originar das contingências que caracterizam a historicidade de cada participante de pesquisa e, em grande medida, dos contrastes entre *práticas de letramento vernaculares* e *práticas de letramento dominantes*, com especial destaque às da *esfera jurídica*. Esse embate não reside, contudo, somente na superfície linguística, mas tem implicações conceituais. Evocamos, para fundamentar nosso argumento, considerações de Vigotski (2001 [1934]) já mencionadas sobre o processo de formação de *conceitos*, tendo presente que a linguagem humana possui duas funções: a de intercâmbio social e a de pensamento generalizante/organização do pensamento. Esta última função relaciona-se com os conceitos, os quais são entendidos por Vigotski (2001 [1934], p. 246) como atos de generalização e atos complexos de pensamento, os quais evoluem como significados das palavras.

Ainda a esse respeito, Vigotski (2001 [1934]) estabelece uma distinção entre *conceitos espontâneos* e *conceitos científicos*. O mencionado autor pautava essa diferenciação no percurso que cada tipo de

conceito estabelece em seu desenvolvimento, exemplificando esse processo por meio dos conceitos de *irmão* e de *Lei de Arquimedes*. Conforme afirma Vigotski (2001 [1934], p. 264):

O desenvolvimento do conceito de *irmão* não começou pela explicação do professor nem pela formulação científica do conceito. Em compensação, esse conceito é saturado de uma rica experiência pessoal da criança. Ele já transcorreu uma parcela considerável do seu caminho de desenvolvimento e, em certo sentido, já esgotou o conteúdo puramente fático e empírico nele contido. Mas é precisamente estas últimas palavras que não podem ser ditas sobre o conceito *lei de Arquimedes*.

O momento inicial da formação dos *conceitos espontâneos* e aquele dos *conceitos científicos* distinguem-se substancialmente, porque cada um apresenta uma relação específica com o objeto e com o ato de sua apreensão pelo pensamento. A despeito de suas diferenças de gênese, há relações análogas entre os dois tipos de conceitos, porquanto

[...] o desenvolvimento dos conceitos tanto espontâneos quanto científicos é, no fundo, apenas uma parte do desenvolvimento da língua, exatamente o seu aspecto semântico, porque, em termos psicológicos, o desenvolvimento dos conceitos e o desenvolvimento dos significados da palavra são o mesmo processo apenas com nome diferente [...]. (VIGOTSKI, 2001 [1934], p. 268).

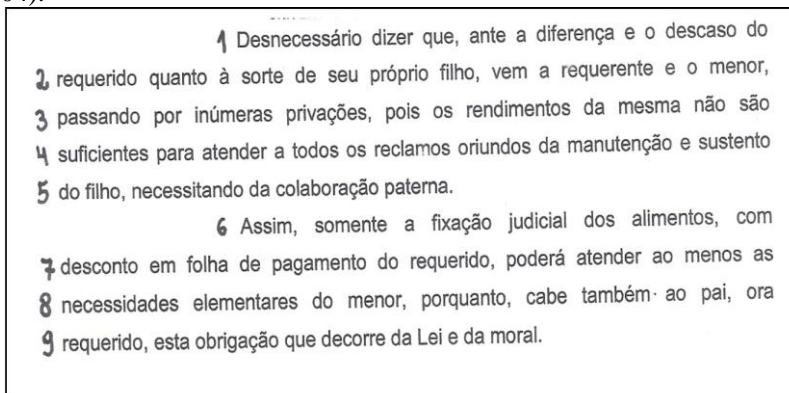
No que tange ao vocabulário especializado da *esfera jurídica*, entendemos que não se trata apenas de uma escolha lexical que finda em si mesma, mas de uma evocação conceitual. A utilização do jargão jurídico, este que resulta da constituição histórica da *esfera* em que tem lugar, denota um comprometimento de precisão com os conceitos capitais na área em pauta. Sobre isso, explica Gnerre (1994, p. 24):

Para [...] os jargões é também relevante considerar o universo conceitual e referencial em relação ao qual existem. É claro que não é suficiente "conhecer" o léxico para entender uma mensagem em [...] jargão. É necessário ser de alguma forma

"interno" aos conteúdos referenciais para entender algo das mensagens. Neste aspecto, [...] os jargões podem ser comparados aos usos mais específicos da variedade padrão de uma língua associados com as comunicações, mais relevantes em termos de poder: comunicações jurídicas, econômicas, políticas, etc., quase que impenetráveis às grandes massas, não só pela variedade linguística usada para transmiti-las, mas também pela complexidade e especificidade dos conteúdos dos referenciais transmitidos.

Além da incompreensão de itens lexicais, *FJ.* também apresentou dificuldade em construir sentidos quando em interação por meio de construções sintáticas muito extensas, tal qual o período que pode ser lido entre as linhas 1 e 5 da Figura 19 a seguir.

Figura 19 - Parte da *Petição Inicial* referente ao processo de *FJ.* (fl. 04).¹⁵⁴



Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

Conforme mostramos em (57), *FJ.* não construiu sentidos para o excerto veiculado na Figura 19, em razão das especificidades sintáticas:

- (57) *Pesquisadora* - ((lê em voz alta, mostrando o texto à *FJ.*))
'Desnecessário dizer que, ante a diferença e o descaso do
requerido quanto à sorte de seu próprio filho, vem a
requerente e o menor, [sic] passando por inúmeras

¹⁵⁴ A página correspondente a esse excerto consta no Anexo F.

privações, pois os rendimentos da mesma não são suficientes para atender a todos os reclamos oriundos da manutenção e sustento do filho, necessitando da colaboração paterna.' ((Figura 19 - Linhas 1 a 5)) (+++) Entendeu?

FJ. - Não, me explica... tá difícil. (...)

Pesquisadora - Por que tu não entendeu, assim, tu acha que as palavras são difí::ceis?

FJ. - É, as palavras tão meia...

Pesquisadora - Que palavra tu acha difícil aqui?

FJ. - Ou a frase inteira, não sei, fala de um modo diferente, pra gente poder entender... sim, as palavras, **mas a frase, o jeito que tá expressando...** é... (FJ., entrevista realizada em 2014, ênfase nossa em negrito).

De acordo com FJ., a sua dificuldade de construção de sentidos para o excerto transcende a compreensão de itens lexicais isolados, esbarrando em um estranhamento no que estamos chamando *saliência da configuração sintática*. Muito provavelmente, os entraves encontrados por FJ. decorram da não familiaridade com longas estruturas sintáticas e com a possibilidade de suas inversões, situações incomuns na oralidade e nos usos da escrita mais vernaculares. Entendemos, pois, que tal *saliência* resulta de recursos gramaticais agenciados no *ato de dizer*, este que está inarredavelmente vinculado à *esfera da atividade humana* na qual emerge.

O *gênero do discurso Petição Inicial* faz parte, sobre o que já dissertamos, do processo judicial, sendo um de seus componentes, dada a constituição marcadamente *intergenérica* (com base em MARCUSCHI, 2010 e CORRÊA, 2007) dos autos. A configuração textual daquele *gênero* atende a demandas interacionais efetivas que têm lugar na *esfera jurídica*, na qual se encontra o *auditório* mais imediato (VOLÓSHINOV, 2009 [1929]) da relação instituída pelo enunciado, qual seja, outro operador do Direito, este que compartilha com os demais operadores responsáveis pela redação do mencionado texto um *horizonte axiológico e práticas de letramento* convergentes.

Em contrapartida, os *outsiders* da mencionada *esfera*, os demandantes e demandados da Justiça, são detentores de *práticas de*

letramento distintas daquelas compartilhadas pelos *insiders* – singularidades que não são consideradas no ato de produção de texto naquele *gênero* – e figuram, na interação verbal instituída pela *Petição*, também como interlocutores.

6.1.3 Compreensões de RS. para o conteúdo materializado nos textos dos *gêneros* em questão

Nossa interação com RS. sinalizou para pouca familiaridade da demandante da Justiça com diferentes usos sociais da escrita, na medida em que observamos a predominância do agenciamento de elementos de natureza extraverbal para a construção de sentidos dos documentos em tela. A constante evocação de vivências do cotidiano quando em contato com *conceitos científicos* (VIGOTSKI, 2001 [1934]), parece estar relacionada, por um lado, com a breve trajetória que RS. relatou ter tido na instituição escolar – lugar social em que a sistematização dos conhecimentos, possibilitada pela relação intersubjetiva com outro mais experiente, promove o desenvolvimento daqueles *conceitos*, que se relacionam a *eventos* não diretamente acessíveis à observação ou ação imediata dos sujeitos (REGO, 1995) – e com a não recorrência de atividades de leitura em seu cotidiano que transcendam a interação necessária e inarredável com a escrita em uma cultura grafocêntrica, tal como a circulação por um centro urbano. Por outro lado, RS. não exemplificou quaisquer demandas significativas em suas vivências que requeressem usos da escrita, tampouco mencionou relações intersubjetivas que pudessem instigá-la a mover-se ou inserir-se em *esferas da atividade humana* em que a escrita lhe fosse, de alguma forma, requerida.

A leitura de textos em *gêneros do discurso secundários* e a educação em seu sentido formal ocupam lugares significativos no que respeita à constituição da subjetividade, pois, de acordo com Geraldí (2010a, p. 32),

A educação somente se dá pelo processo de mediação entre sujeitos e [...] a leitura é uma das formas de interação entre os homens – um leitor diante de uma página escrita sabe que por trás desta há um autor (seja ele da ordem que for) com que está se encontrando, então devemos incluir todos os processos educacionais e a leitura entre

as interações e por isso mesmo dentro dos processos de constituição das subjetividades.

A esse respeito, entendemos que a relação entre sujeitos, e não a *educação* tomada em sua imanência, implica apropriação da cultura, pois os lugares sociais pelos quais nos movemos ou nos quais nos inserimos requerem de nós – como sujeitos responsivos – assunções ou recusas de compartilhamento e pertencimento associadas a tais ambientações (STREET, 2006).

Entendemos que resumos de experiências são agenciados no momento em que precisamos responder – no sentido bakhtiniano – a enunciados que se estabelecem em nossas vivências. Nesse sentido, a interação de *RS.* com os *gêneros do discurso* próprios da *esfera jurídica* demandou dela agenciamentos possíveis no momento de contato com tais textos. Apresentamos, a seguir, a imagem correspondente ao artefato a partir do qual o *gênero Termo de Audiência* é veiculado:

Figura 20 - *Termo de Audiência* referente à *audiência de conciliação* de *RS.*

4 Aberta a audiência, verificou-se a presença dos acima nominados. O procurador da parte autora juntou
 5 neste ato substabelecimento. De início, as partes disseram não ter interesse em reatar a união conjugal.
 6 Proposta a conciliação, a mesma restou exitosa nos seguintes termos: 1) As partes reconhecem que
 7 viveram em união estável no período de 1989 a 2013. 2) Os filhos do casal ficarão sob a guarda e
 8 responsabilidade do(a) autor(a). 3) O(A) réu(ré) exercerá o seu direito de visitas livremente. 4) O(A) réu(ré)
 9 contribuirá a título de alimentos para seu(sua)(s) filho(a)(s) com a importância de 56%(cinquenta e seis por
 10 cento) do salário mínimo excluindo-se tão somente os descontos obrigatórios (INSS, IR e, Contribuição
 11 Sindical). Tal percentual deverá ser debitado em folha de pagamento pelo empregador do(a) réu(ré), qual
 12 seja, [REDACTED], com endereço a rua [REDACTED],
 13 [REDACTED] e depositado na conta bancária n.º [REDACTED], agência [REDACTED], [REDACTED]
 14 em nome da genitora do(a)(s) menor(es). (a) Referido percentual deverá incidir sobre o 13.º salário do(a)
 15 réu(ré). (b) O termo inicial dar-se-á no presente mês. (c) O termo final dar-se-á na data em que o(a)(s)
 16 menor(es) completar(em) 18 anos de idade ou, caso esteja(m) estudando, completar(em) 24 anos de idade. 5)
 17 Quanto aos bens a) com relação a casa as partes concordam em proceder a venda do bem após ser resolvida a
 18 partilha do terreno sobre o qual a casa foi construída. Isso porque aquele (terreno) foi herdado pela
 19 requerente em conjunto com seus irmãos, mas que, todavia, ainda não foi objeto de partilha. Ajustam, ainda,
 20 que ambos ficarão responsáveis em resolver a partilha do terreno com os demais herdeiros. Ajustam, ainda,
 21 proceder a alienação tanto do terreno quanto da casa. b) Com relação ao veículo (placas [REDACTED], este
 22 ficará com o requerido, que, neste ato, se obriga a pagar a quantia de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos
 23 reais) a requerente, após a venda da casa descrita no item "a". c) Com relação ao terreno descrito a fl. 5,
 24 avaliado em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), as partes afirmam que o mesmo foi vendido e o produto da
 25 venda foi destinado ao pagamento do financiamento do veículo descrito na letra "b", bem como para
 26 reformas na casa descrita na letra "a". As partes requerem a homologação do acordo com a consequente
 27 resolução do mérito da demanda. Por fim, pelo conciliador foi dito: "Remetam-se os autos ao Ministério
 28 Público. Após, ao gabinete para a apreciação. Intimados os presentes". Nada mais. E, para constar, foi
 29 determinada a lavratura do presente termo. Eu, [REDACTED], o digitei, e eu, [REDACTED],
 30 [REDACTED] chefe de cartório, o conferi e subscrevi.

Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

Na leitura realizada por *RS.* do *Termo de Audiência*, observamos que a *saliência lexical* deu causa à construção de sentidos como meio para a sobreposição das vivências cotidianas em relação à materialidade

textual. No exemplo que segue, *RS.* evocou tais vivências a partir da forma nominal *INSS* (Figura 20 – linha 7), alinhando as suas experiências com a instituição representada pelo signo verbal mencionado: (58) *Pesquisadora* - ((lê em voz alta, mostrando o texto à *RS.*)) - *O que significa esta última parte aqui: '[...] excluindo-se tão somente os descontos obrigatórios (INSS, IR e Contribuição Sindical).'*' ((Figura 20 – Linhas 7 e 8))? *RS.* - *Isso aqui eu acho que é o que tinha da rescisão dele, né?* (*RS.*, entrevista realizada em 2014, ênfase nossa em negrito).

O item lexical saliente na leitura de *RS.* – *INSS* – evoca, para ela, sentidos concernentes ao âmbito das questões sociais trabalhistas, de modo que lhe atribui um significado que comporta implicações de quebra de contrato de trabalho e sua consequente reverberação pecuniária. Não fazem parte da compreensão do excerto, contudo, os demais itens lexicais – o que nos move a considerar que o sentido da estrutura sintática como um todo não foi apreendido por ela.

Em (59) a seguir, alguns itens lexicais chave em se tratando do conteúdo da *audiência* de que *RS.* participou se enquadram em diferentes *saliências* – *lexical* e de *especificidades quantitativas*. O cerne da construção de sentidos, nesse momento, parece ter sido o valor explicitado no *Termo*, que teria de ser pago pelo requerido da ação processual, e a expressão nominal *a venda da casa*.

- (59) *Pesquisadora* - ((lê em voz alta, mostrando o texto à *RS.*))
'b) Com relação ao veículo [...], este ficará com o requerido, que, neste ato, se obriga a pagar a quantia de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) a [sic] requerente, após a venda da casa descrita no item "a".'
 ((Figura 20 - Linhas 18 a 20)).

RS. - *É... isso aí eu não entendi... porque a gente tinha o carro quando vivia junto, mas o carro não custava só 15 mil, foi isso que depois eu fiquei com o pé atrás (+) o carro foi mais... ele pagou a dívida do carro que tava faltando... tá, e aí, e o resto que ele já tinha pago do carro, aí não é contado? (+) Agora eu não entendi, na hora eu tinha entendido que esse R\$ 7.500,00 era do carro... (*RS.*, entrevista realizada em 2014).*

O não entendimento sinalizado por *RS.* nesse excerto denota uma incompreensão que teve sua origem no *evento de letramento* do qual o

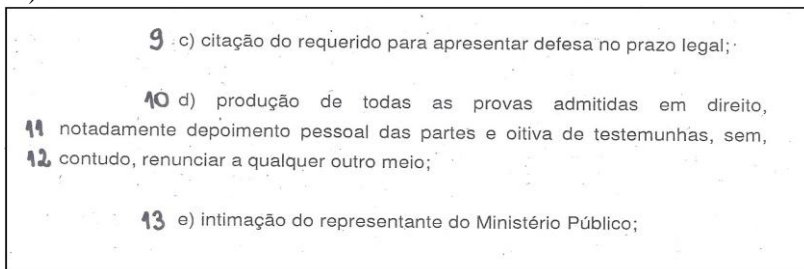
Termo de Audiência é decorrente. Consoante Street (2003), levamos para os *eventos* de que participamos conceitos, valores e modelos sociais, os quais fazem com que os *eventos de letramento* sejam distintos, a despeito de, superficialmente, se assemelharem. Isso significa que os sujeitos, detentores de *práticas de letramento*, singularizam os *eventos*, porque lhes atribuem sentidos específicos a partir do seu lugar no mundo. São, portanto, responsáveis tanto por contribuir para a homologação de *forças centrípetas* quanto por contribuir para sua dispersão por meio das *forças centrífugas* (BAKHTIN, 1993 [1975]) que agem na *língua/linguagem* porque são parte das interações humanas.

É notável, pois, que as quantias referenciam questões nodais discutidas em *audiência*, assuntos pertinentes ao conflito de interesses que deu origem à demanda processual. Em razão de esses valores dizerem respeito a interações mais imediatas e de significarem possíveis respostas aos requerimentos formalizados pela autora da ação, tornaram-se, portanto, salientes na leitura realizada por ela. Concomitantemente a essa saliência ocorreu a sobreposição das vivências em relação à materialidade linguística, visto que RS. não construiu sentidos acerca da alínea *b* constante no *Termo de Audiência*, compreendendo no trecho lido apenas itens lexicais específicos.

Entendemos que a *saliência de especificidades quantitativas* emerge, na leitura de RS., do texto escrito e, ao fazê-lo, a participante de pesquisa estabelece relações com valorações atribuídas a esse mesmo texto, que decorrem de sua constituição subjetiva e de sua inserção sócio-histórica. É ainda mais significativa a dimensão axiológica dessa saliência em nota de campo (12b), que veiculamos no quinto capítulo desta dissertação, momento em que a quantia de dois salários mínimos, registrada na *Petição Inicial*, é revozeada pelo conciliador às partes, a fim de questionar à demandante se ela entendia ser esse valor compatível com a realidade financeira do demandado.

O mesmo processo de construção de sentidos mediante duas *saliências lexicais* aconteceu em outro momento, em que fazíamos a leitura da parte do documento denominada 'Dos pedidos'.

Figura 21 - Parte da *Petição Inicial* referente ao processo de *RS.* (fl. 08).¹⁵⁵



Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

Nesse caso, um dos requerimentos listados trata da intimação do representante do Ministério Público, pedido recorrente em todas as *Petições Iniciais* a que tivemos acesso.

(60) *Pesquisadora* - ((lê em voz alta, mostrando o texto à *RS.*))
'e) intimação do representante do Ministério Público;'
((Figura 21 - Linha 13)).

RS. - Intimação pra comparecer na audiência?

Pesquisadora - Mas a intimação do representante do Ministério Público?

RS. - É o ((nome do advogado)), né? Meu advogado... (*RS.*, entrevista realizada em 2014).

Nesse excerto, percebemos quais são as possibilidades de sentido, gestadas por *RS.*, para dois itens lexicais específicos – *intimação* e *Ministério Público*. Em ambos os casos, a participante de pesquisa constrói sentidos a partir de suas vivências mais imediatas, aproximando *intimação* do campo semântico de *audiência*, e *Ministério Público* de *advogado*.

O motivo para tais aproximações parece residir no entendimento de que, por ser *outsider* da *esfera jurídica* e, concomitantemente a isso, não se mover em outras *esferas* mais formais, tal qual a primeira, *RS.* tenha vivenciado interações nas quais os dois vocábulos foram mencionados somente em função de sua *audiência* agendada e devido

¹⁵⁵ A página correspondente a esse excerto consta no Anexo G.

aos diálogos que estabeleceu no Núcleo com o advogado e os estudantes de Direito – o que, possivelmente, tenha feito com que ela relacionasse os dois itens lexicais às interações de que ela participou naquele lugar.

A constante evocação das vivências, em detrimento da materialidade linguística do texto, no processo de construção de sentidos, por RS., parece denotar *práticas de letramento* bastante distintas de *esferas* mais formais, visto que esta participante de pesquisa tende a fazer uso da escrita, em seu cotidiano, apenas para finalidades *funcionais* (PONZIO, 2008-2009) imediatas e privadas. A despeito de RS. ter considerado a leitura e a escrita como atividades importantes, ao afirmar que quanto mais se lê, mais se aprende – (61) (...) *eu acho que quanto mais tu lê e tu escreve, mais tu aprende.* (RS., entrevista realizada em 26 de junho de 2014) –, não houve, em sua fala, quaisquer outras valorações que lhe impulsionassem a almejar novas apropriações de conhecimentos por meio da escrita, não projetando essa modalidade para o alcance de propósitos futuros. Ao que parece, o conteúdo de (61) é mero revozeamento do senso comum, o que ganha sentidos em se tratando da interação com uma pesquisadora da universidade – paradoxo do entrevistador (LABOV, 2008 [1972]).

Outro aspecto que julgamos relevante na etapa de geração de dados desta pesquisa diz respeito ao conhecimento, por parte das participantes de pesquisa, dos *gêneros do discurso* em questão neste estudo. Por *conhecimento*, entendemos a apropriação cultural das especificidades desses *gêneros*, considerando-se o seu lugar social – as especificidades de sua *esfera* (BAKHTIN, 2011 [1952-53]) – e os propósitos a que se destinam, bem como o reconhecimento do artefato (HAMILTON, 2000) em que os textos, nesses *gêneros*, se materializam. Apresentamos, pois, a imagem de uma das folhas que compõem a *Petição Inicial* referente ao processo de RS.:

Figura 22 - Parte da *Petição Inicial* referente ao processo de RS. (fl. 02).

Antes de entrar no tema da presente ação, cabe informar que a autora ajuizou medida preparatória, a saber, cautelar de separação de corpos autuada sob o número [REDACTED], da qual ainda não possui resposta sobre o deferimento da a medida liminar lá requerida.

1- FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

1.a) União estável e sua dissolução.

A autora conviveu maritalmente com o requerido por aproximadamente 20 anos, resultando desta união o nascimento de 3 filhos, [REDACTED] e [REDACTED] – certidões de nascimento em anexo.

Recentemente a autora e os filhos foram expulsos da casa construída por ambos, o que levou a autora a ajuizar a medida preparatória sobredita a fim de poder retornar ao lar com os filhos (processo n. [REDACTED]).

Destaca-se que o requerido tem histórico violento e já agrediu verbal e fisicamente a autora por diversas vezes (boletim de ocorrência em anexo), muitas na presença dos filhos.

Assim, diante da expulsão do lar e da impossibilidade de manter a relação iniciada a quase 20 anos atrás, por todos os históricos de violência sofridos pela autora, é que esta pretende reconhecer e dissolver a união estável que mantinha com o réu.

Sabido que há muito tempo a união estável é reconhecida como entidade familiar, conforme expressa disposição estampada na Constituição Federal:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

2

Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

Pautadas nas diretrizes que delineamos para a Entrevista 2 (APÊNDICE A) do processo de geração de dados, apresentamos o *gênero do discurso Petição Inicial* para as participantes de pesquisa, a fim de que elas expressassem o conhecimento ou desconhecimento do documento em questão, conforme observamos em (62) a seguir.

(62) *Pesquisadora* - (...) *Esse aqui é outro documento, quero que tu dê uma olhadinha nele, pode folhear, ler, e vê se tu sabe o que é. (+++) Tu sabe o que é esse documento?*

RS. - Não:::

Pesquisadora - *Dá uma olhada nessa parte aqui... ((pesquisadora mostra à entrevistada a página do documento que narra os fatos pertinentes à ação)).*

RS. - *Isso aqui é quando eu falei com o ((nome do advogado do Núcleo)).*

Pesquisadora - *Quem é ((nome do advogado do Núcleo))?*

RS. - *Meu advogado.*

Pesquisadora - *Tu levou pra ele?*

RS. - *Não... eu fui falando, e eles foram escrevendo. (RS., entrevista realizada em 2014).*

O reconhecimento das informações contidas no artefato e a evocação de vivências que o geraram não implicam o reconhecimento do *gênero do discurso* que as veicula. Isso suscita sinalizações de dois motivos. Primeiramente a de que, embora compreenda, a partir da materialidade textual, o conteúdo ali registrado e com ele se identifique, é somente na situação de interação constante que se pode apreender a constituição dos *gêneros*, visto que se caracterizam pelas *esferas* sociais em que se estabelecem, por meio deles, relações intersubjetivas em que os textos neles são produzidos. Nesse sentido, entendemos, com base em Rodrigues (2005), que cada *esfera* possui uma função ideológica particular, tal como a *esfera jurídica*, e, por isso, reflete condições concretas específicas, das quais decorrem implicações que se observam nas relações intersubjetivas que se constituem em seu âmbito.

Em segundo lugar, sinaliza também para o fato de que o não reconhecimento possivelmente ocorra em virtude da *relação intergenérica* (CORRÊA, 2007; MARCUSCHI, 2010) característica da configuração dos *gêneros*. Consoante Bakhtin (2011 [1952-1953]), os *gêneros secundários*, no seu processo constitutivo, absorvem e reelaboram os *gêneros primários*. Um exemplo de *gênero primário* que é absorvido e reelaborado por um *gênero secundário* é a *conversa em consulta jurídica* que acontece, em um dos primeiros contatos do demandante da Justiça – via assistência judiciária gratuita – com o Núcleo de Práticas Jurídicas, *conversa* cujo conteúdo passa a fazer parte, com as devidas alterações, da *Petição Inicial*, a qual, por sua vez,

absorve o *gênero primário* e transforma-o para propósitos específicos, tornando-se parte de um *gênero secundário*.

Importa, ainda, registrar a inferência de que, por ocasião do processo de construção de sentidos em discussão neste capítulo, trechos nos quais predominava a tipologia narrativa como também constitutiva do *gênero* em questão (com base em MARCUSCHI, 2010) mostraram-se mais acessíveis em se tratando da construção de sentidos por parte das participantes desta pesquisa, diferentemente daqueles trechos em que prevaleciam as tipologias injuntivas. Essa nos parece ser uma questão substancialmente importante, cujo aprofundamento requereria novos estudos.¹⁵⁶

Estamos, pois, aqui, lidando com duas *esferas* diferentes da *atividade humana*, ainda que seus limites não estejam explicitados, quando mencionamos o domínio em que o *gênero primário* se estabelece e o outro domínio em que tem lugar o *gênero secundário*. Conforme afirmam Barton e Hamilton (2000), algumas instituições estão estruturadas mais formalmente que outras e apresentam procedimentos explícitos, documentações próprias e penalidades por infrações. Assim, a *esfera* em que se dá a *conversa em consulta jurídica* é a interface entre a *esfera acadêmica* e a *esfera jurídica*, configuração cronotópica que prevê a realização de atendimentos por estudantes universitários, enquanto que o lugar de materialização e reverberações da *Petição Inicial* – o cartório judicial, a sala de *audiências* – é a *esfera jurídica* – do que deriva a compreensão que cada qual dos lócus tem em si mesmo implicações distintas no que concerne a normatividades e propósitos interacionais. Semelhantemente, cada lócus também reverbera em valorações e conceitos atribuídos pelos próprios demandantes da Justiça, os quais podem sentir-se mais à vontade para dialogar sobre o seu pleito com acadêmicos do curso de Direito, tornando a conversa que estabelecem bastante informal.

6.2 CONCOMITÂNCIA ENTRE A MATERIALIDADE VERBAL E AS VIVÊNCIAS NOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS EMPREENNIDOS POR *SE.*, *AC.* E *MJ.*

Nossa interpretação para a construção de sentidos para textos em *gêneros do discurso* por parte das participantes de pesquisa apresenta-se

¹⁵⁶ Nosso agradecimento ao Prof. Dr. Manoel Luiz Gonçalves Corrêa por apontar esse importante aspecto na ocasião da leitura desta dissertação. Interessa-nos retomar essa questão em estudos futuros.

como fundamental para que possamos compreender singularidades dos sujeitos e organização das mais diferentes *esferas da atividade humana*. De acordo com o ideário bakhtiniano, o sentido é conferido pelo ato responsável, o qual exprime nos enunciados a unicidade da existência singular (PONZIO, 2010). Estabelecendo, portanto, como ponto de partida, as vivências de cada participante desta pesquisa, delineamos uma abordagem *ecológica* (BARTON, 2007 [1994]), a partir da qual entendemos tais participantes de pesquisa como sujeitos detentores de uma história pessoal inserida em uma configuração social mais ampla. Tais especificidades históricas aludem à existência de valores e atitudes subjacentes às vivências estabelecidas com a escrita, visto que cada trajetória abarca diversos *eventos de letramento* (HEATH, 1982), dos quais participam os sujeitos, e para os quais tais sujeitos levam o repertório de vozes que constituem as suas *práticas de letramento* (BARTON; HAMILTON, 1998).

Pelas razões que expomos, os sentidos só podem ser construídos mediante contrapalavras, que são respostas formuladas a partir da relação que estabelecemos com a alteridade, numa inesgotável rede dialógica de dizeres que se presentificam em nossas ações, das quais é exemplo a leitura dos textos em *gêneros do discurso secundários Termo de Audiência e Petição Inicial*. Os dados que passamos a expor a seguir denotam sentidos cuja construção foi possível – diferentemente do grupo de participantes de pesquisa de que nos ocupamos na seção anterior – tanto pela materialidade linguística quanto pela evocação do contexto extraverbal, concomitantemente.

6.2.1 Compreensões de SE. para o conteúdo materializado nos textos dos gêneros em questão

As especificidades dos modos de fazer e dizer da *esfera jurídica* refletem condições específicas e finalidades desse campo da atividade humana (BAKHTIN, 2011 [1952-53]), porquanto todas as *esferas* relacionam-se com o uso da linguagem. Essa relação se caracteriza por refletir especificidades de um dado *cronotopo*, que comporta particulares tempo, espaço e, por conseguinte, sujeitos, os quais, social e historicamente, agem por meio do mencionado instrumento de mediação simbólica (VIGOTSKI, 2000 [1978]) – neste caso, a modalidade escrita da língua. As peculiaridades dos *gêneros do discurso secundários* da *esfera jurídica* respondem a uma configuração institucional em que os sujeitos são deslocados de suas singularidades para fazerem parte de

uma categoria – a *armadilha mortal da identidade* de que fala Ponzio (2010).

No percurso orientado para a realização de procedimentos diversos, os quais atendem a finalidades específicas de atuação do Poder Judiciário, os usos de linguagem situados nesse âmbito apresentam o grau mais baixo de alusão à palavra do outro, caracterizando-se, dessa forma, como enunciados mais monológicos (PONZIO, 2010), seja pela variante de prestígio eleita para as textualizações dos *gêneros*, seja pela configuração dos ambientes em que os *eventos de letramento* dessa *esfera* ocorrem. Sobre esse último aspecto, parece-nos que especificidades da *audiência de conciliação* são responsáveis por desconforto e estranhamento por parte dos demandantes e demandados da Justiça, de tal modo que a participação (com base em HAMILTON, 2000) no *evento* resta prejudicada. Com o objetivo de retomar textos orientadores desse *evento* de que SE. participou e de depreender implicações de suas *práticas de letramento* na compreensão desses documentos, levamos à interação com ela cópias dos artefatos correspondentes aos *gêneros do discurso Termo de Audiência e Petição Inicial*. Como fizemos até aqui, apresentamos, neste capítulo, as imagens a eles correspondentes, limitando, contudo, a apresentação do segundo documento às partes a partir das quais se deu a seleção dos dados mais significativos, no que respeita ao intento inicial de responder à terceira questão-suporte de pesquisa.

Figura 23 - *Termo de Audiência* referente à *audiência de conciliação* de *SE*.

1 Aberta a audiência, verificou-se a presença das partes e do procurador da parte autora. O
 2 procurador da parte autora juntou nesta ato substabelecimento. De início, proposta a
 3 conciliação, esta restou exitosa nos seguintes termos:

4 1) O réu contribuirá a título de alimentos para seu filho, ora autor, com a importância de
 5 28% do salário mínimo, quantia hoje equivalente a R\$ 202,72 (duzentos e dois reais com
 6 setenta e dois centavos), a ser pago mensalmente, até o dia 10 (dez) de cada mês
 7 subsequente ao vencido, mediante depósito na conta corrente- [REDACTED] agência
 8 [REDACTED], do Banco [REDACTED] em nome da genitora do autor. (a) No início do ano letivo, o réu
 9 ficará responsável pela compra dos materiais escolares do menor, conforme lista fornecida
 10 pela respectiva instituição de ensino. (b) A mensalidade do plano de saúde do menor, bem
 11 como cada exame, consulta e/ou procedimento que o menor venha a realizar, será arcado
 12 em 50% (cinquenta por cento) do valor total entre a representante do autor e o réu. (c) O
 13 termo inicial dar-se-á no presente mês. (d) O termo final dar-se-á na data em que o autor
 14 completar 18 anos de idade ou, caso esteja estudando, completar 24 anos de idade. 2) O
 15 réu exercerá seu direito de visitas de forma livre. As partes requerem a homologação do
 16 presente acordo e a consequente extinção do feito. Por fim, pelo conciliador foi dito:
 17 "Remetam-se os autos ao Ministério Público. Após, ao gabinete para apreciação. Presentes
 18 intimados". Nada mais. E, para constar, foi determinada a lavratura do presente termo. Eu,
 19 [REDACTED], o digitei, e eu, [REDACTED],
 20 [REDACTED] Chefe de Cartório, o conferi e subscrevi.

Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

No momento da entrevista em que interagimos por meio da leitura do *Termo de Audiência*, *SE*, notou que um pedido que ela havia feito durante a *audiência* não constou no documento, visto que um dos aspectos acordados oralmente era o de que o pai da criança ficaria responsável pela compra do material escolar, no início de cada ano letivo, e que o menor o acompanharia nessa compra. No *Termo*, contudo, não constou a menção a esse acompanhamento, consoante lemos na Figura 23, que contém a integralidade do texto, com exceção dos dados de identificação do Foro e das partes.

A insatisfação de *SE*, foi explicitada quando da leitura do documento – *SE*, não o havia ainda lido de fato –, visto que o pedido, objeto de seu interesse manifesto em *audiência*, que envolvia a presença do menor na compra dos materiais escolares, não foi atendido.

(63) *Pesquisadora* - ((lê em voz alta, mostrando o texto à *SE*)) 'No início do ano letivo, o réu ficará responsável pela compra dos materiais escolares do menor, conforme lista fornecida pela respectiva instituição de ensino.' ((Figura 23 - Linhas 8 a 10)).

SE. - Então não tá dizendo que o meu filho vai junto pra... pra... isso aí eu falei, que o meu filho tinha que ir junto, porque daí vai

lá ele compra coisa de 1,99, (...). (SE., entrevista realizada em 2014).

Há aqui uma consideração relevante a ser feita acerca das vozes em diálogo. Percebemos que o acordo estabelecido na oralidade, situação em que muitas vozes são ouvidas, principalmente em razão das especificidades da *audiência de conciliação*, não foi materializado no texto escrito. Entendemos ter havido uma lacuna na referenciação daquilo que foi objeto de acordo na oralidade, conteúdo não contemplado na materialização escrita. Isso ocorre porque o epítome textual realizado pelo conciliador, ainda que reporte muitos discursos, passa por sua atitude responsiva e transforma-se em um novo *enunciado*. Não há, portanto, uma síntese jurídica que se possa considerar isenta de subjetividades. Como dissemos na seção anterior, os *letramentos dominantes*, que se vinculam à *ideologia oficial* (com base em BAKHTIN, 2004 [1927]; VOLOSHINIV, 2009 [1929]), intentam isentar a linguagem neles utilizada de marcas de pessoalidade, com vistas à uniformização. Como temos defendido, entretanto, essa isenção não é possível porque a linguagem não existe apartada do sujeito, o qual depende dela para sua constituição e suas ações em sociedade.

Compreendemos que a condição de *outsider* fez com que SE. visse a si mesma em uma situação de desconforto que incidiu sobre a sua atuação no *evento* – situação que, segundo ela, deveria ser amenizada pela atuação do *insider* da *esfera*, o advogado do Núcleo: (64) *Olha... como eu disse, a gente... eu fiquei muito nervosa, é... eu tava mais nervosa ainda porque eu não tinha tido esse::: (+) essa assistência deles, entendeu? Eu não sabia de nada, ele ((o advogado)) não sabia de nada.* (SE., entrevista realizada em 2014).

A despeito de, quando em interação conosco com enfoque nos documentos, SE. ter demonstrado facilidade em compreender o conteúdo e até ter notado um equívoco no conteúdo deles – a troca de *requerente* por *requerido*, que alterava o sentido de uma frase, conforme mostraremos a seguir – a não familiaridade com as *práticas de letramento* da *esfera jurídica* trouxe prejuízos para sua participação na *audiência*, de tal modo que SE. não realizou a leitura do *Termo do Audiência* ao final do *evento*, ação que a teria conduzido a uma possível intervenção para acréscimos de conteúdos acordados oralmente.

No tocante à *Petição Inicial* – cujo artefato veiculamos a seguir a partir da apresentação de uma de suas páginas componentes –, ao entrar

em contato com o artefato e manuseá-lo, *SE*. reconheceu a função social a que o *gênero* se presta.

Figura 24 - Parte de *Petição Inicial* referente ao processo de *SE*. (fl. 03).

1 I – DOS FATOS

2 Inicialmente, cumpre ressaltar que o requerente é reconhecidamente

3 filho do requerido, conforme certidão de nascimento anexa.

4 Até o presente momento, o requerido pouco auxiliou nas despesas com

5 educação e sustento de seu filho, e, diante das necessidades enfrentadas pelo

6 requerente, não lhe resta outra via que não a judicial para ter satisfeitos seus

7 direitos mais básicos.

8 Tendo em vista que a genitora do menor trabalha como recepcionista em

9 um hotel, tendo uma renda média de R\$ 900,00 (novecentos reais), nota-se que a

10 renda desta não se mostra o suficiente para cobrir todas as despesas com

11 necessidades básicas do requerido. Entre essas despesas, encontram-se gastos

12 com alimentação, saúde, vestuário, mensalidade escolar, aulas esportivas e outros

13 que somam, em média, o valor de R\$700,00 (setecentos reais).

14 A mãe do requerente ressalta que sua principal preocupação no

15 momento é com relação ao desconto que recebe nas mensalidades escolares do

16 requerente, visto que está se aproximando o termo final deste desconto. A genitora

17 relata não possuir condições de arcar sozinha com o valor integral das

18 mensalidades, sem prejuízo de sustento próprio e do requerente, além de seu outro

19 filho, fruto de outra relação. Relata, ainda, seu receio em não conseguir manter o

20 requerente na escola que estuda atualmente, visto que sem dúvida este viria a ser

21 prejudicado de várias maneiras se se visse obrigado a ter que trocar de instituição

22 de ensino.

23 Neste sentido, e em razão da razoável situação econômica do requerido,

24 tendo em vista que se encontra empregado na empresa [REDACTED]

25 [REDACTED] como promotor de vendas, recebendo mensalmente o *quantum* de

26 aproximadamente R\$ R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, além de proprietário de

27 uma empresa, onde se estima que tenha uma renda em torno de R\$ 6.000,00 (seis

28 mil reais), pretende o requerente que lhe seja concedida a assistência à que faz jus.

Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

O reconhecimento do documento resultou pela visualização de informações obtidas durante a interação na *audiência*, trazendo à memória especialmente a réplica de trechos que se materializaram textualmente nas duas petições.

(65) *Pesquisadora* - *Esse aqui é outro documento ((pesquisadora entrega à entrevistada a Petição Inicial referente a uma de suas ações)), quero que tu dê uma olhada, vê se tu sabe o que é...*

SE. - *Esse aqui::: (+) é... esse aqui eu acho que tava na intimação que eu não recebi.*

Pesquisadora - *Mas tu sabe que documento é esse?*

SE. - *Esse aqui é aquele que eles deram ctrl c + ctrl v ((menção às ações de copiar e colar em editor de texto de computador)) e erraram... ((risos)).* (*SE.*, entrevista realizada em 2014).

As atividades de leitura e escrita em que *SE.* se engaja, notadamente aquelas mediadas pela tecnologia da informática, facultaram a ela a suposição do que poderia ter ocasionado tal duplicação de conteúdo. Nesse caso, certa especificidade cronotópica envolvida na interação na *esfera jurídica* – o uso do aparato tecnológico próprio de nosso tempo – está também presente, a seu modo, no cotidiano de *SE.*, que faz uso da referida tecnologia para outros propósitos, tais como a realização de pesquisas na *internet*, o acesso a redes sociais etc.: (66) *Uso bastante ((a internet)), mas... infelizmente é mais rede social ((risos)), mas assim, não vivo mais sem o Google, pra saber de tudo que eu preciso.* (*SE.*, entrevista realizada em 2014).

A cultura escrita sofre continuamente processos de (res)significação por mecanismos institucionais (KRAMSCH, 1998), que conferem aos usos da escrita específicas finalidades sociais, variando estas de acordo com o contexto em que se inserem, tal qual afirma Barton (2007 [1994]). Assim, as configurações de cada *esfera da atividade humana* conferem significados distintos à escrita quando associados a propósitos sociais particulares. Entendemos, por isso, que a definição de *letramentos dominantes* e *vernaculares* pode ser significativamente relacionada com os conceitos bakhtinianos de *esfera* e *gêneros do discurso*, pois alguns modos de utilização da linguagem, embora muito semelhantes, ganham contornos distintos a partir do lugar social em que cumprem um papel – um dos motivos pelos quais certos usos são mais valorizados que outros (BARTON; HAMILTON, 1998).

Ainda em relação ao excerto (65), parece-nos que o reconhecimento do *gênero Petição Inicial* por *SE.* foi possível devido à

interação de que ela participou na *audiência de conciliação*, momento em que os requeridos no processo estavam presentes, portando a Intimação, documento que contém a cópia da *Petição*. Podemos dizer, então, que ainda que ela não conhecesse tal *gênero*, a identificação foi possível a partir das relações que estabeleceu com as ações em torno de textos no *evento de letramento* de que foi parte.

Semelhantemente, as *práticas de letramento* de *SE*. contribuíram significativamente para o processo de construção de sentidos quando da leitura da *Petição Inicial*, de tal modo que a sua compreensão leitora, decorrente dos *eventos de letramento* de que tem participado ao longo de sua vida, facultou-lhe o reconhecimento de uma falha de referenciação na construção do texto, conforme podemos observar em (67) a seguir:

- (67) *Pesquisadora* - ((lê em voz alta, mostrando o texto à *SE*))
'Até o presente momento, o requerido pouco auxiliou nas despesas com educação e sustento de seu filho, e, diante das necessidades enfrentadas pelo requerente, não lhe resta outra via que não a judicial para ter satisfeitos seus direitos mais básicos.' ((Figura 24 - Linhas 4 a 7)).

SE. - Entendi. **Requerido** é ele, **requerente** sou eu.

Pesquisadora - ((lê em voz alta, mostrando o texto à *SE*))
*'Tendo em vista que a genitora do menor trabalha como recepcionista em um hotel, tendo uma renda média de R\$ 900,00 (novecentos reais), nota-se que a renda desta não se mostra o suficiente para cobrir todas as despesas com necessidades básicas do **requerido**.'*

SE. - 'Do **requerido**', o meu filho agora? (*SE.*, entrevista realizada em 2014, ênfase nossa em negrito).

As relações intersubjetivas são condições indispensáveis para o exercício da leitura e da escrita, consoante o que ensina Kalman (2003). Assim, podemos afirmar que as *práticas de letramento* de *SE*. são resultados temporários das vivências com a escrita que se estabelecem em sua vida até aquele momento, o que decorre de demandas de interação que requerem determinados modos de dizer.

A respeito dos modos de dizer da *esfera jurídica*, entendemos que as particularidades das formas de seus discursos têm suas raízes no passado (BARTON; HAMILTON, 1988) e, por se vincularem à

ideologia oficial (com base em BAKHTIN, 2004 [1927]; VOLOSHINIV, 2009 [1929]), estão menos suscetíveis a mudanças, carreando sempre adiante *gêneros do discurso* e formas linguísticas tradicionais, que se perpetuaram no tempo – do que o latinismo é um exemplo –, mantendo, dessa forma, o rebuscamento de seus modos de dizer e fazer. SE., em sua leitura, destacou a ocorrência de '*quantum*', questionando a língua de origem do termo: (68) *O 'quantum'* ((Figura 25 - Linha 25))? *Isso é... latim?* (SE., entrevista realizada em 2014). A hipótese de SE. parece se pautar em um reconhecimento do latim como língua usual no meio jurídico, indício de que os componentes das *práticas de letramento* dessa *esfera* não são, em sua totalidade, desconhecidos por ela. Consoante Gnerre (1994, p. 23), as *linguagens especiais* caracterizam-se como meios de interação que excluem sujeitos externos ao grupo que elas representam, e, por isso,

É comum que uma língua especial faça uso de léxico proveniente de alguma língua estrangeira ou externa à língua da comunidade e também de léxico elaborado pelos integrantes do grupo restrito e às vezes constantemente renovado, para poder manter a função central da linguagem especial, de definir o grupo em relação ao ambiente linguístico em que vive.

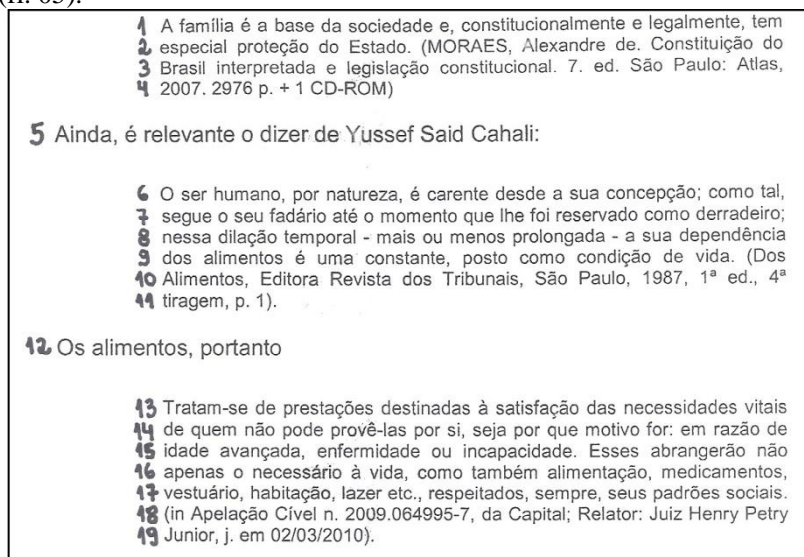
Para Barton (2004 [1994]), todas as sociedades controlam o acesso à palavra escrita de alguma forma, e parte desse controle pode envolver a burocracia e as *linguagens especiais* – compreendidas como define Gnerre (1994). A esse respeito, explicam Barton e Hamilton (1998, p. 229):

Bureaucratic and technical literacies can be a formidable obstacle to democratic participation for many people, and it takes an effort to break down these exclusionary aspects of literacy, whether by bureaucratic organizations themselves, or by the community groups which inadvertently develop procedures that restrict the participation of people with limited education.¹⁵⁷

¹⁵⁷ Tradução nossa: Letramentos burocráticos e técnicos podem ser um considerável obstáculo para a participação democrática de muitas pessoas, e é preciso um esforço para quebrar esses aspectos excludentes do letramento, seja por organizações burocráticas si, ou por grupos comunitários que

No que respeita aos procedimentos mencionados por Barton e Hamilton (1998), entendemos que implicam, via modalidade escrita da língua, determinados *gêneros do discurso* para sua efetivação, os quais são, comumente, de desconhecimento dos *outsiders* da *esfera jurídica*, como é o caso de *SE*.. Quando em contato com outras partes da *Petição Inicial* – tal qual a representada pela Figura 25 a seguir –, a participante de pesquisa se mostra não familiarizada com a configuração do *gênero* em pauta.

Figura 25 - Parte da *Petição Inicial* referente a um dos processos de *SE*. (fl. 05).¹⁵⁸



Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

No excerto (69), *SE*. sinaliza para o não conhecimento dos motivos pelos quais doutrinadores são citados no documento, o que se estende a aspectos formais da organização textual.

(69) *Pesquisadora - Quem é Alexandre de Moraes* ((Figura 25 - Linha 2)), *tu sabe?*

desenvolvem inadvertidamente procedimentos que restringem a participação de pessoas com pouca instrução.

¹⁵⁸ A página correspondente a esse excerto consta no Anexo H.

SE. - Não...

Pesquisadora - Ó, aí continua aqui... sabe porque essa letrinha tá menor aqui?

SE. - Porque é a lei... não; porque é... tá falando o que o Alexandre de Moraes tá falando... 'A família é a base (...)'.
 ...

Pesquisadora - Tu sabe quem é Alexandre de Moraes?

SE. - Não...

Pesquisadora - Mas por que tu acha que eles colocaram o que o Alexandre de Moraes disse aqui?

SE. - **Ele é um juiz...? Algum... e agora?** (+) ((informante faz a leitura da referência bibliográfica apresentada entre parênteses após o excerto citado na Petição Inicial e não reconhece esse conteúdo como referência de uma obra))
Não sei... O que ele é? Tu sabe? (SE., entrevista realizada em 2014, ênfase nossa em negrito).

Nossa ênfase em (69) sinaliza para o desconhecimento de *SE.* para modos de dizer próprios da *esfera jurídica* e também das *esferas escolar e acadêmica*, visto que as normas utilizadas para citações e referências¹⁵⁹ nos textos são as mesmas nos três domínios, tal qual podemos observar na Figura 25, linhas 1-4, 6-11 e 13-19.

O ato de referenciar constitui uma das formas do discurso reportado (VOLÓSHINOV, 2009 [1929]), que, no caso dos *gêneros* provenientes da *esfera jurídica*, serve para referendar a voz do operador do Direito (CERUTTI-RIZZATTI; LESNHAK, 2014). Entendemos, com base em Ponzio (2011), que boa parte dos *gêneros do discurso secundários* caracterizam-se por marcar explicitamente o discurso reportado, ora para fazer valer sua fundamentação a partir de vozes de autoridades, ora para responder a exigências formais de escrita que se erigem no âmbito de certas instituições, dentre as quais a Justiça seguramente é um dos exemplos mais notórios, considerando que vozes do legislador, do doutrinador e aquelas emanadas da jurisprudência constituem fontes do Direito para referendar pleitos de toda ordem.

¹⁵⁹ As normatizações correspondentes são, respectivamente, a NBR 10520 e a NBR 6023.

Entendemos que o acesso a *gêneros* que se erigem nesses lugares sociais, tal como a *esfera jurídica* e a *esfera acadêmica*, pressupõe *disponibilidade*, no sentido que Kalman (2003) dá ao termo, porquanto usos da escrita socialmente prestigiados têm sua circulação mais restrita. Por outro lado, estendemos essa assertiva para a consideração de que *acessibilidade* e *disponibilidade* (KALMAN, 2003) não são, por si sós, suficientes para que haja, de fato, construção de sentidos para textos nesses *gêneros* por parte dos sujeitos; é preciso que existam, para tanto, motivações pessoais (com base em LAHIRE, 2004), as quais são delineadas na intersubjetividade. Dessa forma, compartilhamos com Kleiman (2007) a compreensão de que os usos da escrita se tornam significativos para os sujeitos quando correspondem às suas demandas culturais específicas. Por outro lado, consideramos também, tal qual Volóshinov (2009 [1929]), que reportar o discurso de outrem implica o estabelecimento de relações dialógicas com ele, o que demanda dos sujeitos apropriação de especificidades que têm lugar nas relações intersubjetivas constitutivas da *esfera* em questão.

Em (70) a seguir, inferimos a tentativa de *SE.* de construir sentidos por meio da materialidade linguística, atentando, para tanto, a relações sintáticas, sem esquecer, entretanto, do agenciamento de suas vivências. *SE.* não prescinde da estruturação textual no seu processo de compreensão, e também não o faz em se tratando das interações que deram origem ao documento em questão: eis a concomitância da materialidade verbal e da evocação de vivências suscitadas por ela.

(70) *Pesquisadora* - ((lê em voz alta, mostrando o texto à *SE.*))
'O réu exercerá seu direito de visitas de forma livre. As partes requerem a homologação do presente acordo e a consequente extinção do feito.' ((Figura 23 - Linhas 14 a16)).

SE. - 'Homologação' é autenticação, assim? 'Do presente acordo', esse acordo aqui... e a 'consequente extinção do feito'... isso aqui eu não sei o que que é. Extinção eu sei o que que é, mas por que extinção do feito, né? (*SE.*, entrevista realizada em 2014).

Parece-nos que a participante de pesquisa consegue estabelecer relações entre os recursos lexicais e gramaticais agenciados na tessitura do enunciado e as vivências mais imediatas, porquanto entende o *presente acordo* como o conteúdo do *Termo de Audiência* resultante da conciliação efetivada. Já as dificuldades de *SE.* parecem residir na

incompreensão de expressões plenas de rebuscamento, usuais na *esfera jurídica*, como é o caso de *extinção do feito*. Reiterando o que já discutimos nesta dissertação, os *letramentos dominantes* decorrem de instituições mais formais, as quais mantêm diretrizes explícitas para seus procedimentos (BARTON; HAMILTON; IVANIC, 2000) e tendem a atender expectativas sociais mais amplas, cujas reverberações se mostram, em muitos casos, nas especificidades de suas *práticas de letramento*.

SE., que se mantém em processo de escolarização – atualmente cursando o Ensino Médio –, espaço em que os *letramentos dominantes* têm lugar, em seu processo de construção de sentidos para textos escritos da *esfera jurídica*, manifestou explicitamente substantivo estranhamento em relação a construções sintáticas cuja estrutura dificultou sua compreensão. Considerando a impossibilidade de caracterizarmos os *letramentos dominantes* como usos estanques ou uniformes, invariáveis entre ambientações distintas, como temos defendido, estes usos são necessariamente *locais*, porque estão localizados em um tempo e espaço específicos, atendem a demandas de interação próprias e inserem-se em uma determinada *esfera* da atividade humana. A despeito de possuírem características comuns, os *letramentos dominantes* não constituem blocos monolíticos, o que institui diferenças nos usos da escrita de uma e outra ambientação e, para as finalidades deste estudo, entre as *esferas escolar, acadêmica e jurídica*.

6.2.2 Compreensões de AC. para o conteúdo materializado nos textos dos gêneros em questão

Na relação entre demandante da Justiça e demais envolvidos neste estudo, considerados os *gêneros do discurso* da *esfera jurídica*, é relevante registrar que os sentidos são construídos pelas contrapalavras daquele no *encontro* dialógico que essa interação estabelece – há, nesse ponto, uma relação implícita entre sujeito e sociedade, entre o que está posto e o que pode ser construído, não havendo, contudo, lugares de permanência, mas apenas lugares de passagem (GERALDI, 2006). Os sujeitos se constituem, portanto – e os sentidos que constroem decorrem dessa constituição –, na relação com a outridade, no diálogo incessante que a existência promove. No que concerne à discussão em pauta, compõem esse dialogismo as diversas vozes presentes nos enunciados, tanto no enunciado de quem lê e responde quanto nos *gêneros* em questão, dos quais o *Termo de Audiência* e a *Petição Inicial* são

exemplos. Para dar início à interpretação dos dados gerados mediante nossas interações com AC., apresentamos a imagem correspondente ao artefato que fornece o suporte material para o *Termo de Audiência*:

Figura 26 - *Termo de Audiência* referente à *audiência de conciliação* de AC.

1 Aberta a audiência, verificou-se a presença das partes acima nominados. De início, proposta a
2 conciliação, esta **restou exitosa** nos seguintes termos: 1) O réu contribuirá a título de alimentos para
3 seu(sua) filho(a), ora autor(a), com a importância de 21% do salário mínimo a ser pago mensalmente,
4 até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao vencido, mediante desconto em benefício
5 previdenciário recebido pelo réu junto ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), e depositado
6 na conta corrente n.º [redacted] agência [redacted] do [redacted], em nome da
7 genitora - CPF [redacted] 2) O termo inicial dar-se-á no presente mês. 3) Referido percentual
8 deverá incidir sobre o 13.º salário do(a) réu(rê). 4) O termo inicial dar-se-á no presente mês. 5) O
9 termo final dar-se-á na data em que o(a) autor(a) completar 18 anos de idade ou, caso esteja
10 estudando, completar 24 anos de idade. 6) O requerido exercerá o direito de visitas quinzenalmente,
11 ao sábados a partir das 18:00 horas, devolvendo a menor no domingo às 18:00 horas. 7) Durante as
12 festividades, quais sejam, natal e ano novo o direito de visitas, será alternado. Neste ano a autora
13 permanecerá com as crianças no natal e o requerido no feriado de ano novo. No próximo ano autora
14 permanecerá com a menor durante o carnaval e o requerido na páscoa, invertendo-se as situações no
15 ano subsequente. 8) Durante as férias escolares, compreendida entre o dia 30 de novembro a 20 de
16 fevereiro as visitas serão ajustadas pelas partes, preservando o melhor interesse da criança. 9) As
17 partes acordam que o requerido irá ficar responsável pela compra do material escolar todo início de
18 ano, mediante apresentação da lista escolar pela representante legal da requerente. As partes
19 requerem a homologação do acordo com a *Presenças intimadas*. Nada mais. E, para constar, foi
20 determinada a lavratura do presente termo: Eu, [redacted] o digitei, e eu,
21 [redacted] Chefe de Cartório, o conferi e subscrevi.

Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

Em (71), a seguir, retratam-se algumas singularidades do *encontro* entre AC. e os operadores do Direito por meio de um dos textos emanados na *esfera jurídica*, o *Termo de Audiência*, quais sejam: obstáculos para a construção de sentidos em razão sobretudo do desconhecimento de dois itens lexicais especificamente – *exitosa* e *subsequente*; a desatenção ao conteúdo do *Termo* no momento da *audiência*; e a compreensão de *genitora* como *representante*.

(71) *Pesquisadora* - ((lê em voz alta, mostrando o texto à AC.))
'De início, proposta a conciliação, esta restou exitosa nos seguintes termos:.' ((Figura 26 - Linhas 1 e 2))

AC. - Pois é, ó... como assim ela restou exitosa?

Pesquisadora - Não entende isso?

AC. - Isso eu não entendi. (+++) Esse 'restou exitosa', eu fiquei bastante tempo pensando 'o que que é isso?'.
((risos))

Pesquisadora - *Tu... mas tu leu isso mais com calma em casa?*

AC. - *É, em casa.*

Pesquisadora - *Tá... lá na hora da audiência tu leu mais rápido?*

AC. - *Eu li tudo por cima, assim.*

Pesquisadora - *Lá tu não prestou atenção nesses detalhes?*

AC. - *Não.*

Pesquisadora - ((lê em voz alta, mostrando o texto à AC.)) '(...) nos seguintes termos: 1) O réu contribuirá a título de alimentos para seu (sua) filho(a), ora autor(a), com a importância de 21% do salário mínimo a ser pago mensalmente, até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao vencido, mediante desconto em benefício previdenciário recebido pelo réu junto ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), e depositado na conta corrente (...), em nome da genitora - CPF (...).' ((Figura 26 - Linhas 2 a 7)).

AC. - *Tá, o que que é isso aqui ó: 'de cada mês SUBSEQUENTE ao vencido'?*

Pesquisadora - *Tá... daqui o que tu entendeu? Primeiro vamos ver o que tu entendeu.*

AC. - *Eu entendi que ele vai ter que, né, contribuir com 21% até o dia 10 de cada mês, e vai vir direto descontado do NPS dele. Mas o que que é aquilo ali ó 'de cada mês SUBSEQUENTE ao vencido'? (...)*

Pesquisadora - *Aham... e quem é a genitora?*

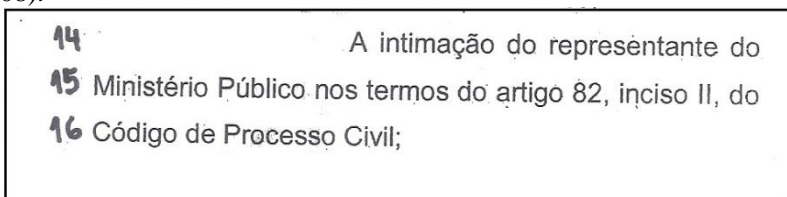
AC. - *É eu (+) sou responsável pela ((nome da filha)), né, porque ela é de menor.* (AC., entrevista realizada em 2014, ênfase em negrito nossa).

Parece-nos que a compreensão de AC., para as *saliências* nesse excerto denotam tanto a consideração de suas vivências quanto a

materialidade textual. A troca de *INSS* por *NPS* traz à tona uma particularidade dessas suas vivências, indiciando o uso do último termo em suas relações intersubjetivas mais cotidianas. Já a compreensão de *genitora* como aquela que age em nome de outrem remete a uma interpretação resultante das interações ocorridas na *esfera jurídica* – tendo em vista que a Ação de Alimentos só pode ser ajuizada, quando o autor não possui capacidade civil, por um representante *capaz* – e das informações presentes no trecho do documento em que o item lexical aparece, de modo que a participante de pesquisa compreendeu que o valor a ser recebido seria depositado em sua conta-corrente.

Não foi tornado saliente, todavia, nenhum item lexical na leitura de uma das alíneas do tópico *Dos pedidos* constante na *Petição Inicial*, o outro *gênero do discurso* em interação com AC., como segue.

Figura 27 - Parte da *Petição Inicial* referente ao processo de AC. (fl. 08).¹⁶⁰



Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

No momento da entrevista, tal qual mostra o excerto a seguir, AC. não conseguiu construir sentidos a partir do trecho retomado pelo turno de fala da pesquisadora: (72) *Pesquisadora* - ((lê em voz alta, mostrando o texto à AC.)) '(...) a intimação do representante do Ministério Público nos termos do artigo 82, inciso II, do Código de Processo Civil' ((Figura 27 - Linhas 14 a 16)); AC. - *Isso aí eu não entendo nada.* (AC., entrevista realizada em 2014). Isso ocorre porque, em nosso entendimento, nenhuma das formas nominais presentes no trecho evocam alguma vivência anterior em que tais objetos de discurso (com base em KOCH, 2004; KOCH; MORATO; BENTES, 2005) tiveram lugar, não estando AC., nesse sentido, familiarizada com vocábulos comuns à *esfera jurídica* e representativos de suas *práticas de letramento*, e, por conseguinte, atípicos a uma grande quantidade de outras *esferas da atividade humana*.

¹⁶⁰ A página correspondente a esse excerto consta no Anexo I.

Ainda no que respeita aos modos de dizer e fazer da *esfera jurídica* propriamente dita, em (73) a seguir, AC., por não compreender as relações que os *gêneros* dessa *esfera* instituem, tem dificuldades para compreender o conteúdo do *Termo de Audiência* na relação com o assunto constante em outro documento originado de interação anterior à *audiência de conciliação*.

(73) *Pesquisadora* - ((lê em voz alta, mostrando o texto à AC.))

'2) O termo inicial dar-se-á no presente mês.' ((Figura 26 - Linha 8)).

AC. - *É, era pra começar a partir desse mês, desse mês agora, né? (+) É isso (que eu não entendi), daí do mês passado a menina já perde, né? (...) É, aí tem essa ((a conciliação formalizada pelo Termo de Audiência)), a outra do outro mês ((a Liminar deferida pela juíza)) (+) eu já não entendo mais nada.* (AC., entrevista realizada em 2014).

O contato que estabelecemos com textos é, em sua essência, um contato entre sujeitos, um contato vivencial entre pessoas que interagem, enunciando pontos de vista e valores. Assim, para a compreensão de um texto, agenciamos recursos de memória que se constituem no cotejo a outros textos, visto que, compreender é fazer dialogar vários enunciados (MIOTELLO, 2013). Nessa compreensão, reagimos a palavras que despertam em nós algum tipo de resposta, uma ressonância ideológica, pois os sentidos são construídos pelos sujeitos que estabelecem relações em suas vivências, relações estas que se dão no diálogo com os outros, os outros sujeitos, os outros textos.

O processo de construção de sentidos precisa ser entendido como necessariamente contextualizado, situado em um tempo e um espaço específicos, nos quais os sujeitos interagem. Essa interação, por sua vez, sempre implicará uma continuidade dialógica incessante, e o sujeito dessa relação estará sempre em infundável constituição. A partir do simpósio conceitual que temos proposto como base para esta pesquisa, entendemos que *práticas de letramento* são cambiantes porque resultam – ainda que esse resultado esteja temporariamente ancorado – das relações intersubjetivas mediadas pelo signo, porque, sem ele, não há contato entre sujeitos (MIOTELLO, 2013) – para as finalidades desta discussão, o signo verbal escrito.

AC., em sua singularidade, ao fazer a leitura do *Termo de Audiência*, disse não ter compreendido a relação que certo trecho do

documento estabelecia com suas vivências. O problema de compreensão de AC. ocorreu porque ela recebera, anteriormente à *audiência*, outro artefato correspondente a uma Liminar concedida para a prestação dos alimentos provisórios. Nesse documento, AC. interpretou a expressão *tutela antecipada* – uma *saliência* em sua leitura – como a concessão da guarda da menor, o que ela asseverava no momento da entrevista e no decorrer da *audiência* de que participou. Ainda que essa ocorrência não se tenha dado na leitura dos textos que selecionamos para esta pesquisa, julgamos relevante apresentá-la em virtude de sua pertinência a uma das temáticas que temos discutido. Nesse caso, AC. atribui à *tutela* um significado que decorre de suas interações mais cotidianas, não alargando, portanto, a possibilidade de extensão semântica do vocábulo. Isso significa que o referente de *tutela* não é o mesmo na sua compreensão e na compreensão esperada pelo auditório social mais imediato dos textos nos *gêneros do discurso* da *esfera jurídica*.

Sob o ponto de vista dessa mesma *esfera jurídica*, a precisão conceitual de *tutela* constitui uma construção histórica da área e, por via de consequência, um *conceito científico* (VIGOTSKI, 2001 [1934]). O caso mencionado caracteriza-se por ser uma nominalização cujos sentidos abrangem um conjunto de vozes historicizadas, das quais decorrem as definições conceituais. Nesse sentido, entendemos que o processo de *aposição de vozes* (CERUTTI-RIZZATTI; ALMEIDA, 2013) se dá de forma significativa na formação do jargão jurídico, parte constituinte do que temos compreendido como *letramentos dominantes*.

Não se trata somente de considerar a escolha lexical por si só, pois entendemos a linguagem como constituída na e constitutiva da interação. Há, portanto, outros aspectos subjacentes ao *estilo* (BAKHTIN, 2011 [1952-53]), tais como implicações das *práticas de letramento* que caracterizam a *esfera jurídica*, cujas interferências na materialidade linguística parecem ser expressivas. Entendendo a *língua*, reiteramos, como uma realidade instável, mutável e vinculada à interação social, e, portanto, aos sujeitos, Volóshinov (2009 [1929]) afirma que em todo signo está presente uma ideologia, a qual comporta crenças, valores, visões de mundo e modos de interpretar a realidade. O hermetismo em que se pauta a *esfera jurídica* por conseguinte, tem no léxico um indicador, mas deriva de questões vinculadas à cadeia ideológica em que o signo tem lugar.

O vocabulário especializado é apenas uma das reverberações do resplandecente conjunto de signos que legitimam a existência *oficial* – com base no conceito de *ideologia oficial* (BAKHTIN, 2004 [1927]; VOLÓSHINOV, 2009 [1929]) – da cultura jurídica dominante. Há nela,

além, da complexidade vocabular, uma série de ações, comportamentos e dizeres que atuam como elementos de significação no *imaginário social* (FARACO, 2011), que lhes atribui prestígio e influência. No polo oposto da interação, encontram-se demandantes e demandados, cujas *práticas de letramento* não são consideradas em iniciativas de difusão do acesso à Justiça, no bojo das quais se situa o intento de simplificação da linguagem jurídica, tais como o Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil¹⁶¹ (BRASIL, 2010), a cartilha 'O Judiciário ao alcance de todos: noções básicas de Juridiquês', de autoria da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB, 2007), a Resolução nº 79, de 9 de junho de 2009¹⁶², do Conselho Nacional de Justiça (BRASIL, 2009), o Projeto de Lei 7.448/06¹⁶³, o qual versa sobre a simplificação da linguagem jurídica no gênero *sentença*, próprio da *esfera* em estudo, apresentado pela ex-deputada federal Maria do Rosário, entre outras iniciativas afins.

Semelhantemente à *Liminar*, a *Petição Inicial* e o *Termo de Audiência* instituem relações intersubjetivas na *esfera jurídica*, na medida em que trazem consigo *projetos de dizer* estabelecidos pelos seus enunciadores. Tanto a escolha do *gênero do discurso* por meio do qual se enunciam quanto o agenciamento de recursos lexicais e gramaticais dos quais lançam mão nos projetos de dizer, tendo em vista as possibilidades facultadas pelo estilo correspondente ao *gênero*

¹⁶¹ Um dos aspectos considerados prementes na reforma do Código de Processo Civil, de acordo com o documento, foi a necessidade de tornar a linguagem mais acessível a demandantes e demandados da Justiça, a partir da iniciativa de "simplificar a linguagem dos atos processuais, tornando-os mais simples, objetivos e inteligíveis, em especial pelos leigos em direito." (BRASIL, 2010, p. 375).

¹⁶² Em seu artigo 2º, inciso II, alínea *a*, a resolução institui o seguinte princípio para a divulgação das atividades do Poder Judiciário: "informar a população sobre seus direitos e sobre o funcionamento da Justiça, em linguagem simples e acessível; [...]" (BRASIL, 2009, p. 2).

¹⁶³ O mencionado projeto, de autoria da então deputada Maria do Rosário, altera o artigo 458 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, o Código de Processo Civil, que versa sobre os requisitos da sentença, acrescentando-lhe um inciso que postula a necessidade de reprodução da sentença em "linguagem coloquial". (BRASIL, 2006, p. 1). Transcrevemos, pois, o trecho que corresponde a tal intuito de modificação: "Art. 458 [...] IV — a reprodução do dispositivo da sentença em **linguagem coloquial**, sem a utilização de termos exclusivos da Linguagem técnico-jurídica e acrescida das considerações que a autoridade Judicial entender necessárias, de modo que a prestação jurisdicional possa ser plenamente compreendida por **qualquer pessoa do povo**." (BRASIL, 2006, p. 1, grifos nossos).

selecionado, configuram especificidades daqueles *projetos*, que se orientam para um auditório social específico: ainda que, em tese os demandantes e demandados da Justiça constituam esse auditório, ao que parece ele se compõe de fato apenas dos operadores do Direito, dado seu flagrante hermetismo àqueles outros.

Esse auditório social (VOLÓSHINOV, 2009 [1929]) 'de fato' – e não aquele suposto, considerada a constituição da *esfera* com base na interação entre demandantes/demandados da Justiça de um lado e operadores do Direito de outro – decorre da forma como a *esfera* se organiza quando prevê que demandantes e demandados precisam ser representados judicialmente – ou assumirem-se sem representante, o que, via de regra implica ônus de compreensão e ação – e quando supõe que os *projetos de dizer* dela emanados serão interpretados pelos advogados para os seus clientes. A orientação social dos mencionados *gêneros* pauta-se em uma normativa específica, o Código de Processo Civil, no qual estão presentes diretrizes sobre a elaboração da *Petição Inicial*¹⁶⁴ e do *Termo de Audiência*¹⁶⁵. Em razão do tom disciplinador que caracteriza esses *gêneros*, há neles um grau mínimo de dialogismo no que diz respeito ao auditório social menos imediato. Para Bakhtin (2011 [1979], p. 348, grifos do autor), "[...] no enfoque monológico [...], o *outro* permanece inteiramente apenas *objeto* da consciência e não outra consciência. Dele não se espera uma resposta que possam modificar tudo no mundo da minha consciência.". Não podemos, contudo, admitir a existência de um discurso monológico, visto que "[...] a palavra tem sempre uma dupla orientação [...]" (PONZIO, 2010), e a dialogicidade é "[...] a dimensão constitutiva de qualquer ato de palavra [...]"; mas, reiteramos, apenas um grau mínimo de dialogismo. Na *esfera jurídica*, em sendo os seus textos reguladores e coercivos, emerge deles

¹⁶⁴ "Art. 282. A *Petição Inicial* indicará: I - o juiz ou tribunal, a que é dirigida; II - os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido, com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - o requerimento para a citação do réu." (BRASIL, 1973).

¹⁶⁵ "Art. 457. O escrivão lavrará, sob ditado do juiz, termo que conterà, em resumo, o ocorrido na audiência, bem como, por extenso, os despachos e a sentença, se esta for proferida no ato. § 1º Quando o termo for datilografado, o juiz lhe rubricará as folhas, ordenando que sejam encadernadas em volume próprio. § 2º Subscreverão o termo o juiz, os advogados, o órgão do Ministério Público e o escrivão. § 3º O escrivão trasladará para os autos cópia autêntica do *Termo de Audiência*." (BRASIL, 1973).

a hierarquia da palavra pouco acessível aos comentários e às réplicas do exterior (BAKHTIN, 2011 [1930]) – externalidade esta compreendida, no caso de nosso estudo, como o lugar social ocupado pelos *outsiders* da referida *esfera*.

Retomando os excertos (73) e (71), inferimos, em relação ao que dissemos sobre o auditório social da *esfera jurídica*, que AC. caracteriza-se por uma participação bastante *heterônoma* no *evento de letramento audiência*, no qual o revozeamento da escrita seria indispensável para a compreensão dos textos emanados desse acontecimento – tomando, nesse sentido, o *evento* como pertencente ao *continuum* oralidade-escrita –, porque impossibilitada de *responder*, no sentido bakhtiniano, às vozes que compuseram o *encontro*.

Entendemos que a palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN, 2004 [1927]; VOLOCHÍNOV, 2009 [1929]), lugar, portanto, de *encontro* e de construção de sentidos. Como em toda atividade social, têm lugar nessa interação embates ideológicos, os quais se originam da heterogeneidade constitutiva dos sujeitos e de suas relações. São representativas desses embates as muitas vozes que compõem os enunciados, vozes que são reportadas. Quando o discurso é reportado, há um processo de manipulação da palavra alheia, principalmente no que concerne ao *discurso indireto*, pois a compreensão do sujeito que reporta é explicitada nessa ação. No caso em pauta, AC. notou uma incongruência entre o que foi discutido na oralidade, durante a *audiência de conciliação*, e o que foi materializado textualmente no *Termo de Audiência*:

- (74) *Pesquisadora* - ((lê em voz alta, mostrando o texto à AC.))
'6) O requerido exercerá o direito de visitas quinzenalmente, aos sábados a partir das 18 horas, devolvendo a menor no domingo às 18 horas.' ((Figura 26 - Linhas 10 e 11)).

AC. - É... aqui eles já tinham feito errado, que nós tinha concordado que era da SEXTA até o domingo, só que... vai ficar uma coisa que vai ter que entrar em acordo entre eu e ele, né?

Pesquisadora - Vocês falaram que era na sexta? (+) Vocês falaram na audiência isso?¹⁶⁶

¹⁶⁶ Estávamos seguros de que isso havia sido objeto de fala, por conta de termos participado da *audiência* e termos, em nossas notas de campo, esse registro. A

AC. - É, que era na sexta.

Pesquisadora - E aqui... não foi colocado?

AC. - É, foi colocado no sábado. Mas na audiência foi falado que era na sexta-feira. (AC., entrevista realizada em 2014).

Nesse caso, podemos observar como a palavra reportada se torna parte da palavra que reporta (BAKHTIN, 2011 [1930]), com alto grau de interferência (PONZIO, 2011), na medida em que aquela é, por esta, analisada, interpretada, explicada e manipulada. Conforme já mencionamos nesta dissertação, o *Termo de Audiência* caracteriza-se por ser um *gênero* em que as falas das partes presentes em *audiência* são apreendidas pelo conciliador, o qual faz uso delas, reportando-as, para a tessitura do documento-síntese do *evento de letramento* em que o diálogo tem lugar. De acordo com o que podemos ler na nota de campo referente à *audiência* em pauta, os participantes interessados na demanda processual findaram o *evento* sem realizar a leitura do documento elaborado sincronamente à realização do procedimento conciliatório – (8b) *Partes assinam sem ler*. (Nota de Campo nº 20 – *Audiência Conciliatória*) – o que lhes impediu de tomar conhecimento do conteúdo do texto impresso e, por conseguinte, de questionar quaisquer informações ali presentes.

Como observamos em (74), a leitura do *Termo de Audiência* realizada durante a geração de dados desta pesquisa facultou à AC. o conhecimento de seu conteúdo, percebendo que aquilo que foi objeto de acordo na oralidade não se confirmou na materialização escrita. Tal constatação fez com que AC. prescindisse da *esfera jurídica* para a manutenção de seus direitos, entendendo que as visitas à sua filha deveriam ser, então, acordadas entre ela e o pai da criança. Entendemos que a coexistência das modalidades oral e escrita da língua, a partir da qual a *audiência* se realiza, gera implicações significativas na vida dos sujeitos demandantes e demandados da Justiça, de forma que as especificidades da *esfera jurídica* conduzem à prevalência da escrita sobre a oralidade – discussão empreendida por Street (1984), em relação ao *modelo autônomo de letramento*, e por Gnerre (1994) e Rama (1985) no que tange, respectivamente, à relação entre linguagem e poder e à

interpelação à AC. deu-se para fins de assegurarmos-nos de que ela estava ciente desse acordo oral.

cidade das letras –, visto que a validade dos atos em juízo reside na materialização final do *evento*, qual seja, a elaboração escrita do *Termo de Audiência*: independentemente do que tenha sido enunciado na oralidade, a validade está no teor escrito desse *Termo*; fora dele, não há o que pleitear em remissão a tratativas orais que não foram objeto de textualização escrita.

Entendemos haver, na mencionada cidade letrada (em alusão à RAMA, 1985), intentos de fixidez e atemporalidade, em oposição à cidade real em constantes transformações, sinalizando para os seus modos possíveis de mudanças para acompanhar a instabilidade das configurações sociais de natureza *cronotópicas*. Nesse sentido, parece existir a coocorrência de *forças centrípetas* e *centrífugas* (BAKHTIN, 1993 [1975]) atuando nos usos de linguagem historicamente situados, em instituições de prestígio vinculadas à *ideologia oficial* (BAKHTIN, 2004 [1927]; VOLÓSHINOV, 2009 [1929]), de tal modo que existem,

A cada momento, diferentes feitos históricos, mas sempre uma constante: a capacidade paradoxal de, ao mesmo tempo, expandir-se [a cidade letrada] para as periferias supostamente acolhendo novos convivas e manter a distância das distinções: escrita x oralidade; erudito x popular; culto x não culto; alfabetizado x analfabeto; letrado x alfabetizado. Pelo prisma do letrado¹⁶⁷, ao outro sempre se atribui uma falta. (GERALDI, 2010a, p. 41).

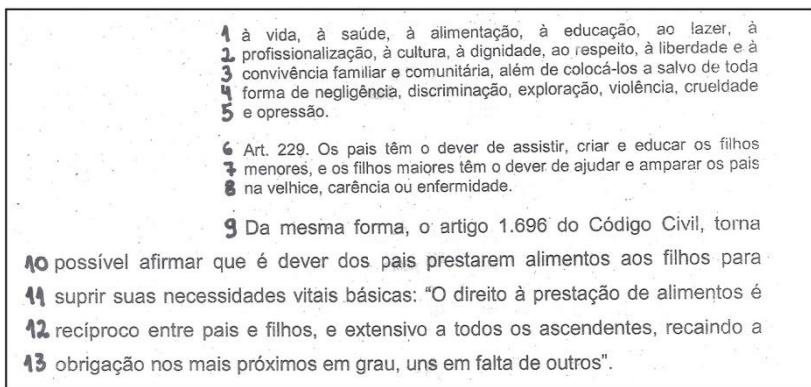
No que respeita à compreensão, pelos demandantes da Justiça, de textos em *gêneros do discurso* representativos dessa *cidade das letras*, da qual é parte a *esfera jurídica*, entendemos que decorre de determinadas *práticas de letramento* a suposição de que o conteúdo discutido e acordado oralmente conduzirá, invariavelmente, à materialização escrita desse mesmo conteúdo – *práticas* a que subjaz a compreensão de que os *gêneros do discurso* pautados na *ideologia oficial* (BAKHTIN, 2004 [1927]; VOLÓSHINOV, 2009 [1929]) são dotados de atributos de superioridade e despersonificação –, o que, de fato, não ocorreu no caso da *audiência* de AC. Trata-se de uma condição de absoluta *heteronomia* do operador de Direito, de confiança depositada na *esfera jurídica*, concebendo-a de tal modo que invalide a

¹⁶⁷ Entendemos *letrado*, aqui, como *plenamente escolarizado*.

ocorrências de falhas, objetificando-a e, por via de consequência, isentando-a de subjetividades.

Em contato com texto em outro *gênero do discurso* emanado da mesma *esfera*, a *Petição Inicial* referente a sua lide, questionamos a participante de pesquisa acerca da organização textual visível no artefato, a fim de depreender sua familiaridade ou não com determinados *gêneros do discurso secundários* – eis a imagem correspondente ao artefato a partir do qual questionamos o reconhecimento de especificidades do *gênero*:

Figura 28 - Parte da *Petição Inicial* referente ao processo de AC. (fl. 04).
168



Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

A Figura 28 mostra a organização textual a partir de um princípio normativo também presente nos *gêneros do discurso* de grande circulação na *esfera acadêmica*, qual seja, o modo de apresentação das citações em documentos: o rigor ao reportar o discurso de outrem. Nesse sentido, questionamos AC. sobre o reconhecimento de tal especificidade.

(75) *Pesquisadora* - (...) e aqui ó, tu sabe por que essas letras estão menores? ((*pesquisadora mostra as citações diretas do documento* - Figura 28 - Linhas 1 a 8)).

AC. - Isso aqui é um... é um número de um artigo, né? Aqui... o... é que aqui ((nas citações diretas)) eles são mais resumidinhos, e aqui ((nas partes em que não há citações))

¹⁶⁸ A página correspondente a esse excerto consta no Anexo J.

eles já são um pouquinho mais pra explicar... eles explicam melhor. Que aqui ((nas citações diretas)) eles vem e falam o principal só do que que é, e aqui nesses maiores ((letras maiores em relação às das citações diretas)) eles já explicam certinho até com outras formas pra gente entender melhor. (AC., entrevista realizada em 2014).

Certamente, uma das características mais formais dos *letramentos dominantes*, materializados em *gêneros secundários*, especialmente aqueles que se constituem nas *esferas jurídica e acadêmica*, é o modo pelo qual o discurso reportado apresenta-se textualmente. Entendemos essa especificidade como formal porque segue regras e convenções de escrita. Para Bakhtin (2011 [1930]), o ato de reportar discursos representa a reação de uma palavra a outra palavra, esta que é considerada a enunciação de outro sujeito, totalmente independente do contexto em que é reportada.

Em (75), AC. sugere compreender certas especificidades de apresentação do discurso reportado, de sua normatização, embora não exponha conhecimentos alinhados com a constituição dos *gêneros do discurso secundários* que se vinculem aos *letramentos dominantes*, tais quais as normas para citações. Parece-nos, pois, que sua impressão sobre o que lê corrobora uma postura mais ativa diante do enunciado escrito, de tal modo que recursos presentes no próprio texto são agenciados para a construção de sentidos – o que contrasta, de alguma forma, com a sua postura mais *heterônoma* na *audiência de conciliação* de que participou. De todo modo, importa considerar que, na ambientação da *audiência*, tal qual já mencionamos, questões emocionais interferem na atenção dos sujeitos para os artefatos escritos, o que foge ao escopo deste estudo.

No caso dos *gêneros do discurso secundários* da *esfera jurídica*, em virtude das relações de poder que os engendram, exige-se que sua tessitura textual apresente explícitas fronteiras entre o discurso que reporta e aquele que é reportado, porquanto neles é particularmente importante o respeito à autenticidade das vozes referenciadas. Para Bakhtin (2011 [1930], p. 82), "[...] quanto mais forte é a sensação da altura hierárquica da palavra outra e quanto mais definidos forem os seus limites, menos ela será acessível à penetração de tendências ao comentário e à réplica a partir do exterior.". Em contraposição ao caráter subjetivo do discurso das partes do processo, apõe-se a objetividade do discurso impositivo. Dito de outro modo, a relação de tensão que se estabelece em juízo entre *letramentos dominantes* e *letramentos vernaculares*, a dinâmica entre a palavra outra e a outra palavra,

caracteriza-se pela assimilação das singularidades vozeadas por demandantes e demandados da Justiça em um processo de objetificação, do qual decorre um estilo de escrita mais impessoal e dogmático.

Uma das particularidades da *constituição intergenérica* (CORRÊA, 2007; MARCUSCHI, 2010) do *Termo de Audiência* e da *Petição Inicial*, qual seja, o ato de reportar vozes em seus textos, remete à consideração de Bakhtin (2011 [1952-53]), quando conceitua os *gêneros do discurso*. Trata-se da afirmação de que as condições menos propícias para o reflexo da individualidade na linguagem estão presentes nos *gêneros* que requerem uma forma padronizada.

Ainda que a seu modo, AC. infere a existência de diferenças entre o *discurso reportado direto* e o *indireto*, visto que ela compreende aquele como uma forma mais sintética e este como um modo de dizer 'mais bem explicado'. Entendemos que AC. não atenta para outras questões que caracterizam o discurso reportado, como a composição do texto que se realiza pelo agenciamento de diversas vozes, cujas autorias devem ser explicitadas; por outro lado, sua construção de sentidos indicia *práticas de letramentos* que oferecem alguma sustentação para esses novos modos de dizer que se estabeleceram em sua vida em razão da demanda jurisdicional. Semelhantemente, (76) a seguir ratifica nossa interpretação, indicando uma postura bastante ativa diante do texto a partir da inferência de possibilidades interpretativas:

(76) *Pesquisadora* - ((lê em voz alta, mostrando o texto à AC.))
'Neste ano a autora permanecerá com as crianças no natal e o requerido no feriado de ano novo. No próximo ano a autora permanecerá com a menor durante o carnaval e o requerido na páscoa, invertendo-se as situações no ano subsequente.' ((Figura 26 - Linhas 12 a 15)).

AC. - É... aí quer dizer o que, que ali ó, o::: esse ano eu fico com ela no Natal, e ele no ano no:::vo, aí... mas o Natal é o dia de Natal ou o dia do Ano Novo ou a véspera? (++++) Eu não sei se é o dia do Natal ou a véspera... então ela pode passar a véspera do Natal comigo e no dia de Natal é com ele! Passa a véspera do Ano Novo com ele e no Ano Novo comigo? (++++) (AC., entrevista realizada em 2014).

Depreendemos dos dados selecionados para esta seção que o processo de construção de sentidos para textos escritos da *esfera jurídica* decorre das *práticas de letramento* de AC., bastante

influenciadas pela principal agência de letramento (KLEIMAN, 2001 [1995]), qual seja, a instituição escolar. Ademais, parece haver especificidades nas relações intersubjetivas estabelecidas por AC. que a conduzem a um contato maior com os usos da escrita, como a participação em maior quantidade de *eventos de letramento*, tal qual a frequência semanal a um grupo religioso e a relação de proximidade com as atividades escolares da filha, diferentemente do que acontece com FJ., por exemplo, cujo trânsito por *esferas* que não a *familiar* é mais limitado, apesar de possuir praticamente o mesmo nível de escolaridade de AC.. Parece-nos, contudo, plausível afirmar que as relações intersubjetivas constituídas nas vivências desta participante de pesquisa contingenciaram valorações à escrita que repercutiram em maior familiaridade com *gêneros do discurso secundários* – em cujas configurações o discurso reportado é bastante usual.

6.2.3 Compreensões de MJ. para o conteúdo materializado nos textos dos gêneros em questão

Especificidades dos processos de construção de sentidos sinalizam para a constituição dos sujeitos, de modo que a leitura da palavra (FREIRE; MACEDO, 1990) por eles realizada se pauta em sua leitura de mundo (FREIRE; MACEDO, 1990), na qual está implicada sua história, que é resultado das vivências, em que valores se delineiam nas tensões das relações intersubjetivas que, historicamente situadas, ambientam-se nas mais variadas *esferas da atividade humana*.

No que respeita aos sentidos evocados por MJ., cujos contornos decorrem de sua subjetividade, a leitura por ela realizada valeu-se do agenciamento de recursos lexicais e gramaticais, partindo, portanto, de modo prevalecente, da materialidade textual para a construção de sentidos no que tange aos documentos postos sob seu olhar. Para dar início à interpretação dos dados resultantes da interação com MJ., veiculamos imagem do artefato correspondente ao *Termo de Audiência* que retomamos com ela:

Figura 29 - *Termo de Audiência* referente à *audiência de conciliação* de *MJ*.

1 Aberta a audiência, verificou-se a presença dos acima nominados. O procurador
2 da parte autora juntou neste ato substabelecimento. **Proposta a conciliação, esta**
3 **restou inexitosa.** O requerido informou que não possui condições de custear um
4 advogado particular, mas não soube precisar seus ganhos mensais. **Por fim, pelo**
5 **conciliador foi dito:** "Remetam-se os autos ao Ministério Público. Após, ao
6 gabinete para apreciação. Intimados os presentes". Nada mais. E, para constar, foi
7 determinada a lavratura do presente termo. [Redacted]
8 o digitei, e eu, [Redacted] **Chefe de Cartório,**
9 o conferi e subscrevi.

Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

Como podemos observar no excerto a seguir, a leitura do primeiro período frasal do *Termo de Audiência* foi compreendida pela participante de pesquisa mediante o referido agenciamento:

(77) *Pesquisadora* - ((lê em voz alta, mostrando o texto à *MJ*))
'Proposta a conciliação, esta restou inexitosa.' ((Figura 29 - Linhas 2 e 3)).

MJ - A proposta que foi feita lá::: ele não, ele não...
aceitou, então, ali aquela parte ali, i-ne-xi-tosa, é difícil
também essa palavra. Mas... quer dizer que ele não
aceitou, pelo menos é o que dá pra compreender.

Pesquisadora - Mas tu sabe o que quer dizer 'inexitosa'?

MJ - Não.

Pesquisadora - Mas por que tu acha que quer dizer isso
que tu falou?

MJ - Pela frase, proposta pela conciliação que foi feita,
restou inexitosa, não houve... como é que eu vou dizer, não
houve êxito naquela proposta que foi feita. (*MJ*., entrevista
realizada em 2014).

Não é nosso propósito relegar o papel das vivências no processo de construção de sentidos para textos escritos. Entendemos que elas sempre estão presentes nesse processo, porque é nas interações que os enunciados se constituem. Percebemos, todavia, que a fala de *MJ*.

denota a prevalência de evocações textuais imediatas – no contato direto com o gênero *Termo de Audiência* – na composição dos sentidos em sua leitura, não recorrendo a vivências outras para fazê-lo.

As atividades de leitura e escrita que fizeram e fazem parte da vida de *MJ.* indiciam um contato significativo com essa modalidade da língua em *esferas da atividade humana* mais formais, nas quais os gêneros secundários são predominantes, porquanto sua leitura sugere familiaridade com uma construção sintática mais elaborada – *Proposta a conciliação, esta restou inexitosa.* – e o reconhecimento de um item lexical de uso mais comum a certas instituições – *inexitosa* – por meio da reflexão que empreendeu acerca de seus componentes morfológicos.

Diferentemente do primeiro grupo de participantes deste estudo, em que a construção de sentidos se dava diretamente pela evocação de vivências outras independentemente da materialidade textual, no caso de *MJ.*, as dificuldades na leitura se restringiram ao desconhecimento de determinados itens lexicais usuais na *esfera jurídica* e pouco recorrentes em outros domínios menos formais. Três excertos de entrevista sugerem os entraves encontrados por *MJ.* em sua leitura, conforme discutiremos a seguir.

(78) *Pesquisadora* - ((lê em voz alta, mostrando o texto à *PF.*))
'O procurador da parte autora juntou neste ato
substabelecimento.' ((Figura 29 - Linhas 1 e 2)).

MJ. - É, essa daí é difícil!

Pesquisadora - O que que é difícil? A frase to:::da?

MJ. - SUBstabelecimento.(...) Ó tem um negócio aqui que eu não sei o que significa... im... im-pú-be-res. (*MJ.*, entrevista realizada em 2014).

Nesse primeiro excerto, há relação entre especificidades vocabulares com os propósitos sociais a que se presta a *esfera jurídica*, de tal modo que as acepções dos itens lexicais remetem a *conceitos científicos* (VIGOTSKI, 2001 [1934]) da área. De acordo com o dicionário jurídico da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (SIDOU, 2004, p. 441-442), *impúbere* refere-se a "[...] pessoa que, por não ter atingido a puberdade, ou a idade de 16 anos, é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil." – acepção que dialoga com

o art. 3º, inciso I, do Código Civil¹⁶⁹ (BRASIL, 2002); já o significado de *substabelecimento* remete à "[...] disposição pela qual o mandatário se faz substituir por terceiro no exercício, total ou parcial, do mandato [...]" (SIDOU, 2004, p. 822) - sentido que se relaciona com os artigos 655¹⁷⁰ e 667¹⁷¹, do Código Civil (BRASIL, 2002), e com o artigo 41¹⁷² do Código de Processo Civil (BRASIL, 1973). Essas acepções representam precisões vocabulares para caracterizações ou ações estabelecidas *pelo* ou realizadas *no* âmbito jurídico. Tais *níveis de saliência nominais* – elementos que emergiram da leitura de *MJ.* – abarcam sentidos dentro dos quais se encontram sintetizadas as muitas vozes que compõem os *conceitos científicos* (VIGOTSKI, 2001 [1934]) próprios da *esfera* em questão – conceitos estes construídos para atender a propósitos interacionais efetivos nesse domínio. Por que haveríamos de falar em *substabelecimento*, por exemplo, em uma *esfera* menos formal? Ou, ainda, qual seria o objetivo de caracterizarmos um sujeito como *impúbere*, se não pela necessidade de identificá-lo como alguém não capaz de responder pelos seus atos diante do Estado ou em contextos científicos afins? Há, portanto, configurações sociais mais amplas (BARTON, 2007 [1994]) que respaldam usos de linguagem materializados na seleção lexical e nas construções sintáticas.

Ainda a respeito do mesmo obstáculo encontrado por *MJ.* em sua leitura, observamos como o uso de vocabulário especializado parece provocar dificuldades na construção de sentidos do texto no outro *gênero do discurso* selecionado para este estudo, a *Petição Inicial*. Apresentamos um recorte do documento, a fim de destacar o trecho cujos itens lexicais se tornaram salientes na leitura da participante de pesquisa – trata-se da seção do documento que elenca os pedidos:

¹⁶⁹ "Art. 3º. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: I - os menores de dezesseis anos; [...]" (BRASIL, 2002).

¹⁷⁰ "Art. 655. Ainda quando se outorgue mandato por instrumento público, pode substabelecer-se mediante instrumento particular." (BRASIL, 2002).

¹⁷¹ "Art. 667. O mandatário é obrigado a aplicar toda sua diligência habitual na execução do mandato, e a indenizar qualquer prejuízo causado por culpa sua ou daquele a quem substabelecer, sem autorização, poderes que devia exercer pessoalmente." (BRASIL, 2002).

¹⁷² "Art. 41. Só é permitida, no curso do processo, a substituição voluntária das partes nos casos expressos em lei." (BRASIL, 1973).

Figura 30 - Parte da *Petição Inicial* referente ao processo de *MJ*. (fl. 08).¹⁷³

6 a) a fixação dos alimentos provisórios no valor de R\$1.100,00
 7 (hum mil e cem) reais, de acordo com as necessidades apresentadas, ou conforme
 8 o montante de 1 (um) salário mínimo, cujos valores deverão ser depositados na
 9 conta corrente em nome da representante legal até o 10 (décimo) dia de cada mês;
 10 b) a citação do Réu para comparecer à audiência e apresentar
 11 defesa, sob pena de revelia, preclusão e confissão ficta;

Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

No excerto de entrevista a seguir, podemos observar os entraves decorrentes da não apropriação dos *conceitos científicos* da área:

(79) *Pesquisadora* - ((lê em voz alta, mostrando o texto à *MJ*))
 'b) a citação do réu para comparecer à audiência e apresentar defesa, sob pena de revelia, preclusão e confissão ficta;' ((Figura 30 - Linhas 10 e 11)).

MJ - Não sei o que significa.

Pesquisadora - E ((lê em voz alta, mostrando o texto à *MJ*)) 'a citação do réu para comparecer à audiência e apresentar defesa'?

MJ - É, só a citação do réu... é, tá chamando ele pra comparecer na audiência lá.

Pesquisadora - O que tu não entende aqui ((pesquisadora aponta para as linhas 10 e 11 da Figura 30, as quais acabara de ler))?

MJ - A revelia, pre...clusão e confissão... fic-ta. (*MJ*, entrevista realizada em 2014).

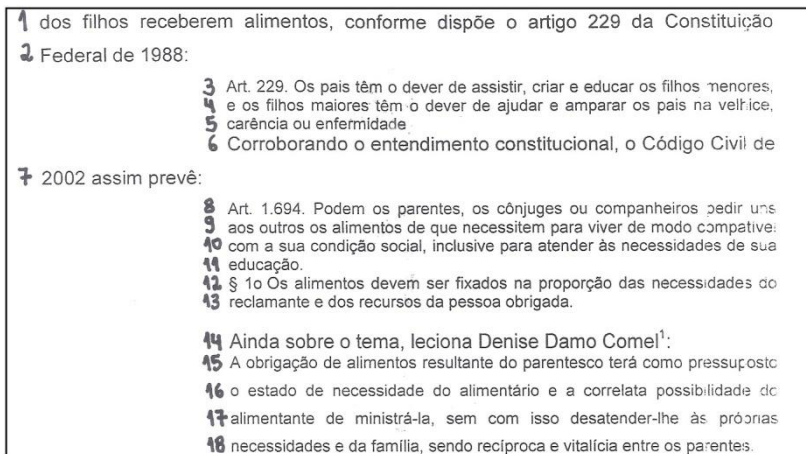
O jargão que evoca *conceitos científicos* da área (com base em VIGOTSKI, 2001 [1934]), assim como outros elementos que caracterizam a materialidade textual dos *gêneros do discurso* próprios da *esfera jurídica*, atendem a convenções, as quais podem ser consideradas como partes constitutivas dos procedimentos forenses.

¹⁷³ A página correspondente a esse excerto consta no Anexo K.

Essas determinações, que fazem funcionar a mencionada *esfera*, obstam, em alguns momentos, a construção de sentidos para aqueles que com elas não estão familiarizadas, visto que, como afirma Street (2000), tal não familiaridade pode gerar dificuldades para a interação em torno de textos.

Outras configurações dos *gêneros do discurso secundários* referentes à *esfera jurídica*, em se tratando de relações intersubjetivas levadas a termo por *outsiders* desse domínio, podem causar estranhamento. É o caso do seguimento das normas para apresentação de citações diretas nos artefatos, diante das quais os sujeitos se mostraram inertes – tópico bastante relevante e recorrente no período de geração de dados, como já discutimos nesta seção na ocasião da interpretação dos dados de outras participantes deste estudo: (80) *Pesquisadora* - *E::: tu sabe por que a letra é menor* ((nas citações diretas com mais de três linhas - Figura 31 - Linhas 3 a 6; 8 a 18)), *assim?* *MJ.* - *Não, não sei.* (*MJ.*, entrevista realizada em 2014). Como mostra o excerto de entrevista, *MJ.*, quando em contato com o documento, cuja página apresentamos a seguir na Figura 31, não reconheceu o modo de se reportar discursos bastante usual nos textos da *esfera jurídica*.

Figura 31 - Parte da *Petição Inicial* referente ao processo de *MJ.* (fl. 5).
174



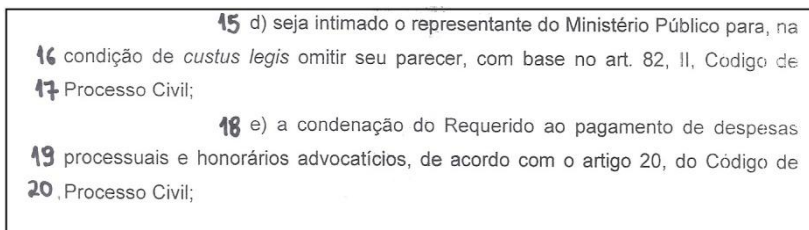
Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

¹⁷⁴ A página correspondente a esse excerto consta no Anexo L.

A despeito de *MJ.* ter se movido pela *esfera acadêmica* durante alguns semestres no curso de Pedagogia, ela não se apropriou dos modos de dizer de tal *esfera*, o que inferimos no não reconhecimento de configurações específicas dos *gêneros do discurso* da *esfera jurídica*, os quais apresentam características composicionais que, sob vários aspectos, convergem com aquelas dos *gêneros* próprios da *esfera acadêmica*. Como *outsider* da *esfera jurídica*, *MJ.* Não domina especificidades das relações intersubjetivas respectivas a essa *esfera*, porque, para tanto, seria necessária uma inserção efetiva no simpósio de vozes em dialogia (CERUTTI-RIZZATTI; LESNHAK, 2014) que constitui os modos de dizer do campo do Direito.

Apesar disso, algumas particularidades das *práticas de letramento* de *MJ.*, ainda que mais representativas da seara vernacular, denotam compreensões acerca dos recursos lexicais utilizados nos textos em *gêneros do discurso secundários* pertinentes à *esfera jurídica*, porquanto gestam, na construção de sentidos para os textos escritos, significados subjacentes a determinadas escolhas vocabulares, consoante a construção de sentidos por ela realizada do trecho do documento cuja imagem veiculamos:

Figura 32 - Parte da *Petição Inicial* referente ao processo de *MJ.* (fl. 8).
175



Fonte: Geração de dados da autora, 2014.

No momento de entrevista em que tal recorte foi objeto de discussão, objetivamos depreender a existência de implicações das *práticas de letramento* de *MJ.* no reconhecimento ou nas suposições acerca de *conceitos científicos* da área que apareciam no texto com uma certa recorrência.

¹⁷⁵ A página correspondente a esse excerto consta no Anexo K.

- (81) *Pesquisadora - E tu sabe por que eles usam esse tipo de expressão aqui? Como 'custus legis'? Sabe que língua é essa?*

MJ. - Não... isso aí eu não sei como explicar... é um termo que eles usam, né, que, no caso, pra não colocar um monte de texto, é algo que tá escrito dentro de custus legis, pra substituir uma explicação bem grande, eles colocam aquilo ali, que, pra eles, eles entendem o que significa.

Pesquisadora - ((lê em voz alta, mostrando o texto à MJ.)) 'e) a condenação do requerido ao pagamento de despesas processuais e honorários advocatícios, de acordo com o artigo 20, do Código de Processo Civil;' ((Figura 32 – Linhas 18 a 20)).

MJ. - Mas (tem) despesa de processo, honorário? Lá não tem... não sei. (MJ., entrevista realizada em 2014).

Apesar de não reconhecer o uso do Latim na expressão *custus legis*, podemos considerar, pautadas em Barton, Hamilton e Ivanic (2000), a construção de sentidos realizada por MJ. como uma espécie de estratégia vernacular de apropriação de novos conhecimentos, na medida em que caracteriza, informalmente, o dito como um conceito a que subjaz uma "explicação bem grande", o que entendemos estar profundamente relacionado à definição de *conceitos científicos* de Vigotski (2001 [1934]), segundo o qual a transmissão dos conhecimentos relativos àqueles ocorre de uma forma sistematizada, partindo-se, de uma acepção determinada para, só depois, alcançar um nível mais elementar e concreto em que há experiência pessoal. Enquanto os *conceitos espontâneos* estão já saturados de vivências a ele relacionados, os *conceitos científicos* fazem o movimento contrário: emergem da teoria e são mais significativamente apreendidos quando culminam em riqueza de conteúdo proveniente da experiência subjetiva (OLIVEIRA, 1992).

De acordo com Gee (2008), não é comum imaginarmos sujeitos não especialistas – aqueles não vinculados à produção de conhecimento dominante – elaborando teorias, pois tendemos a afirmar que essas pessoas possuem crenças, pontos de vista e, até mesmo, preconceitos: argumento que correlaciona a subjetividade a uma concepção depreciativa de heterogeneidade. Para esse autor, contudo, algumas crenças e alguns pontos de vista se caracterizam por certas

especificidades que as aproximam de teorias profissionais. Em extensão a essa formulação sobre as 'teorias do cotidiano', evocamos os conceitos de *letramento dominante* e *letramento vernacular* para trazer à baila o papel da subjetividade nos usos da escrita. Em alusão à Gee (2008), parece-nos que dos usos da escrita a que se atribui a tipificação de *dominante* espera-se uma estabilidade, ou, ainda, a negação das singularidades.

Dada a condição de *outsiders* da *esfera jurídica* que caracteriza as seis participantes de pesquisa, entendemos que, em relação ao segundo grupo apresentado nesta seção, a concomitância de evocação de vivências e da materialidade linguística propriamente dita denota ainda dificuldades encontradas pelas participantes de pesquisa em construir sentidos, principalmente no que tange ao (des)conhecimento dos *conceitos científicos* da área, os quais demandariam, para sua apropriação, vivências significativas na *esfera* em que estão presentes. Assim, ainda que suas *práticas de letramento* possibilitem algum tipo de sustentação para o trânsito por diversas *esferas da atividade humana*, elas esbarram em entraves lexicais que representam procedimentos específicos do ambiente em que têm lugar, caracterizados por um *a priori* histórico, cujos delineamentos provêm de um processo de aposição de vozes, no qual *forças centrípetas* (BAKHTIN, 1993 [1975]) operam significativamente para sua maior estabilidade.

O distanciamento estabelecido entre trâmites e sujeitos *outsiders* da mencionada *esfera* interessados no processo emerge de relações sociais centradas em identidades, na medida em que as configurações do sistema judiciário não consideram, em suas atividades – que são realizadas proeminentemente via modalidade escrita da língua –, o singular, a palavra outra que lhe é externa, mas insere demandantes e demandados da Justiça em categorias, não importando, pois, as particularidades dos sujeitos e sua existência única no mundo. Ainda que a *audiência de conciliação* conceda, em tese, espaço de fala para as partes, o modo como se organiza a *esfera jurídica* interdita essas vozes, visto que elas sempre serão reportadas e legitimadas pela voz de outro, o *insider*, cuja historicidade permitiu a apropriação de modos de fazer e dizer usuais no campo do Direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, consideramos o papel exercido pela escrita nas relações intersubjetivas, mais precisamente aquelas que se instituem no *evento de letramento audiência* que ocorre na *esfera jurídica*. Conduziu-nos a campo o interesse em construir inteligibilidades acerca do fenômeno do *letramento* em uma circunstância específica – porque a opção pelo estudo da linguagem como historicamente situada requer a definição de um objeto também situado em tempo e espaço determinados –, na qual se relacionam dialogicamente *práticas de letramento* distintas entre si – relação que remete tanto a singularidades das vivências dos sujeitos que se *encontram* quanto a configurações sociais mais amplas, nas quais as relações de poder precisaram ser consideradas.

Nesse sentido, interessou-nos sobremaneira o modo como se dá a interação entre sujeitos pertencentes a estratos de vulnerabilidade social, pertencimento que constitui um dos requisitos para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, e os operadores do Direito, representantes de uma *esfera da atividade humana* cujo prestígio e cuja legitimação social são processos históricos. Tal entendimento, no que respeita aos usos da escrita situados, requereu de nós a consideração do *encontro* de *letramentos dominantes* e *letramentos vernaculares*, compreendendo que aqueles, amplamente homologados, vinculam-se à *ideologia oficial*, e estes, à *ideologia do cotidiano*, sendo, portanto, mais flexíveis e heterogêneos.

Para darmos conta desse embate que pressupúnhamos existir, imergimos em campo na busca de responder à seguinte questão central de pesquisa: **No que respeita a relações entre *letramentos dominantes* e *letramentos vernaculares*, que implicações das *práticas de letramento* de sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade *assistência judiciária gratuita*, é possível depreender no seu *encontro* com operadores do Direito no *evento de letramento audiência* que tem lugar na *esfera jurídica*?** Tendo em vista nossa compreensão de que os *eventos de letramento* são observáveis, diferentemente das *práticas de letramento*, que só podem ser depreendidas dos *eventos* e que requerem uma atenção mais focada nas vivências dos sujeitos com a escrita, antevimos a necessidade de delinear procedimentos metodológicos capazes de abarcar as especificidades desses dois conceitos que se revelaram nodais para nossa pesquisa. Ademais, em virtude da complexidade do questionamento desenvolvido, entendemos

fecundo o desdobramento em três questões-suporte, a partir das quais buscamos responder a ele.

No que tange à primeira questão-suporte, qual seja, **Como se caracteriza o evento de letramento em estudo que tem lugar na esfera jurídica?**, lançamos mão, no período de geração de dados, de análise documental, observação participante e notas de campo, instrumentos que nos deram elementos para refletirmos sobre a interação entre os sujeitos na *esfera jurídica* – relação intersubjetiva significativamente pautada na escrita – a partir das diretrizes sintetizadas no *diagrama integrado* (CERUTTI-RIZZATTI; MOSSMANN; IRIGOITE, 2013), tendo por foco, no que respeita a essa questão, a primeira parte do diagrama correspondente aos *eventos de letramento*. Observamos que a *audiência de conciliação* decorre de formalizações prévias, tal como a legislação que estabelece as diretrizes para o seu funcionamento, e que seu acontecimento constitui um ato processual, isto é, origina-se da existência de um litígio que se materializou em autos, em um processo físico, pautado por excelência na modalidade escrita da língua, que tramita no âmbito daquelas mesmas formalizações. Além disso, todo o *evento de letramento* objeto deste estudo, a despeito da significativa presença da oralidade, redunda em um *gênero do discurso secundário*, o *Termo de Audiência*, que contém o registro da síntese do conteúdo discutido em *audiência*, o qual é elaborado de forma síncrona ao transcurso do *evento*, sendo visível sua tessitura às partes presentes por meio de um monitor que se localiza à mesa de *audiência* – recurso que entendemos bastante representativo do *cronotopo* em que se realizam tais interações, caracterizando uma sociedade e uma época em que os sujeitos se inter-relacionam com frequência paulatinamente maior por meio da escrita em dispositivos eletrônicos.

A respeito da atuação dos *interactantes* no *evento*, discutimos a relação entre as especificidades da *audiência de conciliação* e a participação dos sujeitos que figuravam como partes do processo, pois percebemos que, embora a atividade conciliatória concedesse espaço de fala aos *outsiders* da *esfera jurídica*, eles dependiam, na maioria das vezes, da interferência explicativa do operador do Direito para a compreensão dos desdobramentos do *evento*. Essas participações remetiam, portanto, a condições de maior *heteronomia*, requerendo do *insider* da *esfera jurídica* atos de dizer de natureza claramente parafrástica. Observamos, contudo, que esses atos não corresponderam, na maioria dos casos, às expectativas das demandantes da Justiça participantes desta pesquisa, visto que elas esperavam do advogado maiores representatividade e agentividade em favor de seu pleito.

Conforme dissertamos na seção sobre a caracterização das *práticas de letramento* desses sujeitos, das especificidades dessas *práticas* emergem valorações conferidas à atuação do operador jurídico em *audiência*. Em nossa interpretação, as mulheres, dentre todas as envolvidas neste estudo, que afirmaram terem se sentido satisfeitas com a atuação do advogado, participaram de *audiências* caracterizadas por menor complexidade processual e menores desdobramentos temáticos, tendo ficado a cargo do operador do Direito apenas a transmissão de informações básicas sobre o próximo trâmite processual, por exemplo, e não sobre o conteúdo específico da *audiência* em tela.

A partir de nossa vivência em campo, observamos que os sujeitos demandantes e demandados da Justiça, *outsiders* da *esfera jurídica*, requerem significativamente a atuação de um mediador mais experiente (VIGOTSKI, 2000 [1978]) – neste caso, *insiders* na *esfera* – para participarem do *evento*, o que decorre, em boa medida, do desconhecimento dos modos de fazer e dizer da *esfera*, tanto porque não estão familiarizados com *gêneros do discurso secundários* que ali instituem relações intersubjetivas quanto porque lhes são estranhos os procedimentos que caracterizam aquela ambientação, tal qual é o caso das participantes desta pesquisa cujas expectativas em relação à *audiência de conciliação* atribuíam ao operador do Direito maior protagonismo no *evento*, desconhecendo, pois, o espaço de fala primordialmente concedido às partes em razão do objetivo de *conciliação* a que tal *audiência* se presta socialmente.

A despeito da concessão da voz a demandantes e demandados da Justiça, observamos que a síntese do *evento*, à qual é atribuída, pela própria *esfera* de que emerge, a legitimação/validade jurídica, é constituída pela interpretação do conciliador, o qual reporta, indiretamente, as falas dos sujeitos presentes na *audiência* para o texto que compõe no transcurso da conciliação, qual seja, o *Termo de Audiência*. Essa ação remete às discussões de Volóshinov (2009 [1929]) sobre *discurso reportado*, considerando o alto teor de interferência que reportar o discurso de outrem traz consigo, o que sinaliza para a impossibilidade de um ato de dizer neutro ou imparcial, do qual não escapariam as singularidades de cada fala. Entendemos que, em atenuando as dificuldades de se reportar os discursos de outrem sem interferência (com base em PONZIO, 2011), a forma como a *esfera* se organiza fisicamente contempla a presença de um monitor à mesa de *audiências* para a promoção de um ato que se pretende 'transparente' ao permitir às partes e aos advogados a incidência sobre o texto em tessitura.

Observamos, entretanto, que a presença do mencionado aparato não foi significativa para a maioria das demandantes da Justiça participantes deste estudo. A partir da triangulação dos dados, elencamos, para sustentar essa interpretação, três possíveis motivos: 1) as participantes de pesquisa perceberam tardiamente, já ao final da *audiência*, a presença e as finalidades do monitor de computador no qual o texto do *Termo de Audiência* estava sendo produzido ou consideraram inviável o acompanhamento da redação em razão de esta se dar simultaneamente ao transcurso da *audiência*, momento em que é requerida delas a atenção à fala do conciliador, e de o monitor se localizar fisicamente distante dos lugares ocupados pelas demandantes na mesa de *audiências*; 2) contingências de ordem emocional dificultaram sua participação no *evento*, obstando, como decorrência, quaisquer incidências sobre os desdobramentos temáticos da textualização que ali tinha lugar; e 3) o desconhecimento do *gênero do discurso* em questão e a não familiaridade com os recursos lexicais e gramaticais agenciados para o projeto de dizer em pauta resultaram em inação diante do texto.

Nesse sentido, a expectativa, antes mencionada, de substantiva intervenção de natureza parafrástica do advogado no transcurso da *audiência* se deve também à compreensão, compartilhada pelas participantes de pesquisa, de que a *esfera jurídica* se fecha para os não membros, dificultando o acesso por meio de procedimentos formais e linguagem distinta daquela utilizada em outras *esferas*. Exemplo desse posicionamento foi o comentário de SE. sobre o pronome de tratamento a ser utilizado na interação com um juiz, caso ele estivesse presente em sua *audiência*. Para ela, essa exacerbada formalidade, que lhe era desconhecida, seria motivo de entrave na interação do *evento* de que participou.

Além dessa representação da *esfera jurídica*, conceitos e valorações sobre a escrita foram apreendidos nas interações levadas a termo, com o objetivo de responder à segunda questão-suporte de pesquisa – **Como se caracterizam as práticas de letramento dos sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade assistência judiciária gratuita, participantes deste estudo?** – em atenção à segunda parte do *diagrama integrado* (CERUTTI-RIZZATTI; MOSSMANN; IRIGOITE, 2013), a qual corresponde às *práticas de letramento*. Muitas das concepções relacionadas a essa modalidade da língua remetiam ao *modelo autônomo de letramento*, alinhando-a à erudição e à escolarização. Isso ficou mais saliente, contudo, na dicotomia estabelecida por algumas participantes da pesquisa, entre

leitura e escritura, para as quais a leitura se restringe, primordialmente, à literatura, e a escritura, a comunicações cotidianas, principalmente no que respeita a interações mediadas pela modalidade escrita em redes sociais ou *e-mails* e no uso de aparelhos celulares, pelo envio de mensagens de texto. Trata-se, portanto, de uma concepção bastante influenciada pelo *cronotopo* – relações de indissociabilidade entre tempo e espaço – em que tais participantes de pesquisa se inserem, marcado significativamente pela emergência de aparatos tecnológicos em torno dos quais nossas vidas têm se organizado, tendo em vista relações entre configurações cronotópicas e especificidades das relações intersubjetivas a partir das quais se constitui a subjetividade.

No que tange à relação entre escolarização e condição socioeconômica, observamos que a situação de vulnerabilidade social não implicava, em se tratando do grupo em questão, necessariamente baixos níveis de escolaridade, tendo *MJ.*, por exemplo, iniciado os estudos em nível superior, embora não os tendo concluído. Já no que respeita à relação entre maior ou menor *autonomia*, na interação ocorrida na *esfera jurídica*, e escolarização, algumas dentre as participantes de pesquisa com período de imersão escolar muito similar entre si vivenciaram atuações distintas para o mesmo *evento* – neste caso, a *audiência de conciliação* – o que se deve a outros aspectos de suas *práticas de letramento*, tais como as relações intersubjetivas mediadas pela escrita que têm/tiveram lugar em suas vivências, o que inclui maior familiaridade com determinadas *esferas da atividade humana* nas quais projetos de dizer são veiculados por *gêneros do discurso* específicos. Entendemos que o repertório axiológico de cada sujeito se constitui na alteridade e que não fogem a essa regra as valorações atribuídas às atividades de leitura e escrita.

Com o objetivo de depreender quais eram as implicações das *práticas de letramento* na atribuição de sentidos aos textos oriundos da *esfera jurídica*, realizada por cada sujeito participante desta pesquisa em relação aos *gêneros do discurso secundários* que norteiam suas demandas jurisdicionais, a *Petição Inicial* e o *Termo de Audiência*, buscamos responder à terceira questão-suporte, qual seja: **Em havendo as implicações mencionadas na questão geral de pesquisa, como elas reverberam nos processos de construção de sentidos, para textos escritos, em gêneros do discurso que têm lugar no evento audiência e que norteiam as demandas jurisdicionais propriamente ditas?**

Da interação das participantes deste estudo com os textos, pudemos observar que, predominantemente, aquelas cuja atuação no *evento de letramento audiência* foi considerada mais *autônoma*, no

sentido vigotskiano do termo, denotaram menores dificuldades em apresentar contrapalavras aos materiais escritos, enquanto que aquelas outras cuja participação no *evento* requereu maior agentividade dos operadores do Direito, caracterizando-se, portanto, como sujeitos mais *heterônomos*, encontraram maiores dificuldades em construir sentidos para os textos escritos – alinhados aos projetos de dizer da *esfera jurídica* –, tendo recorrido, na maior parte das vezes, a elementos externos à materialidade textual para a compreensão dos textos nesses *gêneros*, prescindindo, sob vários aspectos, dessa mesma materialidade linguística. Nessa discussão, é necessário, porém, considerar que, em sendo todas as participantes de pesquisa alfabetizadas, no sentido estrito do termo, elas eram capazes de decodificar os elementos linguísticos presentes nos artefatos com que interagem, a despeito de, muitas vezes, não compreenderem o conteúdo daquilo que liam.

Assim, entendemos que se tornavam mais salientes na leitura das participantes desta pesquisa determinados itens lexicais que evocavam sentidos respaldados por suas vivências, em interpretações suas que, muitas vezes, não se harmonizavam aos projetos de dizer da *esfera jurídica*. Essas saliências não se davam de forma gratuita, visto que contrapalavras eram apresentadas pelas mulheres, na maioria das vezes, mediante o reconhecimento de formas nominais específicas. Os processos de construção de sentidos objeto de nossa interpretação sinalizaram para a compreensão de que *conceitos científicos* presentes nos enunciados da *esfera jurídica* decorrem de configurações históricas desse ambiente, cuja apropriação requer vivências nesse âmbito e aprendizagem sistemática.

Houve também sinalizações para as singularidades dos sujeitos participantes desta pesquisa, os quais, em sendo *outsiders* daquela *esfera*, não se apropriaram dos mencionados *conceitos*, restando-lhe a evocação de vivências cotidianas outras para a atribuição de sentidos a determinados itens lexicais, com vistas à compreensão a partir da materialidade linguística em sua integralidade, o que inclui o léxico, mas não se restringe a ele. Como pudemos observar nos dados gerados, apenas três dentre as participantes de pesquisa parecem ter apreendido sentidos do texto, de modo mais prevalecente, a partir da materialidade verbal propriamente dita, embora ainda tenham sinalizado para dificuldades no que concerne à compreensão dos *conceitos científicos* da área, o que era esperado por nós dada sua condição de *outsiders*. O completo estranhamento de alguns desses itens, porém, sem nenhum recurso a vivências cotidianas que evocassem *conceitos espontâneos* que suscitassem algum tipo de relação dialética com os *conceitos científicos*

em tela, porém, chamaram particularmente nossa atenção, remetendo à complexidade das tensões entre as vozes com que nos defrontamos.

Reconhecemos como fragilidade desta pesquisa o fato de não termos considerado como participantes de pesquisa os demandados da Justiça, grupo que se mostrou consideravelmente em desvantagem nos *eventos de letramento audiência* de que participamos, em virtude de, em muitos dos casos, apresentarem-se em juízo sem um operador do Direito para sua defesa. Trata-se de um problema social que nos pareceu significativamente relevante – não poderiam se valer do mesmo Núcleo de Práticas Jurídicas porque esse Núcleo já representava a parte oponente –, na medida em que o acesso à Justiça, que inclui, nesses casos, o direito de defesa constitucionalmente garantido, tornava-se obstado pela não familiaridade do demandado com as especificidades das *práticas de letramento* que compõem a *esfera jurídica*, condição que requereria, por certo, um mediador *insider*, o qual pudesse estabelecer a efetiva situação de *heteronomia* que lhes era necessária para a participação no *evento*. Inferimos que o processo ainda em consolidação da Defensoria Pública no município campo de pesquisa contribuía para essa ausência de representação legal dos demandados da Justiça nesses casos.

Ainda que a *esfera jurídica* requeira a participação de demandantes e demandados da Justiça em seus *eventos de letramento*, os quais são intimados a comparecerem em juízo, visto que sem as partes não há processo, pudemos observar, em seus usos da escrita, especificidades que distanciam o *auditório social* constituído por tais *outsiders* da *esfera* – os maiores interessados de fato nos desdobramentos processuais – de efetivas compreensões do que tem lugar ali em se tratando dos argumentos e dos acordos materializados na modalidade escrita da língua em *gêneros do discurso* específicos da *esfera* em questão. Sob um olhar metafórico, é possível inferir, a partir do delineamento interpretativo que percorremos, que, nos *gêneros do discurso* da *esfera* em questão, atuam, predominantemente, *forças centrípetas* da língua (BAKHTIN, 2004 [1927]), as quais têm por objetivo a normatização e a homogeneização, configurando, desse modo, uma espécie de efeito *bumerangue*. Para nós, isso significa que o princípio e o fim de todos os textos emanados da *esfera jurídica* é a própria *esfera*.

Não esperamos que todas as linguagens técnicas sejam, de fato, acessíveis a todos os sujeitos *outsiders* das *esferas* a que tais linguagens correspondem, porquanto entendemos que as particularidades linguísticas relacionam-se aos *gêneros do discurso* representativos dos

modos de fazer e de dizer de tais *esferas*, cuja apropriação implica vivências efetivas nesses âmbitos. No caso da *esfera jurídica*, a mediação de outro mais experiente é requerida nas interações que se estabelecem em juízo; o que observamos, contudo, é que a relação de heteronomia mostrou-se problemática no processo de elucidação de sentidos, no que respeita a diversas interações ocorridas nas *audiências de conciliação* objeto deste estudo. Em boa parte das *audiências* em estudo demandou-se do operador do Direito, *insider* da *esfera*, uma atuação mais efetiva na explicitação, para as participantes de pesquisa, das implicações em negociação materializadas no artefato escrito que aquelas mulheres assinaram, e essa atuação não se deu de fato, o que as fez, em sua condição de heteronomia, endossarem resultados de uma interação judicial acerca dos quais não tinham suficiente clareza. De modo semelhante, a admissão do comparecimento dos réus sem advogados – demandados aos quais era dada a faculdade de acordar um litígio com vistas à homologação judicial – recrudesce a complexidade da heteronomia esperada.

Assim considerando, embora não se espere que *outsiders* da *esfera* compreendam de todo o jargão típico dela – o que o destituiria da condição e *jargão* –, seguramente o fato de haver *audiências de conciliação* sob o mote da simplificação das contendas jurisdicionais, tanto quanto o fato de demandados da Justiça poderem representar a si próprios sem um *insider* da *esfera*, em nossa compreensão trazem consigo a suposição de que os sujeitos em interação nessa *esfera* tenham se apropriado de lides com a modalidade escrita da língua que os insira minimamente não na *esfera* em si mesma, mas nos meandros diversos da cultura escrita, em uma familiaridade mínima com o ato de dizer por meio dessa modalidade da língua que lhes exima, também minimamente, do temor diante desse ato de dizer por escrito quando em situações formais nas quais haja implicações adicionais de emotividade, como nos casos em estudo.

Desse modo, a despeito dos mencionados percalços observados nas interações que se estabelecem na *esfera jurídica*, entendemos que o efeito bumerangue poderia ser atenuado se a sua rota circular fosse interrompida por dois fatores que nos parecem significativos no processo de constituição dos sujeitos via modalidade escrita da língua: de um lado, entendemos que a realização, por parte da escola, de um processo de familiarização com *letramentos dominantes* favoreceria maior autonomia na interação com usos da escrita de *esferas* mais formais – a inserção na cultura escrita de que tratamos no parágrafo anterior –, facultando aos alunos subsídios para lidar com *gêneros* do

discurso secundários. Por outro lado, a atuação da *esfera acadêmica* poderia facultar aos estudantes do curso de Direito apropriações de conhecimentos que os conduzissem à qualidade de interação com os dois *auditórios sociais* mencionados nesta pesquisa, os operadores da área jurídica e os demandantes e demandados da Justiça, em atenção às especificidades de cada um desses auditórios.

Retomando, enfim, a questão central de pesquisa, entendemos que o *encontro* de demandantes da Justiça, na modalidade *assistência judiciária gratuita*, com operadores do Direito, na *esfera jurídica*, reiterou nossa inferência inicial acerca da existência de vozes em tensão, na medida em que grupos com compartilhamentos culturais distintos interagem no *evento de letramento* que observamos. Em atenção aos propósitos antecipadamente delineados para as *audiências de conciliação*, as partes são tidas, nessas ocasiões, como sujeitos homogêneos, cujas vivências anteriores com a escrita não são consideradas na interação que se estabelece em juízo. A despeito de a *audiência conciliatória* se configurar como um procedimento que tem por objetivo a realização de um acordo entre as partes interessadas no processo, concedendo-lhes, por essa razão, o espaço à fala, esses sujeitos encontram diversos entraves para se valerem desse espaço à voz que lhes é concedido, por motivos já aqui mencionados, dentre os quais podemos destacar e reiterar o desconhecimento dos *gêneros do discurso* próprios da *esfera jurídica*, incluindo-se o estranhamento acerca dos projetos de dizer a eles correspondentes, o que abarca recursos lexicais e gramaticais específicos; a não familiaridade com os modos de fazer instituídos por tais usos da escrita, frustrando, assim, expectativas em relação à *esfera jurídica* que compunham suas *práticas de letramento*, tais quais aquelas relacionadas à atuação do advogado; e o ato de reportar as falas das partes realizado pelo conciliador, cuja voz de *insider* predominava sobre as demais quando da legitimação do acordo via modalidade escrita da língua.

No que respeita às participantes de pesquisa e reiterando o que vimos registrando nestas Considerações Finais, depreendemos, dos dados gerados para esta dissertação, que suas vivências com a escrita não abarcavam, na maioria dos casos, a apropriação de *letramentos dominantes*. Algumas dentre elas afirmaram ter tido algum contato com a escrita em instituições mais formais; contudo tais ocasiões não foram significativas a ponto de resultarem em apropriação de modos de dizer característicos desses ambientes. Ademais, entendemos que os *letramentos dominantes* são necessariamente situados no tempo e no espaço e atendem a propósitos específicos nas *esferas da atividade*

humana em que se inserem, apresentando, portanto, especificidades que podem variar de acordo com cada *esfera* e sua função social. Diante de tais configurações, certas implicações das *práticas de letramentos* das demandantes da Justiça também puderam ser apreendidas no *encontro* com operadores do Direito, visto que a maioria delas apresentou uma atuação marcadamente *heterônoma* na *audiência* de que participou.

A *esfera jurídica* abrange implicações de cidadania, incidindo sobremaneira nas relações intersubjetivas de cada demandante e demandado da Justiça, os quais dependem da via jurisdicional para a garantia de seus direitos em sociedade. Por esse motivo, compreendemos que a *palavra* não pode figurar como óbice no percurso de alcance das faculdades a que todos, em sua singularidade, têm direito; mas deve, na ponte que se lança (em alusão a VOLÓSHINOV, 2009 [1929]) entre *insiders* e *outsiders*, chegar a estes últimos e retornar aos primeiros sob a forma de contrapalavra, já ressignificada, diferentemente do que fora na origem. Esperamos que, com esta dissertação, possamos abrir caminhos para outros estudos que atentem para implicações sociais do fenômeno do *letramento* em instituições formais, nas quais sujeitos singulares precisam ser auscultados naquilo que constitui o objeto de estudo da Linguística Aplicada, os problemas linguísticos socialmente relevantes.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Os números da cultura. In: RIBEIRO, Vera Masagão. **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001**. São Paulo: Global, 2003. p. 33-45.

AMB. Associação dos Magistrados Brasileiros. **O judiciário ao alcance de todos: noções básicas de Juridiquês**. 2.ed. Brasília: AMB, 2007. Disponível em: <<http://www.amb.com.br/portal/juridiques/livro.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2014.

AMORIM, Marília. Cronotopo e Exotopia. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 95-114.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 17. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BAJTÍN, Mijaíl M. [VOLOSHINOV, Valentín N.]. [1930]. ¿Qué es el lenguaje?. In SILVESTRI, Adriana; BLANCK, Guillermo. (Orgs.) **Bajtín y Vigotski: la organización semiótica de la conciencia**. Barcelona: Anthropos, 1993a. p. 217-243.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1979].

_____. **Filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010 [1920-24].

_____. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1952/53]. p. 261-269.

_____. **O Freudismo: um esboço crítico**. São Paulo: Perspectiva, 2004 [1927].

_____. **Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011 [1930].

_____. **Problemas da poética de Dostoievski**. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1929/1963].

_____. **Questões de Literatura e Estética**. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1993 [1975].

BARTON, David. **Literacy**: an introduction to the ecology of written language. 2 ed. UK: Blackwell Publish, 2007 [1994].

_____; HAMILTON, Mary. La literacidad entendida como práctica social. In: ZAVALA, Virgínia; NIÑO-MURCIA, Mercedes; AMES, Patricia. (Ed.) **Escritura y sociedad**: nuevas perspectivas teóricas y etnográficas. Lima: Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, 2004. p. 109-139.

_____; _____. Literacy practices. In: BARTON, David; HAMILTON, Mary; IVANIC, Roz. **Situated literacies**: reading and writing in context. London: Routledge, 2000. p. 7-15.

_____; _____. **Local Literacies**: reading and writing in one community. Londres: Routledge, 1998.

_____; _____. IVANIC, Roz. **Situated literacies**: reading and writing in context. London: Routledge, 2000.

BORGES, Teresa Maria Machado. **Ensinando a ler sem silabar**. 2. Ed. Campinas/SP: Papirus, 1998.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 7448, de 2006. Altera o art. 458 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=3CB40257A34715C402BD76DE33DA608B.node2?codteor=416293&filename=PL+7448/2006>. Acesso em: 04 out. 2014.

_____. Presidência da República. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 03 nov. 2014.

_____. Congresso Nacional. **Código de Processo Civil**: anteprojeto. Brasília: Senado Federal, Presidência, 2010. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/Anteprojeto.pdf>>.
Acesso em: 04 out. 2014.

_____. Presidência da República. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15869.htm>. Acesso em: 04 out. 2014.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **Contra o consenso**: cultura escrita, educação e participação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003a.

_____. **Inquietudes e desacordos**: a leitura além do óbvio. 1. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.

_____. Letramento e alfabetização: implicações para a educação infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; MELLO, Suely Amaral. (Org.) **O mundo da escrita no universo da pequena infância**. São Paulo: Autores Associados, 2005. p. 5-21.

_____. Sociedade de cultura escrita, alfabetismo e participação. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.) **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2003b. p. 47-63.

CALMON, Petrônio. **Fundamentos da mediação e da conciliação**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

CAVALCANTI, Marilda. A propósito de Linguística Aplicada. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, 7, p. 5-12, 1986.

CERUTTI-RIZZATTI, Mary Elizabeth. **Letramento**: uma discussão sobre implicações das fronteiras conceituais. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 118, p. 291-305, jan.-mar. 2012. Disponível em:
<<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 16 out. 2012.

_____; ALMEIDA, Kamila Caetano. Identidade, subjetividade e alteridade nas relações entre universos *global/local* e *letramentos dominantes/vernaculares*. **Scripta**. Belo Horizonte, v. 17, n. 32, p. 45-68, 1º sem. 2013.

_____; CORREIA, Karoliny; MOSSMANN, Suzianne. Escrever na universidade: um convite a novos olhares. In: OLIVEIRA, Roberta

Pires; NUNES, Zilma Gesser (Org.) **Letras Português na EaD**: tão longe, tão perto. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2012, p.126-145.

_____; LESNHAK, Simone. Apropriação dos modos de dizer na *esfera acadêmica*: desafios do *encontro* da *outra palavra* com a *palavra outra*. **Revista do GELNE**, Rio Grande do Norte, 2014 (no prelo).

_____; DAGA, Aline Cassol; CATOIA DIAS, Sabatha. Intersubjetividade e intrassubjetividade no ato de ler: a formação de leitores na Educação Básica. **Calidoscópio**. v. 12, n. 2, p. 226-238, maio/ago. 2014.

_____; MOSSMANN, Suziane da Silva; IRIGOITE, Josa Coelho da Silva. Estudos em cultura escrita e escolarização: uma proposição de simpósio entre ideários teóricos de base histórico-cultural na busca de caminhos metodológicos para pesquisas em Linguística Aplicada. **Fórum Linguístico**, v.10, n.5, 2013.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. As perspectivas etnográfica e discursiva no ensino da escrita: o exemplo de textos de pré-universitários. **Revista da ABRALIN**. v. Eletrônico, n. Especial, p. 333-356. 2ª parte, 2011.

_____. Encontros entre prática de pesquisa e ensino: oralidade e letramento no ensino da escrita. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 625-648, jul./dez. 2010.

_____. Pressupostos teóricos para o ensino da escrita: entre a adequação e o acontecimento. **Filologia Linguística Portuguesa**. n. 9. p. 201-211, 2007.

DAGA, Aline Cassol. EaD: uma modalidade centrada no ato de ler. In: CERUTTI-RIZZATTI, Mary Elizabeth. (Org.). **Linguagem e Escolarização**: Alfabetismo e Leitura. Coleção Linguística, v. 2. Florianópolis: Editora Insular, 2013. p. 247-264.

_____; CERUTTI-RIZZATTI, Mary Elizabeth. O simpósio de vozes na universidade: vivências de graduandos no *encontro* com o outro nos atos de ler e escrever. **Revista Domínios de Linguagem**, v. 8, n. 1. jan./jun.2014.

DEHAENE, S. **Les neurones de la lecture**. Paris: Odile Jacob, 2007.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o "aprender a aprender"**: crítica às aproximações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

DURANTI, Alessandro. **Linguistic Anthropology**. New York: Cambridge University Press, 1997.

ERICKSON, F. What makes school ethnography 'ethnographic'? **Anthropology and Education Quarterly**, v. 15, n. 1, Spring, 1984. p. 51-66.

ÉRNICA, Maurício; BATISTA, Antônio A. G. **Educação em territórios de alta vulnerabilidade social na metrópole**: um caso na periferia de São Paulo. São Paulo: Cenpec, 2011.

EUZÉBIO, Michelle D. **Usos sociais da escrita na família e na escola**: um estudo sobre práticas e eventos de letramento em uma comunidade escolar em Florianópolis (SC). 273 p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: BAGNO, Marcos; LAGARES, Xoán. (Org.) **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

_____. O estatuto da análise e interpretação dos textos no quadro do Círculo de Bakhtin. In: GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos; MACHADO, Anna Rachel; COUTINHO, Antônia (Orgs.). **O interacionismo sociodiscursivo**: questões epistemológicas e metodológicas. Campinas: Mercado das Letras, 2007. p. 43-50.

FISCHER, S. **História da leitura**. São Paulo: UNESP, 2006.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 14. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização**: leitura do mundo leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GAČEV, Geogij D. **Ritratti di culture**. Perugia: Guerra Edizione, 2011.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro (Org.). **Cultura Escrita e Letramento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 218-243.

GEE, James Paul. **Situated language and learning**: a critique of traditional schooling. Londres: Routledge, 2004.

_____. **Social Linguistics and Literacies**: ideology in discourses. 3rd. ed. London: Routledge, 2008.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

GERALDI, João Wanderley. **A aula como acontecimento**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010a.

_____. **Alfabetização e letramento**: perguntas de um alfabetizado que lê. [s.l.], [s.d.].

_____. **Ancoragens**: estudos bakhtinianos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010b.

_____. **Transgressões convergentes**: Vigotski, Bakhtin, Bateson. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

_____; FICHTNER, Bernd; BENITES, Maria. **Transgressões Convergentes**: Vigotski, Bakhtin, Bateson. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GRAFF, H. J. **The literacy myth**: Literacy and social structure in the nineteenth century city. New York: Academic Press, 1979.

HAGUETE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 8. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

HAMILTON, Mary. Expanding the New Literacy Studies: using photographs to explore literacy as social practice. In: BARTON, David; HAMILTON, Mary; IVANIC, Roz. **Situated Literacies**: reading and writing in context. London; New York: Routledge, 2000. p. 16-34.

_____; BARTON, David; IVANIC, Roz (Org.). **Worlds of literacy**. Clevedon: Multilingual Matters, 1993.

HEATH, Shirley Brice. What no bedtime story means: narrative skills at home and school. **Language in Society**, Cambridge, UK, v. 11, n. 1, p. 49-76, Apr. 1982.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro (RJ): Objetiva, 2001.

INAF. **Inaf Brasil 2009**. Disponível em: <<http://www.ipm.org.br>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

IVANIC, Roz. **Writing and identity**: the discorsal construction of identity in academic writing. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1998.

KALANTZIS, Mary; COPE, Bill. Changing the roles of schools. In: _____. **Multiliteracies**. London and NY: Routledge, 2000.

KALMAN, Judith. El acceso a la cultura escrita: la participación social y la apropiación de conocimientos en eventos cotidianos de lectura y

escritura. **Revista Mexicana de Investigación Educativa**. Enero-abril, vol.VIII, n. 17, 2003, p. 37-66.

KLEIMAN, Angela B. Formação do professor: retrospectivas e perspectivas na pesquisa. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.) **A formação do professor: perspectivas da Linguística Aplicada**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

_____. (Org.) Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: _____. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática da escrita**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001 [1995], p.15-64.

_____. O conceito de letramento e suas implicações para a alfabetização. **Projeto Temático Letramento do Professor**, fev. 2007. Disponível em: <http://www.letramento.iel.unicamp.br/publicacoes/artigos/Letramento_AngelaKleiman.pdf>. Acesso em: 01 set. 2014.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (Orgs.) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

KRAMSCH, Claire. **Language and Culture**. NY: Oxford University Press, 1998.

_____. Language, Thought, and Culture. In: DAVIES, Alan; ELDER, Catherine. (Ed.) **The handbook of applied linguistics**. UK: Blackwell Publishing, 2004.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline R. Cardoso. Rio de Janeiro: Parábola, 2008 [1972].

LAHIRE, Bernard. **Homem Plural: os determinantes da ação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

_____. **Retratos Sociológicos: Disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. **Sucesso escolar nos meios populares:** as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

LESNHAK, Simone. **O sujeito na relação com o outro por meio da escrita:** a apropriação de modos de dizer para inserção profissional na *esfera jurídica*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

LURIA, A. R. **Cognitive development:** Its cultural and social foundations. Cambridge. MA: Harvard University Press, 1976.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e textualidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola, 2010. p. 19-38.

MEDEVIÉDEV, Pável N. **O método formal nos estudos literários**. São Paulo: Contexto, 2012 [1928].

MIOTELLO, Valdemir. **Discurso da ética e a ética do discurso**. São Carlos/SP: Pedro & João, 2011.

_____. Ideologia. In: BRAIT, B (Org.). **Bakhtin:** conceitos-chave. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 167-176.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Vygotsky e o processo de formação de conceitos. In: LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon:** teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

ONG, Walter. **Orality and literacy:** The technologizing of the word. London: Methuen, 1982.

ORMEROD, Fiona; IVANIC, Roz. Texts in practices: interpreting the physical characteristics of children's project work. In: BARTON,

David; HAMILTON, Mary; IVANIC, Roz **Situated literacies**. London: Routledge, 2000. p. 91-107.

PEDRALLI, Rosângela. Usos sociais escolares e extraescolares da escrita no cotidiano feminino. In: CERUTTI-RIZZATTI, Mary Elizabeth. (Org.). **Linguagem e Escolarização**: Alfabetismo e Leitura. Coleção Linguística, v. 2. Florianópolis: Editora Insular, 2013. p. 91-130.

PETRILI, Susan. Scienze umane, metodo detotalizzante e dialogica dei valori. In: _____. **Altrove e altrimenti**: filosofia del linguaggio, critica letteraria e teoria della traduzione in, con e a partire da Bachtin. Milano-Udine: Mimesis, 2012. p. 29-42.

PONZIO, Augusto. **A revolução bakhtiniana**: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Problemas da sintaxe para uma linguística da escuta. In: BAKHTIN, Mikhail. **Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011 [1930]. p. 7-57.

_____. **Procurando uma palavra outra**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

_____. Identità e mercato del lavoro: due dispositivi di una stessa trappola mortale. In: PONZIO, Augusto (Cura.). **Globalizzazione e infunzionalità**. Roma: Meltemi, 2008-09. p. 21-42.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

ROCHA, José de Albuquerque. **Teoria geral do processo**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; LAMY, Eduardo de Avelar. **Teoria geral do processo**. 3.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

RODRIGUES, Nara Caetano. A abordagem etnográfica na pesquisa em linguística aplicada - reflexões de uma trajetória. In: FRITZEN, Maristela Pereira; LUCENA, Maria Inêz Probst (Org.). **O olhar da etnografia em contextos educacionais**: interpretando práticas de linguagem. Blumenau: Edifurb, 2012. p. 35-53.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008[1983].

SCRIBNER; COLE, Los Nuevos Estudios de Literacidad. In: AMES, Patricia; NIÑO-MURCIA, Mercedes; ZAVALA, Virginia (Org.) **Escritura y sociedad**: nuevas perspectivas teóricas y etnográficas. Lima: Red para el desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, 2004 [1981]. p.57-79.

SIDOU, José Maria Othon. **Dicionário jurídico**: Academia Brasileira de letras Jurídicas. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2004.

SILVEIRA, Ana Paula Kuczmynda; ROHLING, Nívea; RODRIGUES, Rosângela Hammes. **A análise dialógica dos gêneros do discurso e os estudos do letramento**: glossário para leitores iniciantes. Florianópolis: DIOESC, 2012.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOUZA, Janine Fontes de; MOTA, Kátia Maria Santos. O silêncio é de ouro e a palavra é de prata? Considerações acerca do espaço da oralidade em educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 36, set/dez 2007, p. 505-551.

STAKE, R. E. The case study method in social inquiry. **Educational Researcher**, v. 7, n. 2, p. 5-8, Feb. 1978. Disponível em: <<http://www.fivehokies.com/Evaluation/Evaluation%20and%20Analysis%20Designs/Case%20Studies/The%20Case%20Study%20Method%20in%20Social%20Inquiry.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

STREET, Brian. Abordagens alternativas ao letramento e desenvolvimento. Apresentado durante a **Teleconferência UNESCO Brasil sobre Letramento e Diversidade**, outubro de 2003.

_____. Literacy events and literacy practices: theory and practice in the New Literacy Studies. In: MARTIN-JONES, Marilyn; JONES, Kathryn. **Multilingual literacies: reading and writing different worlds**. John Benjamins B.V., 2000, p. 17-29.

_____. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: CUP, 1984.

_____. Literacy practices and literacy myths. In: SALJO, R. (Org.). **The written world: studies in literacy thought and action**. New York: Springer-Verlag, 1988.

_____. Os novos estudos sobre o letramento: histórico e perspectivas. In: MARINHO, M.; CARVALHO, G. T. (Orgs.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2010. p. 33-53.

_____. Perspectivas interculturais sobre o letramento. **Revista de Filologia e Lingüística Portuguesa**, n. 8, p. 465-488, 2006.
Disponível em:
<<http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/Street.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

_____.; LEFSTEIN, Adam. **Literacy: an advanced resource book**. London/New York: Routledge, 2007.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VIGOTSKI, Lev. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1934].

_____. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1978].

_____. The problem of development of higher mental functions. In: RIEBER, Robert W. (Ed.) **The collected works of L.S. Vygotsky**. New York: Plenum Press, 1997 [1987]. p.1-28.

VOLOCHÍNOV, Valentín Nikoláievich. **A construção da enunciação e outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013 [1925-1930].

VOLOSHÍNOV, Valentín Nikoláievich. **El marxismo y la filosofía del lenguaje**. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2009 [1929].

VÓVIO, Cláudia Lemos. Outras perspectivas sobre a alfabetização de pessoas de jovens e adultos. In: SERRANI, Silvana (org.). **Letramento, discurso e trabalho docente**. Vinhedo, Editora Horizonte, 2010, p. 100-115.

_____. **Textos narrativos orais e escritos produzidos por jovens e adultos em processo de escolarização**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1999.

WERTSCH, James V. **Vygotsky and the social formation of mind**. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press, 1985.

YIN, ROBERT K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Entrevistas Semiestruturadas

Entrevista 1

A elaboração das perguntas aqui listadas decorre do intento de responder ao seguinte desdobramento da questão central de pesquisa: *Como se caracterizam as práticas de letramento dos sujeitos demandantes da Justiça, na modalidade assistência judiciária gratuita, participantes deste estudo?*

(1) Impressões pessoais sobre sua historicidade com os usos sociais da escrita. Foco no diagrama: parte II – práticas – categoria: interactantes¹⁷⁶

a) Você poderia me contar um pouco sobre sua vida, sua formação... Você estudou (ou ainda estuda)? Poderia me contar um pouco sobre como foi sua experiência com a escola? O que foi bom e o que você gostaria que tivesse sido diferente? (Focar escolas em que estudou, como foi sua trajetória escolar, professores que o tenham marcado, o que gostava ou não gostava de estudar e afins.)

b) Nos trabalhos que você já teve em sua vida, você precisava ler e escrever? Poderia me falar um pouco sobre isso: que trabalhos foram esses, o que lia ou escrevia, por quê... E em seu trabalho atual? (Focar nas demandas de escrita na historicidade laboral.)

c) E seus familiares (pais, cônjuge, filhos...), como você acha que foi (ou está sendo) as experiências deles com a escola? Você conversa com eles sobre isso? (Focar nos usos da escrita na família, nas valorações atribuídas a esses usos.)

¹⁷⁶ A divisão da entrevista a partir das categorias de análise propostas no *diagrama integrado* (CERUTTI-RIZZATTI; MOSSMANN; IRIGOITE, 2013) foi pensada com a finalidade de materializar a coerência entre essas categorias e as questões-suporte de pesquisa. Essa separação é, contudo, apenas uma forma de expormos visualmente nossa articulação entre teoria e metodologia, visto que tais categorias dialogam entre si e se constituem mutuamente, conforme registramos na discussão teórica apresentada neste projeto, e, portanto, não podem ser consideradas como abordagens isoladas.

d) Ao longo de sua vida, você teve o costume de ler e escrever em casa? Ou alguém costumava ler e escrever para você? E hoje, como é isso? (Focar nas relações com a escrita ao longo da vida: o que lia/escrevia, por que lia/escrevia e afins.)

e) Você acha que ler e escrever, atualmente, são atividades importantes 'para se ter sucesso na vida'? Por quê? (Focar em projeções sobre a escrita, de modo a eliciar valorações.)

(2) Impressões pessoais sobre sua historicidade com os usos sociais da escrita. Foco no diagrama: parte II – práticas – categorias: esfera da atividade humana e cronotopo.

a) Você poderia me dizer que materiais escritos você tem em sua casa? Poderia me mostrar alguns deles? (Elencar, caso necessário, livros, revistas, jornais e outros suportes como recurso de memória, a exemplo de documentos, usos no computador etc.¹⁷⁷ Ao final da entrevista, o entrevistado será convidado a responder ao questionário – Apêndice B – que focaliza objetivamente outras vivências cotidianas com a escrita.)

b) Conte-me um pouco sobre como a escrita está presente na organização de sua vida, se você faz listas de compras, anotações de compromissos, bilhetes para os seus familiares, se paga contas com boletos, se utiliza o caixa eletrônico, se pega ônibus diariamente... (Focar nas bases organizacionais do cotidiano, se a escrita é parte delas de modo prevalente, mínimo ou se está ausente.)

c) Em todas essas atividades de que falamos, você percebe alguma dificuldade em realizar alguma(s) dela(s)? (Focar nas formas como o entrevistado avalia sua própria *performance* nessas atividades.)

d) Você acha que a escrita é algo importante no seu dia a dia? Pode me explicar por quê? (Focar nas valorações que atribui à escrita em seu cotidiano – relações usos X valores atribuídos.)

e) Que leituras você gostaria de fazer [com mais frequência] e ainda não faz/não pode fazer [não tem feito ultimamente]? Por quê? (Focar nas disposições pessoais para a leitura.)

¹⁷⁷ Aqui, tivemos o cuidado de não conduzir a resposta ou constranger o entrevistado com menção de artefatos que não tenha ou desconheça.

f) E escrever, o que você gostaria de poder escrever [com mais frequência] e ainda não faz [não tem feito ultimamente]? Por quê? (Focar nas disposições pessoais¹⁷⁸ para a escrita.)

g) Em seu dia a dia, você precisa usar a escrita em algum lugar ou ocasião? Em quais lugares ou ocasiões? (Focar nas pressões externas para o uso da escrita.)

h) Você sente alguma dificuldade em lidar com a escrita em sua casa, com sua família? (Focar na escrita na ambientação familiar.)

i) Você sente alguma dificuldade em lidar com a escrita em outros lugares? (Focar na escrita em ambientações outras.)

j) O que você acha que existe de diferente entre a escrita que você e sua família usam e a escrita que é usada em outros locais que você frequenta? (Focar em eventuais tensões entre a escrita na ambientação familiar e a escrita em outras ambientações.)

Entrevista 2

A entrevista de número 2 tem por finalidade responder ao seguinte desdobramento da questão de pesquisa: *Em havendo as implicações mencionadas na questão geral de pesquisa, como elas reverberam nos processos de construção de sentidos, para textos escritos, em gêneros do discurso que têm lugar no evento audiência e que norteiam as demandas jurisdicionais propriamente ditas?*

Primeira Parte

(1) Impressões pessoais sobre o evento de letramento audiência. Foco no diagrama: parte II – práticas – categoria: interactantes.

a) Como você se sentiu na audiência de que participou tendo em vista a linguagem utilizada pelos advogados e pelo juiz? Você conseguiu compreender o que eles disseram?

¹⁷⁸ Com base em Lahire (2004).

b) Caso tenha percebido alguma dificuldade de compreensão, o que você acha que mais provocou essa dificuldade?

c) Ao final da audiência, você conseguiu entender o que ficou decidido? Se não conseguiu, por que acha que isso aconteceu?

(2) Impressões pessoais sobre o evento de letramento audiência. Foco no diagrama: parte II – práticas – categoria: esfera da atividade humana e cronotopo.

a) Você acha que a presença do computador na mesa de audiência ajudou-o a entender melhor o que estava sendo decidido pelo juiz? Você consegue compreender o que o escrivão digita no computador enquanto a audiência acontece? Se não consegue, por que acha que isso ocorre?

b) Você recebe algum documento do Núcleo de Prática Jurídica em sua casa? Com que frequência? Você consegue fazer a leitura desse documento e compreendê-lo, ou alguém consegue fazer essa leitura para você e explicar-lhe o conteúdo desse documento?

c) Você conhece as regras de funcionamento da *audiência*? Como se sente em relação a isso?

d) Você se sentiu confortável quando precisou falar durante a *audiência* de que participou? Por quê?

e) Você conseguiu falar tudo o que desejava ter falado na *audiência*?

Segunda Parte

Neste momento, promovemos o *encontro* dos demandantes da Justiça, na modalidade *assistência judiciária gratuita*, com os textos nos *gêneros do discurso* da *esfera jurídica*, com foco na categoria *o ato de dizer nos gêneros do discurso*, presente no *diagrama integrado* (CERUTTI-RIZZATTI; MOSSMANN; IRIGOITE, 2013), com atenção à responsividade dos sujeitos ante os textos em tais gêneros.

1) Entregar a *Petição Inicial* e o *Termo de Audiência* à pessoa entrevistada;

- 2) Questionar: *você sabe o que é isso? Para que serve?* (a fim de abordar a função social do gênero);
- 3) Folhear o documento juntamente com a participante de pesquisa, mostrando-lhe as partes que o compõem (a fim de abordar a *estrutura composicional* do gênero);
- 4) Pedir à participante de pesquisa que faça a leitura silenciosa do documento. Depois, fazer a leitura de todo o texto do *Termo de Audiência* e de algumas partes da *Petição Inicial* em voz alta, notadamente daquelas que representam a materialização textual do tema e seu escopo social, e realizar pausas, para que, nesses momentos, se possa questionar a participante sobre a construção de sentidos por ela realizada: *Você compreendeu essa parte? O que dificultou a sua compreensão?* (a fim de evidenciar o *estilo* da composição, expor o *conteúdo temático* que motiva tal construção e identificar como as *práticas de letramento* da entrevistada reverberam no processo de construção de sentidos para os *gêneros do discurso* em pauta).

**APÊNDICE B - Questionário: recurso complementar à
entrevista¹⁷⁹**

- 1) Qual o ano de seu nascimento? _____.
- 2) Qual o local de seu nascimento? _____.
- 3) Sexo:
- a) () Feminino
- b) () Masculino
- 4) Você aprendeu a ler e a escrever?
- a) () Sim.
- b) () Não.

Como você aprendeu a ler a escrever?

- () Tive escolarização, mas não aprendi.
- () Aprendi em casa, com algum familiar.
- () Aprendi na escola. Ano(s) que cursei:

_____.

- () Aprendi com outra pessoa. Quem?

_____.

5) Você trabalha?

- a) () Sim. Qual é seu trabalho?

_____.

- b) () Não.

6) Em seu local de trabalho, você precisar ler?

- a) () Sim. Costumo ler _____.

Costumo ler para _____.

- b) () Não.

¹⁷⁹ Para preenchimento do entrevistador, com filtragem na abordagem, de modo a tematizar apenas o que não ficou claro ao longo da entrevista.

7) Você possui:

- a) livros de receita? () sim () não
 - b) diário? () sim () não
 - c) relatórios/documentos escolares? () sim () não
 - d) certidões? () sim () não
 - e) documentos de identificação pessoal? () sim () não
- Quais?

- e) livros de literatura? () sim () não
- f) enciclopédias? () sim () não

8) Para descobrir alguma informação, como um endereço ou o número de telefone de algum local a que você precisa ir, você:

- () consulta a lista telefônica;
- () faz uma busca na Internet;
- () pergunta a alguém.

9) Você consulta os manuais de instrução de produtos que compra? () sim () não

Caso a resposta seja negativa: Por quê?

10) Você participa de algum clube ou associação? () sim () não

- a) Se sim, há boletins ou informativos provenientes desses encontros? () sim () não

b) Se sim, você faz a leitura desses textos? Ou alguma pessoa próxima a você faz essa leitura, e você utiliza as informações presentes nele, de alguma forma, no seu dia a dia?

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado Cidadão:

Eu, Kamila Caetano Almeida, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), matrícula 201204822, portadora do CPF 06870046913, RG 5284154 SSP SC, telefone para contato (48) 9668-2192, e-mail kamilacaetanoalmeida@gmail.com, desenvolverei uma pesquisa que tem por título “Sobre vozes e tensões: implicações de *práticas de letramento* nas relações intersubjetivas na esfera jurídica”. Para a realização desse estudo, preciso acompanhar sua participação em uma audiência agendada no Escritório Modelo de Advocacia (EMA), que tem por finalidade o desenvolvimento de seu processo jurídico. Minha pesquisa tem por objetivo compreender como ocorre a interação entre os cidadãos atendidos pela assistência judiciária gratuita e os profissionais do Direito, nas audiências, tendo em vista a linguagem utilizada e a presença de material escrito nesses eventos, e justifica-se por sua relevância social, porque entendo que o acesso à Justiça é direito de todos, e a linguagem não pode ser um problema que dificulte esse acesso.

Para realização desta pesquisa, os instrumentos de geração de dados que pretendo utilizar são: a observação participante, as notas de diário de campo, as entrevistas e a pesquisa documental. Pretendo entrevistá-lo, em sua residência, com a utilização de um gravador digital, assistir à audiência de que você participará e fazer cópia de dois documentos que dizem respeito ao seu processo: a *Petição Inicial* e o *Termo de Audiência* referente à audiência a que eu assistirei. Eu me comprometo a utilizar esses dados gerados somente para a pesquisa e a assegurar o sigilo e privacidade de sua identidade, ou seja, em nenhum momento seu nome será divulgado e/ou publicado. Os riscos provenientes desta pesquisa estão vinculados a fatores emocionais que podem decorrer da interação entre pesquisador e participantes, quando da fase de geração de dados. São, portanto, riscos de ordem psicológica. Os benefícios esperados com a pesquisa, para você e a comunidade em geral, dizem respeito a uma maior conscientização social acerca do uso da linguagem do meio jurídico e a um reconhecimento das diferentes realidades sociais, representadas pelos cidadãos, que procuram a assistência judiciária gratuita.

Você tem a liberdade de, a qualquer momento, exigir explicações sobre os resultados parciais ou finais da pesquisa, de modo a se sentir seguro(a) e respeitado(a) em suas contribuições durante a realização do estudo e posteriormente a ele. Não existirão despesas, compensações pessoais ou financeiras para você em qualquer fase do estudo. Se houver, por ventura, qualquer dúvida sobre os princípios éticos sobre os quais se fundamenta esta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Centro de Comunicação e Expressão (CCE) da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo telefone (48) 3721.9581 – ramal 230, e contatar a Prof^a Dra. Mary Elizabeth Cerutti-Rizzatti, orientadora desta pesquisa. Este Termo cumpre a Resolução CNS 466/2012 e suas complementares e tem aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH/UFSC), situado no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Trindade, CEP 88040-900, telefone (48) 3721-9206 e e-mail cep@reitoria.ufsc.br. Caso concorde em participar da pesquisa, por gentileza, assine a declaração abaixo:

"As informações que recebi sobre o estudo 'Sobre vozes e tensões: implicações de *práticas de letramento* nas relações intersubjetivas na esfera jurídica' foram suficientes para o meu entendimento sobre a pesquisa. Ficaram claros, para mim, quais são os objetivos do estudo, os passos a serem realizados, as garantias de que meus dados serão mantidos em sigilo e de que terei explicações quando for necessário. Ficou claro, também, que minha participação é livre de despesas. Sei que tenho garantia do acesso aos resultados e que posso esclarecer minhas dúvidas durante o desenvolvimento da pesquisa a qualquer momento. Concorde, voluntariamente, em participar deste estudo, podendo retirar essa participação a qualquer momento, antes ou durante o desenvolvimento da pesquisa, sem nenhum tipo de prejuízo.

Assim, assino¹⁸⁰ este documento, que foi escrito e assinado em duas vias, permanecendo uma comigo, como participante da pesquisa, e outra com a pesquisadora."

¹⁸⁰ Em casos de analfabetismo, o participante de pesquisa terá de apor sua digital.

_____ Data ____/____/____
Assinatura do cidadão

Nome: _____

Endereço: _____

RG: _____

Fone: () _____

_____ Data ____/____/____
Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE D - Modelo de autorização das partes**AUTORIZAÇÃO**

Autorizamos a acadêmica Kamila Caetano Almeida, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), matrícula 201204822, portadora do CPF 06870046913, RG 5284154 SSP SC, a extrair cópia da *Petição Inicial* e do *Termo de Audiência de conciliação*, realizada neste dia, referentes ao Processo de n. _____, no qual figuramos como partes, sob a condição de não termos nossa identidade divulgada na pesquisa que a mencionada estudante realizará.

(Local e data)

Assinaturas das partes:

Nome: _____

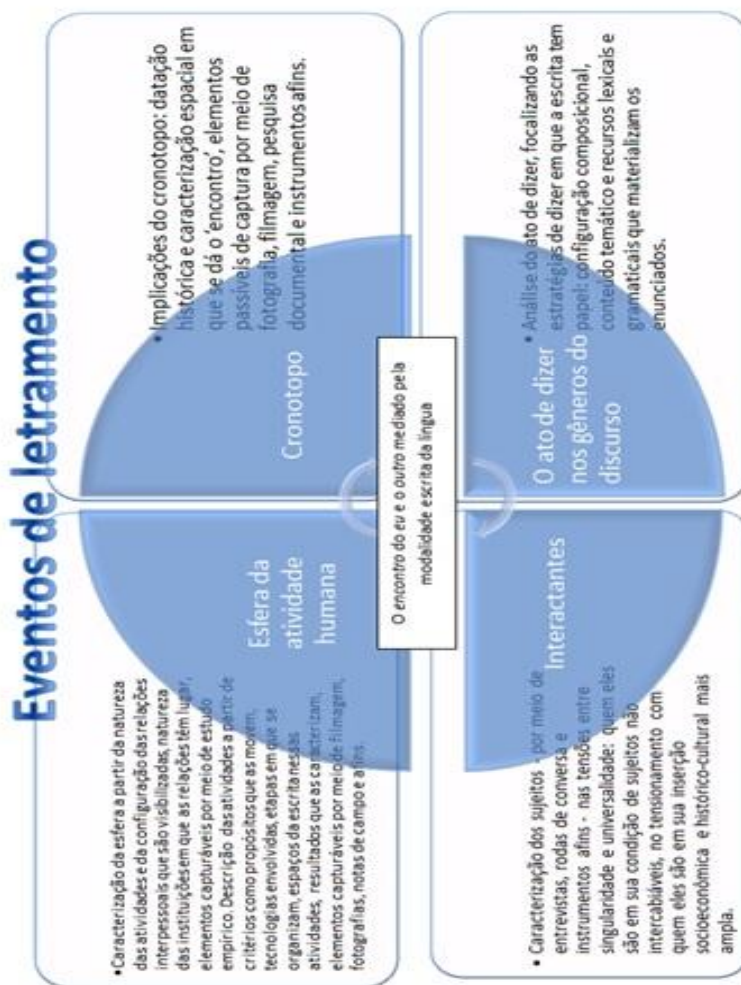
Assinatura: _____

Nome: _____

Assinatura: _____

ANEXOS

ANEXO A - *Diagrama integrado* (Reconfiguração a partir de CERUTTI-RIZZATTI; MOSSMANN; IRIGOITE, 2013)



Práticas de letramento

- Construção histórica da esfera da atividade humana em questão, historicidade dessas atividades, valorações atribuídas a elas, familiarização dos sujeitos com tais atividades, o papel da escrita nessas atividades no que respeita à transformação dos sujeitos e a transformações do meio social, elementos depreensíveis por meio da análise dos eventos.

Esfera da
atividade
humana

Cronotopo

O encontro do eu e o outro mediado pela
modalidade escrita da língua

- Enfoque no continuum *intervenções* estudo de historiados, sujeitos em relação à suas vivências anteriores, a valores que permeiam consigo acerca dos usos da escrita em questão, experiências com a escrita e (d)igitarizar essas mesmas experiências, relações entre e a caracterização dos sujeitos e os propósitos sociais que movem o "encontro", maiores ou menores convergências entre vivências / experiências valorações com (a) escrita entre e os sujeitos, elementos depreensíveis por meio da análise dos eventos.

Interactantes

- O ato de dizer nos gêneros do discurso
- Significações depreensíveis do agenciamento de recursos lexicais e gramaticais em favor dos projetos de dizer; implicações discursivas materializadas nos enunciados e relações dessa materialização com a história dos sujeitos e com a natureza do encontro, elementos depreensíveis por meio da análise linguística explicitada no quadro dos eventos.

ANEXO B - Página, na íntegra, de *Petição Inicial* correspondente às Figuras 11 e 12 (Processo de PF. - fl. 03)

1 1. DOS FATOS

2 A genitora da requerente teve um relacionamento com o
3 requerido e chegaram a morar juntos por, aproximadamente, dois meses. Tal
4 relação teve fim, em razão de o requerido fazer uso de substâncias tóxicas.

5 A requerente é fruto da união entre sua representante e o
6 requerido. Cabe salientar que o requerido registrou a requerente como sua filha.

7 Em razão da gravidez, a representante encontrava-se em
8 período de licença-maternidade. Contudo, pediu demissão de seu emprego, a fim
9 de dedicar-se aos cuidados da requerente. Hoje, a genitora da requerente é casada
10 com outra pessoa que, inclusive, é o pai de sua outra filha.

11 Há que se ressaltar que o requerido nunca ajudou a
12 representante com os gastos decorrentes da gravidez, sendo estes, suportados por
13 seu cônjuge. A representante acredita que seu atual companheiro não tem
14 obrigações com a requerente. Assim, a requerente deseja que o pai biológico arque
15 com seu dever e ajude a representante com as despesas da criança.

16 Outrossim, o requerido reside com seus pais e não possui
17 gastos com as despesas da casa. Recebe um auxílio-acidente em virtude de um
18 acidente que sofreu no ano de 2007, percebendo um valor de, aproximadamente,
19 R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

20 Enfastiada de não poder contar com a ajuda do requerido para
21 os gastos da requerente, representa esta na presente ação, requerendo a devida
22 tutela jurisdicional com base nos fundamentos jurídicos que passa a expor.

23 2. DOS FUNDAMENTOS

24 2.1. DA LEGITIMIDADE

25 Consoante se observa da narrativa anterior, a requerente é
26 filha legítima do requerido. E, por tanto, é parte legítima para propor a presente

**ANEXO C - Página, na íntegra, de *Petição Inicial* correspondente à
Figura 14 (Processo de FJ. - fl. 07)**

1 Dispõe o art. 4º da Lei 5.478/1968, quanto à fixação dos
2 alimentos provisórios:

3 Art. 4º As despachar o pedido, o juiz fixará desde logo alimentos
4 provisórios a serem pagos pelo devedor, salvo se o credor
5 expressamente declarar que deles não necessita.

6 Nestes termos, expressa a doutrina:

7 O interessado, fazendo prova do parentesco ou do vínculo em que
8 se funda a obrigação familiar, deve apresentar o pedido ao juiz por
9 escrito, em três vias, que de plano, fixa alimentos provisórios,
10 informando até por iniciativa própria dos recursos do alimentante.
11 (GOMES, Orlando. Direito de Família, 12 ed. Rio de Janeiro:
12 Forense, 2000, p. 446).

13 Dessa feita, encontra-se fundamentado o pedido dos
14 requerentes, sendo legítimo e urgente, sob pena de prejuízos irreparáveis
15 para o menor. Assim, evidenciado o direito dos requerentes à fixação liminar
16 dos alimentos no montante de 50% do valor de um salário mínimo vigente,
17 correspondente atualmente ao valor de R\$ 339,00 (trezentos e trinta e nove
18 reais).

19 DOS PEDIDOS

20 Ante o exposto, requer:

21 a) A concessão dos alimentos provisórios, liminarmente,
22 no importe de 50% do valor de um salário mínimo vigente correspondente
23 atualmente ao valor de R\$ 339,00 (trezentos e trinta e nove reais).

24 b) A procedência do presente pedido de alimentos
25 provisórios, com a devida conversão em caráter definitivo, na mesma
26 proporção dos alimentos provisórios, de acordo com as necessidades
27 apresentadas, ou conforme critério de Vossa Excelência, cujos valores
28 deverão ser depositados na conta corrente em nome da representante legal
29 até o 10 (décimo) dia de cada mês;

ANEXO D - Página, na íntegra, de *Petição Inicial* correspondente às Figuras 15 e 18 (Processo de FJ. - fl. 08)

1 c) Seja citado o réu para comparecer à audiência e
2 apresentar defesa, sendo que não o fazendo, sofrerá os efeitos da revelia e
3 confissão ficta;

4 d) Seja intimado o representante do Ministério Público para,
5 na condição de "*custus legis*", emitir seu parecer, com base no artigo 82, inciso II,
6 do Código de Processo Civil;

7 e) Sejam deferidos todos os meios de provas em direito
8 admitidos, especialmente as provas documentais, o depoimento pessoal do
9 Requerido e as testemunhas, conforme rol abaixo descrito;

10 f) Seja concedido o benefício da Justiça Gratuita, nos
11 termos da Lei 1.060 de 1950, em virtude das dificuldades por que a família está
12 passando, conforme a declaração de pobreza em anexo;

13 DO VALOR DA CAUSA

14 Dá-se à causa o valor de R\$ 4.068,00 (quatro mil e sessenta e
15 oito reais.).

16 Nestes termos,

17 Pedo deferimento.



ANEXO E - Página, na íntegra, de *Petição Inicial* correspondente às Figuras 16 e 17 (Processo de FJ. - fl. 03)

DOS FATOS

1 A genitora do requerente e o requerido iniciaram um
2 relacionamento amoroso no ano de 2002. Após algum tempo de namoro, quando
3 ocorreu a gravidez, a mãe do requerente e requerido resolveram morar juntos.
4 Assim, passaram a residir juntos na casa da mãe do requerido, a partir de 2005,
5 mantendo relacionamento como casados até março de 2012. Até então o casal
6 dividia as despesas e ambos contribuíam para o sustento do filho (Certidão de
7 Nascimento anexa). Entretanto, desde o rompimento da relação o genitor não têm
8 cumprido seus deveres, dentre eles o de colaborar para a criação e sustento de seu
9 filho menor impúbere.

10 A genitora vive com o requerente na casa dos avós maternos
11 do mesmo, juntamente com três irmãos da genitora. O salário que a mesma recebe
12 como auxiliar de produção na empresa [REDACTED] serve apenas para seu sustento e
13 do requerente.

14 A criação do menor, ora requerente, atualmente com 8 (oito)
15 anos de idade, não deve recair somente sobre a responsabilidade de sua genitora,
16 já que são muitas e notórias, como por exemplo, alimentação, vestuário, moradia,
17 assistência médica e odontológica, educação, material e transporte escolar, dentre
18 outras.

19 Cabe afirmar que a genitora já tentou inúmeras vezes
20 conversar com o requerido solicitando uma contribuição mensal de maneira que
21 não fosse onerosa para o mesmo, que não comprometesse seu salário, porém o
22 mesmo alega que não possui condições e nem mesmo visita o filho.

23 A situação financeira do requerido é estável, uma vez que
24 reside na casa que era de seus pais, sendo imóvel próprio, não arcando com
25 despesas de aluguel. Além disso, exerce função de motorista com carteira de
26 trabalho assinada e possui automóvel próprio.

**ANEXO F - Página, na íntegra, de *Petição Inicial* correspondente à
Figura 19 (Processo de FJ. - fl. 04)**

1 Desnecessário dizer que, ante a diferença e o descaso
2 do requerido quanto à sorte de seu próprio filho, vem a requerente e o menor,
3 passando por inúmeras privações, pois os rendimentos da mesma não são
4 suficientes para atender a todos os reclamos oriundos da manutenção e
5 sustento do filho, necessitando da colaboração paterna.

6 Assim, somente a fixação judicial dos alimentos, com
7 desconto em folha de pagamento do requerido, poderá atender ao menos as
8 necessidades elementares do menor, porquanto, cabe também ao pai, ora
9 requerido, esta obrigação que decorre da Lei e da moral.

10 DO DIREITO

11 É direito preliminar do ser humano a sobrevivência, e
12 constituem meios fundamentais para a sua realização os alimentos, o
13 vestuário, o abrigo, e inclusive a assistência médica no momento em caso de
14 doença.

15 Vemos na presente ação, as dificuldades que vem
16 passando a genitora para arcar com o sustento do menor sozinha, mantendo
17 seu filho sob sua guarda e proteção exigindo assim, sacrifício extraordinário,
18 desde o rompimento de sua união com o requerido.

19 Cabe ressaltar que o dispêndio com a criação do menor
20 não podem ser suportado única e exclusivamente por conta de sua genitora,
21 conforme reza o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, onde estabelece
22 que:

23 Art. 227. É dever da família (...) assegurar a criança o direito à vida,
24 à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização,
25 à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e
26 comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de
27 negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade,
28 opressão (...).

**ANEXO G - Página, na íntegra, de *Petição Inicial* correspondente à
Figura 21 (Processo de RS. - fl. 08)**

- 1 b) a procedência dos pedidos para:
- 2 b.1) reconhecer e dissolver a união estável havida entre a autora
3 e o réu;
- 4 b.2) determinar a partilha dos bens indicados anteriormente, na
5 proporção de 50% para cada uma das partes;
- 6 b.3) converter os alimentos provisórios em definitivos,
7 confirmando a fixação de alimentos na montante de 1 salário mínimo para cada
8 filho menor;
- 9 c) citação do requerido para apresentar defesa no prazo legal;
- 10 d) produção de todas as provas admitidas em direito,
11 notadamente depoimento pessoal das partes e oitiva de testemunhas, sem,
12 contudo, renunciar a qualquer outro meio;
- 13 e) intimação do representante do Ministério Público;
- 14 f) a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, uma vez que a
15 autora não possui condições de arcar com as custas do processo e os
16 honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família, com base no
17 art. 4º da Lei 1.060/50.
- 18 g) Distribuição por dependência a medida cautelar de separação
19 de corpos n. [REDACTED]
- 20 h) que as intimações sejam todas dirigidas ao Dr. [REDACTED]
- 21 [REDACTED] OAB/SC n. [REDACTED]
- 22 Dá-se a causa o valor de R\$ 191.313,00 (cento e noventa e um
23 mil e trezentos e treze reais).
- 24 Nestes termos, pede deferimento.

ANEXO H - Página, na íntegra, de *Petição Inicial* correspondente à Figura 25 (Processo de SE. - fl. 05)

1 A família é a base da sociedade e, constitucionalmente e legalmente, tem
2 especial proteção do Estado. (MORAES, Alexandre de. Constituição do
3 Brasil interpretada e legislação constitucional. 7. ed. São Paulo: Atlas,
4 2007. 2976 p. + 1 CD-ROM)

5 Ainda, é relevante o dizer de Yussef Said Cahali:

6 O ser humano, por natureza, é carente desde a sua concepção; como tal,
7 segue o seu fadário até o momento que lhe foi reservado como derradeiro;
8 nessa dilação temporal - mais ou menos prolongada - a sua dependência
9 dos alimentos é uma constante, posto como condição de vida. (Dos
10 Alimentos, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1987, 1ª ed., 4ª
11 tiragem, p. 1).

12 Os alimentos, portanto

13 Tratam-se de prestações destinadas à satisfação das necessidades vitais
14 de quem não pode provê-las por si, seja por que motivo for: em razão de
15 idade avançada, enfermidade ou incapacidade. Esses abrangerão não
16 apenas o necessário à vida, como também alimentação, medicamentos,
17 vestuário, habitação, lazer etc., respeitados, sempre, seus padrões sociais.
18 (in Apelação Cível n. 2009.064995-7, da Capital; Relator: Juiz Henry Petry
19 Junior, j. em 02/03/2010).

20 Neste sentido, em razão da relevância da família e seus
21 desdobramentos, inclusive para a sociedade como um todo, há expressa previsão
22 constitucional acerca do tema. Com efeito, o dever de sustento do pai para com os
23 filhos encontra-se sedimentado nos termos do art. 229 da Carta Máxima, *in verbis*:

24 Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores,
25 e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice,
26 carência ou enfermidade.

27 Em sentido congênere:

28 A obrigação de prestar alimentos, portanto, repousa no princípio da
29 solidariedade existente entre os membros de uma família, cujo dever de
30 ajuda mútua é recíproco. Dependerá, sempre, das necessidades do
31 alimentando e das possibilidades do alimentante (binômio
32 necessidade/possibilidade). Resulta de imposição legal, como no caso dos
33 pais em relação aos filhos menores.

(...)

**ANEXO I - Página, na íntegra, de *Petição Inicial* correspondente à
Figura 27 (Processo de AC. - fl. 08)**

1 requerente no valor de 30% (trinta por cento) do salário mínimo ou,
2 alternativamente, outro valor que Vossa Excelência entender
3 devido, devendo ser depositado em conta bancária da
4 representante legal dos requerentes, nos termos do art. 4º da Lei n.
5 5478/68;

6 Que se oficie a fonte pagadora do benefício do
7 requerido para que seja descontado em favor da requerentes o
8 valor fixado à título de Alimentos Provisórios, enquanto não for
9 proferida sentença final de mérito, que deverá ser depositado na
10 conta corrente da representante legal dos menores impúberes até
11 o décimo dia de cada mês;

12 A intimação do representante do Ministério Público
13 nos termos do artigo 82, inciso II, do Código de Processo Civil;

14 A procedência dos pedidos, condenando-se o
15 requerido em caráter definitivo ao pagamento de alimentos
16 mensais no valor de 30% do salário mínimo ou, alternativamente,
17 outro valor que Vossa Excelência arbitrar, que deverá ser
18 descontado diretamente em folha do benefício previdenciário do
19 alimentante e depositado em conta bancária da representante legal
20 dos requerentes;

21 A possibilidade de produção de todos os meios de
22 provas em direito admitidas, em especial documental e
23 testemunhal;

**ANEXO J - Página, na íntegra, de *Petição Inicial* correspondente à
Figura 28 (Processo de AC. - fl. 04)**

1 à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à
2 profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e
3 à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de
4 toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência,
5 crueldade e opressão.

6 Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos
7 menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os
8 pais na velhice, carência ou enfermidade.

9 Da mesma forma, o artigo 1.696 do Código Civil, torna
10 possível afirmar que é dever dos pais prestarem alimentos aos filhos para
11 suprir suas necessidades vitais básicas: "O direito à prestação de alimentos é
12 recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a
13 obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros".

14 No mais, deve-se observar o binômio necessidade e
15 possibilidade, o qual está claro no caso em rela frente ao direito e as
16 necessidades do menor, bem como a possibilidade financeira do requerido
17 em supri-las, porquanto são devidos os alimentos aquele que não possui
18 condições suficientes de prover a própria mantença, nos moldes do artigo
19 1.695 do diploma supra citado: "São devidos os alimentos quando quem os
20 pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à
21 própria mantença, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem
22 desfalque do necessário ao seu sustento".

23 Ainda, segundo afirma o doutrinador Pereira (2007, p.
24 21), os alimentos estão "protegidos por razões de ordem pública, na medida
25 em que guardam inteira relação com o direito natural de conservação da vida,
26 portanto, da sobrevivência do alimentando, erigindo-se, assim, em direito
27 indisponível".

28 Neste sentido, prescreve o artigo 1.707 do Código Civil
29 ao vedar taxativamente a renúncia aos alimentos, consagrando o princípio da
30 irrenunciabilidade dos alimentos: "Pode o credor não exercer, porém lhe é
31 vedado renunciar o direito a alimentos, sendo o respectivo crédito insuscetível
32 de cessão, compensação ou penhora".

ANEXO K - Página, na íntegra, de *Petição Inicial* correspondente às Figuras 30 e 32 (Processo de MJ. - fl. 08)

1 Diante de todo o exposto, bem como o conjunto probatório
2 acostado nesta exordial e, restando claramente demonstrada a necessidade do
3 requerido prestar alimentos aos autores, passamos aos pedidos.

4 3 – DO REQUERIMENTO

5 Ante ao exposto, requer:

6 a) a fixação dos alimentos provisórios no valor de R\$1.100,00
7 (hum mil e cem) reais, de acordo com as necessidades apresentadas, ou conforme
8 o montante de 1 (um) salário mínimo, cujos valores deverão ser depositados na
9 conta corrente em nome da representante legal até o 10 (décimo) dia de cada mês;

10 b) a citação do Réu para comparecer à audiência e apresentar
11 defesa, sob pena de revelia, preclusão e confissão ficta;

12 c) ao final seja julgado procedente o pedido, com a
13 condenação do requerido ao pagamento de pensão alimentícia, com a devida
14 conversão em caráter definitivo, na mesma proporção dos alimentos provisórios;

15 d) seja intimado o representante do Ministério Público para, na
16 condição de *custus legis* omitir seu parecer, com base no art. 82, II, Código de
17 Processo Civil;

18 e) a condenação do Requerido ao pagamento de despesas
19 processuais e honorários advocatícios, de acordo com o artigo 20, do Código de
20 Processo Civil;

21 f) a produção de todas as provas em direito admitidas, em
22 especial documental, testemunhal e depoimento pessoal do Réu, sob pena de
23 confissão, bem como todas as provas que se fizerem necessárias para o
24 esclarecimento do litígio;

25 g) a juntada de procuração e de todos os documentos anexos:

ANEXO L - Página, na íntegra, de *Petição Inicial* correspondente à Figura 31 (Processo de MJ. - fl. 05)

1 dos filhos receberem alimentos, conforme dispõe o artigo 229 da Constituição

2 Federal de 1988:

3 Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores,
4 e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice,
5 carência ou enfermidade;

6 Corroborando o entendimento constitucional, o Código Civil de

7 2002 assim prevê:

8 Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns
9 aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível
10 com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua
11 educação.

12 § 1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do
13 reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

14 Ainda sobre o tema, leciona Denise Damo Comei¹:

15 A obrigação de alimentos resultante do parentesco terá como pressuposto
16 o estado de necessidade do alimentário e a correlata possibilidade de
17 alimentante de ministrá-la, sem com isso desatender-lhe às próprias
18 necessidades e da família, sendo recíproca e vitalícia entre os parentes.

19 Por fim, é o entendimento do Tribunal de Justiça de Santa

20 Catarina²:

21 APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ALIMENTOS. VERBA DEFINITIVA.
22 FIXAÇÃO EM FAVOR DAS 3 (TRÊS) FILHAS MENORES. DEVER DE
23 SUSTENTO QUE DERIVA DO PODER FAMILIAR. OBRIGAÇÃO
24 RECAÍDA EM IGUALDADE AOS PAIS. REDUÇÃO DO VALOR.
25 OBSERVÂNCIA AO BINÔMIO NECESSIDADE É POSSIBILIDADE.
26 EFEITOS EX NUNC DA DECISÃO DEFINITIVA QUE EXONERA OU
27 REDUZ A VERBA ALIMENTAR FIXADA PROVISORIAMENTE.
28 PRECEDENTES DO STJ. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. NÃO
29 CARACTERIZAÇÃO. AÇÃO REVISIONAL. INSURGÊNCIA SOBRE O
30 VALOR FIXADO PROVISORIAMENTE NA AÇÃO DE ALIMENTOS.
31 IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO POR MEIO DE AÇÃO AUTÔNOMA.
32 FALTA DE INTERESSE DE AGIR NA MODALIDADE ADEQUAÇÃO.
33 EXTINÇÃO DO FEITO OPERADA PELA INSTÂNCIA A QUO.
34 ENTENDIMENTO IRREPROCHÁVEL. RECURSO PARCIALMENTE
35 PROVIDO. O dever de sustento da prole durante a menoridade é
36 inerente ao poder familiar e compete a ambos os genitores, inclusive
37 àquele que não detém a guarda, cada qual na proporção de seus
38 recursos, razão pela qual nem mesmo a penúria econômica de um
39 dos pais é excusa voltada a afastar o dever de manutenção dos filhos.
40 "A jurisprudência deste Tribunal Superior é na vertente de possuir efeitos
41 imediatos a decisão que arbitra os alimentos provisórios, integrando tal
42 direito temporário o patrimônio do alimentando, de sorte que a sentença a
43 qual altera, posteriormente, esse provimento precário, fixando alimentos

¹ COMEL, Denise Damo. Do poder familiar. RT: São Paulo, 2003, p.101

² TJSC, Apelação Cível n. 2011.090098-6, da Capital, rel. Des. Fernando Carioni, j. 28-02-2012

ANEXO M - Parecer de Aprovação do Comitê de Ética

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Sobre vozes e tensões: implicações de práticas de letramento nas relações intersubjetivas na esfera jurídica

Pesquisador: Mary Elizabeth Cerutti Rizzatti

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 26603214.6.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 724.416

Data da Relatoria: 14/07/2014

Apresentação do Projeto:

Dissertação de Almeida, orientada por Rizzatti, que pretende entrevistar 12 sujeitos.

Objetivo da Pesquisa:

Segundo os autores "o objetivo geral a que se propõe este estudo é depreender implicações e interpretá-las analiticamente das práticas de letramento de sujeitos demandantes da Justiça Gratuita no seu encontro com operadores do Direito no evento de letramento audiência que tem lugar na esfera jurídica e do qual participam esses sujeitos".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Adequada, considerando os riscos psicológicos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Contribui para o conhecimento generalizável sobre o tema.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequados.

Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-900
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-9206 **Fax:** (48)3721-9696 **E-mail:** cep@reitoria.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 724.416

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pela aprovação.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

FLORIANÓPOLIS, 21 de Julho de 2014

Assinado por:
Washington Portela de Souza
(Coordenador)

Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-900
UF: SC **Município:** FLORIANÓPOLIS
Telefone: (48)3721-9206 **Fax:** (48)3721-9696 **E-mail:** cep@reitoria.ufsc.br